

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**SER CAMPONESA NO PLANALTO CENTRAL: EXPERIÊNCIAS
DE MULHERES DOS ASSENTAMENTOS *PATRÍCIA E
APARECIDA E ESTRELA DA LUA* NA CONSTITUIÇÃO DE
HISTÓRIAS POSSÍVEIS**

ISABELLA FERREIRA VIANA RIBEIRO

BRASÍLIA

2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**SER CAMPONESA NO PLANALTO CENTRAL: EXPERIÊNCIAS
DE MULHERES DOS ASSENTAMENTOS *PATRÍCIA E
APARECIDA E ESTRELA DA LUA* NA CONSTITUIÇÃO DE
HISTÓRIAS POSSÍVEIS**

Isabella Ferreira Viana Ribeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, na linha de pesquisa História Cultural, Memórias e Identidades, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eloisa Pereira Barroso

BRASÍLIA

2022

Isabella Ferreira Viana Ribeiro

**SER CAMPONESA NO PLANALTO CENTRAL: EXPERIÊNCIAS DE
MULHERES DOS ASSENTAMENTOS *PATRÍCIA E APARECIDA E ESTRELA*
DA LUA NA CONSTITUIÇÃO DE HISTÓRIAS POSSÍVEIS**

Brasília, 05 de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Eloísa Pereira Barroso (Orientadora)

Universidade de Brasília

Prof^a. Dr^a. Susane Rodrigues de Oliveira (Examinadora interna)

Universidade de Brasília

Prof. Dr. Robson Laverdi (Examinador externo)

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. José Inaldo Chaves (Suplente)

Universidade de Brasília

RESUMO

As narrativas históricas hegemônicas, quase sempre produzidas por homens, silenciaram sobre os papéis ativos das mulheres nas sociedades ocidentais e sobre as relações de gênero estruturais que perpassam os mais diversos espaços, não só os de domínio privado. Esta dissertação, embasada por perspectivas teórico metodológicas da história oral, tem por objetivo compreender as práticas socioculturais sustentadas por sociedades camponesas, a partir das entrevistas de seis mulheres camponesas dos assentamentos *Patrícia e Aparecida* e *Estrela da Lua*, ambos localizados no Distrito Federal. As fontes orais, valorizadas em sua forma e conteúdo, suscitaram reflexões a respeito dos aspectos elementares dos modos de vida camponeses, como o trabalho e a luta pela terra, marcados não só pela distinção de classe, mas também pela de gênero. Destarte, as experiências das colaboradoras desta pesquisa contribuíram para repensar a história da ocupação do Distrito Federal, inclusive das áreas rurais, desde antes da construção de Brasília até as últimas décadas; conseguem fornecer também elementos para a compreensão das relações de gênero estruturais das sociedades camponesas no passado e no presente.

PALAVRAS-CHAVE: História oral; Mulheres camponesas; Distrito Federal; Experiências; Relações de gênero.

ABSTRACT

The hegemonic historical narratives, often written by men, has silenced about the active roll of women on western society and estructural gender interactions, inside and beyond the private domain. Under the optics of oral history, this dissertation intends to understand and explore the sociocultural behavior of peasant societies, from six peasant women's perspective. They dwell at two peasant sattlements, *Patrícia e Aparecida* and *Estrela da Lua*, located at Brasília, Brazil; where the interviews took place. Due to ist specific features and content, oral history sources imposed further thinking on aspects of peasant way of life, as land tenure conflicts and difficulties of habitual labor, greatly influenced by social class and gender aspects. Thus, the life experience of those women has contributed for a better understanding of rural settlements history, even before the birth of Brasília-DF; as well as brought light on structural gender relations on peasant societies from the past and the present days.

KEY WORDS: Oral history; Peasant women; Brasília-DF; Life experience; Gender relations.

AGRADECIMENTOS

De todas as pessoas que contribuíram com a realização desta dissertação, as mais importantes são as mulheres camponesas assentadas que cederam, tão cordialmente, suas experiências para que eu pudesse subtrair delas reflexões substanciais sobre os modos de vida sustentados por mulheres e homens do campo. A vocês, que chamo de Caliandra, Margarida, Dália, Orquídea, Girassol e Rosa do Deserto, meus mais sinceros agradecimentos.

Menção especial faço à minha orientadora, a professora Eloísa Pereira Barroso, pelas contribuições acadêmicas, pela paciência e por ter confiado no meu potencial para realizar este trabalho.

Agradeço também aos demais professores e professoras que me inspiraram e me guiaram até este momento tão importante da minha história acadêmica, tanto da Universidade Estadual de Goiás, onde me graduei e onde descobri que amava estudar história, quanto da Universidade de Brasília, instituição que possibilitou este trabalho de mestrado. Dentre todos, agradeço principalmente ao professor Robson Laverdi, alguém que só conheço à distância, mas cuja instrução sensível sobre História Oral foi fundamental para a condução desta pesquisa.

Por fim, agradeço o apoio e a compreensão oferecidos por minha família, colegas e amigos, especialmente ao meu companheiro de vida, meus pais, minha irmã e minha sobrinha, que souberam lidar com algumas ausências e com certo mau humor de quem precisou conciliar trabalho e estudos e que, por vezes, acreditou não ser possível chegar até o fim.

LISTA DE SIGLAS

CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CCMNC - Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital

CEPCB - Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil

CONAFER - Confederação Nacional da Agricultura Familiar

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FNL - Frente Nacional de Luta

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM - Instituto Brasília Ambiental

IHGDF - Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MATR - Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural

MBST - Movimento Brasileiro dos Sem Terra

MST - Movimento Sem Terra

NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAD-DF - Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PRAT - Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais

PRONAF - Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar

RVSA - Relatório de Viabilidade Social e Ambiental

SEAGRI/DF - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento do Distrito Federal

TERRACAP - Companhia Imobiliária de Brasília

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 Representação e experiência: não há como separar consciência e realidade	25
1.1 “Foi o exemplo que a minha mãe me deu, só precisou disso”: a valorização das experiências para a compreensão das sociedades camponesas	26
1.2 A subjetividade das memórias como condição para construir histórias plurais sobre camponeses	44
Capítulo 2 Ocupação de terras no Distrito Federal: ontem e hoje	64
2.1 É preciso ouvir o outro: o que os viajantes deixaram de registrar sobre a população do interior do Brasil	64
2.2 Uma cisão na história: quando o DF ainda era Goiás	76
2.3 Considerações sobre a formação do espaço rural do Distrito Federal, a partir de 1960	92
2.4 A conquista da terra prometida: os assentamentos <i>Patrícia e Aparecida</i> e <i>Estrela da Lua</i> como espaços de persistência camponesa no Distrito Federal	103
2.4.1 Histórico e atual situação do assentamento <i>Patrícia e Aparecida</i>	112
2.4.2 Histórico e atual situação do assentamento <i>Estrela da Lua</i>	127
Capítulo 3 As relações de gênero camponesas a partir das experiências das mulheres dos assentamentos <i>Patrícia e Aparecida</i> e <i>Estrela da Lua</i>	137
3.1 Análise de gênero nos contextos camponeses	137
3.2 “Comida nessas hora sempre sobra pra mulher”: relações de gênero estruturais do trabalho camponês	151
3.3 “Você sabe o que é frente de massa?”: luta pela terra e empoderamento de mulheres camponesas	162
Considerações Finais	178
Fontes	185
Referências Bibliográficas	186

INTRODUÇÃO

No último dia da pesquisa de campo, após a entrevista, eu e minha colaboradora caminhávamos de volta para a chácara onde meu carro estava – a casa de Girassol, onde eu havia desembarcado. Nós passamos pela trilha que ligava os lotes de cada uma. Ela foi comigo para ajudar com as sacolas de produtos que eu havia comprado ou ganhado – limões, amendoins, ovos caipiras e açafraão. É quase impossível visitar a roça sem levar alguns produtos cultivados ali. Isso minhas colaboradoras tinham demonstrado muito bem. A fartura existe, mesmo com poucos recursos materiais ou sem a possibilidade de comercializar os alimentos na cidade. Em determinado ponto do caminho, ela parou e me pediu para sentir o perfume que carregava o ar. Sugeri que eu tirasse a máscara, pois o objeto atrapalhava o sentido. Tratava-se de uma florzinha nativa, branca, rasteira, mas nenhuma de nós soubemos identifica-la. O perfume lembrava o da *Dama-da-noite*. Eu lamentei o desconhecimento, pois teria dado àquela camponesa o nome da pequena planta. Na hora, lembrei de perguntar qual flor ela gostaria que eu usasse para me referir a ela no trabalho: seria *Rosa do Deserto*.

Este é um trabalho sobre mulheres camponesas assentadas, construído em colaboração com elas e com autoras e autores que subsidiaram teoricamente a análise das experiências narradas pelas primeiras. As entrevistas que realizei com seis mulheres dos assentamentos *Patrícia e Aparecida* e *Estrela da Lua*, ambos localizados na área rural do Paranoá (DF), são a matéria-prima da qual pude subtrair informações relevantes para compreender os aspectos que as constituem enquanto sujeitos femininos em relação com as realidades camponesas das quais são provenientes. Destarte, as questões que motivaram essa pesquisa são: perceber em que medida os relatos delas podem apresentar um outro panorama histórico sobre o campo que se formou no Distrito Federal e o quanto a distinção de gênero, articulada com outros eixos sociais, pode definir as práticas socioculturais tradicionais das comunidades camponesas, no passado e no presente.

As experiências delas, ainda que individuais, carregam as marcas das vivências coletivas de sua própria geração e, em larga medida, das gerações anteriores. Isso é possível porque as experiências individuais são construídas na relação dos sujeitos com o mundo. Como afirmou Yi-Fu Tuan (1983, p. 10), “a experiência está voltada para o mundo exterior. Ver e pensar claramente vão além do eu”. Penso então que, ao buscar compreender quem são as mulheres camponesas desses assentamentos, quais dimensões sociais contribuíram para definir suas identidades, consigo também vislumbrar a classe camponesa que se formou no Distrito Federal, também atravessada por vários processos históricos, tendo em vista que a existência desse local enquanto centro político-administrativo do país é recente, mas seu território há muito tempo já abrigava formas de sociabilidade camponesas.

O interesse por estudar mulheres camponesas está relacionado ao meu ofício de professora na educação do campo. Em 2018, ao participar da construção do inventário do CED PAD-DF¹, escola localizada na área rural do Paranoá (DF), tive a oportunidade de visitar uma comunidade próxima, o Núcleo Rural Capão Seco, e entrevistar mulheres idosas com o objetivo de conhecer a história do lugar. As falas delas apresentaram informações e dimensões simbólicas muito relevantes não só sobre a formação daquela comunidade, mas, em escala mais abrangente, sobre os processos de ocupação da área rural do Distrito Federal, que ocorreram de forma arbitrária, em função da predominância dos interesses econômicos sobre os socioculturais.

O envolvimento provocado pela referida pesquisa instigou meu interesse acadêmico pelas sociedades camponesas formadas em Goiás e no Distrito Federal, tendo por base principalmente as memórias das mulheres que compõem esses espaços. Ancorada na experiência inicial que tive com as mulheres do N. R. Capão Seco, construí meu projeto de mestrado com a expectativa de entrevistar camponesas de outras comunidades localizadas na fronteira nordeste entre Goiás e o Distrito Federal, com o objetivo de compreender a participação delas nos processos socioculturais de suas comunidades, dessa vez considerando as distinções de gênero intrínsecas a esses processos.

¹ O Inventário histórico, social, cultural e ambiental é um documento norteador para a Educação do Campo que, junto com o Projeto Político Pedagógico (PPP), define a identidade da escola do campo e seu papel junto às comunidades que atende. (DISTRITO FEDERAL, 2019).

Mesmo que o recorte espacial previsto no projeto tenha sido diminuído, devido à dificuldade de realizar entrevistas presenciais durante a pandemia de Covid-19, a pesquisa apenas com mulheres de assentamentos localizados no Distrito Federal não inviabilizou a reflexão sobre os aspectos socioculturais tradicionais do campesinato em Goiás, visto que, além do fato de Brasília ter apenas algumas décadas de existência, tendo sido construída em território cedido pelo estado de Goiás, duas das mulheres entrevistadas são migrantes de cidades goianas próximas. Sendo assim, utilizei principalmente os relatos das mulheres goianas para embasar a discussão a respeito da ocupação do território do Distrito Federal antes da construção de Brasília, contrapondo alguns preconceitos como as noções de vazio populacional e de atraso cultural dos habitantes de Goiás. O recorte total do trabalho estendeu-se da província goiana pós decadência da mineração até o momento mais recente do Distrito Federal, que trata da ocupação desigual do território pelos trabalhadores mais pobres, com ênfase na formação de assentamentos de reforma agrária na área rural do Paranoá, onde vivem nossas colaboradoras.

As falas dessas mulheres têm potencial para exemplificar os conflitos presentes nos processos de ocupação das áreas rurais do Distrito Federal, algo pouco explorado pela historiografia sobre a capital, muito centrada na construção da parte urbana e monumental; e o mais importante, representam pontos de vista femininos sobre Brasília, cujas narrativas históricas apresentam majoritariamente protagonistas homens. Mas essa é uma crítica que deve ser direcionada à epistemologia da história de modo geral.

Como professora da educação básica, sempre me incomodou a ausência de mulheres nas narrativas históricas e me deparo constantemente com a necessidade de justificar essa lacuna aos estudantes. Em todos os períodos do currículo escolar de história, são apresentadas as ações de homens vinculados à política ou que realizaram algum tipo de façanha pública, porém, quase nunca uma mulher aparece na mesma condição ou, em determinados assuntos, sequer aparece. As narrativas históricas buscam representar o passado das sociedades humanas e sabemos que nelas existiam também mulheres, logo, devemos nos perguntar por que elas ainda permanecem no anonimato?

Ao folhear os livros didáticos utilizados nas escolas, constato a regularidade dessa ausência. De vez em quando é adicionado um suplemento dedicado a alguma

mulher considerada importante, mas isso só parece reforçar o caráter excepcional das mulheres na narrativa histórica. Elas nunca são representadas como protagonistas.

Esta pesquisa não tem como fontes as representações de mulheres nos livros escolares, mas eu trouxe esse exemplo porque, além de se tratar de uma experiência pessoal cotidiana, é com base em tal currículo, amparado por esses materiais didáticos, que as crianças e os jovens são formados, expostos a uma história majoritariamente masculinizada. A ausência contribui para fortalecer uma imagem passiva sobre as mulheres, subestimando a agência delas no processo histórico e, por conseguinte, tende a fortalecer esse estereótipo no presente, dificultando o questionamento da dominação patriarcal.

Poderíamos, em um primeiro momento, justificar a ausência unicamente pela marginalização das mulheres nas sociedades patriarcais, subordinadas ao espaço da casa e à tutela dos maridos. Isso é verdade e, sobretudo no que tange à disponibilidade de fontes escritas sobre elas, torna-se mais difícil mapear suas trajetórias. Contudo, devemos considerar também as barreiras institucionais, as quais por muito tempo limitaram a construção do saber histórico. Não preciso lembrar que as bases epistemológicas de nossa disciplina foram concebidas por homens que buscavam contar uma história política protagonizada por outros homens, portanto, a ausência das mulheres não é só sintomática, senão proposital. Não é de se espantar que o movimento por uma história das mulheres tenha sido impulsionado por pensadoras feministas em um período em que aumentava a adesão das mulheres às universidades e aos cursos de história.

A emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas essa não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava anteriormente faltando. Em vez disso, há uma incômoda ambiguidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história (SCOTT, 2011, p. 77).

O deslocamento radical mencionado por Joan Scott causou desconforto entre os historiadores tradicionais, pois muitos deles viam a história das mulheres como um conhecimento sem relevância e que desconfiguraria a noção de história geral. Ademais, a história das mulheres “questiona a prioridade relativa dada ‘à história do homem’, em

oposição à ‘história da mulher’, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos” (SCOTT, 2011, p. 80), desmistificando a noção de imparcialidade do saber histórico.

O movimento por uma história das mulheres caminhava junto com as mudanças propostas pela Nova História, nas últimas décadas do século XX. Os historiadores dessa corrente alegavam que a história enfrentava uma crise de paradigmas. De acordo com Sandra Pesavento (2008, p. 4), ocorreu “um esgotamento de modelos e de um regime de verdades e de explicações globalizantes, com aspiração à totalidade, ou mesmo de um fim para as certezas normativas de análise da história, até então assentes”. Como paradigmas ela se refere não só a história “tradicional”, pautada pelo modelo rankeano, mas também ao marxismo e às primeiras gerações dos Analles. Peter Burke (2011) afirma que a história “tradicional”, positivista, pode ser reconhecida por alguns pontos: a crença de que a história só dizia respeito à política, atenção aos feitos dos grandes homens, visão de que a história deveria ater-se aos documentos escritos como fontes e a crença de que o passado poderia ser apreendido exatamente como “aconteceu”.

As propostas da Nova História vinham de encontro aos anseios de intelectuais que desejavam mostrar a não consideração da relevância de determinados grupos pela história, como é o caso das mulheres. Contudo, para encontrá-las, era preciso resolver o problema da escassez de fontes. Se a regra era as mulheres serem vetadas dos espaços públicos, era de se esperar que tivessem produzido poucos registros escritos. Sendo assim, o tipo de história que se interessava somente por assuntos políticos e econômicos dificilmente criaria relatos substanciais sobre as mulheres.

Desde a segunda metade do século XX, o deslocamento da esfera política para a social, devido à influência de correntes como o marxismo e a escola dos Analles, já havia estimulado o interesse dos historiadores pelas “pessoas comuns”. Os integrantes da vertente, conhecida como *história vista de baixo*, abandonaram os relatos das personalidades políticas e “direcionaram seus interesses para a composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres” (HUNT, 2001, p. 2). O olhar para a vida cotidiana possibilitou o estudo de espaços antes considerados irrelevantes e quando os historiadores se deslocaram da esfera pública para a privada, as mulheres começaram a aparecer.

Contudo, hoje há um esforço das pesquisadoras feministas em demonstrarem

que as mulheres conseguiam frequentar espaços até então considerados apenas dos homens, subvertendo as imposições de sociedades patriarcais. De acordo com Tânia Navarro-Swain, a narrativa histórica depende das condições de produção no presente, logo, “compreende os valores e significações de quem a está elaborando” (NAVARRO-SWAIN, 2014, p. 614), por isso, uma episteme androcêntrica não admite a possibilidade de encontrar as mulheres nos espaços de poder, algo que representaria uma fratura na lógica da dominação patriarcal.

As relações entre homens e mulheres em sociedade devem ser problematizadas, não naturalizadas, bem como as representações históricas construídas sobre essas relações. A invisibilidade das mulheres em determinados contextos, por si só, já é um indicador distintivo de gênero. Como seria possível construir uma historiografia emancipada do modelo androcêntrico, que tire as mulheres e outros sujeitos marginalizados dos boxes suplementares se não percebermos que as distinções de gênero são estruturais e moldam as relações humanas?

Para construir uma perspectiva histórica que contemple a agência das mulheres, é preciso não só constatar a existência da opressão patriarcal, mas, sobretudo, problematizar as relações de gênero articuladas com outros eixos que estruturam a vida social. Para a historiadora Joan Scott (1990), a análise de gênero deve extrapolar os estudos sobre sexualidade ou história das mulheres, mostrando que não há como compreender homens e mulheres de forma separada.

O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado (SCOTT, 1990, p. 72).

Nesse sentido, nas últimas décadas, as pensadoras feministas passaram a utilizar a categoria de *gênero*, com o intuito de abranger mais campos de estudos; ademais, ao utiliza-la no lugar das categorias de “mulheres” ou de “homens”, indicamos que as possibilidades de gênero extrapolam o binarismo feminino/masculino e rejeitam os determinismos biológicos implicados nas primeiras categorias, afirmando o caráter cultural e histórico das distinções supostamente baseadas no sexo.

A perspectiva de gênero que sustenta a análise das experiências das mulheres

colaboradoras desta pesquisa pressupõe a formação discursiva das identidades de gênero, defendidas por pensadoras como Judith Butler (2003) e Tereza de Lauretis (2019). Para elas, o gênero não deve ser compreendido como uma essência, mas como um conjunto de atos formativos ou tecnologias de gênero, definidos/as pelas relações sociais em cada contexto.

A definição do gênero como um produto cultural e relacional corrobora com a não reificação das mulheres, visto que não há como compreendê-las somente pela opressão de gênero patriarcal, porque ela não se produz de forma isolada. A reivindicação de uma perspectiva de gênero relacional, ou interseccional, como propõe Patrícia Hill Collins (2019), passou a ser feita por feministas não brancas que não se viam representadas pela noção universal de mulher construída a partir da experiência de mulheres burguesas brancas. Era preciso demonstrar que a experiência de gênero de uma mulher branca, escolarizada, com alto poder aquisitivo não era a mesma de uma mulher negra, camponesa, que pouco frequentou a escola. Para Monique Wittig (2019, p. 88), “‘Mulher’ existe para nos confundir, para ocultar a realidade de ‘mulheres’”.

Para que uma teoria sobre o gênero possa ser representativa, precisa romper com a noção essencialista que aplica a mesma lógica de opressão e distinção entre homens e mulheres das sociedades europeias às mais diversas formas de organização humanas. É por isso que a análise de gênero não pode ser isolada, mas deve relacionar, como defende Scott (1990), os demais eixos sociais, dentre os quais classe, raça e geração, que contribuem para definir as identidades dos sujeitos. A perspectiva relacional é fundamentada pela constatação das *diferenças* que moldam as identidades das mulheres em contextos específicos. Contudo, Avtar Brah (2006) propõe que a diferença seja concebida não exatamente como sinônimo de desigualdade, mas como articulação entre os diversos eixos sociais que compõem as experiências dos sujeitos, que têm dimensões tanto individuais quanto sociais.

A teoria, portanto, precisa ser atestada pela experiência, que pode nos apresentar as diferentes dimensões que se articulam com o gênero para criar possibilidades de ser mulher camponesa em cada contexto. Ao me dedicar aos estudos sobre mulheres camponesas tenho já delineadas duas distinções importantes, a de *gênero*, por considerar que o campo brasileiro possui uma herança patriarcal, pela qual as mulheres são subordinadas ao poder dos homens; e a de *classe*, tendo em vista que o campesinato

desde sempre esteve à margem do grande latifúndio, por causa da prioridade do uso capitalista da terra ao invés do uso social.

Esses eixos sociais, que se articulam com outros específicos das experiências individuais de cada mulher, são atravessados por relações de poder que não devem ser pensadas somente como uma imposição unilateral, mas a partir da convivência entre mulheres e homens, que formam suas relações de gênero a partir da reprodução e atualização de práticas específicas em cada contexto camponês. No caso dos assentamentos, como veremos, se converteram em espaços nos quais, ao mesmo tempo em que possibilitam a manutenção dos modos de vida camponeses, servem também como possibilidade de atuação política das mulheres camponesas.

Portanto, quando percebemos as relações de poder de forma localizada, específica, conseguimos também visualizar as estratégias de subversão. Esse movimento é possível tendo em vista que o poder não é percebido aqui como algo unilateral e centralizado, mas, com base no pensamento genealógico de Michel Foucault (2014), o poder é efetivado por meio de estratégias, está vinculado a “disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvenda nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter” (FOUCAULT, 2014, p. 30). As relações de poder estão arraigadas no cotidiano e é neste sentido que as mulheres conseguem ser ativas, não obstante as restrições impostas por uma sociedade ancorada em um passado patriarcal.

Tendo por base essa perspectiva localizada de poder, alguns pontos de análise de gênero podem ser considerados a partir das falas das mulheres camponesas entrevistadas: em que medida as relações de gênero se transformaram, considerando a trajetória pessoal de cada mulher? Qual foi e está sendo o papel delas na luta pela aquisição e pela permanência na terra? Como elas participam do direito a terra? Como o trabalho familiar é dividido e percebido por elas (tanto o trabalho na roça, quanto o reprodutivo)? Em que medida as mulheres participam de situações de liderança em casa ou no assentamento? Quais estruturas econômicas, políticas, sociais, culturais e étnicas contribuem para definir a identidade delas como mulheres camponesas? As experiências trazidas nas falas de cada mulher, ao mesmo tempo em que podem atestar a individualidade delas no grupo, também demonstram os pontos em comum que as une enquanto classe camponesa dentro do Distrito Federal.

Antes de embarcarmos nas discussões suscitadas pelas entrevistas, pensei em fazer algumas considerações para facilitar a compreensão dos relatos orais citados ao longo do texto. Uma lição que aprendi no curso sobre história oral, ministrado pelo professor Robson Laverdi², é sobre a importância de tentar dar vida aos relatos das entrevistadas, pois quando os transcrevemos, acabamos por perder as nuances de suas vozes, a entonação, os sons que aparecem ao fundo. Parte das emoções deixam de existir no texto. Sendo assim, tentei o quanto pude preservar esses aspectos na transcrição³, mas sem carregar demais o texto, por isso, algumas informações foram feitas em nota de rodapé. Como nos ensinou Alexandre Portelli (1978), devemos lembrar sempre que a matéria-prima da história oral é a *oralidade*, a *voz*. É preciso tentar escutá-la enquanto lemos. Buscar uma sinestesia.

Ao encarar as entrevistas não como meras fontes de confirmação das questões iniciais do projeto, mas como histórias de vida que devem ser valorizadas em si mesmas, achei importante também fazer menção às perguntas que levaram às respostas citadas, tendo em vista que a indagação feita pela pesquisadora é determinante na construção do relato da entrevistada e, destarte, influenciará a posterior interpretação. A relação entre historiadora e colaboradora deve ser vislumbrada por quem lê.

Por fim, gostaria de lembrar que cada entrevista é única e imprevisível. Mesmo que eu tenha iniciado com o mesmo roteiro, cada uma delas se encaminhou de uma forma. Algumas mulheres são mais retraídas do que as outras, algo que interferiu na extensão do relato. Em alguns casos, fatores externos tiveram alto grau de interferência, como na entrevista de Girassol, que contou com grande participação de seu companheiro durante as falas. Portanto, observaremos que algumas respostas fugiram bastante ao assunto da pergunta. Tentei justificar esses desvios também em nota de rodapé.

² A disciplina avulsa online “Tópicos especiais em memória, narrativa e história oral”, foi ministrada no primeiro semestre de 2021, pelo professor Robson Laverdi, do Programa de Pós-Graduação em História da UEPG.

³ Outro aspecto importante a se destacar com relação à transcrição é a preservação da fala característica do sujeito camponês. Algumas palavras são específicas do seu vocabulário local, outras são modificadas em função das variações linguísticas. Nesse sentido, busquei ser fiel à maneira como as colaboradoras falaram, mas sem valorizar determinados erros de gramática que podem ocasionalmente aparecer quando falamos, corrigindo-os durante a transcrição. Com relação à fidelidade parcial à transcrição da fala dos sujeitos camponeses, tive por base o método sugerido no trabalho *A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura?* (1995), construído a partir do trabalho do grupo de pesquisa do programa de pós-graduação em sociologia da UNESP, liderado por Dulce C. A. Whitaker. Da mesma forma, tentei transcrever minhas próprias perguntas exatamente como aparecem nas gravações.

A história oral não é percebida aqui apenas como uma metodologia prática de pesquisa, mas “antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais” (LOZANO, 2006, p. 16); conta com técnicas específicas para produzir e analisar fontes orais, o que a faz diferente de outras formas de fazer história, como demonstra Alessandro Portelli (1997, p. 26), que nos diz que as fontes escritas e as orais não se excluem, mas requerem instrumentos interpretativos diferenciados, visto que têm funções específicas e características autônomas.

Nas últimas décadas do século XX, a história oral tornou-se popular entre os pesquisadores que se interessavam pelos grupos marginalizados das sociedades ou grupos que ainda tinham como forte característica a tradição oral. De acordo com Peter Burke (2011), os primeiros historiadores interessados nas “pessoas comuns” recorreram à história oral como suporte para os estudos dos grupos que produziram poucos registros escritos, portanto, seguindo essa lógica, as fontes orais figuravam como um suplemento aos registros escritos e a história oral ficou associada principalmente aos estudos dos grupos marginalizados, denominados “excluídos”.

Sendo assim, se não havia abundância de registros escritos, recorrer às fontes orais tornava-se um imperativo. Esperava-se, contudo, que o conteúdo revelado pelas fontes orais pudesse ser confirmado por documentos escritos, considerados mais confiáveis por supostamente serem objetivos, enquanto as fontes orais carregavam o problema da subjetividade inerente à memória dos sujeitos entrevistados.

Esses pesquisadores da história e da sociedade não valorizam totalmente a evidência oral em si mesma, mas somente como apêndice agregado ou complemento, para comprovação factual ou ilustração testemunhal de uma série de postulados de caráter teórico estabelecidos de antemão [...] A história oral é concebida como instrumento de apoio, para e em função somente da trama teórica à qual se confere mais valor e consideração. Pelo seu caráter subjetivo, os depoimentos orais são considerados em segundo plano e são utilizados na qualidade de ingrediente atrativo, fácil de digerir ou consumir (LOSANO, 2006, p. 22).

Para Losano (2006, p. 24), recorrer à história oral é uma forma de “estabelecer relações de maior qualidade e profundidade com as pessoas entrevistadas”, contrariando as disposições reificantes dos historiadores positivistas. Nesse sentido, a história oral pode ser compreendida como um campo que não se presta ao serviço de uma visão

cristalizada sobre a realidade, mas se apresenta hoje, sobretudo para a história dos grupos marginalizados, como uma importante ferramenta para a construção de histórias possíveis, contra a noção de uma história única, forjada pelos pontos de vista dos grupos hegemônicos.

A relevância da história oral é defendida por Portelli (1997, p. 37), quando nos diz que as fontes orais “são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas”, visto que, por outro lado, as classes dominantes “têm controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante” (PORTELLI, 1997, p. 37). Confrontando as críticas à confiabilidade das fontes orais, o autor demonstra que as fontes escritas são também construções subjetivas, visto que fala e escrita não existem separadamente e tanto as fontes escritas podem ser baseadas na oralidade quanto “a oralidade moderna, por si, está saturada de escrita” (1997, p. 33), pois muitos informantes orais se valeram também de fontes escritas para embasar seus depoimentos.

Conscientes de que escrita e oralidade estão relacionadas e de que ambas as fontes são constructos subjetivos, cabe ressaltar que a subjetividade inerente a elas não deve ser vista como um empecilho ao conhecimento histórico. Se recorrermos às fontes orais somente em busca de dados objetivos, desconsiderando a forma como os discursos foram produzidos (que também possuem historicidade), podemos deixar passar múltiplas possibilidades de compreensão sobre a realidade.

O campo de estudos da história oral aciona categorias que nos ajudam a compreender como os seres humanos se relacionam com o mundo, como eles se desenvolveram enquanto sujeitos ao mesmo tempo ativos e também influenciados por elementos culturais exteriores. Categorias como *experiência*, *representação*, *memória* e *subjetividade* serão úteis para compreender os sentidos presentes nos discursos das mulheres camponesas desta pesquisa.

A narrativa que procuro construir nos capítulos desta dissertação, que busca compreender as possibilidades de ser mulher camponesa no Distrito Federal, analisa os discursos de seis mulheres assentadas (quatro do assentamento *Patrícia e Aparecida* e duas do assentamento *Estrela da Lua*), entre as idades de 30 e 59 anos. Cumprindo com as normas do Comitê de Ética da Universidade de Brasília, que não autoriza a

divulgação dos nomes reais de participantes de pesquisas com seres humanos⁴, utilizei pseudônimos para designá-las. Nesse sentido, optei por identificá-las com nomes de flores, para remeter à vida no campo. Em alguns casos, a própria colaboradora escolheu o nome que gostaria de receber, como Girassol, escolhido por ser a flor preferida da mãe, falecida poucos meses antes da data da entrevista.

O primeiro critério para escolha das mulheres participantes da pesquisa era que fossem camponesas residentes em assentamentos localizados na área rural do Paranoá, local onde eu trabalhava na época e onde já havia entrevistado mulheres para a pesquisa de conclusão da especialização em História. O segundo critério foi a faixa etária das camponesas, todas maiores de 18 anos, com idade legal para se responsabilizarem por uma família, pelo trabalho na terra e pela participação no processo de luta pela aquisição da terra.

O contato com a primeira das entrevistadas, Caliandra, de 39 anos, que já havia participado de uma pesquisa para o inventário do CED PAD-DF, foi feito inicialmente via aplicativo WhatsApp, pelo qual verifiquei a possibilidade de participação dela e de outras mulheres do assentamento *Patrícia e Aparecida*. As entrevistas dela e das demais participantes do assentamento, Margarida, Dália e Orquídea, foram realizadas nos meses de maio e junho de 2021. Apenas a entrevista de Margarida não foi feita presencialmente, mas via aplicativo Google Meet, visto que, na ocasião, ela se encontrava na área urbana de Brasília para um tratamento de saúde.

O segundo assentamento, *Estrela da Lua*, também localizado na área rural do Paranoá, foi visitado nos meses de junho e julho, logo após o término das entrevistas com as mulheres do *Patrícia e Aparecida*. Meu interesse no local se deu por conta do esforço de preservação de plantas nativas do cerrado, realizado pelos assentados. A partir de informações obtidas no polo da Emater do PAD-DF, tive o primeiro contato com Girassol, esposa de um dos líderes do assentamento. Após entrevistá-la, fui apresentada a sua vizinha, Flor do Deserto, uma das primeiras pessoas acampadas na área que hoje corresponde ao assentamento.

Para que tenhamos uma noção da diversidade representada por elas, gostaria de

⁴ Antes de iniciar as entrevistas, precisei submeter o projeto ao Comitê de Ética em Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Uma das normas desse órgão é a não divulgação de nomes ou de imagens dos/as participantes, ainda que, na construção da narrativa histórica, a menção aos nomes originais conferiria maior protagonismo aos sujeitos. Até mesmo algumas mulheres entrevistadas questionaram essa regra, quando apresentei a elas o projeto.

apresentar uma pequena biografia de cada uma. A possibilidade de aplicação das teorias de interseccionalidade e articulação nos estudos de gênero tornaram-se muito mais palpáveis no momento em que me defrontei com as histórias de vida de mulheres camponesas reais.

Caliandra, 39 anos, mulher negra⁵, natural de Cajazeiras, no Piauí. A família sempre viveu e trabalhou no campo, mas não tinham terra própria, o pai era meeiro nas terras de terceiros. A dificuldade de acesso à escola na infância fez com que estudasse só até a quarta série. Ela veio para Brasília em 1998, aos 17 anos, para trabalhar como doméstica e nesse período teve a primeira filha. Ao chegar, morou a maior parte do tempo em São Sebastião, enquanto trabalhava no centro de Brasília. Mudou-se para a área rural após se casar com o atual companheiro, em 2011, com quem teve mais dois filhos. Está no assentamento desde 2017, devido à desistência de outra família. Ainda trabalha como diarista no Plano Piloto para conseguir completar a renda da família.⁶

Margarida, 45 anos, mulher branca, natural do Distrito Federal. É casada, tem duas filhas e três netas. Na infância, a família vivia e trabalhava em fazendas de Corumbá (Goiás). O pai trabalhava como meeiro em terras de terceiros e não tinham terra própria. Mudou-se para o Gama, no Distrito Federal, ainda na infância, para que ela e o irmão mais novo pudessem estudar. Ela afirma ser a primeira mulher presente no acampamento que deu origem ao assentamento *Patrícia e Aparecida* e atuou na sua administração, além de participar de protestos pela conquista da terra. Hoje ela passa mais tempo na cidade, na casa de uma das filhas, para um tratamento médico e para fazer um curso online na área de Assistência Social.⁷

Dália, 51 anos, mulher negra, natural da Bahia. Teve três irmãs mulheres e três homens. A família sempre trabalhou com a terra, o pai plantava alimentos como mandioca, milho e feijão para consumo próprio. É casada, tem quatro filhas e quatro netos, três mulheres e um homem. Ela veio para Brasília, em 1997, para acompanhar o marido. Antes de se

⁵ A definição racial que aparece nas descrições sobre as colaboradoras foi feita por mim com base na aparência física delas e também pelas referências implícitas ou explícitas das entrevistas, como quando Caliandra afirma, com base na própria experiência, que existia muito preconceito contra pessoas negras em Brasília, na época em que ela migrou do Nordeste.

⁶ Entrevista realizada em 19 de abril de 2021, na residência da colaboradora.

⁷ Entrevista realizada em 05 de maio de 2021, via Google Meet.

mudar para a área do assentamento, em 2015, morava em São Sebastião (DF) e trabalhava em obras de construção civil na região. Ainda não consegue viver da terra por causa da falta de recursos, como energia elétrica, por isso trabalha como diarista em Brasília para contribuir com a renda da família.⁸

Orquídea, 30 anos, mulher parda, natural da Bahia. Ela e a família sempre moraram no campo, cultivavam a terra para o sustento da família. Teve cinco irmãs e quatro irmãos. Veio para Brasília aos 16 anos, logo após se casar, para morar com os sogros. Tem dois filhos homens e morou por dez anos em São Sebastião (DF), antes de se mudar para o assentamento. Trabalhava como diarista em Brasília e afirma não ter se adaptado bem à cidade, sentido vontade de voltar a viver no campo. Mudou-se para o assentamento em 2016, já na fase de titularidade das terras.⁹

Girassol, 42 anos, mulher parda, nascida no Rio de Janeiro, mudou-se para o Distrito Federal aos 18 anos, junto com o pai, que era caminhoneiro. Desde que chegou na região, participou de acampamentos de reforma agrária, onde conheceu seu atual companheiro, uma das lideranças do MATR, movimento de grande relevância na luta pela terra no Distrito Federal. A atuação do casal nos movimentos de reforma agrária fez com que, em 2016, fossem vítimas de um atentado, no qual ambos perderam um olho. Mesmo já sendo assentada, ela e o companheiro continuam a participar de outros acampamentos com o intuito de fortalecer a luta pela reforma agrária no DF.¹⁰

Rosa do Deserto, 59 anos, mulher branca, natural de Campinaçu, em Goiás. Teve dezessete irmãos durante a vida no campo, mas apenas uma filha. A família tem origem camponesa e mudou-se para a cidade em busca de trabalho. Tem pouca escolaridade, por causa da dificuldade de acesso à escola na infância. Trabalhou por muito tempo como costureira em Brasília, antes de se mudar para o assentamento, há cerca de oito anos, tendo sido uma das primeiras pessoas a participar da ocupação das terras. Afirma

⁸ Entrevista realizada em 15 de maio de 2021, na residência da colaboradora.

⁹ Entrevista realizada em 15 de maio de 2021, na residência da colaboradora.

¹⁰ Entrevista realizada em 02 de julho de 2021, na residência da colaboradora (outras falas dela foram registradas por áudio de WhatsApp, pois a colaboradora pediu para acrescentar algumas respostas que não se lembrava ou não podia falar durante a primeira entrevista, sobretudo a respeito da divisão de papéis de gênero em casa).

sempre ter tido o sonho de voltar a viver no campo.¹¹

Apesar dos pontos em comum, todas elas contaram uma história de vida que não pode ser generalizada, que invalida a pretensão de universalizar a categoria de mulheres, neste caso, mulheres do campo. Ainda assim, na subjetividade inerente aos discursos delas, podemos abstrair informações importantes que possibilitam uma compreensão das realidades das quais elas são provenientes, tanto do presente em que as entrevistas foram feitas, quanto do passado rememorado.

Considerando as experiências dessas mulheres como a matéria-prima para compreender as realidades das quais elas fazem parte e de que maneira os sentidos que atravessam cada uma delas nesses espaços convergem para a formação de suas identidades enquanto camponesas, gostaria de apresentar logo no primeiro capítulo o percurso teórico-metodológico que segui, pautado pelas premissas da história oral e de pensadoras/es que valorizam as experiências e a subjetividade das pessoas como substratos essenciais à construção de saberes históricos, demonstrando a indissociabilidade entre sujeito e realidade.

No segundo capítulo, tento demonstrar o quanto as experiências das mulheres camponesas podem trazer outros pontos de vista sobre o campesinato que se formou na região de Goiás e do Distrito federal, contrapondo visões estereotipadas construídas por viajantes estrangeiros, sobretudo pelo francês Auguste de Saint-Hilaire. Em seguida, pretendo apresentar os espaços camponeses dos quais minhas colaboradoras são participantes, começando por um panorama da formação das áreas rurais do Distrito Federal até a história dos dois assentamentos, *Patrícia e Aparecida* e *Estrela da Lua*. Para compreender a formação dos assentamentos, comparei as entrevistas aos documentos dos processos de criação dos dois lugares, disponibilizados pela Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI/DF).

No último capítulo, me dedico a analisar as relações de gênero que estruturam principalmente dois aspectos essenciais da experiência de classe camponesa: o trabalho e a luta pela terra. Busquei demonstrar, em um primeiro momento, o quanto elementos tradicionais da sociabilidade camponesa são também marcados pela divisão de gênero,

¹¹ Entrevista realizada em 20 de julho de 2021, na residência da colaboradora.

ao mesmo tempo em que indico as permanências e as transformações promovidas pela geração das colaboradoras. A valorização das subjetividades dessas mulheres possibilitou a percepção das diferentes formas de opressão que se articulam com as relações de gênero e também os mecanismos encontrados para subvertê-las.

Isto posto, espera-se que a pesquisa realizada com essas mulheres possa contribuir para a construção de um conhecimento amplo e plural sobre as sociedades camponesas que se constituíram nas áreas rurais do Distrito Federal, considerando a participação ativa dos sujeitos femininos na formação, perpetuação ou atualização das práticas sociais e valores de suas comunidades. Portanto, é necessário pensar esses espaços a partir das relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, marcada por estratégias de poder que podem ser construídas por elas, de acordo com as possibilidades de cada contexto, visando driblar a desigualdade que pode existir entre os gêneros.

CAPÍTULO 1

REPRESENTAÇÃO E EXPERIÊNCIA: NÃO HÁ COMO SEPARAR CONSCIÊNCIA E REALIDADE

O gravador já estava desligado quando Rosa do Deserto terminava de passar o cafezinho. O fim da tarde se avizinhava. Conversa vai, conversa vem, enquanto ela se desculpava pela maneira como havia respondido a algumas perguntas da entrevista (temendo que as respostas não tivessem atingido às minhas expectativas), pediu licença para contar uma história. Eu perguntei se poderia registrar o relato. Ela assentiu.

Eu espero que você leia a história tentando imaginar o aroma do café coado e a voz de Rosa, com seu sotaque goiano e o tom sério com que fez o relato; tal qual um narrador sertanejo que, em invernos anteriores, comumente contava seus “causos” servindo-se da luz e da quentura do fogão a lenha, assistido por comadres e compadres que não tinham a pretensão de julgar a veracidade de suas palavras e também pelos mais jovens que, sempre em silêncio, sabiam que tinham muito a aprender com aquele sábio narrador.

Pode contar sua história:

Era uma vez um rapaz da roça que foi pra casa de uma tia. Chegou lá tinha um primo, sabido, né?! Era esperto, mexia no computador, sabia tudo de eletrônica, né?! E aquele rapaz da roça não entendia nada. Aí ele [o primo] ficou rindo dele, achando que ele era um bobão, um bocó, um cara que não sabia de nada, um ignorante. Aí nessa época mesmo ele voltou pra roça e levou o primo. Chegou lá na roça, eles levantou de manhã, tomou aquele café reforçado feito tudo no fogão a lenha, né?! Coisa que eles não tinha na cidade, que era leite puro, né?! E cuscuz, essas coisa... e só coisa boa e forte e gostosa, que a mãe dele fazia. Aí ele [o primo] achou né, que a aquele povo vivia mais ou menos, que [antes] achava que eram uns pobre coitado. Aí [o primo da cidade] quando viu o cara indo pro curral, foi junto, chegou lá, ia tirar o leite, falou: - “Ó, cê tira o leite daquela vaca lá que eu vou tirar dessa”. Ele [o primo da cidade] pegou o baldin e como é que faz pra tirar o leite? Chegou beirando a vaca e ficou pra lá e pra cá: “Como é que tira?” “Como é que faz?” “Como é que eu faço isso?”. Aí ele olhou no primo, o primo tava *piando* a vaca, né?! Marrando o bezerro, né?! Na perna ali da vaca e sentou no banquin e tá né, tirando o leite, “tcho”, “tcho” ali, que ele [o primo da cidade] viu o quanto ele era ignorante pras coisas, né?! Do interior, da roça. E tudo que o primo fazia ele não sabia, ele tinha que aprender que ele viu que ele sabia da cidade, mas que sabia também o primo na roça. Então os dois tava igual, né?! [...] Aí que ele viu que a sabedoria não era só de quem vivia na cidade, tinha muita coisa na roça que ele tinha que aprender. Essa é a moral da história (risos) (ROSA DO DESERTO, 2021).

Lembro-me que o estímulo para contar a história surgiu quando nós falávamos algo sobre a sabedoria de quem mora na roça não ser muito valorizada. Ela sabia desse preconceito e, ainda assim, parecia sentir orgulho de suas raízes e do conhecimento adquirido no tempo em que viveu no campo. O relato dela nos diz muito sobre a dicotomia entre o conhecimento adquirido pelas experiências das pessoas comuns e àquele que se aprende formalmente, na escola ou na universidade, suscitando um debate sobre cultura erudita e cultura popular. Rosa do Deserto, assim como a maioria das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, pouco frequentou a escola, por conta das dificuldades de acesso durante a infância.

A historieta também remete à relação desigual entre campo e cidade, interior e litoral, que por muito tempo caracterizou a história do Brasil. Seu exemplo consegue ilustrar um dos objetivos deste trabalho, a saber, a contraposição de discursos hegemônicos a partir da valorização da subjetividade das pessoas comuns; dos saberes subjugados pelo conhecimento científico.

1.1 “Foi o exemplo que a minha mãe me deu, só precisou isso”: a valorização das experiências para a compreensão das sociedades camponesas

Para construir compreensões mais significativas sobre as sociedades humanas, a história, enquanto disciplina, precisou rever sua epistemologia e dialogar com outros campos do saber, como as ciências sociais. A chamada “crise de paradigmas” que afetou a história nas últimas décadas do século XX, como demonstra Sandra Pesavento (2008), teve como características o interesse por novos objetos de estudo, novas metodologias e também o tipo de análise que passou a considerar as percepções construídas pelos sujeitos, vistos aqui não somente como seres afetados passivamente pela história.

Neste capítulo, privilegio as correntes teóricas que possibilitam a construção de outras perspectivas históricas, principalmente se tratando dos estudos de sujeitos subalternizados, que são protagonistas deste trabalho. Considero que a utilização da categoria *experiência* como ferramenta de análise histórica pode demonstrar a indissociabilidade entre a subjetividade e o meio social. Essa teorização inicial é importante para que, ao lermos as entrevistas, possamos compreendê-las não como

meros relatos individuais, mas como narrativas que fornecem contrapontos a algumas visões cristalizadas sobre o passado.

De acordo com Yi-Fu Tuan (1983, p. 9), “experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade”, sendo essas maneiras influenciadas tanto pelas percepções sensoriais como também pelas abstrações do pensamento (1983, p. 9). É pela experiência que as pessoas refletem sobre o significado de suas práticas sociais, tendo em vista que a realidade não pode ser apreendida em sua essência, mas como “um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento” (TUAN, 1983, p. 10).

Edward Thompson (1978), ao criticar a ausência dessa categoria nos estudos marxistas ortodoxos, afirma que a experiência surge porque os homens e mulheres, enquanto seres sociais, “são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (p. 16). Sua defesa é semelhante à perspectiva de cultura de Raymond Williams (2015), que contraria a ideia de que as pessoas comuns são uma massa amorfa, atingidas unilateralmente pelas desigualdades econômicas, que supostamente determinam quem elas são. Para ambos, as pessoas comuns são também sujeitos ativos nos processos históricos.

Uma cultura são significados comuns, o produto de todo um povo, e os significados individuais disponibilizados, o produto de uma experiência pessoal e social empenhada de um indivíduo. É estúpido e arrogante presumir que qualquer um desses significados pode chegar a ser prescrito: eles se constituem na vida, são feitos e refeitos, de modos que não podemos conhecer de antemão (WILLIAMS, 2015, p. 12).

No texto *Cultura é algo comum* (2015), Williams faz uma crítica à tradicional divisão entre cultura erudita e cultura popular, começando pela arrogância daqueles que frequentam espaços educacionais privilegiados em relação aos demais trabalhadores, pessoas que ele simplesmente chama de “comuns”. Ao longo do texto, o autor esforça-se para demonstrar que todo grupo humano, não obstante as limitações materiais, tem capacidade intelectual inata para criar significados próprios sobre o mundo (WILLIAMS, 2015, p. 5). Para ele, a cultura não deve designar somente as expressões artísticas, mas também os modos de vida, visto que qualquer sociedade se constitui a partir da “descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato, das invenções, inscrevendo-se na própria terra” (WILLIAMS, 2015, p. 5).

Indo na mesma direção, Edward Thompson (1979) – ao questionar a separação elitista entre teoria e prática de filósofos marxistas, dentre os quais o mais proeminente é Louis Althusser – defende a utilização da categoria experiência pelos historiadores, pois não há como “conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento” (THOMPSON, 1979, p. 16).

Ao valorizar as experiências produzidas pelos sujeitos, Thompson, ao mesmo tempo em que aponta a fragilidade da pretensão totalizante do marxismo, que acaba por resumir a explicação das sociedades à mera desigualdade econômica de classes, questiona o elitismo acadêmico que coloca suas teorias acima dos saberes não institucionalizados.

Não sou indiferente aos valores intelectuais nem inconsciente da dificuldade de se chegar a eles. Mas devo lembrar a um filósofo marxista que conhecimentos se formaram, e ainda se formam, fora dos procedimentos acadêmicos. E tampouco eles têm sido, no teste da prática, desprezíveis. Ajudaram homens e mulheres a trabalhar os campos, a construir casas, a manter complicadas organizações sociais, e mesmo, ocasionalmente, a questionar eficazmente as conclusões do pensamento acadêmico (THOMPSON, 1978, p. 17).

Os dois autores, formados pelo marxismo, mas que criticam as disposições ontológicas desse paradigma, chamam nossa atenção para o fato de que as relações socioculturais entre os sujeitos são mais complexas do que a teoria pode suportar. De acordo com Robson Laverdi (2013, p. 39), Willians acreditava que os conceitos analíticos deveriam ser historicizados, por isso preocupava-se em “superar os usos correntes da linguagem como ‘reflexo’ ou ‘expressão’ da realidade”. Nesse sentido, a linguagem deveria ser percebida não como algo fixo, mas como “um fazer da consciência prática” (LAVERDI, 2013, p. 41) e, por isso, também contestava a separação idealista entre consciência e realidade.

Considerar a experiência vivida das pessoas comuns como fator de transformação social é reposicioná-los como sujeitos nos processos históricos e não somente como seres humanos sujeitados às imposições das desigualdades de classe. Mesmo que admita que a experiência é antes determinada pela classe, Thompson (1979, p. 189) acrescenta uma dimensão sócio-histórica ao considerar que “as maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação”. Deste modo, ele

também não percebe os valores constituídos pelas pessoas apenas como uma imposição ideológica do estado burguês sobre uma massa passiva e alienada, pois

os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos. Se dizemos que os valores são aprendidos na experiência vivida e estão sujeitos às suas determinações, não precisamos, por isso, render-nos a um relativismo moral ou cultural. Nem precisamos supor alguma barreira intransponível entre valor e razão. Homens e mulheres discutem sobre os valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais (THOMPSON, 1978, p. 194).

As experiências vividas mencionadas por Thompson (1978, p.17), que “ajudaram homens e mulheres a trabalhar os campos, a construir casas, a manter complicadas organizações sociais” e que podem ser experimentadas como sentimentos que as pessoas lidam “na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas” (1978, p. 189), são semelhantes ao que Benjamin (2012) chama de “experiência tradicional”, que seria uma vivência transformada em sabedoria para guiar a vida prática, não só individual, mas de um grupo de pessoas. O autor utiliza a fábula de Esopo, *O velho vinhateiro*, para demonstrar como esse tipo de experiência opera: uma forma de saber que tende a ultrapassar o espaço das vivências individuais.

A experiência tradicional é calcada na comunidade, no coletivo, ou seja, é vivência transformada em sabedoria, inserida em uma história que é transmitida por meio da PALAVRA de pai para filho, de um trabalhador para o aprendiz, de um rapsodo para várias pessoas, etc. (MORAIS, 2017, p. 390).

Benjamin (2012, p. 51) afirma que a importância conferida às experiências diminuiu, sobretudo após o trauma causado pela Primeira Guerra, pois os soldados “não voltavam mais ricos, mas mais pobres de experiências partilháveis”. Não eram como os marinheiros que viajavam para longe e voltavam para narrar suas aventuras aos que ficaram ou como os camponeses, sedentários, que conheciam as tradições de sua terra e aprendiam histórias de longe com os forasteiros que por eles passavam (BENJAMIN, 1987, pp. 198-199); estes, enriqueciam as próprias experiências com as experiências de outros lugares e tendiam a transformá-las em narrativa, que deveria ser passada adiante, por geralmente conter um senso utilitário.

Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas, se “dar

conselhos” parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis [...] O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria (BENJAMIN, 1987, p. 200).

A historieta que abre o início do capítulo me fez lembrar as considerações de Benjamin a respeito dos narradores. Me pergunto se as lembranças suscitadas no ato da entrevista fizeram com que Rosa do Deserto refletisse sobre sua posição enquanto mulher camponesa, partícipe de uma classe material e culturalmente subjugada por discursos pautados pelo binarismo moderno/atrasado? E, deste modo, foi impelida a narrar uma história que, assim como foi apontado acima por Benjamin, possui um senso utilitário, cuja lição se converte na subversão dos preconceitos que são direcionados às pessoas de sua classe?

A dicotomia moderno/atrasado, que tende a definir algumas concepções sobre os sujeitos do interior, será melhor explorada no capítulo seguinte, mas, desde já, vale dizer que, em vários momentos, as colaboradoras fizeram remissões às importantes lições de vida ensinadas por seus predecessores que, mesmo sem escolaridade, foram construídas a partir de suas próprias experiências, de sua relação contínua com o meio social. Na trecho abaixo, Caliandra menciona a importância dos ensinamentos da mãe na formação de sua conduta moral, mesmo que se tratasse de uma pessoa analfabeta.

[...] Eu nunca roubei nada de ninguém, que minha mãe me ensinou: – “Filha...”. Mesmo ela sem ter conhecimento, a minha mãe quando eu tava subindo no ônibus [para vir para Brasília] ela me abraçou e falou: – “Filha, patrão sabe tudo o que tem na casa, minha filha não rouba nem uma AGULHA, que eles sabe de tudo”. Foi o exemplo que a minha mãe me deu, só precisou disso. Nunca roubei nada de ninguém (CALIANDRA, 2021).¹²

A fala foi motivada pela recordação do período em que trabalhou como empregada doméstica no centro de Brasília e traz um importante indicativo da classe à qual a família de Caliandra pertence. Em uma das residências, a qual ela afirmou ser a casa de um ministro, foi acusada de roubar uma câmera. Na sequência, ela relatou que tinha uma rotina de trabalho exaustiva e “só folgava de quinze em quinze dia e ficava deitada, o reesto do domingo que eu chegava em casa, né?! Porque o ônibus demoraaava a passar na parada [no local onde trabalhava]”¹³. Chegou a sofrer outras formas de assédio moral e até mesmo agressão física nas casas onde trabalhou, ainda

¹² Pergunta: **A sua mãe trabalhava na roça também, ou ficava mais no serviço de casa?** Resposta a partir do minuto 40:16 do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

¹³ Extensão da pergunta anterior. Resposta a partir do minuto 43:16 do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

assim, tentou ser resiliente e encarar a experiência como um aprendizado para a vida.

Então... não tinha força para nada no final de semana, só dormia... eu folgava e dormia de domingo pra segunda e de manhã cedo ia pra parada pra voltar pro trabalho. Mas foi muita coisa que me ensinou [a experiência nesses empregos], nunca saí do trilho, nunca roubei, mas mesmo assim nunca fui desaforada com nenhum dos meus patrões. Igual sou hoje também, uma pessoa muito bacana. Não me sinto agressiva com ninguém. Por onde eu passo graças a Deus as pessoas gostam de mim e, passo isso pro meu filho. Falo que a gente não tem que devolver as coisas do jeitin que as pessoas faz a gente não precisa devolver, que fala, na mesma moeda, né?! (CALIANDRA, 2021).¹⁴

Dessa vez, Caliandra não atribuiu à mãe a regência de sua conduta na situação descrita, mas deixou subtendido que, ainda que sua posição social fosse menos privilegiada em comparação a dos patrões ricos, ela tinha uma moral adquirida anteriormente para lidar com a injustiça. As duas falas anteriores indicam a presença dos aspectos geracionais que devemos considerar ao analisar as experiências. De acordo com Mannhein (1993 *apud* WELLER, 2010, pp. 211-212), as vivências passadas se fazem presentes tanto na forma de modelos que regem as condutas dos indivíduos, ainda que de forma inconsciente, numa espécie de conhecimento implícito acumulado.

Alguém é velho principalmente pelo fato de viver em um contexto de experiências específicas, autoadquiridas e pré-formativas, através das quais cada nova experiência é, até certo ponto, classificada de antemão quanto à sua forma e localização. Em contraposição, na nova vida as forças configuradoras estão se constituindo, as intenções primárias e a forte impressão de novas situações ainda precisam ser processadas (MANNHEIN, p. 534 *apud* WELLER, 2010, p. 212).

Hoje, no ato da entrevista, Caliandra consegue refletir e tirar lições sobre esse passado justamente porque a vivência foi convertida em aprendizado, algo que ela pretende compartilhar com os filhos, pertencentes à próxima geração. Os estudos geracionais de Mannhein (1993) mostram que existe uma necessidade de transmissão de bens culturais das gerações mais velhas para as mais jovens. Para ele, essa transmissão é possível na medida em que há uma troca de conhecimentos entre as gerações, assegurada principalmente pelas “gerações intermediárias”, visto que “são estas que primeiramente exercem influência uma sobre a outra” (1993, p. 540 *apud* WELLER, 2010, p. 2013).

Nos exemplos de Caliandra, a moral ensinada pela mãe seria repassada aos

¹⁴ Extensão da pergunta anterior. Resposta a partir do minuto 44:27 do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

filhos, assim como outros aspectos da vida prática aprendidos na infância, tanto com relação ao trabalho na roça, como com o reprodutivo. Apesar de ter crescido em uma casa simples, cujo telhado era “coberto com palha de carnaúba”¹⁵, existia um cuidado especial com os utensílios domésticos, mesmo cozinhando no fogão a lenha, quando diz que “[...] nossas panela eram impecáveis. O espelho da casa eram nossas panelas! Porque minha mãe ó, era *fogo no ovo* (fala com entusiasmo), não ficava uma panela sem arear”¹⁶. Essas são práticas que ela tenta ensinar à filha.

A gente terminava gostando, porque... as ferramentas de trabalho tornava os nossos brinquedo, né?! A gente não conheceu brinquedo, nós conheceu ferramenta que hoje também serve pra mim, serve pra minha filha, ela as vezes até fala: – mãe, mas não é assim! Eu digo: – é, filha, mas assim, eu tô conseguindo passar pra você o que eu vivi. Só que eu não trato ela às vezes como meu pai e minha mãe tratava a gente, né?! Naquele tempo, aquele castigo no sol quente, aquela coisa sem se importar de ir pra escola, e tudo (CALIANDRA, 2021).¹⁷

No último trecho, em que diz “aquele castigo no sol quente, aquela coisa sem se importar de ir pra escola, e tudo”, ela menciona dois pontos importantes com relação à infância na atualidade, mas que não tinham a devida garantia nas gerações anteriores: às restrições ao trabalho infantil e o acesso à escola. Caliandra tem consciência de que, não obstante algumas práticas adquiridas na infância sejam relevantes para os filhos, principalmente se decidirem permanecer no espaço rural, alguns comportamentos sustentados pelos pais no passado não se aplicariam atualmente. Ela porta-se, dessa forma, tal qual uma representante geracional intermediária, pois, não só transmite bens culturais das gerações anteriores, mas cumpre o papel de atualizar práticas que não cabem mais. Para Mannheim (1993 *apud* WELLER, 2010), essa dinamicidade é importante, pois promove uma reflexão, ainda que inconsciente, sobre os bens culturais acumulados, que resulta no esquecimento do que não é mais necessário e, ao mesmo tempo, suscita a recordação social.

A dinamicidade da transmissão de saberes entre as gerações mostra que a percepção das variações geracionais só é possível se observarmos as experiências cotidianas, pois, apesar de esperarmos que uma determinada classe tenha um padrão de

¹⁵ **Pergunta: Tanto homens quanto mulheres trabalhavam da mesma forma na roça?** Resposta a partir do minuto 23:52. Áudio, registrado em 19 de abril de 2021.

¹⁶ **Pergunta: A sua mãe trabalhava na roça também? Ou ficava mais no serviço de casa?** Resposta a partir do minuto 25:20 do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

¹⁷ Extensão da pergunta anterior. Minuto 25:35 do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

comportamento, outras particularidades dos indivíduos podem representar desvios. Os estudos geracionais de Breitner Tavares (2012, p. 588), sobre a cultura Hip-Hop, demonstram que “os indivíduos que compartilham a mesma posição social em termos de classe e nascimento serão submetidos ao mesmo conjunto de experiências frequentes e naturalizantes da ação social condicionante de hábitos e gostos”, análise que pode ser estendida a outros grupos sociais. Contudo, o pertencimento a uma classe é apenas um dos condicionantes de uma situação geracional. À essa distinção, devemos somar fatores sócio-históricos, como o comportamento esperado para um grupo de pessoas de uma determinada idade em um dado momento e, no caso desta pesquisa, também considerar a marcação de gênero percebida, por exemplo, quando as colaboradoras mencionam ofícios aprendidos com o pai e outros com a mãe, que serão aprofundados no terceiro capítulo, no qual tratarei das distinções de gênero.

A utilização da noção de *habitus* que, de acordo com Pierre Bourdieu “são princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (2011, p. 22), nos ajuda a visualizar o que seriam as disposições esperadas sobre as comunidades camponesas a que pertencem nossas colaboradoras. Trata-se de “um instrumento conceptual que auxilia a apreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos produtos de uma mesma trajetória social” (SETTON, 2002, p. 64), como, por exemplo, pressupor que o fato de as mulheres entrevistadas terem origem camponesa fez com que elas, ao se deslocarem em dado momento para a cidade, sentiram-se desajustadas, e por isso cultivaram a necessidade de retorno ao espaço rural, algo propiciado pela reforma agrária. Ao chegar da Bahia, Orquídea se mudou para São Sebastião, uma área periférica do Distrito Federal, período em que trabalhou como diarista. No trecho abaixo, podemos constatar esse esperado desajuste social em sua experiência na cidade.

Quando eu vim pra cá foi porque casou (risos). Até eu acostumar de lá [da Bahia] aqui demorou muito. Aí custou pra eu me acostumar aqui, mas quando acostumei [...] Agora, já pro assentamento, eu não tive problema de acostumar aqui. Acho que porque o mesmo ritmo do que lá da Bahia que eu fui criada lá na roça também, era o mesmo ritmo daqui. Aí logo, foi mais fácil eu acostumar aqui do que em São Sebastião, porque custou pra eu acostumar em São Sebastião (ORQUÍDEA, 2021).¹⁸

¹⁸ **Pergunta: E como foi a sua vinda pra cá [para o assentamento]? Quando você veio? Por quê?**
Resposta a partir do minuto 11:31. Áudio registrado em 15 de maio de 2021.

O desajuste, declarado não só por ela, mas por Girassol, Caliandra, Dália e Rosa do Deserto, é um elemento constantemente apontado pelos estudiosos dos movimentos sociais de luta pela terra, quando concordam que a maioria dos participantes desses movimentos são camponeses e camponesas que, em dado momento, migraram para a cidade em um êxodo rural forçado pelo capitalismo (MATOS; PESSOA, 2011, p. 6). A migração representou um problema não só de insegurança econômica, mas também cultural, fazendo com que “ao invés de se submeterem à força de trabalho, às explorações dos capitalistas, muitos trabalhadores preferem lutar pela reconquista de um pedaço de terra, contrariando a lógica do sistema capitalista” (MATOS; PESSOA, 2011, p. 6). Margarida, participante ativa da formação do assentamento *Patrícia e Aparecida*, afirmou que, dentre as centenas de pessoas que estiveram acampadas para formar o assentamento, “uns 90% já tinha [histórico com a terra]. Já tinha vindo até de outros assentamentos (gesticula) que não deram certo e foram ficar conosco lá”¹⁹.

As predisposições de uma classe, portanto, devem ser articuladas a outros fatores sociais que influenciam a relação dos sujeitos com o mundo, que para Bourdieu (2011) são as posições sociais e as escolhas feitas pelos agentes. Nesse sentido, a noção de *habitus* é importante, tendo em vista que não considera somente as dimensões externas que condicionam a vida dos sujeitos, como a posição social que ocupam em um dado momento, mas também as percepções que eles constroem sobre o meio social. É uma categoria que busca confirmar a teoria pela prática e, por isso, concilia a exterioridade do meio social (objetiva) e a individualidade dos sujeitos.

Ela [a noção de *habitus*] é importante para lembrar que os agentes têm uma história, que são produto de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio, além de serem o produto de uma história coletiva, e que em particular as categorias de pensamento, as categorias do juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores, etc. são o produto da incorporação de estruturas sociais (BOURDIEU; CHARTIER, 2012, p. 58, grifo meu).

A noção de *habitus*, tal qual é pensada por Bourdieu, como “uma subjetividade socializada” (BOURDIEU, 1992, p. 101 *apud* SETTON, 2002, p. 63), confirma a importância das experiências particulares nas análises dos meios sociais. Se compararmos as trajetórias individuais dessas mulheres, veremos que a simples origem

¹⁹ Pergunta: A maioria do pessoal que foi pro assentamento, que tentou participar do assentamento, eles eram já camponeses? Já tinham esse histórico com a terra? Resposta a partir do minuto 69:53, da gravação de vídeo de 03 de maio de 2021.

camponesa não é suficiente para determinar, por exemplo, o grau de apego à vida no campo e a consequente permanência na terra adquirida pelo assentamento. Por exemplo, de todas as mulheres entrevistadas, Margarida era a única que concluiu a educação básica e, inclusive, na época da entrevista, realizava um curso na área de assistência social.

Eu tenho o ensino médio completo, e eu comecei fazer assistência social também [...] Eu arrumei uma oportunidade, e eu dediquei, sabe?! Eu falei: – agora dá pra mim fazer, que minhas filhas tão criada, e eu faço o meu horário nas terra e eu vou pra faculdade ainda, (inaudível). Agora pelo menos é online, né?! Facilita um pouco. Mas e... Daqui a quatro anos eu vou te chamar pra minha formatura (risos) (MARGARIDA, 2021).²⁰

O simples fato de ela cursar o ensino superior em uma área diferente do tipo de trabalho feito no campo, aumenta sua possibilidade de abandono do campo e retorno para a cidade no futuro. E ainda que ela conseguisse manter a posse da terra, trabalhando na cidade, ao não tirar dela o seu sustento, seria descaracterizada como camponesa, tendo em vista que uma das condições que definem o campesinato é o envolvimento da família no trabalho com a terra, de onde retira o seu sustento material e cultural. De acordo com Vanderlinde (2007), ainda que existam divergências entre as correntes que teorizam a categoria de *campesinato*, sobretudo a respeito da sobrevivência dela na modernidade, os autores tendem a concordar que:

o camponês é aquele que tem acesso a uma parcela de terra para produzir. O segundo é que essa produção se faz, fundamentalmente, a partir da força de trabalho familiar. O terceiro é que, sendo familiar, a unidade camponesa é, a um só tempo, unidade de produção e consumo (VANDERLINDE, 2007, p. 33).

A partir dessa leitura, tradicionalmente, o camponês é um sujeito moldado por sua relação de trabalho com a terra, garantido pela colaboração familiar. Ainda que compartilhem a origem camponesa, a mesma possibilidade de vida de Margarida não se aplicaria às outras mulheres assentadas, visto que, por não serem escolarizadas, não dispunham da oportunidade de ascensão social oferecida pelo ensino superior, dependendo muito mais da terra como forma de obtenção da sobrevivência. Abandoná-la, nessas circunstâncias, significaria sua proletarização na cidade, condição da qual fugiam quando decidiram participar do assentamento.

²⁰ **Pergunta: Você estudou até qual série?** Resposta a partir do minuto 64:57, da gravação de vídeo de 03 de maio de 2021.

Eu saí de casa já com 14 anos, com 15 anos tive meu primeiro filho. E caí na luta de trabalhar e sustentar meus filhos, que sempre fui mãe solteira. E o meio de eu entrar pro “sem terra” foi: - vou conseguir um lugar pra mim e pros meus filhos (GIRASSOL, 2021).²¹

Na época eu trabalhava de segurança, só que não registrada. E o que aparecia nós tava no meio... faxina. O que aparecia eu tava trabalhando. Não deixava era faltar (inaudível), mas quem mora de aluguel, e aí?! (Inaudível), era complicado, você pagar aluguel na cidade e sustentar ainda criança, e mãe solteira (GIRASSOL, 2021).²²

O exemplo de Girassol mostra que o desejo de retorno ao campo não se dá só em função da origem camponesa da família, mas representa a garantia de uma vida digna para os filhos, algo não encontrado na cidade. Com a exceção de Rosa do Deserto, que se profissionalizou no ofício de costureira (segundo ela, aprendido com a mãe, que fiava algodão na roça) e Margarida, cuja escolarização garantiu um emprego temporário no setor público, as outras mulheres entrevistadas trabalharam em serviços pouco privilegiados e pouco remunerados ao chegarem em Brasília, principalmente àqueles relacionados às atividades reprodutivas (cozinha e limpeza).

Os exemplos acima foram trazidos para demonstrar que, não obstante essas pressuposições iniciais que tendem a caracterizar o *habitus* das sociedades camponesas, como a relação afetiva e não só material estabelecida entre essas comunidades e a terra, bem como a importância do trabalho da família, não devemos pautar nossa análise sem considerar os aspectos históricos e culturais que moldam as experiências de cada sujeito. Articulam-se nas falas de Margarida e de Girassol, questões econômicas e sociais (como a relação entre campo e cidade) na formação de suas identidades camponesas.

Ao falar aqui de uma tradição camponesa, não gostaria de percebê-la como algo cristalizado, presa ao passado, pois essa percepção poderia fortalecer imagens estereotipadas sobre os sujeitos do campo, percebendo-os como atrasados. Como bem observou Ellen Woortmann (2009, p. 128), “o camponês não é obtuso, impermeável à mudança”, mas age com cautela em relação a ela, para não dar um passo maior do que as pernas e colocar em risco a segurança alimentar da família. Além do que, não

²¹ **Pergunta: Então você veio pra Brasília por causa desse movimento [movimento de luta pela terra] ou você já tava aqui?** Resposta a partir do minuto 06:21, do áudio de 02 de julho de 2021.

²² **Pergunta: Cê trabalhou com o quê quando você veio...?** Resposta a partir do minuto 06:50, do áudio de 02 de julho de 2021.

devemos pensar o campesinato brasileiro como uma classe unificada, mas cujas comunidades diferem umas das outras, de acordo com cada contexto. Isto posto, observo as experiências camponesas apresentadas por minhas colaboradoras seguindo a perspectiva sustentada por Raimond Willians (1980, p. 137), que prevê a tradição como algo além de “um elemento histórico inerte”, mas sim um processo ativo e seletivo de elementos do passado no presente.

Com base em Willians, podemos dizer que os processos de preservação do passado e assimilação do presente, longe de descaracterizarem o modo de vida tradicional camponês, garantem sua sobrevivência. Uma análise geracional das experiências das mulheres entrevistadas para esta pesquisa, portanto, torna possível compreender em que medida as comunidades camponesas das quais elas fazem parte preservaram saberes e práticas das gerações anteriores e o que tem sido modificado ou ressignificado no presente. Caliandra entende a importância de ser uma camponesa instruída para conseguir aperfeiçoar o trabalho na terra.

Hoje eu vejo mulher que é dona do seu próprio nariz, assim, de viver mesmo na roça, eu já vi... Tem umas que eu acompanho no Globo Rural, que elas mesmo é dona da máquina, elas trabalham no trator, elas cuida duma fazenda sozinha, já passou. Eu vi eu falei assim: - Caramba! Tiro o chapéu. Então assim, eu acho que os dois, tá voltado muito. E principalmente quem estuda hoje. Quem estuda hoje, não tá tão pesado trabalhar na roça como antigamente, porque a tecnologia tá bem avançada, os trator planta sozinho... É, eu vi a reportagem assim, que hoje pra nós ser produtor rural nós tem que estudar e ir atrás da tecnologia, porque se não a gente não vence (CALIANDRA, 2021).²³

Assim como a primeira, Margarida afirma que gostaria de fazer algum curso voltado para o setor agrícola pois, apesar de não trocar a vida no campo, “não quer ficar aquelas roceiras sem conhecimento, não!”²⁴. O fato de ambas terem consciência de que precisam conhecer as novas tecnologias voltadas para a agricultura, não significa que querem se desfazer dos saberes repassados pelas gerações anteriores, os quais ainda se fazem presentes em seu cotidiano, quando cozinham à lenha, realizam mutirões de fazer farinha de mandioca ou criam determinados animais. Em alguns casos, o apego à roça da infância é tão grande, que elas importam animais e plantas tradicionais dos lugares

²³ Pergunta: **Você acha assim, na sua experiência como mulher, do campo... Você acha que tem algumas atividades assim, como era na sua infância, no início da sua juventude e hoje, que ainda no campo elas são mais voltadas para as mulheres e outras que são mais voltadas pros homens? O que você diria sobre isso?** Resposta a partir do minuto 91:40, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

²⁴ Pergunta: **Tem alguma coisa que você gostaria de falar mais sobre essa sua relação com a terra, com o assentamento?** Resposta a partir do minuto: 63:32, da gravação de vídeo de 03 de maio de 2021.

onde nasceram. Orquídea diz que trouxe da Bahia “acho que *imbu*, a gente tá tentando pegar aqui. Pé de imbuzeiro, que aqui não tem. Pé de imbuzeiro e *imburana*”²⁵. Quando a visitei, ela mostrou as cabras criadas em seu lote, animal comum do sertão nordestino.

Figura 1: Caprinos criados por Orquídea.



Fonte: Arquivo Pessoal. Registro feito por mim no dia da entrevista, em 15 de maio de 2021.

O que vemos nos exemplos de Caliandra, Margarida e Orquídea é a valorização de conhecimentos adquiridos no passado e, ao mesmo tempo, uma busca pela apreensão de conhecimentos técnicos com o intuito de facilitar a vida no campo, compactuando com a ideia de tradição fluída sustentada por Willians (1980), sem estabelecer uma supervalorização dos saberes institucionalizados contra a sabedoria adquirida ao longo do tempo, a partir das experiências delas e de seus antepassados.

De acordo com Benjamin (1987), esse último tipo de sabedoria, fruto das experiências, tradicionalmente repassadas entre as gerações, vem sendo substituída cada vez mais por um conhecimento técnico, apresentado não mais pela oralidade, mas pela escrita, e que não aprecia mais os ensinamentos das narrativas, contadas repetidas vezes, mas sim as novidades das informações, que tendem a trazer explicações (BENJAMIN, 1987, p. 203). Podemos associar essa busca por explicações à institucionalização dos saberes na sociedade moderna, marcada pela pretensão de estabelecer verdades. Nessa

²⁵ **Pergunta:** *Cê trouxe alguma coisa que é de lá [na Bahia] pra plantar aqui?* Resposta a partir do minuto 37:38. Áudio registrado em 15 de maio de 2021.

ótica, enquanto que o narrador preocupa-se com o ato de compartilhar experiências com outras pessoas, o historiador (cientista), revestido por uma autoridade institucionalizada, acredita poder explicar eventos de forma puramente objetiva. A institucionalização dos saberes acaba por eleger como “verdadeiros” determinados discursos, ao passo que coloca outros na posição de ilusórios.

O método genealógico desenvolvido por Michel Foucault (1996) busca contestar essas noções essencialistas ao propor que analisemos os discursos que permeiam as relações sociais. Segundo ele, a ordem discursiva que se apresenta na sociedade ocidental moderna foi constituída em torno de princípios exclusão e de limitação. A *vontade de verdade* seria um dos sistemas de exclusão que atingem os discursos. Para Foucault, ela é institucionalizada e exerce um poder de coerção sobre outros discursos, mas é mascarada pelo próprio discurso que se autoproclama como verdadeiro e isso faz com que ignoremos seu potencial de exclusão (FOUCAULT, 1996, pp. 18-20). A *vontade de verdade* comanda, por exemplo, a instrumentalização das disciplinas, que seriam um princípio de limitação discursiva, visto que “no interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber” (FOUCAULT, 1996, p. 33). É dentro dos limites dessas disciplinas que são estabelecidas as formas de saber considerados “conceituais” e, por isso, detentores da “verdade”.

Esses mecanismos que sustentam o discurso acabaram por gerar uma hierarquização do conhecimento, pela qual os saberes conceituais “verdadeiros” excluíam o que Foucault chama de “saberes sujeitados” (1999), que são tanto os “saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais” e que podem reaparecer pela crítica ou “saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou cientificidade requeridos” (FOUCAULT, 1999, p. 11-12); tal qual a lição dada pela historietta de Rosa do Deserto, ao nos falar de um tipo de sabedoria adquirida pela prática, desconsiderada pela educação formal. Dentro do segundo grupo de saberes sujeitados estariam os saberes locais, particulares, construídos pelas pessoas a partir de suas experiências em um determinado grupo. Para Foucault é na junção entre esses saberes locais e o saber erudito que reside sua “genealogia”.

Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos,

desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquiza-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns (FOUCAULT, 1999, p. 13).

Nesse sentido, considerando a valorização também dos saberes locais, que podemos apreender nas experiências vividas dos sujeitos que busco compreender nessa pesquisa, a opção pela história oral se faz necessária não só pela ausência de registros escritos produzidos por camponeses e camponesas, mas também porque a oralidade é algo que faz parte de sua transmissão cultural, devido ao acesso tardio à escolarização.

Quando o tema da escolaridade surgiu nas entrevistas, as mulheres afirmaram a dificuldade de acesso à escola na infância, o que nos faz supor que as gerações anteriores poderiam ser até analfabetas. Caliandra contou que o pai “não tinha muito conhecimento também, porque ele não estudou”²⁶ e Rosa do Deserto disse que a “mãe é analfabeta, não tem estudo nenhum. O meu pai não, o meu pai tem um pouquinho também, sabe?! Mas, pouco. Mas ela [a mãe] mesmo não tem estudo”²⁷. Do mesmo modo, Margarida confirma essa pressuposição em relação às gerações camponesas anteriores quando conta que, durante o processo de formação do assentamento, sua escolaridade ajudou muito, pois

[...] o povo não sabia preencher uma ficha, tinha gente que não dava conta de ler, não dá conta de assinar. Aí eu, preparava tudo, sabe?! Eu levava esponjinha pro povo botar o dedão, né?! Não tava sabendo ler, eu lia, explicava, eu preenchia as fichinhas pra todo mundo, eu preparava as regras. E o que eu aprendi fora eu coloquei lá dentro. Aí deu certo (MARGARIDA, 2021).²⁸

Não devemos pensar, contudo, que o não acesso à escolarização foi um empecilho ao desenvolvimento econômico e cultural de camponesas e camponeses. As experiências dos mais velhos, transmitidas às gerações mais novas através da oralidade, possibilitaram a perpetuação de saberes locais ancestrais. O acesso limitado à escrita e aos conhecimentos técnicos, elevava a importância da transmissão de experiências entre as gerações. Em Goiás, local por muito tempo caracterizado por uma sociabilidade

²⁶ Pergunta: **É só... fala uma coisa pra mim, você disse que você começou a trabalhar... desde criança você já trabalhava na roça, né?! E você... quais as atividades que você se lembra de fazer, desde criança?** Resposta a partir do minuto 15:09, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

²⁷ Pergunta: **Os pais da senhora também não estudaram?** Resposta a partir do minuto 12:15, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

²⁸ Pergunta: **Você acha que o fato de você ter trabalhado na prefeitura, ter terminado o seu ensino médio, isso ajudou você lá naquela fase inicial do acampamento?** Resposta a partir do minuto 69:15, da gravação de vídeo de 03 de maio de 2021.

rural, a contação de histórias, os chamados “causos”, cumpriam uma função não só de sociabilização entre as pessoas do lugar, mas principalmente instrutiva.

Na proporção dessa vida telúrica, mas penosa, a conversa com os vizinhos ou com a família no fim de tarde no terreiro varrido em frente à casa, geralmente conduzida ao sabor de uma viola e em volta de uma fogueira que aquecia o entardecer frio do sertão, cumpria o rito de uma rica cultura oral. O contar de causos referentes às histórias da vida, às aventuras – como o encontro com a onça, com a assombração, o atravessar de uma enchente, o castigo a quem desafiava os desígnios divinos –, além de constituir um momento de interação, cumpria o seu papel ideológico com a transmissão de saberes, conhecimentos e conselhos para os preceitos da vida sertaneja (BORGES *et al.*, 2020, p. 254).

Esses elementos da transmissão oral aparecem em várias partes da entrevista de Rosa do Deserto, quando rememora as vivências de infância. Segundo ela, a terra ocupada pelos pais, na região de Campinaçu-GO, chamava-se Água Fria “porque, antigamente as pessoas botava o nome das fazendas pelo córrego, sabe?! Então o rio lá chamava Água fria, então a fazenda era Água Fria”²⁹. O conhecimento de plantas nativas do cerrado garantiu a sobrevivência da família assim que chegaram no local, pois passaram por escassez de alimentos e precisaram recorrer ao extrativismo e à caça.

Então nessa época, onde nós fomos pra essa terra tinha muuuita *gueroba*, e nós comia essa *gueroba* com feijão, sabe?! Eu lembro das crianças pequenininha, comendo era *gueroba*, com feijão, com sal. A gente nem óleo tinha, nem manteiga tinha pra botar, sabe?! E a gente sonhava o dia que nós tivesse arroz, pra gente colher pra comer. Porque, era aquela coisa esquisita, cê vai comendo aquilo, comendo aquilo, só tem aquilo pra comer, vai indo cê enjoa, cê fica sonhando com outra coisa. Não tinha uma galinha, não tinha um porco, né?! Tudo demorou, demorou um pouco pra vim, mas quando veio também foi com fartura (ROSA DO DESERTO, 2021).³⁰

Enquanto os alimentos da agricultura não chegavam, restava recorrer ao que estava disponível no meio ambiente, mas, para isso, era preciso conhecer o que se podia ingerir, sabedoria adquirida com as gerações anteriores. A *gueroba*, também chamada de *guariroba*, é um tipo de palmito abundante no cerrado, hoje considerado um

²⁹ Pergunta: Mas eles, é, nessa terra onde eles [os pais] moraram, trabalharam e criaram os filhos, essa terra era deles, como é que era? Resposta a partir do minuto 6:24, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

³⁰ Pergunta: A roça de vocês, o trabalho de vocês, dava pra sustentar todo mundo numa boa? Cêis não passaram dificuldade não? Resposta a partir do minuto 17:53 do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

alimento tradicional da culinária goiana³¹. Na sequência da entrevista, Rosa do Deserto menciona os hábitos da família de extraírem frutos e cassarem pequenos animais nativos.

A gente comia *jatobá*, tem muita coisa que eu não tô lembrando agora [...] A gente comia caça também, naquela época tinha muita caça, sabe?! E, era desse jeito. Logo quando nós mudamos pra lá, era uma terra selvagem, e ninguém tinha costume assim de tá matando bicho, que a gente tinha uma dó, até hoje. Se matar um bicho na minha frente eu choro. Aí depois, com o passar do tempo, né?! Os meninos fazendo arapuca, pegando um *inhambuzin* aqui uma coisinha ali (risos), que aquela época tinha muito esses trem, que lá era terra virgem, sabe?! Selvagem. Tinha muita coisa. Tinha muito bichin, mas a gente não tinha aquela experiência de tá matando os bichin do mato, sabe?! Tinha dó [...] A gente comia era *pitomba*, cê já ouviu falar em *pitomba*? É... aqueles palmito, da beira de rio. Tinha muita coisa gostosinha no mato, sabe?! O que a gente achava de comer, a gente sempre comia (ROSA DO DESERTO, 2021).³²

Em ambos os trechos, podemos perceber que o local onde morava com a família era bem isolado, fazendo com que ficassem limitados ao que era produzido ou extraído no local. Além da importância dos frutos, perguntei sobre o conhecimento de plantas, tendo em vista que, para as populações que vivem nas áreas rurais, distantes do aparato institucional de assistência à saúde, o conhecimento de ervas e raízes locais com propriedades medicinais, no mínimo, garantia alguma qualidade de vida. Era comum existirem pessoas da comunidade rural detentoras desse tipo de saber.

Ah, remédio a minha mãe tinha, sabe?! Só que eu nunca fui de nem prestar atenção. A minha mãe... É que lá pras roça pra lá nessa época não tinha esses negócio de “doutor”, essa coisa. Se adoecia lá, ou cê vivia... a pessoa, tinha aquelas pessoas sabida, né?! Que entendia das ervas, né?! A mãe [dela] tinha um negócio de plantar na beira do córrego é, hortelã, mais uns negócio lá, uns *trocín* tudo de remédio. Criança, quando dava dor de barriga, quando acontecia alguma coisa com a gente, era sempre um remédin caseiro. A gente sempre tinha, remedin caseiro, porque, eles tinha esse conhecimento, o povo antigo. Às vezes é muito mais melhor, muito mais saudável do que de farmácia, né?! (ROSA DO DESERTO, 2021).³³

Percebemos nessa última fala um exemplo da transmissão de saberes entre as gerações que revela uma distinção de gênero. Enquanto os homens ficavam responsáveis pelas lavouras maiores, as mulheres do campo geralmente eram

³¹ Mesmo no Distrito Federal esse palmito é conhecido, de acordo com a pesquisa realizada por Larissa Santiago Siqueira Campos e Mayara Santos Rocha Cortes (2019), na qual foi constatado que a *gueroba*, dentre os alimentos apresentados aos participantes, era o mais reconhecido e também o mais consumido.

³² **Pergunta: Vocês costumavam comer os frutos do cerrado? Utilizar as plantas?** Resposta a partir do minuto 22:45 do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

³³ **Pergunta: E remédio? Vocês usavam muito? Tinham conhecimento?** Resposta a partir do minuto 24:28 do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

responsáveis pelo cuidado com a família e o espaço da casa, o que inclui o cultivo de plantas no quintal, hortaliças e ervas medicinais, tal como a mãe de Rosa do Deserto. Essa divisão no meio rural tradicional é constatada pelos pesquisadores Brandão e Ramalho (1986, p. 48) pois, em um estudo sobre o campesinato goiano, afirmam que “dentro dos limites da casa e do quintal, a mulher vive a porção mais intensa e determinante de suas relações de serviço e encontra os limites de sua posição no contexto das relações-posições familiares”. O mesmo padrão foi verificado por Brandão (1983) em outro estudo sobre os caipiras³⁴ paulistas.

As experiências relatadas por Rosa do Deserto trazem outro importante elemento da tradição camponesa, que seria a relação de equilíbrio com o meio ambiente, quando afirma que “a gente tinha uma dó” de matar os bichinhos do mato. Pressupõe-se, com o exemplo fornecido por ela, que a família camponesa retira da terra e da natureza local o seu sustento, mas é consciente de que há um limite para essa exploração, do contrário, o uso compulsório faria com que esses recursos se esgotassem rapidamente, tornando o local inapropriado para a continuação da sobrevivência da família.

Woortmann (2009), em uma pesquisa realizada em sistemas agrícolas de sítiantes sergipanos, fala sobre a percepção de um triângulo que define a moral das comunidades camponesas, a saber *Deus, Homem, Terra*. O último elemento envolve a exploração da natureza pelo homem, que o faz a partir do trabalho. Ao observar essa relação trabalho-natureza, a autora percebeu que os pais camponeses não se viam como proprietários (no sentido material) da terra, mas como responsáveis por dela bem cuidar para o usufruto das próximas gerações.

A lógica simbólica da lavoura camponesa expressa, destarte, uma ética de equilíbrio, na medida em que cria condições para o sustento da família e em que é feita segundo uma perspectiva “etno-ecológica” que envolve o cuidado com a natureza – a “natureza de Deus” – desde a mata e as nascentes de água até a terra cultivada. Respeitando a natureza, o camponês estará respeitando Deus (WOORTMANN, 2009, pp. 122-123).

A relação de respeito com a natureza verifica-se também na última frase da fala de Rosa do Deserto, quando diz que o remédio caseiro “é muito mais saudável do que de farmácia”. É comum quem vive no campo valorizar a alimentação orgânica não só

³⁴ Brandão (1983), afirma utilizar a expressão “caipira” para se referir aos camponeses de São Paulo – assim como ela foi utilizada por Antônio Cândido –, não para fortalecer os estereótipos negativos sustentados por escritores como Monteiro Lobato, mas justamente para contrapor essas representações e pensar porque o trabalhador pobre do interior foi assim representado.

como garantia de sobrevivência da família, mas como uma manifestação de saúde, elemento mais difícil de atingir na precariedade vivenciada pelos trabalhadores pobres na cidade. Viver no campo representa para essas pessoas ter dignidade, resistindo à opressão do sistema capitalista.

São várias as constatações sobre os modos de vida camponeses que podemos fazer a partir da análise das experiências individuais das mulheres colaboradoras dessa pesquisa. Os exemplos conseguem conferir um sentido prático às pressuposições que eu tinha inicialmente, iluminadas pela teoria. Uma das minhas principais preocupações após o contato com essas mulheres é que minha análise consiga representá-las, ainda que eu esteja inclinada a buscar informações objetivas nas falas, que escapam à compreensão que elas têm de sua própria experiência. Como afirma Bourdieu (2020), quando entrevistamos alguém, estamos em busca de indicadores objetivos subtendidos no que é revelado pelos sujeitos.

As experiências dos sujeitos, *reveladas* através de seus discursos, apesar de particulares, trazem elementos sócio-históricos essenciais para a compreensão do espaço social a que pertencem. Para Bourdieu (2020, p. 49), “o papel de toda ciência é tentar ir além daquilo que a coisa em questão entrega sobre si mesma”, nesse sentido, a pesquisadora precisa estar atenta aos diversos sentidos, por vezes subentendidos, nas palavras ditas. Essas informações são tão valiosas quanto o que é diretamente apresentado, visto que o sujeito que fala seleciona as experiências que deseja compartilhar, além do que, nem sempre sua memória sobre determinados assuntos estará afiada. A memória funciona a partir dessa relação entre presente e passado, moldada ao mesmo tempo por elementos sociais e individuais.

1.2 A subjetividade das memórias como condição para construir histórias plurais sobre camponeses

As experiências relatadas nas fontes orais podem mostrar o quanto os sujeitos com que lidamos em nossas pesquisas participam da produção de seu mundo de forma complexa e múltipla, algo que não pode ser presumido fora da prática apenas pela teoria. Como afirma Pierre Bourdieu (2020), estudar pessoas não é como estudar o

mundo natural, como pensavam os sociólogos positivistas, ao proporem a utilização dos mesmos parâmetros das ciências naturais para classificar as sociedades humanas.

Quando nos lançamos aos estudos dos grupos sociais, devemos considerar que estamos classificando sujeitos também classificadores, que possuem seus próprios pontos de vista sobre a realidade, visto que têm capacidade de refletir sobre ela e transformá-la. Precisamos compreender como as pessoas conseguem construir suas percepções, situados historicamente, como seres em relação com o mundo. Esse é o tipo de pensamento que Bourdieu (2011) chama de relacional.

De fato, todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível”, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis (BOURDIEU, 2011, p. 15).

Nesse sentido, existe uma tentativa de conciliar o que seria a exterioridade do mundo social e as percepções construídas pelos sujeitos a partir da convivência social, ou seja, não devemos perceber objetividade e subjetividade como instâncias dissociadas. De acordo com Denise Jodelet (2009), um dos paradigmas que passaram a influenciar a história a partir da década de 1980, foi o “paradigma subjetivista”, que busca superar determinismos e reducionismos de uma historiografia de caráter positivista. Esse paradigma

propõe que se recorra a noções como a da experiência vivida e de significados investidos pelos indivíduos em suas condutas, por um lado, e, por outro, as da objetivação sob a forma de evidência cotidiana e de interiorização referente ao processo pelo qual as normas e valores sociais são integrados no espaço interior dos indivíduos (JODELET, 2009, p. 692).

Considerando a valorização das experiências vividas e das percepções construídas pelos sujeitos – compreendidos aqui como atores no sentido em que interpretam um papel social, mas ao mesmo tempo o fazem de forma individualizada – a partir de sua relação com o mundo exterior, a noção de *representação* passou a figurar como fundamental aos estudos históricos e não se trata apenas de um modismo, mas “[...] está ligado a um verdadeiro progresso na descrição dos estados mentais e de sua expressão segundo sua ligação com o processo histórico ou social” (BOREAU, 1995, p. 20 *apud* JODELET, p. 691).

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2008, p. 26).

Os estudos de Stuart Hall (2016) sobre cultura e representação demonstram o quanto as teorias sobre a linguagem foram importantes para pensar a construção dos significados dos sujeitos em relação com o mundo. Essas vertentes compreendem que as representações produzem sentido a partir da linguagem, tanto por um sistema de conceituação mental que torna o mundo inteligível, quanto pelos signos criados para compartilhar esses sentidos, estes que ao mesmo tempo resultam das e organizam as interações sociais. Contudo, Hall também ressalta as lacunas dessas teorias, que tendiam a reificar as formações linguísticas, por isso remete às contribuições de Michel Foucault, que substituiu a noção de linguagem por *discurso*³⁵ e se interessou muito mais pela historicidade das formações discursivas, entremeadas pela interrelação entre conhecimento e poder.

Foucault não acreditou que os mesmos fenômenos seriam observados em momentos históricos diferentes. Ao revés, ele defendeu que, em cada período, o discurso produz formas de conhecimento, objetos, sujeitos e práticas de conhecimento que são radicalmente diferentes de uma época para a outra, sem uma necessária continuidade entre elas (HALL, 2016, p. 84).

Segundo Michel Foucault (1996, p. 9), a produção do que ele entende como discurso é “ao mesmo tempo controlada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Essa materialidade diz respeito ao fato de que os discursos são produzidos historicamente por relações de poder e práticas sociais e não puramente pela linguagem. Para Hall (2016), mesmo que Foucault não tenha utilizado diretamente a noção de representação em seus estudos, a perspectiva discursiva apresentada por ele contribui significativamente para conferir historicidade à produção das representações. Essa análise discursiva contesta os essencialismos que por muito tempo foram caros à história, influenciada por correntes

³⁵ Foucault compreende o discurso como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1986, p. 43). Discurso, para ele, seria um conjunto de enunciados que pertencem a uma mesma “formação discursiva”.

como o marxismo ou o positivismo, pois prevê que as relações entre discurso, conhecimento e poder são “enraizadas em contextos e histórias particulares” (HALL, 2016, p. 93).

Nesta pesquisa, observar as particularidades dos discursos das mulheres colaboradoras fez com que eu repensasse algumas pressuposições iniciais. Por exemplo, quando terminei de realizar as entrevistas, me impressionei com o fato de quase todas as mulheres, com exceção de Orquídea, se declararem evangélicas ao invés de católicas. Meu critério inicial para supor a religião adotada pelas mulheres se deu em função da presença histórica da Igreja Católica no campo, inclusive como instituição ativa na gênese nos movimentos sociais de luta pela terra em Goiás. Não considerei, por exemplo, o fato de as vertentes evangélicas serem hoje muito influentes no Distrito Federal, sobretudo entre as populações marginalizadas. Para mim, o peso da tradição religiosa dos espaços camponeses seria mais forte do que as pressões contemporâneas.

Na prática, o que percebi foi, quando não o desconhecimento, o desapego às manifestações religiosas católicas historicamente sustentadas pelos sertanejos de Goiás, como é o caso da folia do Divino Espírito Santo. Rosa do Deserto se declara evangélica, mas disse que o marido é católico. Ambos não costumam frequentar festividades religiosas no DF, “a gente sempre vê essas coisas pela televisão, mas festa mesmo, assim, a gente não vai não”³⁶. Sobre a folia do Divino Espírito Santo na região onde mora, ela acha “que tem. Planaltina [DF] também eu acho que tem, tem aquelas festa... A gente tem até blusa do Divino, né?! Aquela blusa vermelha com aquela pomba na frente, né?!”³⁷ Por ser goiana, ela ainda conhece essa folia, ao contrário de Dália e Caliandra, nascidas no Nordeste. Quando perguntei a elas sobre festividades religiosas da região, elas associaram aos cultos evangélicos em alguma cidade próxima.

Por enquanto não. Eu tô deixando mais aqui pra gente fazer um culto aqui, mas, como vai juntar muita gente, a gente tá dando um tempo [...] A gente só vai mesmo pra igreja, as vezes tem festa lá a gente vai, mas não é direto não, porque não pode reunir muita gente (DÁLIA, 2021).³⁸

³⁶ **Pergunta: Mas a senhora conhece, por exemplo, as festividades religiosas aqui dessa região?** Resposta a partir do minuto 61:31, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

³⁷ **Pergunta: Mas ainda tem dessas festividades por aqui, a senhora já ouviu falar?** Resposta a partir do minuto 62:53, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

³⁸ **Pergunta: Alguma festividade religiosa, não sei, da região... Não tem nada nesse [sentido]?** Resposta a partir do minuto 16:36, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

Eu sou evangélica [...] Aí, eu tô sem ir pra igreja por causa da pandemia. E, assim, por causa da lonjura, eu não sei dirigir, meu marido já não é evangélico, ele não gosta nem um pouco. Aí ele não gosta de ir pra igreja, mas eu gosto, meus filho também gosta, a gente se arruma, chama ele, mas isso mesmo antes da pandemia, agora a gente acompanha pela televisão [...] Então assim, não tem mais esses encontro mais não. Desde quando começou a pandemia não tem mais não (CALIANDRA, 2021).³⁹

De todos os relatos sobre o tema da religião, o que mais me impressionou foi o de Margarida, que nasceu em uma família católica, mas se converteu há alguns anos a uma igreja evangélica. Quando indaguei o motivo da mudança, ela revelou que era católica praticante, chegando a ser professora de catequese, mas foi obrigada a deixar a religião quando decidiu se divorciar do primeiro marido.

[...] Eu era casada mesmo na Igreja. E, devido eu ser da Igreja, desde mais cedo, a adolescência, eu fiz parte da liturgia, é... grupo jovem, eu montei muitos grupo jovem, e tudo mais. Aí quando eu me casei, no religioso, tudo bonitin, eu comecei já dar aula de catequese. Aí o meu casamento não deu certo, então, eu tive que separar do pai das minhas filhas. Aí o frei não aceitou mais eu dar aula de catequese, porque eu era uma mulher separada, qual o exemplo que eu ia dar, né?! Aí eu não podia dar aula, eu fiquei com raiva. Eu falei: - já que eu não posso dar aula, que eu gosto de fazer, eu vou pra outra religião [...] Aí desde essa época eu larguei de mão a Igreja Católica e virei evangélica. Porque eu acho que a igreja evangélica tem essa vantagem, ela aceita você do jeito que você é. Do jeito que você tá, entendeu? Ela não tá aqui pra julgar (MARGARIDA, 2021).⁴⁰

As manifestações religiosas evangélicas, até então percebidas por mim como mais conservadoras em alguns aspectos do que as católicas, para Margarida, naquele momento, representaram um fator de libertação de uma regra obsoleta, no caso, o matrimônio forçado às mulheres. Ainda assim, ela não abandonou completamente a tradição católica, ao confessar que sente falta “do pouso de folia [...] quando eu tenho umas oportunidade ainda vou, ajudo a rezar até terço (risos)”⁴¹, mas que sente-se melhor na evangélica, por não esquecer que essa religião significou um refúgio contra o primeiro casamento abusivo. O relato de Margarida, definitivamente, demonstra o quanto cada discurso é atravessado por manifestações de poder bem específicas, de acordo com as experiências vividas e significadas pelos sujeitos. A representação construída sobre a Igreja Católica no discurso de Margarida é de uma instituição que –

³⁹ **Pergunta: Nem festividade religiosa vocês fazem por aqui [no assentamento]? Que eu percebi que você é religiosa, né?!** Resposta a partir do minuto 78: 53, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

⁴⁰ **Pergunta: Você pode me dizer por que você mudou de religião?** Resposta a partir do minuto 58:00, da gravação de vídeo de 03 de maio de 2021.

⁴¹ **Pergunta: Mas você sente falta da parte da tradição, pelo menos na roça, algo assim?** Resposta a partir do minuto 60:40, da gravação de vídeo de 03 de maio de 2021.

ainda que culturalmente importante para ela e a família no presente –, foi intransigente na oposição ao divórcio, sem se importar com a segurança dela e das filhas.

Vemos no exemplo de Margarida que o apego à religião se dá mais em função de uma situação social do que pelo vínculo à tradição da família, o que faz desse fator, a religiosidade, um elemento que se intersecciona com outros eixos sociais que definem suas identidades. Ser camponesa no Distrito Federal, deste modo, pode significar a possibilidade de rompimento de um aspecto religioso que subordinava as mulheres, visto que elas se encontram em um espaço novo, de convergência entre elementos culturais do passado camponês e aqueles oferecidos pelas mudanças do presente.

A relação entre discurso, representação e subjetividade foi construída para demonstrar que as representações funcionam como uma ligação entre os sujeitos e a realidade e são formadas dentro das possibilidades de cada contexto histórico. A indissociabilidade entre sujeito e objeto deve muito à fenomenologia, sistema de pensamento que acredita que os fenômenos da realidade não podem ser apreendidos objetivamente, mas a partir de sentidos conferidos subjetivamente, a partir da experiência. A perspectiva de Merleau-Ponty, que tende a superar as visões puramente idealistas e materialistas ao propor a existência de um “corpo e um sujeito, que sempre encontram o mundo a partir de um ponto de vista, em um contexto particular, em um dado momento, e em um lugar específico, um sujeito físico no espaço-tempo” (TILEY, 2014, pp. 24-25).

Podemos compreender a entrevista como uma narrativa possível sobre o passado, construída a partir das experiências dos sujeitos em relação com o mundo, experiências que são significadas por representações. No ato da entrevista, o sujeito, recorrendo à sua memória, é *provocado* a rememorar essas experiências. Esse movimento de rememoração demonstra que uma entrevista não é um reflexo da realidade que se busca compreender, mas inaugura um novo evento, cujo processo de criação “depende largamente do que os entrevistadores põem em termos das questões, diálogos e relações pessoais” (PORTELLI, 1997, p. 35), significando um envolvimento muito maior da historiadora, pois, nesse caso, ela protagoniza a criação de suas fontes, ao invés de lidar com documentos que lhes chegam na forma escrita e que foram criados no passado, cuja exterioridade faz com que pareçam mais objetivos do que as fontes

orais (PORTELLI, 1997). Deste modo, no evento inaugurado pela entrevista, estão imbricadas as subjetividades tanto da entrevistadora quanto da entrevistada.

Danièle Voldan (2006) chama a atenção para a relação coercitiva que pode existir na produção da entrevista. O historiador busca na fonte a melhor forma de responder às indagações de sua pesquisa, mas responder a determinadas perguntas pode ser difícil para as entrevistadas. Negligencia-se muito “o desconforto, as dificuldades e os riscos que podem representar para um indivíduo sua solicitude em responder às perguntas de um pesquisador” (VOLDMAN, 2006, p. 38).

Durante as entrevistas, me deparei com o receio de algumas colaboradoras em mencionar determinadas informações, chegando a cochichar ou a pedir que eu não usasse aquele trecho no trabalho, como no caso de Girassol, que ao relatar a tentativa de assassinato que ela e o marido sofreram (na qual ambos perderam um olho), acaba por mencionar as pessoas que ela considera culpadas, mas que nunca foram punidas. Ela conta que a época foi muito difícil, “nós dois deu depressão, a gente quase morrendo com a depressão dentro do quarto cego dum olho [...] Não é fácil, uma mulher se ver no espelho sem olho, não é fácil... (choro)”⁴². Também por essas razões, a análise das fontes orais deve ir além da busca por dados objetivos, pois precisa considerar que as entrevistadas filtram o conteúdo e a maneira como responderão às perguntas.

[...] não se trata de propor interpretações da mensagem que lhe é comunicada, mas de saber que o não dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato. Não cabe desesperar-se com mentiras mais ou menos fáceis de desmascarar nem com o que pode ser tomado como contraverdades da palavra-fonte (VOLDMAN, 2006, p. 38).

A própria personalidade das colaboradoras pode influenciar a condução, o tamanho e a qualidade das informações registradas. Dois dos relatos, o de Dália e de Orquídea foram menos citados ao longo do trabalho, porque elas tenderam a dar respostas curtas e diretas às perguntas, que não resultaram em desdobramentos que pudessem ser aprofundados na análise, tanto que suas entrevistas foram as menores, tendo menos de 60 minutos cada uma. Em comparação, o relato de Girassol teve mais

⁴² A fala é um desdobramento da pergunta: **Sobre o trabalho doméstico, o que você acha, assim... É sempre a mulher que faz?** Resposta a partir do minuto 104:56, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

de duas horas de duração, mas contou com falas do marido em cerca de metade do tempo.

Além dos fatores mencionados, o peso da seleção feita pela pesquisadora, antes, durante e depois, não a coloca como a única a analisar a situação instituída pela entrevista. As entrevistadas, mesmo que se submetam ao crivo da investigação conduzida pela pesquisadora, não estão passivamente posicionadas nessa relação e a qualidade do relacionamento entre ambas as partes pode influenciar a construção narrativa.

A comunicação sempre funciona de ambos os lados. Os entrevistados estão sempre, embora talvez discretamente, estudando os entrevistadores que “os estudam”. Os historiadores podem reconhecer este fato e tirar dele vantagens, em vez de experimentar eliminá-lo em razão de uma neutralidade impossível (talvez indesejável) (PORTELLI, 1997, p. 36).

A rememoração provocada pela entrevista pode inclusive fazer com que a pessoa entrevistada tenha um panorama diferenciado sobre sua própria experiência, processo que difere de quando a rememoração ocorre espontaneamente. Esse movimento provocado pela memória pode ser demonstrado pela fala de Caliandra, quando recorda as dificuldades que ela e os irmãos passaram durante a infância para frequentar a escola.

De tanto a gente ajudar meu pai, ele gostava muito, a gente privava muito, que a gente morava muito longe da escola. A gente andava pra caramba, a gente era criança e a gente atravessava o rio, com os caderno aqui, amarrado na cabeça aqui (gesticula)... amarrava um cordão bem forte aqui debaixo do queixo, atravessava o rio cheio de *garrancho*. Quando o rio tava cheio era mais perigoso, olha o risco que a gente corria?! (se impressiona). Hoje eu não me atrevo a entrar numa água escura. Mas a gente era criança e meus pais não tinha noção naquela época, né?! Então assim, vai estudar porque ninguém... Eles dizia que nós não era nada sem estudo, né?! Mas não dava aquele conhecimento que a gente tem hoje (CALIANDRA, 2021).⁴³

Caliandra, ao ser provocada a lembrar de uma vivência da infância, faz uma reflexão sobre ela a partir do presente, pautada pela mudança de percepção que adquiriu com a passagem do tempo. Esse movimento de retrospectiva demonstra a diferença entre *experiência e rememoração* já mencionados, até porque os sujeitos possuem o potencial inato de refletir sobre suas experiências passadas e ressignificá-las no presente.

⁴³ Pergunta: É só... fala uma coisa pra mim, você disse que você começou a trabalhar... desde criança você já trabalhava na roça, né?! E você... quais as atividades que você se lembra de fazer, desde criança? Resposta a partir do minuto 15:08, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

Pautando-se na análise psicológica da constituição das lembranças de Charles Bartlett, podemos dizer que “a memória poderá ser conservação ou elaboração do passado, mesmo porque o seu lugar na vida do homem [ou da mulher] acha-se a meio caminho entre o instinto, que se repete sempre, e a inteligência, que é capaz de inovar” (*apud* BOSI, 1994, p. 68, grifo meu). Essa qualidade da memória demonstra que, no evento inaugurado pela entrevista, prevalece sobre o *conteúdo* das recordações a *forma* como elas são apresentadas, determinadas por cada presente.

Compactuando com as concepções de Raimond Willians sobre linguagem e cultura comum, Robson Laverdi afirma que o testemunho de uma entrevista deve ser concebido não como um reflexo do passado, mas como uma linguagem ativa e cambiante (LAVERDI, 2013, p. 49), marcada ao mesmo tempo por disposições compartilhadas socialmente e por uma força protagonista específica.

A despeito de convenções e outras estruturas de significação compartilhadas, o testemunho produzido numa experiência única de entrevista, sempre se faz como um momento de imersão de sentidos alternativos específicos. A atenção do intérprete de HO [História Oral] não deve ser apenas a de correlacionar e a descrever uma configuração social pré-existente ou formalmente reiterada pela memória pública dos grupos ou classes referidos no testemunho. Mas, fundamentalmente, de reconhecer, além de outras coisas, a força de sentidos históricos específicos que brotam subjetivamente no testemunho em meio a um mar de marcações e domínios formais já constituídos [...] Em outras palavras, uma coisa é entender essa subjetividade como mero “reflexo” ou “expressão” da realidade, a outra é percebê-la como uma prática potencialmente alternativa em face às convenções reinantes (LAVERDI, 2013, pp. 47-48).

A importância de valorizar os aspectos subjetivos de um testemunho oral, portanto, cumpre com o objetivo desta pesquisa de não reificar os sujeitos camponeses, mas sim construir uma narrativa que possa representá-los, sem simplificar as relações sociais, hábitos e valores construídos historicamente por eles. Com base em sua vasta experiência com a história oral, Alessandro Portelli (1996, p. 2) afirma que a exclusão da subjetividade como se fosse “uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho” pode distorcer o horizonte de possibilidades sobre uma determinada realidade, porque compreendemos que a narrativa histórica lida com possibilidades de passado, pensadas com base nas condições disponíveis em cada contexto, em uma interação constante entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006).

Para os historiadores positivistas, a subjetividade intrínseca à memória é vista como um empecilho à busca das informações objetivas almejadas pela pesquisa científica, visto que, neste caso, o pesquisador cria seu roteiro e vai para a entrevista munido com a expectativa de que suas/seus colaboradoras/es – encarados como objetos – possam confirmar as hipóteses sustentadas previamente na pesquisa. Nessa perspectiva, o historiador está interessado somente nos fatos, nos “dados precisos” sobre a realidade.

A fonte oral pode não ser um *dado preciso*, mas possui dados que, às vezes, um documento escrito não possui. Ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois só através dela podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum status político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época (MATOS; SENNA, 2011, p. 7, grifo meu).

Ater-se às fontes orais somente em busca de dados precisos pode resultar em uma compreensão reducionista sobre as realidades em que vivem os sujeitos, até porque, como foi colocado acima, as fontes orais nos fornecem elementos sobre os sujeitos, contidos em suas experiências, que muitas vezes as fontes escritas ignoram. A perspectiva que busco adotar aqui valoriza as fontes orais em si mesmas, o que significa considerar na análise não só os dados objetivos sobre a realidade, mas também o processo de produção das fontes, interpretando-as e situando-as historicamente (LOSANO, 2006, p. 23).

Quem demonstra a questão da desatenção de historiadores que olham para as fontes orais somente em busca de fatos é Janaína Amado, no texto *O grande mentiroso* (1995), resultado de uma pesquisa sobre a Revolta de Trombas e Formoso, em Goiás. Durante a análise da entrevista, a historiadora percebeu que Fernandes, seu informante, “misturava acontecimentos e personagens, entre si e com outros, fictícios ou inexistentes na Revolta do Formoso; embaralhava tempos e espaços, numa formidável demonstração de desprezo pela história e pela geografia” (AMADO, 1995, p. 126). Era uma narrativa que contrariava as expectativas da pesquisadora que tendia a buscar “o que realmente aconteceu” no passado que investigava.

A pretensão inicial de encontrar dados objetivos no discurso do entrevistado, quase fez com que a autora ignorasse a dimensão simbólica oferecida por ele, que “permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças e

associações de lembranças; permite, portanto, compreender os diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm” (AMADO, 1995, p. 135). A subjetividade peculiar presente no discurso do “grande mentiroso” na verdade pôde demonstrar algo que a autora não buscava imediatamente, uma dimensão simbólica sobre o passado daquela sociedade que até então não tinha sido pensada na pesquisa, mas que certamente modificou a visão preliminar que acompanhava a autora. O discurso dele apresentou aspectos importantes de uma tradição mais remota, misturada aos elementos do presente. Estes diziam respeito não só à experiência direta do entrevistado, mas principalmente a um arcabouço simbólico compartilhado coletivamente, que constituíam o seu *habitus*. A autora, ao reconhecer essa dimensão simbólica, concluiu que

[...] Fernandes verbalizara, em seu depoimento, eventos, imagens, símbolos, raciocínios e sentimentos profundamente enraizados na memória coletiva de sua região e grupo social de origem. Este, ao invés de promover o resgate histórico da revolta, construiu, em torno dela, uma narrativa original, mesclando acontecimentos verídicos, existentes no movimento, com tramas, nomenclaturas e simbologias de antigas tradições, assimiladas localmente (AMADO, 1995, p. 131).

Longe de atrapalhar os estudos históricos ou as diversas áreas que estudam os seres humanos e suas relações sociais, a subjetividade enriquece a análise e, como afirma Portelli (1996), evita deturpações históricas. O “grande mentiroso”, de Janaína Amado, mostrou que até mesmo a mentira pode ser lida historicamente, se mudarmos o enfoque de *o que* para *como* na análise das entrevistas. Exemplo semelhante é demonstrado por Portelli em *Sonhos Ucrônicos* (1993), ao analisar o discurso de Alfredo Filipponi, antigo operário da cidade de Terni, na Itália, e membro da resistência comunista contra o fascismo. A narrativa em questão traz elementos que contrariam alguns acontecimentos históricos, mas apresentam uma nova dimensão interpretativa sobre o mesmo tema. “O depoimento ‘errado’ de Filipponi resulta menos de sua imperfeita rememoração que, ironicamente, de uma imaginação criativa” (PORTELLI, 1993, p.44); além disso, sua narrativa também pode representar as frustrações de um conjunto de pessoas que vivenciaram o mesmo contexto (PORTELLI, 1993, p. 44).

Os exemplos dos textos de Amado e Portelli demonstram que o passado que tentamos compreender não possui uma realidade única, mas depende de diversos pontos de vista construídos pelos “sujeitos no mundo”. Sendo assim, podemos dizer que a

subjetividade das fontes orais pode contribuir para ampliar o horizonte de possibilidades sobre a realidade, que inclui não só os pontos de vista diferenciados sobre os fatos transcorridos, mas também o que os sujeitos esperavam ou queriam que tivesse acontecido. Essa postura contribui para evitar o “encolhimento do espaço de experiência”, como exorta Paul Ricoeur (1997), ao nos dizer que o passado precisa ser reaberto e que as “potencialidades não realizadas, contrariadas ou até massacradas” também devem ser objeto para a compreensão histórica (RICOEUR, 1997, p. 372). Todos esses artifícios integram os significados que os sujeitos conferem às suas experiências e devem ser considerados no exercício de análise das fontes orais.

Antes de mais nada, precisamos considerar a diferença existente entre memória e história, pois o passado que se deseja apreender é diferente das memórias construídas sobre ele. A passagem do tempo imprime novos significados e reconfigura a maneira como as pessoas vislumbram determinadas vivências. Vários são os processos que estruturam a memória e o primeiro que podemos considerar é a diferença entre *experiência e recordação*.

Embora relacionadas entre si, vivência e memória possuem naturezas distintas, devendo, assim, ser conceituadas, analisadas e trabalhadas como categorias diferentes, dotadas de especificidade. O vivido remete à ação, a concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. A prática constitui o substrato da memória; esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência (AMADO, 1995, p. 131).

As formas como as mulheres colaboradoras desta pesquisa apresentaram suas memórias foram muito condicionadas pelo padrão de vida do momento da entrevista. Ainda que eu tenha iniciado as entrevistas com um roteiro preestabelecido, como requer o trabalho de campo, cada discurso foi redirecionado por algum aspecto mais marcante da vida delas no presente. Para ilustrar essa constatação, gostaria de comparar a situação atual das mulheres dos dois assentamentos visitados. Caliandra, primeira entrevistada do *Patrícia e Aparecida*, concordou em conceder a entrevista com a esperança de que seu relato pudesse ajudá-la a conseguir recursos para investir na terra. Logo na primeira pergunta, cujo objetivo era conhecer a vida das mulheres antes do assentamento, Caliandra encaminhou sua resposta para as dificuldades que tem passado para manter-se na terra e menciona o desejo de pedir ajuda.

As luta tá muito grande porque, a gente foi assentado mas não também não estamos sendo reconhecidos, como assentado ainda infelizmente, pelo Incra,

pelo governo... e tamos assim... digamos, não falta alimento né?! Tem o benefício do governo [Bolsa Família] e também o que a gente já colhe aqui, que não é muito, não dá pra gente exportar, vender pra empresas, mas dá pra gente comer [...] Aí também tem um grande problema, que não fazemos nada sem água, não temos água encanada então sofremos muito por causa da água... água a gente tem um córrego que passa aqui [um pouco abaixo do lote dela] tem água aqui e ele seca ele tem água só enquanto chove, quando não tem não tá chovendo, seca logo imediatamente, aí ficamos sem água aí a gente pegamos água num córrego que passa mais adiante, que tem um córrego né, então a gente pega água de lá [...] Eu até tava falando com uma amiga hoje, eu digo: - “gente eu vou chamar uns... uns jornais pra vim aqui ou um como é que se diz... uma imprensa” (suspiro)... Pra vim, dar um socorro pra nós um sustento porque não somos só eu, somos vinte e quatro famílias estamos todas passando por essa dificuldade, a terra aqui é maravilhosa, mas é cascalho para gente cavar um buraco aqui a gente sofre pra caramba [...] (CALIANDRA, 2021).⁴⁴

O tema da falta de recursos para o cultivo da terra também apareceu nos discursos das outras três mulheres do assentamento, Margarida, Dália e Orquídea; contudo, diferente de Caliandra, elas não pareciam esperar que a entrevista pudesse render algum tipo de ajuda. Temos aqui a relevância de um fator em comum no discurso delas, a saber, a situação de dificuldade sofrida pelas famílias assentadas do *Patrícia e Aparecida*, que na percepção delas, era causada por razões externas, como a não regularização do uso das terras pelo Incra e/ou o congelamento de recursos durante a pandemia. Por outro lado, a forma como essa experiência em comum é relatada por cada uma delas é muito particular, com destaque para o caso de Caliandra, que em vários momentos preocupa-se em mencionar as dificuldades e ressaltar o desejo de fazer a terra prosperar.

[...] Então, fica assim... Tô na disposição do governo (eleva a voz), assim que ele der o benefício [acredito que se refira ao reconhecimento da terra ou algum benefício de assistência à produção rural] nós tamo pronto pra tá entregando (interrupção pelos latidos do cachorro), que é o que eu mais quero, porque sozinho a gente não tá dando conta... principalmente sem água. Eu vou te mostrar meus, o tamanho dos meus maracujá, quanto maracujá eu tenho pra molhar no balde. Nós não dá conta. Se a gente passar o dia inteiro, a gente não consegue molhar, o dia inteiro (CALIANDRA, 2021).⁴⁵

Já no outro assentamento, o *Estrela da Lua*, do qual fazem parte Girassol e Rosa do Deserto, as queixas com relação às dificuldades são menores, o que me fez perceber, ao comparar as duas realidades, a existência de um terceiro fator fundamental para o

⁴⁴ **Pergunta: Fale sobre a sua vida antes de vir para o assentamento.** Resposta a partir do minuto 00:20, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

⁴⁵ **Pergunta: Cês fazem cesta [de alimentos] pra vender?** Resposta a partir do minuto 11:20, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

desenvolvimento de cada assentamento: o permanente envolvimento das famílias com os movimentos sociais de luta pela terra. Esse tema é o mais marcante do discurso de Girassol, tendo em vista que ela e o marido há anos são participantes ativos dos processos de reforma agrária no Distrito Federal. Eles se conheceram em um dos acampamentos onde estiveram e hoje são membros do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR) que, de acordo com ela, é um movimento que “quer assentar famílias, não quer ter pessoas, não quer agregar pessoas. Não, quer agregar famílias na sua terra”⁴⁶.

Não, eu entrei pro MBST [...] Aí, eu fiquei lá nesse acampamento, que esse acampamento existe até hoje, porém, não é mais MBST, agora é FNL⁴⁷. E aí foi onde que eu conheci o meu esposo. Que eu era do MBST e ele do MATR. Aí eu fui pra uma jornada, em Planaltina. Uma jornada de luta, fomos ocupar uma outra área, e lá fizemos a unidade, né?! A unidade é várias bandeiras num lugar só (GIRASSOL, 2021).⁴⁸

Pela fala de ambos⁴⁹, durante a entrevista, concluí que o fato de ainda participarem dos movimentos sociais de luta pela terra, faz com que sejam mais ativos

46 Pergunta: Vocês saíram de lá [do acampamento anterior, *Pôr do Sol*, em Sobradinho] por quê?

Resposta a partir do minuto 11:14, do áudio registrado em 02 de julho de 2021. Vários trabalhos acadêmicos consultados sobre educação do campo e movimentos sociais de luta pela terra no Distrito Federal mencionam a presença do MATR, mas apenas este, citado acima, menciona sua formação, afirmando que o movimento surgiu no Distrito Federal, “em 1999 com a mobilização de famílias vindas de cidades, em sua grande maioria de Sobradinho, Paranoá e Planaltina, sendo imigrantes de várias regiões do país, que viviam no meio rural em suas cidades de origem e se instalaram nas terras hoje reivindicadas” (ANDRADE; LOUREIRO; SILVA; MACHADO, 2017, p. 03).

⁴⁷ De acordo com Girassol, o Movimento Brasileiro dos Sem Terra (MBST), do qual participava antes de conhecer o marido, hoje chama-se Frente Nacional de Luta (FNL). Contudo, Amaral e Cipollone (2021, p. 446) afirmam que a FNL “foi fundada em 2014, por ex-membros MST que foram expulsos ou deixaram o Movimento por não concordarem com o pacto de classes e as diretrizes políticas neoliberais que os governo petistas pautavam, e aos quais o Movimento se filiava”. Para os autores, a FNL já é um dos maiores do país, junto com o MST. “Segundo as lideranças da Frente, a ideia era reunir diversas bandeiras de luta pela terra para que se consolidasse uma resposta à dulcificação da luta do MST” (AMARAL; CIPOLLONE, 2021, p. 446). Não encontrei referências que mencionem a relação entre o MBST e o FNL, mas, pela fala de Girassol e a definição da FNL dada pelos autores acima, é possível que o MBST tenha surgido como um movimento local do Distrito Federal e mais tarde aderiu à causa da FNL, que atua em diversos estados.

⁴⁸ **Pergunta: Vocês entraram para o MST, é isso?** Resposta a partir do minuto 04:08, do áudio de 02 de julho de 2021.

⁴⁹ Cabe lembrar que boa parte da entrevista de Girassol foi respondida por seu companheiro, sobretudo no que tange ao protagonismo de ambos nos movimentos sociais de luta pela terra. Ainda que eu direcionasse as perguntas a ela, ele acabou por ajudar a respondê-las, muitas das vezes solicitado por ela, que alegava ser o marido melhor conhecedor das questões sobre o assentamento e sobre os movimentos sociais dos quais participaram. Em outra ocasião, ela entrou em contato comigo via WhatsApp buscando responder, em particular, às perguntas mais voltadas às diferenças de gênero, as quais ela, aparentemente, sentiu-se mais à vontade em responder longe da presença do companheiro. Esses áudios são considerados uma parte suplementar da entrevista principal e serão referenciados como tal no momento em que forem citados neste trabalho.

na busca pela destinação de verbas às famílias já assentadas. Para Girassol, a má administração é a razão da não prosperidade do outro assentamento. Ela pede ao marido para explicar que eles tentaram se reunir com os líderes de outros assentamentos, “que iríamos correr atrás em conjunto, dentro do *Campo Unitário*⁵⁰, pra ajudar eles a conquistar também o apoio inicial, fomento mulher, e o crédito habitação”⁵¹, mas que nem todos quiseram essa parceria. O relato de Girassol, portanto, apresentou outra perspectiva sobre o primeiro assentamento, que fugiu à experiência das mulheres do local.

As variáveis apresentadas nos discursos de Caliandra e de Girassol demonstram que a memória, ainda que remeta a uma realidade compartilhada pelos sujeitos (como a vivência em um assentamento de reforma agrária na região do Paranoá-DF), representa essas informações de maneira particular. “Somente a memória possui as faculdades de separar o eu dos outros, de recuperar acontecimentos, pessoas, tempos, relações e sentimentos” (AMADO, 1995, p. 132); cada discurso é único, mesmo que faça referência a situações experimentadas coletivamente. Isso ocorre sobretudo porque é no presente que o passado é lembrado e mesmo que um grupo de pessoas tenha vivenciado de forma semelhante algum evento, ele será ressignificado de formas variadas durante a rememoração. Ecléa Bosi demonstra que

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual [...] O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1994, p. 55).

Mas a diferença provocada por essa rememoração do passado no presente não subtrai da memória o potencial de compreensão das realidades que ela oferece aos historiadores. De acordo com Janaína Amado (1995, p. 132), é difícil pensar história e memória separadamente, tendo em vista que a memória “torna as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados”; ela cumpre um papel importante de ligação

⁵⁰ Segundo informação do site oficial do MST, o Campo Unitário Agrário do Distrito Federal é uma organização composta pelos seguintes movimentos: MST, CONTAG, FETRAF, MATR e Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais do DF. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/01/13/nota-do-campo-unitario-agrario-sobre-programa-de-assentamentos-rurais-do-df-prat/>. Acesso em 25 de junho de 2022.

⁵¹ Ambas as respostas são ainda extensão da pergunta anterior.

entre passado e futuro, criando a consciência que os seres humanos têm sobre o tempo (AMADO, 1995, p. 132).

A conexão temporal estabelecida pela memória ocorre porque o sujeito que lembra não é moldado apenas pelas experiências vividas diretamente, mas sobretudo pelas estruturas da sociedade a qual pertence. Por sua relação com o mundo, as pessoas conseguem introjetar na memória individual elementos vivenciados coletivamente pelas gerações anteriores. Michael Pollak (1992) chama essa característica de *memória herdada*. Sem considerar esse mecanismo, o potencial retrospectivo da memória só serviria à compreensão de um passado mais recente, atrelado ao tempo de vida do sujeito que lembra.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (POLLAK, 1992, p. 2).

Essa característica da memória é muito relevante nos estudos de grupos sociais tradicionais, como é o caso das sociedades camponesas, visto que buscamos compreender em que medida os sujeitos provenientes dessa classe conservaram aspectos das gerações anteriores, e quais outros elementos têm sido assimilados no presente. Esse é um dos pontos mais importantes desta pesquisa, não só no que tange à diferença de gênero, mas também sobre outras características dos grupos sociais aos quais se vinculam as mulheres camponesas entrevistadas.

O trecho em destaque abaixo, retirado da entrevista de Rosa do Deserto, nascida e criada em Goiás, remete à Revolta de Trombas e Formoso, não vivenciada diretamente por ela, mas que por sua fala parece ser um evento ainda presente na memória coletiva do município de Formoso, lugar para onde ela e a família se mudaram após deixarem o espaço rural.

Viii sim... Eu vi, aquela época eu vivi lá em Formoso! [...] Vivi um tempo lá, sabe?! Foi quando a gente veio pra Campinaçu [município próximo] que a gente não tinha, né, o que fazer, então a gente trabalhava, eu trabalhei naquele Hotel Formoso, lá de Formoso. Eu vi falar nessa revolta de Trombas, mas eu não sei mais direito o que que foi que aconteceu... eu vi falar mesmo de um troço desse lá. [...] Quaaaando eu morei lá, quando eu morei lá em Formoso, que eu trabalhei no Hotel Formoso, eu tava com o que... 12 anos.

Isso já tinha passado muitos anos, mas não esquece, sempre a pessoa... Tem alguém que conta as história. E lá ficou, essa história ficou conhecida (ROSA DO DESERTO, 2021).⁵²

Rosa do Deserto afirma com tanta convicção conhecer a revolta, que inicialmente nos leva a pensar que teria vivido em Formoso na mesma época dos fatos, contudo, ela só nasceu alguns anos depois do fim do evento e só morou no município em questão quando tinha cerca de 12 anos. O que mais me chamou a atenção nessa fala sobre a revolta – tema que eu nem imaginava que poderia surgir na entrevista – foi a demonstração de que o evento permaneceu no imaginário local por muitos anos após o ocorrido. A colaboradora se lembrou imediatamente da referência, mesmo sem saber hoje ao certo o que ocorreu na revolta. Sua memória registrou mais o fato de o evento ser muito comentado na época em que morou em Formoso, do que propriamente o seu conteúdo.⁵³ Tanto “o grande mentiroso”, de Janaína Amado, quanto Rosa do Deserto remetem a uma memória coletiva e herdada de formas bem distintas, de acordo com o contexto em que tiveram contato com o evento.

Para uma compreensão histórica mais abrangente, o que mais interessa nas entrevistas são os aspectos socioculturais compartilhados entre o sujeito e o grupo do qual faz parte, visto que “o testemunho não nos fornece dados sobre o indivíduo, mas um discurso que ele elabora sobre si e sobre sua experiência, um discurso marcado pela complexidade e pela fluidez da construção de identidades e de sociabilidades” (CEBALLOS, 2014, p. 89). Da mesma forma, o sociólogo Maurice Halbwachs (2003), ao demonstrar a força da memória coletiva, afirma que nossa maneira de observar o mundo não se constrói por percepções puramente individuais, posto que é influenciada pela convivência com outras pessoas. Mesmo que deixemos de fazer parte de determinado grupo, por exemplo, o reencontro com seus membros faz ressurgir lembranças daquele período. Até mesmo o que podemos chamar de memória individual, assim, é fruto da relação que construímos em sociedade.

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto

⁵² Pergunta: **A senhora nunca ouviu falar na Revolta de Trombas e Formoso?** Resposta a partir do minuto 28:27, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

⁵³ Além do texto **O grande mentiroso**, da Janaína Amado, que traz uma versão inusitada sobre a revolta, podemos consultar sobre isso em: CUNHA, Paulo Ribeiro da. “Utopia e realidade na luta camponesa de Formoso e Trombas”. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela (orgs.). **Utopias Agrárias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

integrantes do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Os estudos de Halbwachs sobre a função social da memória são caros a esta pesquisa posto que me interessam também os aspectos socioculturais presentes nos discursos das mulheres camponesas que entrevistei, marcados pela diversidade das relações sociais que cada uma delas construiu ao longo da vida. As experiências relatadas por Margarida e Girassol, por exemplo, conseguem trazer informações relevantes sobre os processos de luta pela terra no Distrito Federal, bem como sobre o protagonismo das mulheres nesses espaços. No trecho seguinte, Margarida fala sobre sua ajuda na seleção de pessoas que poderiam participar do acampamento que formou o assentamento *Patrícia e Aparecida*.

É porque a gente fazia uma, como fosse uma triagem... pra deixar entrar. Por mais que as pessoas vinham, não ia entrando de qualquer jeito, né?! Então, é... Que a gente não deixava, pessoa que bebe a gente não gostava no local. Mexer com droga também não, sabe?! Então a gente fazia um tipo de triagem, aí se a gente visse que a pessoa ia nos dar trabalho ou maltratar alguém do assentamento, a gente não deixava entrar. E lá dentro, tinha regras! E a gente mesmo sentava com os coordenadores, com o pessoal mais assim, e colocava... Não podia beber, não podia mexer com drogas, não podia bater, não podia... [bater] as esposas, né?! Não podia maltratar as criança, idosos [...] Então a gente tinha todo um controle, por causa se não virava bagunça (MARGARIDA, 2021).⁵⁴

Pela fala dela, percebemos o quanto era importante a criação de regras para ordenar a comunidade que estava sendo constituída naquele momento, tendo em vista que o local recebia pessoas desconhecidas, que poderiam causar problemas, como a violência contra mulheres e outros grupos de pessoas mais vulneráveis. Por outro lado, os discursos de Caliandra, Dália e Orquídea não conseguem suprir as mesmas informações, posto que essas mulheres se mudaram para o assentamento *Patrícia e Aparecida* quando ele já havia sido instituído. Suas vivências enquanto camponesas pautam-se mais pelo histórico da família no campo do que pela experiência política da luta pela terra, o que pode constituir um importante fator de libertação das mulheres

⁵⁴ Pergunta: Agora eu quero te fazer umas perguntas dentro do que você falou... É, você disse que você fazia o cadastramento das pessoas... Você pode falar um pouco mais sobre o seu trabalho nesse momento aí do acampamento? Resposta a partir do minuto 09:46, da gravação de vídeo realizada em 03 de maio de 2021.

camponesas hoje.

Os movimentos sociais do campo, proporcionam um reposicionamento das mulheres camponesas, muitas delas até então alheias à participação em decisões políticas, e essa mudança de posição social faz com que o *habitus* tradicional camponês, no qual as mulheres são comumente subordinadas aos homens, seja questionado. Para a pesquisadora Sônia de Fátima Schwendler (2015, p. 88), a participação das mulheres nesses movimentos, “não apenas transgride sua invisibilidade social e política construída historicamente, mas também protagoniza a luta de gênero no espaço da luta pela terra”.

A questão do empoderamento das mulheres camponesas a partir da participação nos movimentos sociais do campo será aprofundado no terceiro capítulo, mas, desde já, é preciso ressaltar que os processos de luta camponesa, dos quais participam igualmente mulheres e homens, se configuram em um espaço de experiência que pode transformar o *habitus* desses sujeitos, influenciando a formação de sua memória. De acordo com Ecléa Bosi (1994, p. 54), “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”. Apesar de serem mulheres camponesas, quase todas provenientes também de famílias camponesas, assentadas, inseridas no contexto de reforma agrária do Distrito Federal, o impacto de outros fatores de sociabilidade faz com que seus pontos de vista sobre essa realidade em comum se diversifiquem.

Após considerar os caminhos percorridos pela memória para ligar *experiência* (no passado) e *rememoração* (no presente), que por essa qualidade não pode atingir uma recuperação objetiva do passado, podemos constatar que também a história é construída pelo mesmo percurso, visto que a posição ocupada por historiadores no presente e o *habitus* que os forma determina as interpretações que constroem sobre o passado.

A experiência da releitura é apenas um exemplo entre muitos, da dificuldade, senão da impossibilidade, de reviver o passado tal e qual; impossibilidade que todo sujeito que lembra tem em comum com o historiador. Para este também se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos, o que, a rigor exigiria se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados. Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão *reconstituir*, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos (BOSI, 1994, p. 59).

Não podemos acreditar na existência de fontes puramente objetivas, pois nem mesmo “as estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras” (CHARTIER, 2002, p. 27). Não só os discursos de acesso ao passado são representações, mas também as vivências das pessoas nesse passado estavam entremeadas por representações.

Compreendendo que o caráter subjetivo das memórias não é um obstáculo à construção de um conhecimento histórico sobre o passado, mas uma característica inextricável desse processo, as fontes orais não devem desempenhar uma função puramente suplementar no seio de uma pesquisa, visto que podem trazer dimensões simbólicas imprescindíveis para a compreensão das sociedades. A memória do sujeito que fala, mesmo que seja única, é moldada no conjunto das interações sociais, pois é a partir dos sentidos apreendidos coletivamente que os sujeitos interpretam o mundo, sentidos que começaram a se formar antes mesmo de sua própria existência.

Abandonadas as pretensões de *reconstruir* as realidades do passado tais quais *aconteceram*, história e memória podem se conciliar e chegar não a uma única conclusão, mas às dimensões aproximativas sobre o passado, que possibilitam a construção de *histórias possíveis*. Gostaria de demonstrar no início do capítulo seguinte, o quanto as memórias das mulheres entrevistadas podem construir representações que contrapõem visões estereotipadas sobre as sociedades camponesas que se formaram na região onde hoje é o Distrito Federal.

CAPITULO 2

OCUPAÇÃO DE TERRAS NO DISTRITO FEDERAL: ONTEM E HOJE

*Meu marido ele era do contra, ele nunca acreditou nessas coisa: -
“Bem, não existe coisa data, TERRA é cara demais, ainda mais aqui
no DF! Você não consegue isso não! Para com isso, cê vai ficar
sofrendo aí por causa dessas besteira!”. Eu trabalhava e a gente ia
nos finais de semana. A gente foi pra lá, fez um barraquinho na beira
da estrada, e nos finais de semana eu ia, sabe?! [...] Aí cê tem
reunião, mais reunião, é tanta coisa, sabe?! É isso, é aquilo, cê fica
feliz, cê fica descontente, cê acredita, cê desacredita, e aquilo vai
demorando, tem uma outra ação lá, cê vai, cê corre risco de vida [...]
Mas o assentamento é assim, sabe?! Aí, você luta, luta, mas luta
mesmo, você tem que ir com a cara e a coragem e falar assim... Cê já
assistiu aquela novela, é “Os Dez Mandamentos”? [...] Pra mim,
essa luta era desse tipo, da terra prometida, que Deus pegou aqueles
pessoal pobre, né?! Escravo, e levou, né?! Pra ir pra essa terra,
então, como as pessoas era ignorante, não tinha fé, brigava e era
intolerante, Deus foi adiando, né?! Pra ver se as coisas melhorava,
porque ele queria botar gente puro naquela terra prometida!*

Rosa do Deserto, 2021

2.1 É preciso ouvir o outro: o que os viajantes deixaram de registrar sobre a população do interior do Brasil

Antes de Brasília existir, seu território pertencia à província de Goiás, que por muito tempo foi considerada uma das regiões mais isoladas do Brasil e por isso pouca relação se mantinha entre as pessoas desse interior profundo e as do litoral, onde ficavam os principais centros urbanos do país. De acordo com Nízia Trindade Lima (1999), desde o período colonial, o termo sertão era utilizado para contrapor as áreas que não eram colonizadas, portanto, era sinônimo de deserto e também de interior, se

considerarmos que a colonização do Brasil se concentrou inicialmente no litoral. Após a independência, a noção de integração nacional, fundamental à manutenção do poder imperial, contrastava com a impressão da existência de “dois Brasis”, o do litoral e o do interior. Esse dualismo, assente nas tendências iluministas e cientificistas que influenciavam a intelectualidade brasileira durante o século XIX, contribuiu para difundir a noção de um sertão atrasado e incivilizado, em contraste com o litoral, local que refletia o progresso material e intelectual dos grandes centros europeus.

Desse modo, por muito tempo as imagens construídas sobre o interior do Brasil e seus habitantes foram sistematizadas por intelectuais que sequer estiveram nos locais que se propuseram a levantar critérios e o fizeram, quase sempre, a partir de relatos de viajantes cuja mentalidade cientificista acabou por criar estereótipos negativos sobre os habitantes dos lugares por onde passavam. De acordo com os estudos de Maria Lemke (2012) e Ledonias Franco Garcia (2010), grande parte dos registros escritos sobre os habitantes de Goiás foram fabricados ora por viajantes estrangeiros ora por funcionários públicos oriundos de outras regiões do país, como os administradores de província. Esses registros não apenas moldaram o imaginário de outras regiões sobre Goiás, mas também se tornaram fontes importantes para a historiografia goiana sobre o período colonial e imperial, que acabou por interpretar o século XIX como uma fase de decadência material da província, após o declínio da mineração.

Os usos e abusos dos relatos dos viajantes acabaram consolidando uma invisibilidade histórica e historiográfica sobre o período pós-aurífero em Goiás. Pohl e Saint-Hilaire, principalmente, enxergavam a sociedade completamente apática, destituída de vida social. Mas sobre Vila Boa [*Cidade de Goiás*], incidiram as maiores críticas, seja do concubinato, da ociosidade, da pobreza. Esse estado de coisas, por assim dizer, conferiu ares de decadência moral à decadência aurífera (LEMKE, 2012, p. 28, grifo meu).

Durante todo o século XIX, viagens foram empreendidas ao interior, por estrangeiros, como Emanuel Pohl e Auguste de Saint-Hilaire, ou por brasileiros de outras regiões, como José Couto de Magalhães e Cunha Matos. Contudo, os registros das viagens, não obstante a riqueza de informações sobre os aspectos naturais e o cotidiano da região, não conseguem dar conta da pluralidade cultural desses sujeitos e tendem a representá-los a partir da dicotomia moderno/atrasado.

Os lugares, as regiões são criações. No caso da província de Goiás, esses espaços são criações em dois sentidos. Num sentido, as culturas e as referências foram criadas pelos homens do lugar. no outro, esses lugares

foram representados pelos homens de fora, a partir de imagens construídas pelo olhar direto ou não, influenciadas por representações preconcebidas – alojadas no acervo do imaginário. No primeiro sentido, índios e sertanejos cultivaram histórias, preservaram tradições, linguagens, vocabulários, dando corpo e vida aos lugares. No segundo sentido, esses lugares peculiares foram caracterizados como o “outro lugar” pelo mundo de fora, que poderia ser tanto o mundo dos escritores das outras regiões brasileiras, como de outras partes do mundo (GARCIA, 2010, p. 81).

Os relatos dos viajantes são alguns dos poucos documentos escritos que trazem informações sobre os habitantes de Goiás durante o século XIX, mas foram concebidos pelo olhar de estranhamento do estrangeiro com relação ao nativo. O Oeste brasileiro era compreendido por esses viajantes como um local praticamente deserto de civilização, pois a maior parte dos habitantes da região ainda eram indígenas, vistos como um obstáculo ao desenvolvimento. Os sertanejos que sobreviveram em Goiás após a decadência da mineração, foram representados como sujeitos preguiçosos e acomodados. Saint-Hilaire justificou a indolência dos goianos pela miséria e pelo calor excessivo. Diferente dos mineiros, “os colonos goianos conversam com uma mudez bronca; tem um ar de indolência, uma espécie de patetice que os faz distinguir sem dificuldade” (SAINT-HILAIRE, 1944, p. 338). Da mesma forma, outros viajantes que por Goiás passaram no século XIX, lamentavam o fato de a província ter terras tão férteis e tão pouco utilizadas por seus habitantes.

Frequentemente, quem chegava a Goiás demonstrava espanto diante do “pouco” realizado pelos homens que aqui viviam, cercados de uma natureza riquíssima. Os habitantes desse “outro lugar” eram representados como símbolos do fracasso como pessoas que não trabalhavam e se o faziam não era de forma racionalizada. Careciam de bons hábitos de vida, higiene e conforto. A cultura era-lhes algo absolutamente estranho (GARCIA, 2010, p. 93).

Os registros dos viajantes mencionados aqui foram importantes para lembrar a existência desses sertanejos, caboclos, camponeses, mas revelam apenas o olhar etnocêntrico dos observadores, pautado pela ideia da existência de seres humanos civilizados e atrasados. Antônio Cândido afirmou que, de todos os viajantes estrangeiros, foi Saint-Hilaire “o melhor conhecedor do Brasil” (2017, p. 52), algo confirmado por Fátima Macedo Martins (2017), quando diz que foi ele quem deu maior

tratamento às províncias de Goiás e Minas Gerais⁵⁵. Em seus relatos, ele tende a comparar mineiros e goianos, estabelecendo, quase sempre, uma superioridade dos primeiros em relação aos outros. Para ele, o habitante do interior brasileiro é acomodado, sobretudo o goiano, tido como mais atrasado ainda que o mineiro e por esta condição estaria impossibilitado de desenvolver algum tipo de cultura. “Careciam de bons hábitos de vida, higiene e conforto. A cultura era-lhes algo absolutamente estranho” (GARCIA, 2010, p. 93).

O tipo de cultura imaginado por esses viajantes era pautado por uma visão de mundo que desconsiderava ou subestimava qualquer manifestação que não tivesse sido concebida a partir dos moldes europeus. Além disso, as representações dos habitantes locais sobre o mundo em que viviam ou até mesmo sobre os forasteiros que por ali passavam não aparecem nos registros desses viajantes, que os viam unicamente como objetos estranhos.

Nas narrativas de viagem, tal como nos debates sobre a constituição da nação e da nacionalidade brasileiras, os sertanejos, de ambos os sexos, foram identificados pela negação, pelo reconhecimento daquilo que lhes faltava e não pelo que eram, de seu modo de ser e de estar no mundo, pela sua auto-representação como brasileiro ou brasileira. Esses sertanejos foram pessoas excluídas de espaços de fala e de lugares de sujeito. Assim, suas impressões sobre os viajantes que os observavam, curiosa e insistentemente, que esquadrinhavam seu cotidiano, ou sobre os cientistas e intelectuais que os consideravam como objetos de suas reflexões e definições, possivelmente nunca foram registradas em linguagem escrita. A memória oral desses encontros, confrontos e desencontros, por certo, perdeu-se com o suceder do tempo e das gerações (MUNIZ, 2011, p. 31).

Assim como os viajantes construía percepções sobre os habitantes do interior com base no ideário ocidental, pautado pela dicotomia moderno/atrasado, do outro lado, também os sertanejos olhavam para aqueles forasteiros com curiosidade e estranhamento, algo que, segundo Diva Muniz (2011, p. 32), passou despercebido pelos viajantes. A falta de cortesia dos goianos, descrita por Saint-Hilaire era, na verdade, reflexo de um receio em acolher alguém desconhecido, visto que o isolamento da província tornava raro esse tipo de visita (MUNIZ, 2011, p. 32).

Percepção ainda mais preconceituosa Saint-Hilaire sustentou sobre as mulheres goianas, constituída não só pela inferiorização direcionada, de modo geral, aos sujeitos

⁵⁵ Sobre a província de Goiás ele escreveu dois livros, resultantes da viagem ao interior do Brasil empreendida em 1819: *Viagem à província de Goiás* (2020) e *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás* (1944).

do interior, mas também pela diferença de gênero, impressa por um pensamento sexista. Em *Viagem à província de Goiás* (2020), nas poucas menções feitas às mulheres goianas, Saint-Hilaire as descreve como desajeitadas e com ainda menos cortesia que os homens, sem considerar que “o retraimento, o modo simplório e rústico das sertanejas, não poderia ser creditado a sua biologia, mas a uma construção social, histórica e cultural” (MUNIZ, 2011, p. 34). Também foram tecidos comentários sobre a aparência física delas que, somada à falta de educação, deixava-as ainda menos interessantes do que seus companheiros do sexo masculino, sendo sua função na sociedade reduzida meramente à reprodução.

Seus traços não tem nenhuma delicadeza, seus gestos são desgraciosos e sua voz não tem doçura. Como não receberam educação, sua conversa é inteiramente desprovida de encanto. São inibidas e estúpidas, e se acham reduzidas praticamente ao papel de fêmeas para os homens (SAINT-HILAIRE, 2020, p. 48).

Ao analisar as impressões deixadas por Saint-Hilaire e outros viajantes que passaram por Goiás, a historiadora Diva Muniz (2011) ressalta o silenciamento imposto às populações pobres do interior do Brasil, algo que só recentemente tem sido revisto pela historiografia brasileira⁵⁶. Assim, de acordo com a autora, “trata-se de uma inclusão diferenciada e desigual, ainda permeada pela tradição do discurso nacional, da ideia de Estado-nação conduzido pelas elites dominantes” (MUNIZ, 2011, p. 37). Como consequência, assim como ocorre com a História das Mulheres, “a história dos sertões e dos sertanejos teria seu lugar na História Regional, compreenderia uma parte do todo que suplementa aquilo que está faltando” (MUNIZ, 2011, p. 37).

Me pergunto se, para além desses contatos, teriam havido outras oportunidades para que as pessoas do lugar pudessem se expressar, visto que estamos falando de sujeitos que não produziam registros escritos? Se esses sujeitos do interior não puderam falar por si próprios, como nós poderíamos tentar reconstruir o que teriam sido suas representações sobre o mundo, práticas e valores, fugindo de uma perspectiva eurocêntrica não preparada para lidar com a pluralidade cultural do sertão brasileiro?

⁵⁶ Algo semelhante ocorreu a respeito das populações indígenas de Goiás, cuja relevância cultural na sociedade que se desenvolveu em Goiás foi menosprezada. Os indígenas só aparecem nos relatos dos viajantes e nas correspondências dos administradores de província como um obstáculo ao povoamento da civilização. Sobre este tema, ver: NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. Silêncios da memória: o apagamento do protagonismo indígena em Goiás. **Fronteiras: Revista de História**, vol. 18, núm. 32, julho-diciembre, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5859/3000>. Acesso em 10/04/2022.

Para as estudiosas dos viajantes do século XIX, Maria Lemke (2012) e Fátima de Macedo Martins (2017), a historiografia goiana tradicional, interessada sobretudo pelo período da mineração, utilizou largamente os relatos de homens como Pohl e Saint-Hilaire e corroborou com a tese de que a suposta decadência material que afetou Goiás a partir da escassez do ouro gerou uma decadência moral entre a população, que se via isolada e desinteressada em desenvolver a agricultura, constatação essa recorrente nos textos dos viajantes e também nas correspondências dos administradores da província⁵⁷. Fátima de Macedo Martins (2017), em sua tese sobre Saint-Hilaire em Goiás, demonstra que nomes importantes da historiografia goiana, como Luís Palacín, viam os relatos dos viajantes como fontes descritivas incontestáveis do período pós-mineração em Goiás, recorrendo a eles para “explicar” vários aspectos da história da província. Sobre a obra *O século do ouro em Goiás* (1979), de Palacín, ela comenta que:

O autor também não escapa aos juízos contundentes manifestados pelos memorialistas e viajantes estrangeiros. Desse modo, expressões como “decadência rápida e definitiva”, “estado de prostração” e “desprezo dos mineiros pelo trabalho agrícola” confirmam o que havia sido escrito antes sobre a Província por Eschwege, Pohl e Saint-Hilaire, em meados do século XIX. Palacín recorre com frequência aos cientistas estrangeiros, como meio de balizar suas informações através de um testemunho que, à época, gozava de grande credibilidade e respeito (MARTINS, 2017, p. 31).

Tendo como foco a contraposição de determinados estereótipos construídos a partir dos relatos dos viajantes, como a decadência econômica e a ociosidade, Lenke defende que é preciso buscar nessas fontes os aspectos econômicos e sociais que foram ignorados por quem as produziu, apegados que estavam à tese de que a decadência da mineração gerou uma decadência nos costumes. Para ela, é preciso admitir a diferença entre “decadência aurífera” e “decadência econômica” (2012, p. 71), sendo que outros registros escritos, como inventários que datam da passagem do século XVIII para o XIX, e até mesmo as descrições dos próprios viajantes, mostram o desenvolvimento de outros tipos de economia nas vilas, ainda que o isolamento da província dificultasse as transações comerciais.

⁵⁷ Segue um trecho em que Saint-Hilaire lamenta a não disposição para a agricultura dos goianos: “A indolência contribuiu bastante para levar os fazendeiros da região a essa situação de penúria. Mas a miséria, que os embrutece e desanima, deve necessariamente, por sua vez, aumentar a sua apatia. E esta chegou a tal ponto, em muitos deles, que dispoño praticamente de toda a terra que lhes convém, eles não chegam a cultivar o suficiente nem mesmo para o seu próprio sustento” (SAINT-HILAIRE, 2020, p. 21).

Valendo-se desse revisionismo, ainda que nos dispusermos a analisar registros escritos sobre a população de Goiás com lentes já livres do mesmo preconceito dos viajantes, não haveria neles, acredito, o suficiente para mensurar o simbolismo do cotidiano das pessoas comuns, que não faziam parte dos espaços de poder concedidos a alguns poucos homens; e *poder* aqui deve ser lido também como *poder para representar*.

Como foi explanado no capítulo anterior, compreendemos que as representações funcionam como uma espécie de ponte entre os sujeitos e o mundo exterior (PESAVENTO, 2008) e são moldadas por uma série de discursos produzidos social e historicamente, condicionados por relações de poder, de acordo com uma interpretação foucaultiana que prevê que as relações entre discurso, conhecimento e poder são “enraizadas em contextos e histórias particulares” (HALL, 2016, p. 93). No caso desta pesquisa, além de contrapor determinados estereótipos, interessa-se por conhecer a visão de mundo das pessoas que vivem no campo e as tradições que herdaram de seus antepassados camponeses, buscando destacar também as distinções de gênero intrínsecas a elas. O exemplo do relato de Saint-Hilaire (2020), sobre Goiás, mostra o quanto as mulheres do interior podiam ser mal vistas pelos estrangeiros: quando não como prostitutas, eram pessoas rudes e desinteressantes.

Isto posto, a história oral mostrou-se um instrumento sem precedentes para a construção de novas versões sobre a história dos grupos historicamente silenciados e, mesmo que produzidas no presente, as fontes orais conseguem fornecer informações sobre os antepassados de quem rememora, atributo da dimensão herdada da memória (Pollak, 1992). Esse traço é fundamental para encontrarmos os elementos tradicionais que aparecem nas entrevistas com mulheres camponesas, sobretudo quando rememoram sua infância, os valores e hábitos aprendidos com a família. Em vários momentos das falas delas, podemos contrapor a visão preconceituosa de que os camponeses dessa região não tinham vontade de trabalhar, não obstante a fertilidade da terra. Os dois trechos abaixo foram extraídos da entrevista de Margarida, cuja família é originária da região de Corumbá (GO). Ela faz referência ao gosto que adquiriu pelo trabalho no campo, graças ao exemplo fornecido, em especial, pelo pai.

O meu pai, minha mãe criou nós no Corumbá [...] Pai era um dos maiores criadores de porcos no Corumbá, pai plantava as fazendas, sabe?! Pai colhia arroz, muito arroz, contratava as pessoas, aqueles mutirão, que antigamente

um ajudava o outro nas fazendas, né?! Então, assim, eu fui criada naquele ritmo, eu com oito anos eu queria dirigir trator pra ficar igual ele, colhendo sabe?! Por isso que eu fui pro campo. É prazeroso! (MARGARIDA, 2021).⁵⁸

A família da minha mãe em si, até os dias de hoje, eu acho que não tem ninguém que não mexe com campo, todos mexe com galinha, mexe com plantação, tem... todos, tio, tia, primos, todo mundo é dessas... gosta de plantar e colher (pausa). O meu avô, tem 85 anos, ele mexe até hoje, sabe?! O prazer dele é plantar e ver aquelas plantação, aí eu fui no ritmo, então, cê sabe né?! Filho de peixe... (risos) (MARGARIDA, 2021).⁵⁹

O trecho em que Margarida fala sobre os mutirões, remete a uma prática muito comum em Goiás, na qual camponeses vizinhos, moradores uma determinada região, se reuniam para ajudar uma família a realizar diversos trabalhos fundamentais a sua subsistência. A prática é considerada uma vivência tradicional dos camponeses não só em Goiás. Em *Os Parceiros do Rio Bonito* (2017), obra referência sobre os modos de sociabilidade camponeses, Antônio Cândido define os mutirões como a prática de solidariedade mais importante entre os caipiras que se estabeleceram em São Paulo.

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho, derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhe oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma a não ser a obrigação moral e fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. (CÂNDIDO, 2017, p. 82).

A prática é uma importante forma de sociabilidade porque não só fortalecia os laços de solidariedade entre os camponeses, bem como possibilitava um espaço de lazer após o trabalho, visto que “esse aspecto festivo, de que se reveste, constitui um dos pontos importantes da vida cultural do caipira” (CÂNDIDO, 2017, p. 82). Da mesma forma, nas entrevistas de Orquídea e Dália, cujas famílias são provenientes da Bahia, os mutirões de roça realizados entre a família e os vizinhos também aparecem, principalmente para fazer a farinha de mandioca, alimento tradicional dos camponeses tanto da Bahia quanto de Goiás.

Lá na [Bahia], quando a gente fazia lá juntava um monte de gente pra raspar [descascar a mandioca], na hora de ralar... de torrar não, mas de raspar juntava muita gente... e fazia aquela “ruma” assim de mandioca e ficava tudo junto, fazendo (ela se cala e ao fundo se ouve um cacarejar de galinhas

⁵⁸ Pergunta: **É.. você me disse que você trabalhava antes na prefeitura, você não tinha trabalhado no campo antes, a sua família é do campo, você tem algum histórico com o campo?** Resposta a partir do minuto 02:16, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

⁵⁹ Pergunta: **Você pode dizer então que a sua família era do campo já, era camponesa?** Resposta a partir do minuto 03:24, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

próximas) E era bom demais, porque era muita gente... de repente a gente fazia (DÁLIA, 2021).⁶⁰

As duas mulheres ainda praticam a feitura da farinha de mandioca e do polvilho pelo menos uma vez por ano, tendo em vista que a mandioca é um dos gêneros mais cultivados no assentamento, além do que a durabilidade do produto garante o armazenamento em grandes quantidades. Hoje em dia, o mutirão realizado conta somente com os membros de cada família, que faz o produto para o consumo próprio e venda do excedente. Ainda que esse processo não envolva muitos membros do assentamento, existe alguma solidariedade entre as vizinhas, pois Dália utiliza a “casa de farinha” construída no lote de Orquídea, que confirmou que a vizinha “também vem, ranca [a mandioca] lá, tira a casca lá, e só na hora de torrar e passar que ela vem pra cá”⁶¹.

Figura 2: Equipamento tradicional de madeira utilizado para moer a mandioca, chamado por Orquídea de “bulineto”.



Fonte: Arquivo Pessoal. Registro feito por mim no dia da entrevista, em 15 de maio de 2021

⁶⁰ Pergunta: **Tinha mutirão assim... pra fazer isso [a farinha de mandioca]?** Resposta a partir do minuto 11:21, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

⁶¹ Pergunta: **Mas, assim, quem é que vem pra ajudar vocês nesse processo [de fazer a farinha no assentamento]?** Resposta a partir do minuto 45:51, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

Além dos mutirões, outro ponto recorrente nas entrevistas é o trabalho geracional das famílias no campo, contando com a participação das crianças. Nos trechos citados anteriormente da entrevista de Margarida, ela afirma que o desejo de voltar para o campo se deu por causa da infância, vivida na fazenda. Podemos depreender que a família, tanto da parte do pai quanto da mãe, trabalhava na roça e esse trabalho envolvia todas as gerações, da infância à velhice. Da mesma forma, as outras entrevistadas de origem camponesa (goianas ou não) afirmam terem começado a trabalhar muito cedo, visto que o sustento da família dependia também da ajuda dos filhos. Rosa do Deserto, nascida e criada na região de Campinaçu (GO), menciona no trecho abaixo quando começou a trabalhar na roça.

Eu lembro que eu comecei trabalhar na roça foi com uma idade muito pequena, oito anos... Oito anos as criança já começava, sabe? Trabalhar na roça... Tinha aquele periodin, né? Que muitos estudavam, outros não estudavam, que lá a escola era difícil. A gente, quando começou a estudar, a gente já tava bem, 10 anos por aí, e a escola muito longe, sabe? Mas eu lembro até hoje, nós... que eles levaram uma professora pra lá, uma mulher muito boa, muito legal. Fez uma escola pra gente de pau a pique, sabe? Fincava aqueles pau assim (gesticula) e coloca por cima e nós ficava, aquilo pra nós era uma festa, de falar assim “agora vamo pra escola”, aquilo pra gente era bom demais da conta, porque a gente não tinha aquilo, né? É... menino, aquela *crianceira*, porque as fazenda, as casa são longe, e pra você encontrar outras criança da sua idade, só se fosse na escola mesmo (ROSA DO DESERTO, 2021).⁶²

A fala em destaque traz outro elemento tradicional importante, que é a relação do camponês com a infância e com a educação formal. O fato de as crianças terem que ajudar nos trabalhos da roça acabava por interferir nos estudos, cujo acesso já era dificultado pela precariedade da oferta. Ainda assim, frequentar a escola era um diferencial para crianças que moravam em espaços relativamente isolados, “aquilo pra nós era uma festa”, como ela mesmo descreve. O acesso ao ensino formal, que lhe daria uma educação aos moldes do homem branco “civilizado”, era dificultado por uma série de fatores.

Depois desse lugar que eu tô te falando foi que nós mudamo pra essas terra que o meu pai é, registrou, sabe?! Aí, daí pra lá nós começou a estudar de novo, mas nós tinha que andar quatro quilômetro só de ladeira pra ir no colégio, esse colégio nós estudamo só, não chegou um ano e direito... Porque atividade na roça era assim, sabe?! Naquela época cê não ligava muito pra

62 Pergunta: **A senhora disse que a sua mãe teve 18 filhos [...] É... eram homens, mulheres, eu imagino. Todo mundo trabalhava do mesmo jeito na roça, ajudava? Você pode falar um pouco sobre isso?** Resposta a partir do minuto 8:40, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

colégio essas coisas, cê não tinha obrigação, cê não era obrigado a botar os filho na escola, sabe?! Então ia ficando difícil, difícil, difícil, você ia largando, pra lá. Então, é desse jeito. Escolaridade assim a gente tem o suficiente pra gente, sabe?! Se manter. Mas dizer que a gente tem estudo, estudo (pronuncia com ênfase), não, não, não, isso aí a gente nunca teve chance (ROSA DO DESERTO, 2021).⁶³

Na percepção da entrevistada, na época em que deveria estudar, não havia uma insistência por parte dos adultos para que as crianças frequentassem a escola, como se essa postura fosse cultural. Contudo, o que certamente mais justificava essa alienação era a precariedade da oferta de educação básica nos espaços rurais, como podemos observar em alguns pontos da fala dela: a escola era distante, as instalações eram improvisadas e a disponibilidade de professores era limitada. Mesmo que na época lembrada já existisse a previsão legal do ensino gratuito obrigatório, esse direito demorou a chegar de fato nos locais mais afastados, tanto que a educação no/do campo passou a ser uma das principais demandas dos movimentos sociais de luta pela terra nas décadas seguintes. Antes disso, nos casos em que as crianças do campo não conseguissem frequentar a escola, devido a essa precariedade, algumas famílias eram obrigadas a migrar para a cidade, como mostra o exemplo de Margarida.

Aí, eu já tinha 8 anos. Meu irmão tinha 7, aí minha mãe obrigou meu pai a trazer a gente pra cidade pra gente estudar. Aí nós estudamos primeira escola no Gama [DF]. Aí estudamos, aí é, pai veio com raiva, mas veio, e a gente ficou por aqui mesmo, porque tinha que estudar (MARGARIDA, 2021).⁶⁴

O fato de não terem acessado a educação formal, portanto, não impediu que desenvolvessem traços culturais e senso de educação, o que refuta as afirmações preconceituosas tecidas por viajantes como Saint-Hilaire. A imagem que ele criou de quem vivia nas fazendas de Goiás, durante o século XIX, é a de pessoas que, longe da civilização, ficaram embrutecidas e sem “nenhuma oportunidade de cultivar suas faculdades intelectuais”, a ponto de se impressionar que “vários deles não tenham caído em um estado mais próximo ainda da completa barbárie” (SAINT-HILAIRE, 1944, p. 339). Ao contrário do que insinua o francês, o exemplo de Rosa do Deserto mostra o quanto o tipo de educação aprendido na infância influenciou sua conduta moral, um tipo de educação pautado pela religiosidade e pelo respeito entre os membros da família,

63 Extensão da pergunta anterior.

64 Pergunta: **Sua família saiu do campo por que? Você poderia me falar?** Resposta a partir do minuto 04:10, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

sobretudo em relação aos pais. Ela acredita que, na época, as pessoas eram mais tementes a Deus e respeitavam mais os pais do que no presente.

Nossa, minha filha, é... uma casa cheia! Nossa senhora, era menino demais, gente demais, adolescente demais... mas fomos criados no tipo assim, de não ter briga. Que hoje em dia cê vê, as crianças de hoje em dia se tiver mais de dois numa casa ninguém aguenta. Lá não, lá é só dum pai olhar pra gente já sabia que... caça seu canto. Era assim, ninguém xingava, a gente tinha um temor de xingar os outros. Se a gente falasse um “nomão” a gente já pensava em Deus: – Oh, meu Deus, me perdoe, por eu ter xingado ou pensado, sabe?! Hoje não, né?! Hoje as pessoas acha que tudo pode e é assim, mas antigamente era mais... a gente tinha mais fé, né?! (ROSA DO DESERTO, 2021).⁶⁵

Os temas trazidos nos exemplos acima refutam a noção de que as populações que viviam em Goiás eram indolentes ou preguiçosas e, o mais importante, que a pobreza material impediu o senso cultural. O relativo isolamento dessas famílias – que vai diminuir após a década de 1950 – tornava difícil o contato com ferramentas que estimulariam seu progresso material e também cultural, como o acesso à educação formal, às mais modernas tecnologias e à medicina, o que não significa que não tenham desenvolvido outros mecanismos eficientes interpretar o mundo e resolver problemas da vida prática.

Em uma reflexão semelhante sobre o caipira paulista, Antônio Cândido afirma que as impressões feitas por Saint-Hilaire devem passar por “uma interpretação econômico-social adequadas” (2017, p. 53), pois o viajante não ponderou que o isolamento e o modo de vida migrante que caracterizava esse tipo de sujeito, dificultou o desenvolvimento de formas mais apuradas de sociabilidade. É preciso lembrar que os trabalhadores livres, que desde o período colonial cultivavam a terra por subsistência, quase sempre sem ter sua propriedade, construíram uma relação de trabalho diferente do que seria esperado por uma economia capitalista, que pressupõe o uso da terra para a obtenção de lucro. Para esses sujeitos, “o trabalho, [...] era praticado apenas como forma de sobrevivência, dentro do que Paulo Bertran batizou de ‘economia da abastância’, ou seja, trabalhava-se o quanto bastasse” (CHAUL, 1997, p. 62 *apud* LEMKE, 2012, p. 78).

Nesse processo de adaptação ao meio ambiente, elementos como o conhecimento de plantas nativas do cerrado (cuja perpetuação se deve muito aos

65 Pergunta: **Dezoito pessoas... Era muita gente, como você falou, né?** Minuto 15:40 do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

indígenas), o comunitarismo existente entre as fazendas vizinhas (como a prática dos mutirões de roça), os laços entre a família, a relação afetiva com a terra e a religiosidade tradicional passaram a constituir o arcabouço cultural das populações camponesas. Sem desconsiderar as especificidades regionais, as falas trazidas como exemplo apresentaram similaridades entre os modos de vida construídos por camponeses tanto em Goiás como na Bahia, o que demonstra a potência dos discursos subjetivos para subsidiar a compreensão do campesinato que se formou em vários lugares do Brasil e depois confluuiu para o Distrito Federal.

2.2 Uma cisão na história: quando o DF ainda era Goiás

Realizar Brasília não foi uma tarefa fácil e imediata. Apesar de a construção ter sido feita em tempo recorde (50 anos em 5), sua idealização remonta à colônia, quando os inconfidentes, em sua utopia separatista, cogitaram transferir a capital do Brasil para o interior, por razões de segurança e de centralização política. E, ainda que mais de um século e meio depois, quando o ideal de interiorização da capital finalmente foi concretizado, tendo como local escolhido um outro que não São João Del Rei⁶⁶, como queriam os inconfidentes, os pioneiros de Brasília esforçaram-se para que a solenidade de inauguração da nova capital ocorresse precisamente no feriado de Tiradentes.

A ocasião exigia tal concomitância para corroborar com todo o discurso mítico que foi construído para legitimar a transferência e a construção da nova capital no Planalto Central. De acordo com Paulo Bicca (1985, p. 143) “são muitos e têm raízes profundas os mitos que envolvem Brasília, protegendo-a contra qualquer tipo de crítica”. Assim escreveu Juscelino Kubitschek (JK) sobre a missa de inauguração, ao iniciar o dia 21 de abril: “A enorme multidão compungia-se, de joelhos no chão, assistindo, com lágrimas nos olhos, ao término de uma jornada heroica que significava o virar de uma página da História do Brasil” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 372).

Brasília era uma cidade modernista, mas sua aura estava envolta pela evocação dos espíritos do passado, que a abençoavam. Para Ana Lúcia Gomes (2008, p. 41), ao fazer esse movimento de justificar o futuro pelo passado, JK “legitima a construção de

⁶⁶ De acordo com Farias (2006, p. 65), a ideia de interiorização da capital para a cidade de São João Del Rei pelos inconfidentes é mencionada por Ernesto Silva e por Adirson Vasconcelos, dois dos primeiros historiadores de Brasília, responsáveis pelas narrativas tradicionais sobre a transferência da capital.

Brasília (a modernidade, o futuro, a nação) recuperando o que as gerações do passado não realizaram, assumindo a responsabilidade por fazê-lo” e investe-se, ele próprio, do papel de herói nacional, feito um novo bandeirante, cuja missão seria o povoamento do Planalto Central.

O grande desafio da nossa História estava ali: seria forçar-se o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional. Ao invés do litoral - que já havia alcançado certo nível de progresso -, povoar-se o Planalto Central. O núcleo populacional, criado naquela longínqua região, espalhar-se-ia como uma mancha de óleo, fazendo com que todo o interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do País. Assim, o brasileiro poderia tomar posse do seu imenso território. E a mudança da Capital seria o veículo. O instrumento. O fator que iria desencadear novo ciclo bandeirante (KUBITSCHKE, 2000, p. 7).

A história de Brasília é, portanto, muito pautada pela ênfase no evento da construção e pouco no processo que levou a isso. O íterim que separou a Inconfidência Mineira (1789) da inauguração de Brasília (1960) teve em seu palco (e também nos bastidores) o envolvimento de uma série de agentes que impulsionaram ou obstaculizaram a efetivação do que por muito tempo foi apenas uma ideia. O roteiro difundido pelo teatro da história é aquele que tem JK como protagonista e se inicia em 4 de abril de 1955, no comício da cidade de Jataí, em Goiás⁶⁷. Por outro lado, a trama que levou o então candidato à presidência da república ao momento mais importante de sua história política ficou nas cenas cortadas.

Se buscarmos os bastidores, encontraremos outros pontos de vista sobre a história de Brasília, que podem desmistificar o roteiro tradicional que tende a associar a cidade muito mais a um passado mítico, do que a um processo histórico que envolveu interesses que vão além da disposição de JK em construir a capital durante seu mandato. Destarte, para que tenhamos uma compreensão plural sobre a história de Brasília, é preciso buscar o que foi silenciado pelo discurso tradicional, como o protagonismo daqueles que já existiam no território destinado ao Distrito Federal.

Brasília, antes de existir, era Goiás e, em algum momento, a história desses dois lugares se confunde, mas parece que há um esquecimento coletivo desse passado, como

67 O próprio Juscelino Kubitschek considera o evento como sendo o início da construção de Brasília: “Foi nesse momento que uma voz forte se impôs, para me interpelar: “O senhor disse que, se eleito, irá cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber, então, se pretende pôr em prática o dispositivo da Carta Magna que determina, nas suas Disposições Transitórias, a mudança da Capital Federal para o Planalto Central.” Procurei identificar o interpelante. Era um dos ouvintes, Antônio Carvalho Soares - vulgo Toniquinho -, que se encontrava bem perto do palanque” (KUBITSCHKE, 2000, p. 6).

se se tratassem de espaços completamente distintos. Quem mora em Brasília, não quer ser confundido com quem mora em Goiás. Essa era uma impressão que eu já tinha, adquirida pela experiência de moradora do entorno do Distrito Federal, mas que foi confirmada por algumas falas das minhas colaboradoras.

Várias vezes, durante a entrevista, Caliandra disse que eu deveria conhecer o seu lote, pois tinha orgulho do que conseguira cultivar ali. Mulher com história de vida muito sofrida, veio ainda na adolescência, do interior do Piauí para o Distrito Federal em busca de trabalho. Por não ter muito estudo, contentou-se com os serviços que conseguira como cozinheira e arrumadeira. Hoje, ainda que continue a fazer bicos como diarista no centro de Brasília, para complementar a renda da família, ela sente muito orgulho do pedaço de terra aonde planta o que comer e o pouco que consegue vender. Após a entrevista, ela mostrou cada canto do lote de 14 hectares, segundo ela, o mais cultivado de todo o assentamento. Orgulho maior ela tinha por ser aquele um pedaço de terra dentro do Distrito Federal. Quando eu comentei que ali fazia fronteira com Goiás, ela apressou-se em ressaltar que o assentamento era DENTRO DO DF!

O momento do passeio não foi gravado, mas ela já havia feito comentários semelhantes durante a entrevista, quando explicou que, apesar de não ter recursos para tornar o lote produtivo, não pretendia desistir da terra, porque era valiosa principalmente por ser “dentro de Brasília, não é Goiás, e tal”⁶⁸. Por outro lado, seu marido não tinha a mesma perspectiva.

Ele [o marido] só fica em função disso aqui. Ele não tem emprego, tanto como ele se irrita, pensa de ir embora, de desistir. E eu falo: - Não, não posso desistir duma coisa que eu vejo que tem futuro. A gente tá dentro de Brasília! Então, como que a gente vai desistir de uma coisa que a gente já começou tudo do começo. Por exemplo, cada plantinha que cê vai ver plantada lá fora, não foi comprada. Foi de eu gostar daquele fruto, plantar aquela semente e dar tudo o que você vai ver aqui fora. A gente não comprou nenhuma muda de nada (CALIANDRA, 2021).⁶⁹

Não devemos perceber a visão de Caliandra como mero preconceito de quem supervaloriza Brasília em comparação ao estado de Goiás. Quando ela veio do Piauí para o Planalto Central, no fim da década de 1990, Brasília já era a capital do país e havia muito tempo tornara-se destino de migrantes do Nordeste e de outras regiões,

⁶⁸ **Pergunta: Seu esposo também só fica em função de cuidar aqui?** Resposta a partir do minuto 71:51, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

⁶⁹ Outro trecho da resposta à pergunta anterior.

calejados de uma vida sofrida e em busca de destino melhor. Antes de mais nada, é preciso lembrar que Brasília foi formada pela junção entre pessoas que já habitavam a área que lhe foi designada e por migrantes de outras regiões, alterando a dinâmica econômica e social de Goiás e fazendo com que as pessoas de fora também imprimissem novos significados ao espaço que passou a abrigar a capital. Até mesmo a composição das mulheres colaboradoras desta pesquisa demonstra essa diversidade: duas goianas, duas baianas, uma piauiense e uma carioca.

A partir da fala de Caliandra, cabe pensar a questão da especulação imobiliária que ocorreu na área destinada ao Distrito Federal. Para Bicca (1985, p. 145), “Brasília sempre representou como possibilidade, talvez ímpar, de realização do capital imobiliário e de todos os demais que concorreram para a sua construção de das cidades satélites”. Mesmo antes de sua construção, a transferência da capital incentivou a ação de grileiros, a expulsão de posseiros e a desapropriação de pessoas que já viviam no local, o que nos leva ao problema do desconhecimento do que existia no Planalto Central antes de Brasília e a importância de relativizar as visões estereotipadas sobre as sociedades que se sustentaram há muitas gerações nesse espaço, como propus no tópico anterior.

De acordo com Luiz Sérgio Duarte Silva (1997, p. 45), “os goianos esperaram muito de Brasília. Quando ela chegou, seguiram-se estranhamento e frustrações correspondentes”, pois a modernidade trazida por ela entrou em contraste com a rusticidade que por muitas gerações predominou em Goiás. Para muitas dessas pessoas, “a modernidade, até então, era uma coisa distante e sua chegada foi sentida de forma fatalista e apocalíptica, sobretudo por aqueles que foram desapropriados de suas terras” (ARAGÃO, 1988 *apud* ASSIS, 2013, p. 37).

Essa dissertação fala sobre silenciamentos. A história de Brasília silencia ao não falar ou falar de forma enviesada sobre o que havia no espaço que foi cedido para abrigar nova capital. O que geralmente ficamos sabendo sobre Brasília é o que nos mostram seus monumentos modernistas, o Plano Piloto e as inúmeras referências a JK, dentro e fora do território do Distrito Federal. Quem quer se aprofundar um pouco mais na história da cidade, depara-se com seu processo de formação: as primeiras ideias de interiorização da capital, as comissões de demarcação, a lida dos candangos durante a construção, a formação das “cidades-satélites”. Os trabalhos acadêmicos mais recentes,

com destaque para as áreas de história e arquitetura, tendem a se deslocar para além do Plano Piloto e de seus “pais fundadores” e buscam as periferias, as feiras livres, os depoimentos das pessoas comuns. Vi um pouco disso na bibliografia que conheci quando realizei as disciplinas deste programa de mestrado⁷⁰.

Não obstante esse importante revisionismo realizado pelas novas gerações de pesquisadores, há que se discorrer ainda sobre pontos importantes. Por exemplo, fala-se muito sobre a parte urbana da capital e pouco sobre seu espaço rural, habitado há muitas gerações por populações que aprenderam a sobreviver no cerrado, construindo nele relações materiais e culturais que passaram a definir sua identidade. A construção de Brasília alterou a dinâmica construída nesse espaço, bem como representou um novo rumo para a história de Goiás.

Um dos poucos trabalhos que encontrei sobre a área rural destinada a ser o Distrito Federal é a dissertação de Darcy Dornelas de Farias (2006), que aborda o trabalho da Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital (CCMNC), realizada entre 1955 e 1958, por iniciativa do governo de Goiás. De acordo com a pesquisadora, graças aos esforços dessa comissão, a maior parte das terras de Brasília já estavam disponíveis quando a construção começou, mas os primeiros historiadores da cidade, dentre os quais ela destaca Ernesto Silva e Adirson de Vasconcelos, quase nada escreveram sobre o assunto nas obras que pretendem descrever a história de Brasília (FARIAS, 2006, p. 64). De modo geral, a relevância da elite política goiana no processo de transferência da capital foi desconsiderada por esses autores, tendo em vista que o discurso construído por eles optou pelo protagonismo de JK e do grupo político que a autora denomina “Minas-Rio”, do qual faziam parte também os primeiros dirigentes na NOVACAP (FARIAS, 2006, p. 55).

Assim como qualquer narrativa histórica, aquela que foi construída sobre Brasília não é imparcial ou ausente de intenções. Os homens escolhidos para escreverem a história da nova capital – muitos deles membros do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF) – estavam politicamente ligados ao grupo de JK, logo, a identidade que a narrativa deles criou envolveu a promoção do pioneirismo de seus construtores, alinhados ao projeto desenvolvimentista. De acordo com essa

70 Com relação a este assunto, crédito principalmente às discussões da disciplina interdisciplinar “Brasília: questões de urbanização e história”, ministrada pela professora doutora Maria Fernanda Derntl, docente dos programas de Pós-Graduação em História e em Arquitetura da UnB.

visão, Brasília correspondia a uma utopia que pretendia afastar o Brasil do passado colonial, considerado atrasado.

(...) da nova capital, os brasileiros do litoral descortinarão uma pátria maior do que a que enxergam, nas avenidas e nas praias. O sertanejo verá o nascimento de outro Brasil, que não será o da palhoça, o das febres, o da verminose, o do analfabetismo. Para todos se abrirão as perspectivas de um Brasil integrado na unidade real da terra e no sentimento comum de que essa unidade já está viva na grande nova capital, levantada no planalto central: Brasília (ORICO, 1957, p. 1 *apud* GOMES, 2008, p. 275).

Ao propor essa crítica, não pretendo minimizar a produção historiográfica sobre Brasília ou a iniciativa de JK e de seus companheiros políticos, pois considero que cada presente interpreta o passado com as ferramentas conceituais e com as necessidades do momento, da mesma forma, os historiadores escrevem de acordo com a posição social que ocupam. Contudo, o trabalho de revisão histórica é necessário para desconstruir noções cristalizadas sobre o passado, admitindo que a realidade é intermediada por discursos historicamente localizados e construídos por procedimentos arbitrários que criam “efeitos de verdade”. Para Foucault (1996), a verdade não existe sem o poder.

Há um combate pela verdade ou, ao menos, em torno da verdade – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate em favor da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de “ciência/ideologia”, mas em termos de “verdade/poder” (FOUCAULT, 1979, p. 13).

Nesse sentido, percebe-se que os discursos valorizados pela historiografia tradicional sobre Brasília, que conferem um teor mítico à sua fundação, como demonstram os críticos Paulo Bicca (1985) e James Holston (1993), acabaram por desistoricizar a cidade ao desconsiderar parte importante do processo que tornou possível a efetivação da mudança da capital para Goiás.

Um importante reduto mudancista se formou em Goiás, representado por políticos e jornalistas que esperavam o cumprimento do dispositivo constitucional que previa a transferência da capital justamente para este estado, no sítio determinado pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (CEPCB) – Missão Cruz – realizada entre 1892 e 1894. Existia entre esses grupos um anseio pela modernização de Goiás, processo que já havia sido iniciado com a construção de Goiânia, na década de

1930, no contexto do intervencionismo do Estado Novo. Políticos importantes do estado, com destaque para os irmãos Coimbra Bueno, empreenderam ações que visavam concretizar o plano de transferência da capital para o estado de Goiás, como propaganda mudancista e participação nas comissões de localização e planejamento da nova capital (SILVA, 1997).

Desde o período imperial, os administradores reclamavam que o isolamento prejudicava o desenvolvimento da província (GARCIA, 2010) e, transferir a capital do Brasil para terras goianas passou a significar enfim a integração de Goiás à economia nacional. No entanto, um hiato de mais de meio século separou o relatório feito pela Missão Cruz da enfim construção de Brasília e os entusiastas goianos do mudancismo, temendo que a ideia fosse esquecida, empenharam-se em propagandear-la através da imprensa ou por atos simbólicos, como a edificação de uma Pedra Fundamental, na região de Planaltina, mediante o Decreto Lei nº 4494 de janeiro 1922 (FARIAS, 2006, p. 86). O ato foi iniciativa do deputado goiano Americano do Brasil, um dos fundadores da revista *Informação Goyana* (fundada em 1913), um dos principais periódicos que circularam em Goiás na primeira metade do século XX. A revista tinha como uma de suas principais pautas a defesa das potencialidades do estado, que seria o local mais adequado para abrigar a nova capital do Brasil (MAGALHÃES, 2010).

Brasília, portanto, seria para Goiás o ápice do processo de modernização há tanto tempo esperado, algo que havia começado com outros empreendimentos do início do século XX, como a construção da ferrovia que ligaria São Paulo à Goiás, seguida pela construção de Goiânia na década de 1930. Quando a capital finalmente foi transferida para Goiás, a história desses dois lugares se entrecruzou e aqui chegamos a outro silenciamento presente na história de Brasília: a noção de que a capital foi feita no meio do nada, como se fosse uma página em branco que começou a ser preenchida só em 1960. O próprio JK utilizou expressões como “vazio” e “deserto” para se referir ao local onde seria erguida a nova capital.

A nova Capital, descontada sua grandiosidade arquitetônica, permitiu que dois terços do nosso território — que eram desalentadores "espaços vazios" — fossem conquistados (KUBITSCHKE, 2000, p. 11).

[...] para aproveitar aqui uma observação do nosso primeiro historiador, Frei Vicente do Salvador, "arranhando a areia das praias, como caranguejos". O litoral foi de fato uma monvidência nacional. Vivia-se por ele. Agia-se em função dele. E o que ocorria em relação ao resto do Brasil? A resposta é

simples: o deserto sem fim desdobrado nas suas características regionais [...] (KUBITSCHKEK, 2000, p. 11).

O imenso espaço vazio do Planalto já não se mostrava tão deserto como antes (KUBITSCHKEK, 2000, p. 77).

Como seria o Planalto Central um deserto se há séculos existiram aqui populações que sobreviviam do extrativismo, da caça, da agricultura de subsistência e/ou da pecuária? A região do Planalto Central fora ocupada primeiro por grupos indígenas e posteriormente por colonizadores de origem portuguesa, atraídos pelas riquezas advindas da exploração aurífera (BERTRAN, 2011). Conforme a colonização portuguesa avançava sobre o interior, a tendência era o acirramento dos conflitos com os grupos nativos e a consequente expulsão deles para os locais mais isolados. JK escreveu que na primeira missa realizada em Brasília vieram representantes da etnia Carajá lhe prestar homenagem. Ele ficou deslumbrado “com o contraste oferecido por aquela concentração humana. De um lado, os carajás de penas, e, do outro, as elegantes da sociedade carioca exibindo as últimas criações dos costureiros de Paris” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 89).

De acordo com Paulo Bertran (2011), a região do Distrito Federal foi ocupada por grupos indígenas Macro-Jê há muitos séculos e na ocasião da chegada dos primeiros bandeirantes, no século XVIII, haviam ali ainda grupos da etnia Caiapó (BERTRAN, 2011, p. 71). Nas terras do Planalto Central sobreviveram caiapós, xavantes, tamoios, góias, carajás, muitos resguardando-se da colonização branca no litoral, formando uma “verdadeira Babilônia de gentes e conflitos potenciais, vindos desde as mais remotas origens do homem nas Américas, a contrapor-se a um tipo de história do Distrito Federal que só parece iniciar-se com Brasília” (BERTRAN, 2011, p. 71).

A ocupação iniciada por grupos indígenas foi seguida pela chegada dos primeiros exploradores de descendência branca, pois, como é sabido, a colonização portuguesa tardou a aprofundar-se pelo interior da América do Sul. Antes do surgimento dos primeiros povoados, em decorrência da descoberta de ouro, passaram por essas terras jesuítas, criadores de gado e bandeirantes. De acordo com Bertran (2011), em 1726, Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera II) fundou os primeiros arraiais, às margens do Rio Vermelho, tornando-se o arraial de Sant’Ana – que décadas depois se chamaria Vila Boa de Goiás – a sede da administração da capitania e depois província

de Goiás⁷¹. O autor conclui que foi a criação de Meia Ponte (atual Pirenópolis), em 1731, que iniciou a colonização da região do Distrito Federal.

Estava iniciada a colonização do Distrito Federal e do Planalto Central, principiada pela irresistível atração entre ouro e mercadorias, pela abertura de estradas de contrabando, e pelo fechamento da anunciada cunha colonizadora, que agora contava, em pleno Planalto, a velha expansão pecuária nordestina ao inexorável destino mineratório do Brasil Central (BERTRAN, 2011, p. 171).

Por todo o território de Goiás (incluindo o que hoje faz parte do estado de Tocantins) formaram-se núcleos de colonização em decorrência direta ou indireta da atividade mineradora. Alguns povoados surgiram não propriamente por serem locais de mineração, como é o caso do Arraial de Couros (atual Formosa, minha cidade natal) que, de acordo com Bertran, “surgiu de outras motivações: pouso de tropas, ‘rua’ das sesmarias que se assentaram à sua volta, abrigo de famílias desgarradas do sertão” e, que por sua posição geográfica, “desempenhava uma vocação mercantil precoce” (BERTRAN, 2011, pp. 241-242). Esse local era ponto de passagem de viajantes vindos do Nordeste, tornando-se mais tarde uma região produtora de bovinos, assim como seria Planaltina, fundada por proprietários de terra oriundos de Formosa.

Mencionei a fundação desses locais, pois é no território antes pertencente a eles, bem como o antigo arraial de Santa Luzia (hoje Luziânia), que o Distrito Federal foi criado. As origens das três cidades remontam à segunda metade do século XVIII. Santa Luzia, primeiro local visitado por Saint-Hilaire em sua viagem à Goiás, além de ter sido também uma zona aurífera, era ponto de passagem dos viajantes que chegavam por Minas Gerais. Durante o império, o próximo núcleo populacional relevante depois dela seria Paracatu (MG).

71 De acordo com Saint-Hilaire (2020, p. 43), o nome da vila foi dado em homenagem ao bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva. O viajante francês não gostou muito do lugar, afirmando que “não tem nem mesmo muita salubridade, e não tardaria a ser abandonada se nela não ficasse localizada a residência de todo o corpo administrativo da província” (SAINT-HILAIRE, 2020, p. 44), tecendo comentários negativos também sobre a população local. Por outro lado, ele mostrou mais apreço pelo clima e pela população de Meia Ponte (atual Pirenópolis).

Figura 3: Mapa ilustrativo da demarcação do território do DF nos municípios de Luziânia, Planaltina e Formosa



Fonte: GRAEBIN, Gerusa de Souza. **A fala de Formosa/Go**: a pronúncia das vogais médias pretônicas. Dissertação de mestrado em linguística – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

A historiografia tradicional sobre Goiás, representada por historiadores como Luis Palacín, concluiu que, com o esgotamento do ouro, a então província passou por um processo de ruralização. A agricultura de subsistência, bem como a pecuária, já era empregada no período colonial para abastecer as zonas auríferas. Contudo, a agropecuária não foi vista nos primeiros anos como uma atividade econômica que pudesse desenvolver e povoar a região. Naquele momento, todos os esforços, sobretudo a mão de obra escrava, deveria ser empregada exclusivamente na extração do ouro (COELHO, 1997, p. 25). A respeito da região que hoje pertence ao território do Distrito Federal, Bertran (2011, p. 361) confirma que, após a decadência aurífera, surgiram “sítios de subsistência familiar, uma fórmula simples, de dois ou três homens plantando um pequeno trato de terra, que fornecia os alimentos do ano”.

A população que permaneceu em Goiás vivia majoritariamente nas áreas rurais. De acordo com Fábio Santa Cruz (2019), durante o século XIX, a pecuária tornou-se a principal economia goiana. Essa atividade, introduzida ainda no período colonial, foi uma solução para enfrentar a crise, pois não precisava de muitos recursos e muita mão de obra para se manter. A pecuária, mesmo que não tenha tirado Goiás da situação

empobrecida, tornou-se por muito tempo a base do seu setor produtivo (SANTA CRUZ, 2019, p. 67). Predominavam em Goiás, então, a atividade pecuarista, controlada por poucos fazendeiros, e um tipo de agricultura de subsistência dentro da grande fazenda ou às margens dela.

Para Santa Cruz (2019), a província viveu um período de estagnação econômica durante o século XIX, o que corrobora com a tese tradicional que relaciona decadência econômica à decadência aurífera que, de acordo com Maria Lemke, foi contestada por estudiosos como Paulo Bertran e Nars Chaul (LEMKE, 2012). Ela demonstra que esse estado de decadência da província, se existiu, pode ter tido início quando a produção aurífera ainda não tinha se esgotado, considerando as constantes reclamações das autoridades locais. E mais, se a província viveu por tanto tempo um período de “decadência”, como seria possível a manutenção de outras atividades, como a pecuária e a agricultura (mesmo sendo ela de subsistência) por tanto tempo?

A decadência aurífera, portanto, não causou o esvaziamento da província. Para Maria Esperança Fernandes Carneiro (2014, p. 95), a mineração pode ter sido atividade que iniciou o povoamento de Goiás, mas “foram, todavia, a agricultura e a pecuária extensiva as atividades econômicas responsáveis pela fixação do homem”. Vale lembrar que, no século XIX, Saint-Hilaire se impressionou com as atividades agrícolas desenvolvidas em Meia-Ponte, ressaltando o comércio do fumo para outras regiões.

Ainda hoje a maioria dos habitantes de Meia-Ponte se dedica à agricultura e como só vão ao arraial aos domingos, as casas permanecem vazias durante toda a semana. As terras da paróquia são apropriadas a todo tipo de cultura, até mesmo à do trigo, mas é principalmente com a criação de porcos e a cultura do fumo que se ocupam os colonos da região. Os rolos de fumo e o toucinho são enviados não somente para Vila Boa, mas também para vários arraiais do norte da província (SAINT-HILAIRE, 2020, p. 31).

As famílias que, no início da colonização, receberam sesmarias em Goiás e que, com o tempo, podem ter incorporado terras devolutas para o aumento das pastagens, adaptaram-se ao tipo de sociedade que se desenvolveu após a decadência da mineração. Não só os proprietários de terra, mas camponeses pobres, das mais diversas origens, que viviam como posseiros, agregados ou parceiros. Mesmo os ex-escravizados, trazidos para o trabalho nas minas, podem ter fugido ou ter sido libertos no período de decadência, estabelecendo-se, então, como camponeses, o que é demonstrado por alguns núcleos populacionais de origem quilombola em Goiás (como é o caso do Vão em

Cavalcante). Considerando a dinâmica econômica pós-mineração, a fazenda de gado, tornou-se um importante núcleo social, que, de acordo com Santa Cruz (2019), não só servia para o desenvolvimento da pecuária,

era também a referência principal de uma pequena comunidade, que às vezes crescia e se tornava uma área de maior destaque econômico ou populacional. Uma comunidade formada pelo fazendeiro, seus parentes e apaniguados, pelos trabalhadores da fazenda e suas famílias, por aqueles que arrendavam parte das terras do fazendeiro e por outros moradores da região, todos imersos em um conjunto de convenções sociais comunitárias, que se consolidava cada vez mais com o passar do tempo (SANTA CRUZ, 2019, p. 72-73).

Boa parte das terras ocupadas em Goiás não eram regularizadas. Mesmo os grandes pecuaristas ampliavam ao seu bel prazer as fronteiras de suas fazendas para fazer pastagens, situação que começou a mudar com a Lei de Terras de 1850 (SANTA CRUZ, 2019, p. 70). Sendo assim, a ocupação do território goiano foi se fazendo de forma irregular, não só pelos criadores de gado, mas por trabalhadores livres que praticavam a agricultura de subsistência, a caça e a extração de alimentos do cerrado, bioma predominante da região Centro-Oeste. De acordo com Mário Maestri (2005, p. 252), em todo o Brasil, “moradores, agregados, posteiros, rendeiros etc.”, prestavam serviços diversos nas fazendas “e suas famílias viviam em isolamento relativo nos latifúndios, gozando de um frágil direito de uso da terra que exploravam”. Além desses agregados das fazendas, existiam também posseiros e caboclos⁷² habitando precariamente terras não reclamadas.

Era essa a situação de algumas das minhas colaboradoras de origem camponesa, que disseram que a família não era exatamente proprietária das terras onde viveram na infância. Caliandra diz que o pai não era dono da terra onde ela cresceu, mas trabalhava “pra fazenda dos outro... tipo assim, tinha um fazendeiro que tinha mais dinheiro, aí ele ia lá trabalhava na terra desse fazendeiro e trabalhava de meia [como meeiro]”⁷³. Da mesma forma, o pai de Margarida era meeiro e a terra “não era dele mesmo, nós nunca

⁷² De acordo com Maestri (2005, p. 232), “o nativo semi-aculturado foi denominado de caboclo, termo derivado do vocábulo tupi-guarani kari’uoka. Com o passar dos anos, o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência”.

⁷³ **Pergunta: você disse que veio pra Brasília em 1998, de onde você é, de onde a sua família é?** Resposta a partir do minuto 08:10, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

tivemos condições pra comprar o que era nosso, né?!”⁷⁴. Rosa do Deserto conta que “antigamente, a gente não tinha a própria terra da gente, igual eu tô te falando. Depois que adquirimos a nossa terra. Quando a gente vivia nas terra dos outros trabalhando, então era aquela dificuldade, aquela pobreza danada”⁷⁵.

Os trabalhadores livres do campo viviam em situação marginal em relação aos grandes fazendeiros e foram prejudicados pela Lei de Terras de 1850, que acarretou no cercamento das fazendas, visto que ela previa a regularização da situação de “posseiros” para “proprietários”. De acordo com Maestri (2005, p. 252), esses moradores irregulares “foram comumente expulsos da terra que ocuparam pela expansão da produção mercantil, no interior daquelas unidades produtivas, ou devido à introdução de melhorias tecnológicas que tornaram desnecessários seus serviços”. Rosa do Deserto conta como a família conseguiu adquirir a primeira terra, na região de Campinaçu-GO, depois que deixaram de prestar serviços a outro fazendeiro.

Essa terra era do meu pai... lá se chamava Água Fria, porque, antigamente as pessoas botava o nome das fazendas pelo córrego, sabe?! Então o rio lá chamava Água fria, então a fazenda era Água Fria. E aí a gente viveu esse tempo todin, mas era dele sim... porque antigamente, muito antigamente, existia um jeito de ter terra, não era comprada (fala com ênfase), sabe assim?! Que as pessoas ia lá e comprava de alguém. Lá quase não tinha habitação de pessoas, porque era um... interiorzão muito profundo, sabe, lá pro meio do mato lá, aí, não tinha dono, aí então eles ia naquela terra, pegava um pedaço daquela terra, sabe?! E ficava pra si, o povo de antigamente. Eles não tinha esse negócio de “comprar” (fala com ênfase), a terra já vinha de graça, porque não tinha dono, então era assim, sabe?! Aí eles... morava aí e pronto, e virava dono, mas registrava, sabe?! Porque isso aí, depois com o tempo, foi passando o tempo as pessoas tinha que ter o registro da sua localidade, né?! Aí, era isso (ROSA DO DESERTO, 2021)⁷⁶.

A fala dela refere-se à forma de ocupação de terras devolutas, realizada no Norte de Goiás, antes da expansão da fronteira agrícola⁷⁷. Ela também comenta a necessidade

⁷⁴ **Pergunta: Mas quando eles tinham a terra que você falou em Corumbá, a terra era deles ou seus pais trabalhavam assim pra outras pessoas?** Resposta a partir do minuto 05:28, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

⁷⁵ **Pergunta: Eu queria te perguntar se, na época... Já vou vir mais pro presente, mas só pra finalizar essa parte... se vocês conseguiam... Porque 18 pessoas, 18 filhos... a roça de vocês, o trabalho de vocês, dava pra sustentar todo mundo numa boa? Cêis não passaram dificuldade não?** Resposta a partir do minuto 17:50, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

⁷⁶ **Pergunta: Mas eles, é, nessa terra onde eles moraram, trabalharam e criaram os filhos, essa terra era deles, como é que era?** Resposta a partir do minuto 06:20, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

⁷⁷ De acordo com Sicsú e Lima (2000, p. 112), na literatura sobre o assunto, há “o entendimento de fronteira agrícola como aquelas regiões relativamente desocupadas e economicamente pouco exploradas que oferecem amplas possibilidades de ocupação produtiva”. Maria Esperança Fernandes Carneiro (2014, p. 68) concorda com a existência de duas formas de ocupação das áreas de fronteira: pelas “frentes de

posterior de adquirir o registro da terra, que deveria ser feito mediante o ato da compra. O período relatado por Rosa do Deserto ao recordar sua infância e a constituição da família dos pais, meados da década de 1960 (ela tinha 59 anos quando ocorreu a entrevista), é justamente o momento em que a moderna agricultura capitalista⁷⁸ começou a se expandir para o Norte do estado de Goiás, nas áreas de fronteira agrícola, movimento impulsionado pela construção da rodovia Transbrasiliana, em 1948 (CARNEIRO, 2014, p. 114).

De acordo com Carneiro (2014), a primeira iniciativa do governo federal para acelerar o povoamento de Goiás foi a criação, em 1941, da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), no contexto do Estado Novo. O incentivo de colonização do Centro-Oeste brasileiro foi chamado de “Marcha para o Oeste” e almejava incorporar o estado de Goiás “ao processo produtivo nacional através da divisão regional do trabalho, como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas e, principalmente, como absorvedor dos excedentes populacionais de outras regiões do país” (CARNEIRO, 2014, p. 103). A CANG (atual município de Ceres-GO) atraiu um contingente populacional maior do que o suportado, fazendo com que o excedente migrasse para áreas de terras devolutas.

A expansão da fronteira agrícola em Goiás, intensificada a partir da década de 1950, acabou por gerar conflitos entre posseiros e grileiros, como foi o caso da já mencionada revolta de Trombas e Formoso, região onde Rosa do Deserto nasceu. De acordo com Carneiro (2014, p. 65), naquele momento observava-se “um outro movimento de crescimento intensivo, isto é, a intensa utilização de capital na agricultura, notadamente no Centro-Sul do país”. Nesse sentido, em Goiás, a ocupação de terras “será efetuada de duas maneiras conflitantes: uma pela compra da terra, e a outra pela simples ocupação ou posse da terra” (CARNEIRO, 2014, p. 105). O último caso se aplicaria aos camponeses pobres, sem recursos para adquirir a propriedade por intermédio da compra.

A inviabilidade de continuar explorando a sua terra e os baixos salários na

expansão”, nas quais as terras não têm valor de mercadoria, sendo ocupadas para a subsistência de posseiros; e as “frentes pioneiras” realizadas por empresas capitalistas.

⁷⁸ De acordo com Matos e Pessôa (2011, p. 3), a moderna agricultura capitalista caracteriza-se, entre outras coisas, pelo “uso de inovações tecnológicas, a produção em alta escala, a dependência de elementos externos à propriedade, a integração com a indústria, a circulação da produção em outros países, a mobilidade geográfica do capital produtivo e financeiro”.

agricultura obrigam os camponeses e os trabalhadores rurais a migrarem, isto é, a buscarem novas alternativas de sobrevivência. Os contingentes populacionais expulsos do campo contam com duas alternativas: migrar para os centros urbanos e conseguir emprego e migrar para as áreas de fronteira agrícola, na esperança de se apossarem de terras devolutas de melhor fertilidade, com o objetivo de se livrarem da excessiva exploração (CARNEIRO, 2014, p. 66).

A migração descrita pela autora demonstra que, a primeira alternativa dos trabalhadores do campo para fugirem da exploração é tentar se apossar de um pedaço de terra “sem dono”. Quando se acirram os conflitos no campo, impulsionados pela exploração agrícola capitalista, os camponeses não conseguem manter a posse da terra e são obrigados a migrar para a cidade, tendo em vista que se o capitalista necessitar de mais espaço, “vai tentar expulsar a produção familiar, quer nas áreas de fronteira econômica, quer fora delas” (CARNEIRO, 2014, p. 67). Essa é a história da família de Rosa do Deserto, na qual o pai, antes de se tornar posseiro, “viviu na terra dos outros trabalhando, então era aquela dificuldade, aquela pobreza danada”. Quando o pai e a mãe ficaram mais velhos, e não foi mais possível trabalhar na roça, a família se mudou para a cidade em busca de emprego.

Já saiu já velho já. Tava bem velho... os filhos cê sabe como é que é, né?! Uns vai... casa, uns vai pra um canto, uns vai pra outro, e os velhin sempre fica, né?! Os mais novo também, alguns fica também, vai ficando, né?! Mas aí quando os pais vêm pra cidade, né?! Os filho também, a maioria que tá com eles vem, então esse foi o meu caso. Mas é igual eu te falei, nunca gostei de cidade, então pra mim é o campo. É o campo mesmo. Eles trabalharam muitos anos, até quando pôde, sabe?! Ficaram toda vida na... quase uma vida, né?! Muito tempo, na fazenda. Depois, cansou, né?! Não é que cansou, é que, envelheceram, não deu conta de mais nada, um filho, igual eu tô te falando, um casa, vai pra um canto, outro casa, vai pra outra, as coisas vai ficando mais difícil, né?! E aí eles optaram então pra vim, pra cidade (ROSA DO DESERTO, 2021).⁷⁹

As falas das demais colaboradoras não ilustram tão bem esse percurso do campesinato, mas, subentende-se que, em dado momento, não foi mais possível a permanência da família no campo e então surgiu a necessidade de buscar emprego na cidade. Margarida contou que a família saiu de Corumbá (GO) para Brasília com o intuito de que ela e o irmão pudessem estudar, “meu pai ele foi trabalhar, mexeu com motorista, minha mãe foi trabalhar na empresa que meu pai ficou”; e ainda que vivessem na cidade, tentaram preservar aspectos da vida do campo, ao afirmar que “nós

⁷⁹ **Pergunta: Então, a sua família saiu da roça porque já estavam idosos?** Resposta a partir do minuto 5:15, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

sempre lá onde a gente morava, que era na mesma empresa, e morava e trabalhava, minha mãe tinha uma horta imensa e nós colhia lá e vendia”⁸⁰.

O modo de vida camponês em Goiás foi, portanto, afetado pelas transformações ocorridas no estado nas últimas décadas. A construção de Brasília também acelerou o processo de modernização do campo, que almejou uma distribuição de terras visando a ampliação da agricultura do tipo capitalista. Esse movimento tecnológico, denominado Revolução Verde⁸¹, acarretou na expropriação de camponeses que, na maioria dos casos tiveram que migrar para as áreas urbanas, visto que o tecnicismo desse novo padrão de cultivo da terra carece de pouca mão de obra.

Alguns estudiosos sugerem que o campesinato no Brasil é uma classe em extinção, por sempre ter ficado à margem da grande lavoura e por não conseguir lutar contra o avanço da agricultura capitalista moderna. De acordo com Duarte (2008, p. 115) esses autores percebiam o campesinato “como sobrevivência de um passado, como um estranho ao debate político, como um incapaz de fazer história ou como um obstáculo do processo histórico”. Para ele, contudo, a classe continua sobrevivendo, mas a história do Brasil ainda minimiza a importância de suas lutas e a trata como uma classe subalterna na formação da sociedade brasileira (DUARTE, 2008, p. 115).

Atualmente, sujeitos de origem camponesa aderem aos movimentos sociais do campo com a intenção de retomar o tipo de vínculo que mantinham anteriormente com a terra. Há muitos trabalhos acadêmicos recentes, nas áreas de história, geografia e ciências sociais, que praticam pesquisas em assentamentos de reforma agrária para demonstrar que são eles espaços de reprodução do modo de vida camponês, e uma das poucas alternativas para sua sobrevivência. Dentro dos assentamentos, sobretudo durante o processo de formação, lutam igualmente homens e mulheres pelo direito à manutenção de suas raízes. Assim, a luta das mulheres por reconhecimento enquanto

⁸⁰ **Pergunta: E eles continuaram no campo?** Resposta a partir do minuto 4:43, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

⁸¹ De acordo com Gómez (2006, p. 185 *apud* MATOS; PESSOA, 2011, p. 7) “o discurso da Revolução Verde estava repleto de uma perspectiva ocidental sobre a ciência, o progresso e a economia, que deviam promover-se (impor-se, se for preciso) nos países do chamado Terceiro Mundo. Em consonância com a teoria da modernização, que era o modelo de desenvolvimento próprio desses anos [...] a Revolução Verde identificava no Terceiro Mundo uma série de carências que deviam ser satisfeitas, à base de aumentar quantitativamente os bens e os serviços. Ao mesmo tempo, essa febre produtivista, que em teoria beneficiaria os países pobres, servia tanto para aumentar a produção de matérias-primas baratas, destinadas às agroindústrias do denominado Primeiro Mundo que as beneficiavam, incrementando seu valor, como para aumentar a produção de maquinário e insumos químicos desses países ricos que vendiam para os países pobres”.

trabalhadoras do campo caminha junto com as reivindicações gerais da classe camponesa.

2.3 Considerações sobre a formação do espaço rural do Distrito Federal, a partir de 1960

Coube até aqui demonstrar que Brasília não era um vazio demográfico quando foi edificada. A historiografia tradicional sobre a capital pouco fala sobre isso, mas vários esforços foram empreendidos em Goiás para que o território do Distrito Federal estivesse disponível a tempo para a construção. Foi bem colocado por Farias (2006, p. 19), que a própria necessidade da criação da Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital (1955-1958) afirmou a urgência em desapropriar fazendas que há muitas gerações existiam nesse território, contrariando a noção de que Brasília foi criada em um deserto. A autora constatou, ao entrevistar fazendeiros desapropriados, que alguns ficaram desgostosos, pois a terra para eles extrapolava a importância material.

O processo de desapropriação e incorporação de terras devolutas, que começou pelos sítios do centro de Brasília, estendeu-se depois de sua inauguração, pois havia muita dificuldade em se conseguir registros de imóveis e informações seguras sobre as propriedades existentes no Distrito Federal, além do que, o curto prazo estipulado para a inauguração da capital impossibilitou a conclusão desta etapa (CAPELLATO, 2014, p. 17). Ademais, nos anos seguintes à instalação, surgiu a preocupação com o abastecimento da cidade – que até então era realizado via Anápolis – e novas áreas precisariam ser destinadas a esse fim.

Com a implantação do Distrito Federal buscava-se garantir uma agricultura capaz de suprir o mercado consumidor da capital. A grande inovação seria através da alteração do sistema de posse das propriedades rurais e a organização de instituições capazes de desenvolver o setor agropecuário da região [...] Buscava-se garantir o abastecimento da capital e, ao mesmo tempo, um cinturão verde de proteção do Plano Piloto. Predominavam concepções socializantes do uso do solo com parte das terras rurais desapropriadas e arrendadas. As demais áreas ficariam sujeitas à possibilidade de desapropriação (BERTOLINI, 2015, p. 75-76).

Foi o que aconteceu nos anos seguintes: as áreas mais afastadas, que ainda não haviam sido completamente desapropriadas, começaram a despertar o interesse do

Estado para o desenvolvimento do setor agropecuário, enquanto que “os lotes próximos ao Plano Piloto (4 ha cada) seriam para a produção de hortaliças; na área intermédia (lotes de 20 a 50 ha), para produção de alimentos” (BERTOLINI, 2015, p. 76). A continuidade das desapropriações ficou a cargo da TERRACAP (Companhia Imobiliária de Brasília), criada em 1972, sendo ela um órgão vinculado à NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil), tornando-se responsável pela gestão de terras no Distrito Federal (CAPELLATO, 2014, p. 17).

A partir da década de 1960, o governo federal encarregou-se de ocupar as áreas rurais com o intuito de desenvolver a atividade agropecuária. “A ocupação rural do território do Distrito Federal processou-se através da implantação de núcleos rurais e colônias agrícolas, e de programas especiais de assentamento agropecuário” (SILVA, 2006, p. 5). De acordo com (PASTORE; ROCHA; WILKENING, 1968, p. 3), até 1966, os núcleos rurais criados nas terras desapropriadas foram: Rio Preto, Jardim, ou Taquara, Taguatinga, Vargem Bonita, Sobradinho I, Sobradinho II, Vargem da Benção, Alagado, Monjôlo, e Santa Maria; e além desses, Pípiripau, Taquara, Rajadinha, Ponte Alta e Estanislau estavam em fase de criação.

Na década de 1970, seguem-se novas desapropriações voltadas para o investimento na agricultura em larga escala. De acordo com Bertolini (2015, p. 90), em 1971, “foi implementado o Plano Agropecuário do Distrito Federal”, cujo objetivo era “elevar a produtividade das áreas rurais do DF mediante políticas de recuperação, conservação e aumento da fertilidade do solo além de indicar caminhos e objetivos para melhorar a atividade rural no DF”. Nessa mesma década, foram criados os órgãos voltados a esse desenvolvimento, dentre eles a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a CEASA-DF, ambos de 1972 (BERTOLINI, 2015).

Foi em tal contexto que a área rural do Paranoá se desenvolveu, tendo em vista que seu relevo plano era propício ao desenvolvimento da agricultura em larga escala. Nela, além das já mencionadas colônias agrícolas e núcleos rurais, como exemplo a Colônia Agrícola Café Sem Troco e o Núcleo Rural Capão Seco, o governo destinou uma área de colonização voltada ao agronegócio: o Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF)⁸².

⁸² Nesse local ocorre todos os anos a AgroBrasília, feira realizada pela Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (COOPA-DF), que “serve como vitrine de novas tecnologias para o

Em 1977 foi implementado o Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal – PAD-DF voltado para a produção de grãos e com características distintas das propostas anteriores para as áreas rurais. Buscava-se atrair empresários rurais, com o viés de produção em larga escala e o emprego de modernização agrícola. Localizado na Bacia do Rio Preto, o PAD-DF objetivava incorporar ao processo produtivo áreas rurais do Distrito Federal, até então inteiramente inexploradas (BERTOLINI, 2015, p. 92).

Esperava-se do PAD-DF o desenvolvimento de uma agricultura empresarial e mecanizada, voltada para o mercado externo, algo diferente do modelo “preconizado na implantação do DF onde a produção agrícola deveria abastecer o mercado interno” (BERTOLINI, 2015, p. 93). O planejamento rural do DF naquele momento, alinhava-se a um processo de modernização agrícola em curso em outras áreas do Brasil. Como afirmam Matos e Pessôa (2011), a implantação da agricultura em larga escala foi inicialmente justificada como uma solução para os problemas de escassez de alimentos e como fator de melhoria da qualidade de vida das populações do campo, todavia, acabou provocando “a modernização do latifúndio e a expulsão de milhares de pessoas do campo para a cidade” (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 6).

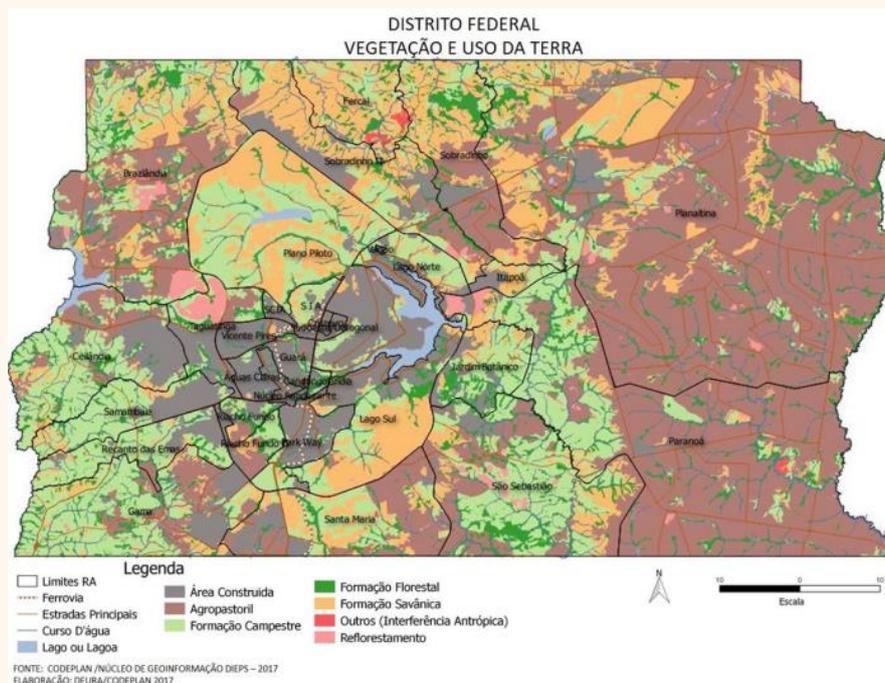
O tema da desapropriação de terras e expulsão de posseiros das áreas rurais do Distrito Federal esteve presente em meu trabalho de especialização em História, realizado em 2018, no qual entrevistei mulheres idosas moradoras do Núcleo Rural Capão Seco, localizado há cerca de 7 km do PAD-DF. Algumas delas afirmaram ter se mudado pra lá após serem desapropriadas de algum local próximo, como é o caso da senhora Sebastiana do Nascimento, no qual “esses desapropriador que andava desapropriando todo mundo, desapropriou nós, n/é...de lá [...] aí nós viemos pra esse Capão Seco” (RIBEIRO; SOUZA, 2019, p. 142). Tais depoimentos demonstraram que os interesses econômicos do Estado naquele momento não respeitaram as formas de ocupação anteriores do território do Distrito Federal.

Não só os modos tradicionais de vida foram alterados, mas também o ecossistema original, que passou a ser progressivamente devastado. Segundo Medeiros (1998), consequências como o empobrecimento do solo, os desmatamentos e queimadas e as contaminações por agrotóxicos são alguns dos impactos negativos da expansão agropecuária na região dos cerrados. Estudos de Paparelli e Henkes (2012, p. 246),

agronegócio”. Disponível em: <https://agrobrasil.com.br/aagrobrasil/#agrobrasil>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

mostraram que até 2012, no território do Distrito Federal, restavam “apenas 37% da cobertura vegetal nativa”. Hoje, quem anda pela área rural do Paranoá, vê pouquíssimos espaços de cerrado e, como contraste, vários descampados ocupados por fazendas de monocultura. Em 2017, grande parte do território leste do Distrito Federal, onde estão as regiões administrativas de Planaltina e do Paranoá, já estava ocupado pela atividade agropastoril (figura 4), restando poucas áreas de vegetação nativa.

Figura 4: Mapa da Vegetação e Uso da Terra no Distrito Federal



Fonte: (CODEPLAN) Atlas do Distrito Federal – 2017. Disponível em:

<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf>

Quando perguntei às minhas colaboradoras Orquídea e Dália, ambas migrantes da Bahia, se achavam que a região onde moram estava muito desmatada, me disseram que já a conheceram daquela forma, como uma área de lavoura e pouca vegetação. Orquídea diz que “daqui não dá pra perceber muito não, quando a gente chegou já era assim já [...] Aqui já é mais aberto do que na Bahia. A Bahia a mata não é aberta assim, não. É fechada. É árvore grande”⁸³. Da mesma forma, Dália confirma que “quando a gente chegou aqui já tava bem desmatado. Aí, do jeito que a gente chegou tá, continua

⁸³ Pergunta: Então, assim, por você ser da Bahia, né?! E você conhecer o meio rural dessa região por agora, cê não percebe assim as mudanças... se tá desmatado, o cerrado? Se tem muita lavoura? Resposta a partir do minuto 38:17, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

do mesmo jeito”⁸⁴. Margarida, por outro lado, conhece desde pequena o cerrado e consegue mensurar essas transformações.

Cê fala na questão do desmatamento, né?! Eu acho que tem menos. Igual, assim, na nossa fazenda, lá, que é uma fazenda muito grande, né?! Lá tem ainda lugares preservados. Mas assim, se a gente andar o Corumbá, o 3 e o 4, de Alexânia até Luziânia, essa parte que eu conheço... tudo desmatado. Tudo, tudo, tudo. Não tem nada. Porque o pessoal começou fazer aquelas, é... como é que fala (tenta se lembrar)... vendas de chácaras. Sabe?! Uns condomínios de chácaras, então foi desmatando tudo e tacando casas, né?! [...] Por isso que eu acho que, hoje a gente tá pagando. O tempo tá mais quente, ou a chuva. Então, a natureza tá cobrando da gente (MARGARIDA, 2021).⁸⁵

O conhecimento sobre o cerrado que algumas delas têm se deu a partir do momento em que se mudaram para o assentamento, pelo contato com a área de reserva mencionada por Margarida, ao dizer que em sua chácara “tem ainda lugares preservados”. Caliandra sabe que no assentamento “tem muitas plantas nativas que a gente não pode cortar [...] tem muito esse negócio *barbatimão*, que é uma árvore que a gente não pode nem mexer nela, né?!”⁸⁶; ao mesmo tempo, ela admite que “muitas plantas eu ainda conheço aos poucos. Tem muitas árvores nativa que eu não tenho noção do que é”⁸⁷. Orquídea diz que “do cerrado que eu conheço assim, que de vez em quando meu marido vai mais os menino é *cajuzin*”⁸⁸, que encontram “aqui por cima dos morro, tem pezin de caju, aí quando é na época dele, a gente vai e tem é muito *cajuzin*”⁸⁹.

As falas acima apresentam os pontos de vista de quem nasceu na região dos cerrados e de quem migrou do Nordeste. O espaço rural que existe hoje no Distrito Federal passou a mesclar elementos tradicionais de Goiás às experiências trazidas pelos

⁸⁴ Pergunta: E a senhora acha que tem cerrado preservado por aqui? Ou tá bem desmatado? Resposta a partir do minuto 19:26, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

⁸⁵ Pergunta: Você que sempre viveu nessa região aqui, do Planalto Central, vamos dizer assim... Você percebeu muita mudança com relação a Cerrado, por exemplo? É... você acha que tá mais desmatado? Você tem essa percepção? Porque você mudou pra cidade depois, então não sei se essa percepção existe? Resposta a partir do minuto 47:48, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

⁸⁶ Pergunta: Cê falou de uma área aqui que é uma reserva. O que tem nessa reserva, tem, assim... qual tipo de planta que tem lá, é planta nativa? Resposta a partir do minuto 95:25, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

⁸⁷ Pergunta: Como você não nasceu aqui nessa região, você acha que você já conhece, assim, as plantas daqui? Resposta a partir do minuto 96:12, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

⁸⁸ Pergunta: E você conhece um pouquinho sobre a vegetação nativa? Sobre o cerrado? Sobre as frutas do cerrado? Resposta a partir do minuto 35:40, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

⁸⁹ Pergunta: Onde vocês vão aqui [para pegar o caju]? Resposta a partir do minuto 36:00, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

trabalhadores migrantes de outras partes do Brasil⁹⁰, muitos destes também de origem camponesa, como demonstra Reis Júnior (2008, p. 62). Algumas falas mostraram, por exemplo, que os mutirões de roça eram tão presentes na Bahia quanto eram na região do Planalto Central. Margarida diz que o “pai colhia arroz, muito arroz. Contratava as pessoas, aqueles mutirão... que antigamente um ajudava o outro, nas fazenda, né?!”⁹¹ Orquídea confirma a existência de mutirões de fazer farinha em sua infância, ainda que houvesse algumas mudanças nas práticas, “porque, assim, lá na Bahia, era muita mandioca que rancava. Lá ranca carrada”⁹². Além do volume da produção, ela difere os aspectos naturais, pois “a terra lá é diferente daqui, e muito. Porque aqui, tem muito capim e lá não tem. Lá é só árvore mesmo”⁹³.

Ela conta que os familiares ainda se reúnem para realizar esses mutirões, “vem o tio dele que ajuda. Tem vez que tem muito assim, vem meu irmão da cidade, ajuda. O pai dele [do marido] ajuda”⁹⁴. Também no assentamento, as famílias que vivem próximas precisam se ajudar para coletar a água, compartilhar a luz ou até para fazer a farinha de mandioca. Orquídea diz que “por exemplo, água mesmo, pra mim, pra chegar aqui, primeiro a gente vai lá na casa da ‘Dália’, liga a bomba, deixa a caixa lá encher, depois que encher a gente joga pra cá”⁹⁵, ao mesmo tempo em que empresta sua casa de farinha à vizinha.

A solidariedade é uma característica que tende a definir as práticas tradicionais dos camponeses (BRANDÃO, 1983; CÂNDIDO, 2017). Esse elemento relaciona-se ao tipo de trabalho com a terra desempenhado por esses sujeitos, que não objetiva o lucro, sendo voltado para a subsistência. Nas formas de trabalho chamadas de “pré-

⁹⁰ Cabe destacar a presença de muitas pessoas de origem sulista, envolvidas sobretudo com o agronegócio. No PAD-DF, por exemplo, existe um Centro de Tradições Gaúchas como símbolo da predominância das pessoas do Sul no local.

⁹¹ **Pergunta: Você me disse que você trabalhava antes na prefeitura, então você não tinha trabalhado no campo antes... a sua família, é do campo? Cê tem algum histórico com o campo?** Resposta a partir do minuto 02:16, da da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

⁹² **Pergunta: E como é que era a divisão do trabalho, assim? Cê lembra quem fazia mais o quê?** Resposta a partir do minuto 41,16, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

⁹³ **Pergunta: Então, cê acha que lá era diferente, a vegetação?** Resposta a partir do minuto 36:48, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

⁹⁴ **Pergunta: Mas, assim... quem é que vem pra ajudar vocês nesse processo?** Resposta a partir do minuto 45:19, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

⁹⁵ **Pergunta: A água cê tiram é do córrego?** Resposta a partir do minuto 22:00, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

capitalistas”⁹⁶, tanto o posseiro, quanto o parceiro ou o agregado cultivavam uma parcela de terra para o sustento da família. Com base no manifesto *chayanoviano*, Jan Douwe van der Ploeg (2016, p. 30) afirma que o trabalho camponês “não é mobilizado pelo mercado de trabalho. É trabalho familiar: trabalho na propriedade fornecido pela família”.

Todas as minhas entrevistadas – exceto Girassol, cujos pais não eram camponeses – confirmaram esse tipo de relação da família com a terra. Orquídea diz que, na Bahia, a família tinha a terra e “a gente produzia pra se alimentar, pra se sustentar”⁹⁷. No caso de Caliandra, o pai era meeiro nas terras dos outros, “[...] se ele produzisse 100 sacos de milho, era 50 dele e 50 do fazendeiro. Então assim, não tinha um dinheiro pra aquilo ali, a gente trabalhava tipo pros outro, era só mesmo porque não tinha terra também”⁹⁸.

Apesar de a família ser a unidade imediatamente responsável pelo trabalho agrícola, as vezes há a necessidade de mais ajuda, daí justificam-se os mutirões entre os vizinhos. Cândido (2017, p. 82) considera que a necessidade de ajuda imposta por esse tipo de trabalho agrícola “determinava a formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para sua unidade estrutural e funcional”. As pessoas que se dispõem a ajudar, sabem que o mesmo poderá ser feito por elas em outro momento. Logo, o pagamento pela solidariedade nesse tipo de relação de trabalho, que não almeja o lucro, é simplesmente a reciprocidade.

Além das questões de sociabilidade, há outro ponto de ligação entre as mulheres camponesas desta pesquisa, independentemente do lugar onde nasceram: todas elas, em algum momento, desejaram retornar ao campo. Para Caliandra, o pedaço de terra que recebeu foi um atendimento às preces que fazia desde que saiu do Piauí.

[...] desde criança eu trabalhei na roça. Então assim, tá trabalhando na roça

⁹⁶ Entende-se como relações “pré-capitalistas” aquelas que não envolvem o pagamento de um salário aos trabalhadores, algo comum nas fazendas de gado em Goiás, após a decadência da mineração. De acordo com Moisés Vinhas (2011), esse tipo de relação constitui-se em uma contradição ao sistema capitalista de produção e ainda na década de 1960 havia no Brasil trabalhadores que prestavam serviços gratuitos aos latifundiários, dentre eles “colonos, parceiros, arrendatários e todas as diferentes camadas de semiassalariados e assalariados” (VINHAS, 2011, p. 144).

⁹⁷ **Pergunta: Então, cês não trabalhavam assim pra ninguém?** Resposta a partir do minuto 06:29, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

⁹⁸ **Pergunta: Lucimar, você disse que veio pra Brasília em 1998, de onde você é, de onde a sua família é?** Resposta a partir do minuto 08:06, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

hoje eu não vejo dificuldade, eu gosto, e essas coisas. Eu sempre pedi pra Deus, eu não queria voltar, eu pedia tanto pra Deus: - Senhor, eu não quero voltar pro Piauí, mas eu quero morar num lugar que eu plante e colha essas coi[sas]. Porque é maravilhoso, não tem como, tudo vem da terra (CALIANDRA, 2021)⁹⁹.

Quando tocamos no assunto do vínculo com a terra, elas comentaram muito a importância de poder se plantar o que comer, em contraposição à vida na cidade, na qual os alimentos devem ser comprados no supermercado, com procedência desconhecida. Orquídea diz que vive melhor na roça, porque “quando a gente quer uma coisa, a gente tem. Por exemplo, quer um ovo vai lá, tem a galinha pra criar, e na cidade não tem esse espaço pra gente”¹⁰⁰. Mesmo Girassol, cujos pais não têm a mesma origem camponesa, ressaltou que o assentamento é a realização de um sonho, pois “cidade, eu não gosto, eu gosto mesmo é de mato. Eu gosto de ver os passarinhos, gosto de ver as plantações, gosto de ver os frutos e comer um ovo, uma galinha caipira”¹⁰¹.

A posse da terra, neste sentido, representa para elas muito mais uma questão de soberania e segurança alimentares do que de propriedade. A relação de dependência e ao mesmo tempo de autonomia dos camponeses para com a terra, tendo em vista que ela é a garantia do sustento da família, estabelece mais um sentimento de pertencimento do que de obtenção de lucro, diferente do que ocorre no tipo de agricultura capitalista.

Entende-se, então, por camponeses aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativista, agrícola e não agrícola [...] Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracterizam especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas (CARVALHO, 2005, p. 170 *apud* BENINCÁ; OLIVEIRA, 2018, p. 58).

As sociedades camponesas hoje, apesar de condicionadas às imposições capitalistas de mercado, se diferenciam precisamente pelo fato de que o trabalho na terra não é justificado pela obtenção de lucro, ainda que pratiquem a venda de excedentes. É incorreto pensar que o fato de camponeses utilizarem a terra para subsistência, não precisem do mercado, tendo em vista que essa inserção viabiliza a supressão de outras

⁹⁹ **Pergunta: A sua família então é de origem também... são trabalhadores rurais?** Resposta a partir do minuto 10:12, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

¹⁰⁰ **Pergunta: Mas, por que você acha que você animou de vir pra cá [para o assentamento]?** Resposta a partir do minuto 14:25, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

¹⁰¹ **Pergunta: E você disse que você e seu pai entraram...?** Resposta a partir do minuto 3:30, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

necessidades básicas, sempre com o intuito de melhorar a vida da família. Para Bartra (2011, p. 19 *apud* BORGES, 2018, p. 97) “o camponês vende para poder comprar e esse é o único fim que o condiciona ao mercado; já o capital vende para obter lucro e somente sob esta condição aceita o intercâmbio”.

As observações suscitadas pelas entrevistas revelam não só um ponto de vista afetivo das mulheres camponesas em relação à terra e ao ambiente orgânico constituído por elas nos assentamentos, mas também o fenômeno socioeconômico da proletarização de trabalhadoras e trabalhadores do campo, que se intensificou no Brasil a partir da segunda metade do século XX.

Quando camponeses, antes posseiros, são expropriados da terra, por não poderem comprá-la ou por não conseguirem recursos para nela se manter, devido as pressões da agricultura capitalista, perdem a autonomia no trabalho e a segurança alimentar que tinham quando não vendiam sua força de trabalho para outra pessoa, podendo essa proletarização ocorrer no campo ou na cidade.

Nas atuais condições brasileiras, em certas regiões, zonas e culturas, contingentes deles já se estruturam como proletários e vão perdendo aquela mentalidade dúbia de camponeses, mas as grandes massas de assalariados e semiassalariados, mutáveis nos empregos, pobres e perseguidos, não romperam ainda com aquela mentalidade camponesa e expressam antagônica contradição com o latifundiário, grande proprietário de terra (VINHAS, 2011, p. 143).

Por almejam voltar para o campo, as camponesas desta pesquisa demonstram ter algum nível de consciência da exploração que sofreram na cidade, pois compreendem a importância de ter uma terra para a obtenção de alimentos. Caliandra afirma que, ainda não consegue tirar toda a renda da terra, contudo

[...] digamos, não falta alimento, né?! Tem o benefício do governo [bolsa família] e também o que a gente já colhe aqui, que não é muito, não dá pra gente exportar, vender pra empresas. Mas dá pra gente comer, o que tem aqui tá dando pra gente comer, as vezes chega a dar também, porque uns amigos que vem, a gente termina dando também alguma coisa e também vendo algumas coisinhas que a gente produz, que é a mandioca, o maracujá. Isso é bom, isso é maravilhoso. Então morar aqui tá sendo bom (CALIANDRA, 2021)¹⁰².

A vida na cidade descrita pelas colaboradoras demonstra essa experiência proletária. De todas elas, a única que afirmou ter o ensino médio completo foi

¹⁰² **Pergunta: Fale sobre a sua vida antes de vir para o assentamento.** Resposta a partir do minuto 00:20, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

Margarida, que por isso, em dado momento, “eu trabalhei na prefeitura do Novo Gama”¹⁰³. Dália e o marido, antes de irem para o assentamento, trabalharam na construção civil, “em obra mesmo, obra lá da construção do Mangueiral [Jardim Mangueiral]”¹⁰⁴. Orquídea e Caliandra eram diaristas “em casa de família”. Mãe solteira, Girassol “trabalhava de segurança, só que não registrada. E o que aparecia nós tava no meio... faxina. O que aparecia eu tava trabalhando”¹⁰⁵.

Por não terem a escolaridade completa, essas mulheres só tiveram empregos mal remunerados, os quais não supriram algumas necessidades básicas, dentre elas moradia e saúde. Ainda que Brasília, por ser uma metrópole em desenvolvimento, representasse um local com mais possibilidades de trabalho, não conseguiu receber com dignidade a demanda de trabalhadores oriundos de outras regiões. Desde sua construção, a cidade passa por problemas socioespaciais, tendo em vista que seu planejamento inicial não previu a migração de trabalhadores pobres que não deixou de crescer após a década de 1960.

O fluxo migratório, sobretudo de nordestinos, mineiros e goianos para além do esperado e a intensificação da urbanização local desde os anos de 1960 com a criação de Brasília, influenciaram de forma preponderante a ocupação do Distrito Federal. A dualidade que marcou a ocupação do Distrito Federal, segmentou no espaço territorial a classe trabalhadora que veio para construir a cidade e a classe dominante que viria apenas para trabalhar no aparato Estatal (BORGES, 2018, p. 68).

A divisão pontuada acima fica evidente nas experiências de ocupação da parte urbana de Brasília pelas mulheres entrevistadas, por trabalharem no centro e morarem em áreas periféricas. Caliandra, Dália e Orquídea se mudaram para São Sebastião assim que chegaram ao Distrito Federal. Trata-se de um local formado pela expansão urbana sentido Minas Gerais. De acordo com Bertolini (2015, p. 119), São Sebastião, e também o Paranoá, “estão entre os novos nucleamentos que se constituem através da fixação de invasões. Em 1991 houve a fixação da Agrovila de São Sebastião. As glebas que eram de utilização rural foram parceladas”.

A estrutura precária do local não oferecia conforto e salubridade aos moradores,

¹⁰³ **Pergunta: Fale um pouco como era sua vida antes de vir pro assentamento. Como era sua vida, com o que você trabalhava, de onde você é?** Resposta a partir do minuto 01:00, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

¹⁰⁴ **Pergunta: A senhora trabalhava com o que, assim, antes de vir pra cá?** Resposta a partir do minuto 01:06, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

¹⁰⁵ **Pergunta: Cê trabalhou com o quê quando você veio...?** Resposta a partir do minuto 06:50, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

como foi descrito nas entrevistas. Orquídea diz que os dois filhos, apesar de não ajudarem ainda na roça, já se acostumaram ao assentamento e “voltar pra São Sebastião nem pensar”, visto que o assentamento melhorou a saúde das crianças, “por causa que lá eles só vivia de crise, de bronquite. Aí aqui eles melhorou muito. Como a gente morava muito perto assim de uma coisa que era terra de chão também, era muita poeira”. O tema da insalubridade do lugar apareceu também na narrativa de Caliandra.

[...] Então isso me adoeceu, aí me adoeceu, então, assim... chegou, de tanto eu ficar doente, minha filha nasceu também, ela adoecia muito também. Ela tinha muita rinite alérgica, ela ficava muito internada, de ficar fazendo nebulização, ela tinha muita crise de asma. Aí eu adoecia muito por causa do clima, que eu morava em São Sebastião e os aluguéis de lá fedia muito a mofo. Aí então teve uma época que eu fiquei muito tempo desempregada, e morava num aluguel e, assim, morava sempre de aluguel em fundo, por causa era mais barato, e o dono sempre morava na frente e a gente num fundim que, sempre eles faz isso, né?! Um barraquim que aluga e tal. Aí eu trabalhava também, e as vezes... trabalhava durante o dia e voltava pra casa. Eu comecei a ir todos os dias pro trabalho, em vez de dormir lá, eu comecei a ir todo dia, levar ela [a filha] pro trabalho, então isso me adoeceu (CALIANDRA, 2021).¹⁰⁶

A fala dela traz tanto o tema da precariedade da moradia como o deslocamento comumente realizado pelos trabalhadores urbanos, que utilizam o transporte público em direção ao centro de Brasília. Essa divisão arbitrária faz parte do ordenamento socioespacial de Brasília desde a época da construção, quando os trabalhadores foram alojados em acampamentos, cuja estrutura era precária visto que “a NOVACAP pretendia que todas essas construções fossem provisórias [...] Entretanto, ainda nos primeiros anos, os moradores passaram a reivindicar moradias definitivas e adequadas” (SILVA, 1997, p. 90). Como demonstrou Holston (1993), um dos mitos de Brasília é a ideia de que a cidade planejada, aos moldes do modernismo, estimularia um ordenamento social mais igualitário, no sentido de “impelir a sociedade rumo a um futuro planejado” (HOLSTON, 1993, p. 85), contudo, assim como outras metrópoles, “Brasília reproduz localmente a realidade da urbanização brasileira, isto é, a de um crescimento urbano acelerado, levado a cabo de maneira excludente e desequilibrada” (CATALÃO, 2010, p.38).

O desejo de retorno ao campo, de acordo com as experiências de Orquídea e Caliandra, não se justifica apenas pelo retorno às raízes camponesas, mas como

¹⁰⁶ **Pergunta: Você sempre foi evangélica?** Resposta a partir do minuto 79:38, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

consequência da proletarização dos trabalhadores na cidade. A propriedade da terra, bem como quaisquer outros meios de produção, constitui uma forma de libertação da exploração e, ainda que a maioria das pessoas que participam dos movimentos sociais do campo sejam camponeses expropriados, há também aqueles trabalhadores urbanos que desejam a propriedade da terra para adquirir certo nível de autonomia, como é o caso de Girassol, que viu na luta pela terra, a possibilidade de sair do aluguel e tentar uma vida mais digna para os filhos.

Os assentamentos de reforma agrária representam hoje, talvez a única forma de sobrevivência do modo de vida camponês, porque propicia o acesso direto à terra, não obstante as condições mercadológicas impostas pelo capitalismo. A terra, ainda que precariamente cultivada, oferece a autonomia e a segurança alimentar que os sujeitos de origem camponesa na maioria das vezes não encontram na cidade. Os dois assentamentos visitados, *Patrícia e Aparecida* e *Estrela da Lua* conseguem demonstrar, de formas distintas, como camponesas e camponeses lutam para permanecer na terra hoje, dentro do Distrito Federal.

2.4 A conquista da terra prometida: os assentamentos *Patrícia e Aparecida* e *Estrela da Lua* como espaços de persistência camponesa no Distrito Federal

Brasília foi descrita como a cidade futurista, a capital da esperança, “surgida da vontade de um homem e da esperança de uma nação” (MALRAUX, 2012, p. 53), assim como outras metrópoles grandiosas do passado. Brasília representou a esperança dos homens que idealizaram sua construção, por acreditarem que ela daria novos rumos à história do Brasil. Por outro lado, os trabalhadores anônimos que derramaram suor no chão de concreto da capital, também a viram com esperança, não exatamente de um futuro glorioso, como quiseram seus “pais fundadores”, mas da possibilidade de uma vida menos amarga do que a experimentada no lugar de partida.

Tal qual André Malraux, que em seu discurso ufanista, comparou Brasília a Roma, Rosa do Deserto compara o assentamento à “terra prometida”, ao narrar a experiência das pessoas que lutaram ao seu lado por um lote de terra no Distrito Federal.

[...] pra mim, essa luta era desse tipo, da terra prometida, que Deus pegou aqueles pessoal pobre, né?! Escravo, e levou, né?! Pra ir pra essa terra, então, como as pessoas era ignorante, não tinha fé, brigava e era intolerante, Deus

foi adiando, né?! Pra ver se as coisas melhorava, porque ele queria botar gente puro naquela terra prometida! Então é isso que acontece com você, eu não tô querendo dizer que eu sou igual, naquela época, mas é parecido. Então, você luta, você luta, você luta, cê vai, cê tem fé, a sua fé acaba, depois ela renova e é desse jeito, sabe?! (ROSA DO DESERTO, 2021).¹⁰⁷

Mulher religiosa, ela se vale de uma referência bíblica para tentar descrever o quanto aquela terra era esperada por quem lutava. Compara os participantes do processo aos escolhidos por Deus, os quais receberiam a terra como recompensa por seu sofrimento e persistência. Nos minutos seguintes da entrevista, ela conta que nem todos os que participaram do acampamento que formou o *Estrela da Lua* conseguiram a terra, que no fim das contas foi distribuída somente entre sete famílias.

Quando nós entramo aqui pra dentro, em 2013. Então, foi assim. Graças a Deus, eu consegui, mas muitos que tava nessa também não conseguiu, sabe?! Então eu, fico pensando: - Que a pessoa luta, luta, luta por um ideal, depois cê é frustrado. Isso é muito triste (ouve-se de fundo o barulho do carrinho de mão manejado pelo marido no quintal). Mas essas pessoas também já foram pra outros, já tá sendo assentado, né?! Então, é todo aquele aparato. E é isso aí (ROSA DO DESERTO, 2021).¹⁰⁸

Não só Rosa do Deserto, mas outras colaboradoras disseram ter estado em mais de um acampamento antes de serem contempladas com um lote de terra. Desde que Girassol chegou ao Distrito Federal participava com o pai de movimentos de reforma agrária. Na época, ela “morava no Recanto [das Emas], próximo do acampamento. Que se criou o acampamento, 10 de Junho (tosse), e ali foi cinco derrubada [reintegração de posse]. As cinco derrubada eu tava lá”¹⁰⁹. Ela conta que esse acampamento existe “no Recanto ainda, é... Monjolo, na Ponte Alta, de baixo. De baixo não, na Ponte alta (o marido responde “de cima”, ao fundo), de cima”¹¹⁰. Elas sinalizam para o fato de que muitas das pessoas despejadas migram para outros acampamentos em busca de concretizar o sonho de ter uma terra.

Analisando as falas de ambas, percebemos que, não obstante a persistência dos participantes dos movimentos camponeses, a concessão da terra não será garantida a todos. Além dos entraves burocráticos impostos pelos órgãos responsáveis pela

¹⁰⁷ **Pergunta: Quando foi que a senhora começou, nesse processo de acampamento?** Resposta a partir do minuto 46:12, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

¹⁰⁸ **Pergunta: Então aqui começou em 2009, foi?** Resposta a partir do minuto 50:22, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

¹⁰⁹ **Pergunta: Cê morava aonde nessa época?** Resposta a partir do minuto 07:17, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

¹¹⁰ **Pergunta: Esse era no Recanto?** Resposta a partir do minuto 07:46, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

concessão das terras – “todo aquele aparato” mencionado por Rosa do Deserto – também não há um plano de reforma agrária que consiga contemplar toda a massa de trabalhadores “sem terra”. De acordo com Luiz Henrique Moura (2010, p. 60), “a ausência de um processo mínimo de reforma agrária no Distrito Federal contrasta com o histórico de ocupações urbanas irregulares, em suas maiorias realizadas pela classe trabalhadora de baixa renda”.

Podemos chamar de reforma agrária o sistema que regula e promove a divisão de terras, “mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento de produção” (SANTANA; SILVA, 2008, p. 3). Nesse sentido, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), define a política de reforma agrária no Brasil como o “conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade” (INCRA, 2022).

Trata-se, portanto, de uma política pública que, em tese, visa minimizar as desigualdades sociais no ambiente rural, criadas pelo tipo de ocupação agrária que se forjou no Brasil ao longo de mais de 500 anos, caracterizada pela concentração de terras e pela truculência no trato para com os camponeses. De acordo com Carneiro e Ciocari (2010, p. 21), mesmo antes do golpe militar de 1964, “o campo brasileiro já era um trágico palco de abusos e assassinatos de trabalhadores rurais. A violência, como se sabe, atravessou todo o processo de colonização do país”.

A colonização portuguesa do Brasil escolheu como forma de ocupação o grande latifúndio, inviabilizando a propriedade da terra pelos trabalhadores pobres, principalmente após a promulgação da Lei de Terras de 1850, que visou regularizar a posse pela compra. O modelo da agricultura capitalista foi preconizado também no século XX, e nas áreas rurais do Distrito Federal, com destaque para o Paranoá, onde ocorreu um forte estímulo governamental à modernização da agricultura.

Em todo o Brasil, a divisão desigual de terras culminou com o surgimento de movimentos sociais do campo nas últimas décadas, que reivindicam o cumprimento da função social da propriedade rural, previsto no Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30/11/1964). Para Gosch (2020, p. 23), os assentamentos criados após a redemocratização do país “são fruto do modelo econômico implantado no campo

brasileiro (que priorizou a produção em larga escala para exportação de *commodities*, contribuindo com a exclusão social e o êxodo rural)”, algo que acirrou os conflitos no campo. Apesar do discurso governamental sobre justiça social, a forma como o processo de reforma agrária vem sendo conduzido no Brasil demonstra que ele acontece muito mais pela pressão dos movimentos sociais do que pela vontade do Estado (GOSCH, 2020). Para Moura (2010, p. 38), não ocorreu um processo de reforma agrária no Brasil, mas sim uma “política de assentamentos”, realizada pelo Estado apenas para minimizar as pressões realizadas pelos movimentos sociais.

Como vimos no tópico anterior, a área rural do Paranoá, onde foi criado o PAD-DF (1977), assentamento dirigido ao agronegócio, foi desapropriada à revelia de famílias que viviam ali há muitas gerações, e as pessoas que não conseguiram permanecer nesse novo campo, migraram para a cidade. Nessa região, os assentamentos de reforma agrária representam um contraponto ao modelo do agronegócio, não só em relação às formas de apropriação da terra, mas porque não contam com as mesmas políticas e o aparato empresarial que sustentam o último.

[...] o agronegócio é uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnico-científicos, grandes extensões de terras, pouca mão-obra, domínio da monocultura, dependência do mercado no quanto e como produzir, enfim, a empresas rurais. Para o Estado esse é o modelo que fez prosperar e desenvolver o campo brasileiro, porque contribui com o PIB (Produto Interno Bruto), responsável pelo crescimento da economia, empregos e produção de alimentos (MATOS. PESSÔA, 2011, p. 293).

Temos, portanto, uma relação duplamente desigual, pois os grandes latifúndios ocupam a maior parte das terras e têm a sua disposição uma série de recursos e políticas de desenvolvimento, enquanto que, na contramão, os pequenos proprietários precisam lutar para conseguir a terra e depois para nela permanecer. O Estado brasileiro continuou optando por esse modelo, ainda que grande parte do abastecimento alimentar interno seja realizado pelos pequenos agricultores e não pelas grandes fazendas de agronegócio, visto que “a agricultura camponesa é uma importante força motriz para produção e oferta de alimentos, superando o mito da produção de *commodities* como condição para prover alimentos à população” (BORGES, 2018, p. 99).

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017, sobre a atual distribuição de terras do Brasil, comprovam a elevada concentração, sobretudo na região Centro-Oeste, “com 53,2% da área dos estabelecimentos

agropecuários ocupada por estabelecimentos com mais de 2 500 hectares” (IBGE, 2017, p. 47), que significa uma grande área ocupada por poucos estabelecimentos rurais. Por outro lado, a maior parte das pessoas que vivem e trabalham no campo, ocupam os pequenos estabelecimentos rurais.

Os estabelecimentos até 50 hectares são os responsáveis por abrigar a grande maioria das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias no Brasil. Assim, ainda que participem com apenas 12,8% da área dos estabelecimentos agropecuários, o grupo de área com até 50 hectares acolhia 71,7% de todo o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do País em 2017. Essa proporção alcançou mais de 80% na Região Nordeste. Por outro lado, os estabelecimentos acima de 2 500 hectares, que ocupam 32,8% de toda área dos estabelecimentos, foi responsável por menos de 5% do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias (IBGE, 2017, p. 47-48).

Enquanto os índices mostram um aumento na concentração fundiária em estados como o Distrito Federal nos últimos anos (IBGE, 2017, p. 47), por outro lado, a ação do Estado em prol da reforma agrária vem declinando desde 2011, como afirmam Santana e Silva (2008). Segundo esses autores, nos últimos anos, “a criação de novos assentamentos deixou de ser prioridade no Brasil, dando lugar a uma política que privilegia a concessão de títulos de propriedade aos assentados da reforma agrária” (SANTANA; SILVA, 2008, p. 2). Confirmando essas informações, a análise do painel recente dos projetos de assentamento do Incra (que inclui também aqueles criados por entidades estaduais), de 1900 a 2022, mostra que nos quatro últimos anos foram criados somente 29 novos assentamentos em todo o país.

Tabela 1 - Assentamentos criados pelo INCRA entre 2017 e 2022

Ano	Quantidade	UF
2017	28	Pernambuco (4), Goiás (5), Bahia (4), São Paulo (2), Santa Catarina (1), Maranhão (3), Mato Grosso (2), Paraíba (3), Sergipe (1), Piauí (2), Tocantins (1).
2018	76	Pará (9), Pernambuco (3), Bahia (1), Minas Gerais (1), Rio de Janeiro (1), São Paulo (10), Maranhão (7), Mato Grosso (5), Paraíba (1), Rio Grande do Norte (8), Amapá (4), Alagoas (1), Sergipe (19), Piauí (1), Tocantins (2), Distrito Federal (3).
2019	7	Pará (1), Bahia (4), Paraná (1), Sergipe (1).
2020	4	Pará (1), Goiás (1), Grosso do Sul (1), Distrito Federal (1).
2021	15	Bahia (5), Maranhão (1), Mato Grosso do Sul (1), Paraíba (1), Rio Grande do Norte (1), Espírito Santo (1), Tocantins (1), Pará (3).
2022	3	Maranhão (3).

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de dados do Incra (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>

A tabela acima indica que apenas um assentamento foi criado no Distrito Federal e Entorno desde 2019, contudo a data de criação pode ser contestada, tendo em vista que se trata justamente do *Patrícia e Aparecida*, cujo decreto de criação¹¹¹ tem data de 30 de dezembro de 2016, ou seja, aparentemente algumas informações dessa relação são inconsistentes.

De acordo com essa relação, na região do Distrito Federal, ao todo, foram registrados 233 assentamentos no cadastro do Incra, totalizando 14.781 famílias assentadas (INCRA, 2022). No caso da área rural do Paranoá, em que predomina o agronegócio, somente três assentamentos foram criados até o momento: o *PE Três Conquistas*, o *PE Estrela da Lua* e o *PE Patrícia e Aparecida*, sendo os dois últimos de iniciativa de um órgão estadual de reforma agrária, o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais (PRAT)¹¹², gerido pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento do Distrito Federal (SEAGRI/DF).

Figura 5: Tabela com os projetos de assentamento criados pelo PRAT.

Assentamento	Nº de famílias	Gestão	Código INCRA	RA	Normativo
Camapuã	19	GDF/PRAT	Projeto: DF0209000 - PE NOVA CAMAPUA	São Sebastião	Decreto nº 34.987 de 19/12/2013
1º de Julho	60	GDF/PRAT	Projeto: DF0211000 - PE 1 DE JULHO	São Sebastião	Decreto nº 34.989 de 19/12/2013
15 de Agosto	54	GDF/PRAT	Projeto: DF0210000 - PE 15 DE AGOSTO	São Sebastião	Decreto nº 34.988 de 19/12/2013
Santarém	28	GDF/PRAT	Projeto: DF0215000 - PE SANTAREM	Ceilândia	Decreto nº 36.190 de 24/12/2014, alterado pelo Decreto nº 37.058 de 15/01/2016
Estrela da Lua	7	GDF/PRAT	Projeto: DF0208000 - PE ESTRELA DA LUA	Paranoá	Decreto nº 34.986 de 19/12/2013, alterado pelo Decreto nº 36.968 de 10/12/2015.
Patrícia e Aparecida	24	GDF/PRAT	Projeto: DF0246000 - PE PATRICIA E APARECIDA	Paranoá	Decreto de Criação 37.932 de 30/12/2016
10 de Junho	35	GDF/PRAT	Projeto: DF0216000 - PE 10 DE JUNHO	Recanto das Emas	Decreto nº 35.326 de 14/04/2014
Pinheiral	130	GDF/PRAT	Não registrado	São Sebastião	Decreto nº 40.703 de 07/05/2020

Fonte: SEAGRI/DF, 2022.

¹¹¹ Decreto Nº 37.932, de 30 de dezembro 2016. Disponível em: http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/efa4f931aac140708b6a021772ae2d85/Decreto_37932_30_12_2016.p df

¹¹² O PRAT (Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais) foi criado pela “Lei Distrital Nº 1.572, de 22 de Julho de 1997, para viabilizar algumas garantias aos trabalhadores rurais no Distrito Federal, dentre as quais o acesso à terra, assistência técnica, além de dignidade e bem estar social. Apesar de criado em 1997, as atividades do programa só foram iniciadas em 2012, com a criação do CPA (Conselho de Política de Assentamento Rural). Disponível em: <https://www.seagri.df.gov.br/programa-de-assentamento-de-trabalhadores-rurais-prat/>. Acesso em 14 de julho de 2022.

O PRAT realiza chamamentos públicos para seleção de beneficiários de alguma área “solicitada pelo Distrito Federal, por intermédio da SEAGRI/DF, à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP” (DECRETO 37.583, 2016), que decidirá ou não pela concessão da terra. Feito o acordo entre as entidades, é autorizada a criação do assentamento por decreto. Após a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, os novos assentados assinam um contrato de estágio probatório, com vigência de 24 meses, período em que devem requerer as licenças ambientais para uso dos recursos naturais, além de terem que cumprir com todas as demais regras impostas pelo PRAT, para permanecerem na terra nos próximos anos. Cumpridas essas etapas, os assentados estaduais podem ser cadastrados pelo Incra, que “reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária” (INCRA, 2021)¹¹³.

Trata-se, portanto, de um longo processo que nem sempre garante a permanência dos assentados nas terras concedidas. Antes de serem assentados, os trabalhadores que ocupam a terra, formam um acampamento, espaço compreendido como uma “fase de formação de um grupo coeso, que enfrenta um processo de luta pela terra de tempo variável” (PEREIRA, 2014 *apud* MOURA, 2010, p. 39). Como foi falado por Girassol, só no primeiro acampamento em que estive, o 10 de Junho, no Recanto das Emas, “foi cinco derrubada [reintegração de posse]. As cinco derrubada eu tava lá”¹¹⁴.

Além da fase de reivindicação e criação do assentamento, que pode demorar anos, fazendo com que muitos acampados desistam do local pleiteado, há também a fase de regulamentação ambiental e desenvolvimento das práticas agrícolas, cuja demora pode provocar a precariedade das condições de vida dos assentados, inviabilizando o desenvolvimento estrutural do local. Para Moura (2010, p. 39), o fato de o assentamento ser um espaço ao mesmo tempo “conquistado” pela luta dos trabalhadores e institucionalizado pelo Estado, gera um impasse, pois a autonomia dos trabalhadores fica subordinada às condições impostas pelos órgãos que fazem a reforma agrária,

¹¹³ O site oficial do Incra detalha os tipos de assentamentos que podem ser criados, sendo eles de iniciativa do próprio Incra (definidos pela sigla PA), ou de entidades estaduais (definidos pela sigla PE), como é o caso do PRAT no âmbito do Distrito Federal. Esses últimos são totalmente “implantados por instituições governamentais e reconhecidos pelo Incra para acesso a algumas políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)” (INCRA, 2021). Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em 16 de julho de 2022.

¹¹⁴ De acordo com ela, essas “derrubadas” ocorreram em 2012, mas o Projeto de Assentamento 10 de Junho, de acordo com a relação de assentamentos do Incra, foi criado em 18/05/2015.

processo burocrático que lava à desistência de trabalhadores antes e depois da formação do assentamento.

O tema da precariedade dos assentamentos é recorrente nas entrevistas, principalmente das mulheres do *Patrícia e Aparecida*. Os dados sobre as políticas de reforma agrária e as experiências das mulheres dos dois projetos de assentamento, mostram que não basta conceder a terra, mas é preciso viabilizar a permanência dos trabalhadores, algo que, em tese, é obrigação das entidades que promovem a reforma agrária.

Para se caracterizar como área de Reforma Agrária, além de promover a desconcentração e democratização da estrutura fundiária, a qual deve vir acompanhada de políticas públicas de inclusão social e produtiva que garantam melhores condições de vida, as áreas reformadas devem cumprir um papel de função social (BORGES, 2018, p. 103).

As entrevistas conseguem dimensionar também os problemas fundiários que envolvem o Distrito Federal, como o acirramento de conflitos pautados, de um lado, por interesses empresariais, e de outro, por trabalhadores pobres em busca de justiça social, muitos deles de origem camponesa. Girassol e o marido são exemplos do quanto a disputa por terras pode ser arriscada para os trabalhadores envolvidos. Eles contaram sobre a experiência em um acampamento no Incra 9, área de expansão urbana em Ceilândia-DF, onde a disputa de terras já se prolonga por muitos anos, devido aos interesses imobiliários na região¹¹⁵.

É muito puxado, muita perseguição, muita guerra, muito conflito. Muito conflito mesmo, isso aqui... Antes da gente levar o tiro, essa terra que a gente conquistou lá no Incra 9, o [homem] que se dizia dono do local, do *Vale Azul*¹¹⁶, do condomínio *Vale Azul*, a gente chegou com a família... Porque a área que passou pra gente, assinada, documentada, uma folha, foi o Incra. Então, a gente não tava ocupando, sem ninguém saber. O Incra tava colocando nossas família lá, a família do MATR lá. E ele [o grileiro] dizia que o Incra era falsificado, os papel era falsificado, e que quem entrasse ia morrer (GIRASSOL, 2021).¹¹⁷

¹¹⁵ A única notícia encontrada sobre o assunto está no site da Agência Brasília, que fala sobre a regularização de terras em áreas do DF, dentre elas no Incra 9, em Ceilândia. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/05/11/proposta-para-demarcar-nove-areas-do-df-recebe-sugestoes-da-populacao/>. Não há registros de um assentamento sendo formado na área mencionada, mas, em contrapartida, fala-se de alguns condomínios pleiteando terras no local. Acesso em 17 de julho de 2022.

¹¹⁶ Utilizei um nome falso para me referir ao condomínio, tendo em vista que se trata de uma informação delicada sobre o processo de ocupação descrito por ela. No fim da fala ela menciona que seria arriscado falar mais sobre este assunto, tanto que preferi não prolongar o trecho citado.

¹¹⁷ **Pergunta: Era aqui já que cês moravam?** [Quando sofreram o atentado em que perderam o olho]. Resposta a partir do minuto 88:57, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

A fala mostra que mesmo as terras selecionadas pelo Incra para a reforma agrária também são visadas por grileiros e que os acampados são desmoralizados e chegam a sofrer risco de vida nesses processos. Após a ocupação descrita por Girassol, ela e o marido sofreram o atentado no qual perderam um olho. Eles disseram ser perseguidos até hoje por sua participação nos movimentos sociais, que ocorre mesmo depois de já terem conseguido o lote no assentamento *Estrela da Lua*.

Para Girassol, muitas pessoas que participam dos movimentos sociais “sem terra” não estão interessadas apenas em obter a própria terra, mas em garantir que esse direito também se estenda a outros trabalhadores. Ela e o marido estiveram em outros assentamentos do MATR “para ajudar os próximos, não era pra nós, era pra outras pessoas. Como a gente faz até hoje [...] Que nem, as vezes a gente larga de plantar, como cê tá vendo aí, a gente larga de... os bicho veio comer agora (risos)”. Para ela, o espírito de solidariedade é uma das características de ser “sem terra”, pois “se todos fizesse igual a gente faz, acho que o mundo seria bem melhor. Bem melhor mesmo. E assim, tá na veia, né?! Tá no sangue nosso. Virou ‘sem terra’ uma vez, é ‘sem terra’ pra sempre”¹¹⁸.

Essa solidariedade foi confirmada por sua vizinha Rosa do Deserto, que disse também ter participado de manifestações em outros acampamentos formados pelo MATR, movimento do qual fazem parte Girassol e o marido, ativo na criação do assentamento *Estrela da Lua*.

A gente que é desse movimento, do MATR, a gente não fica só num lugar. Por exemplo, se tem um assentamento ali, tem uma ação ali, você tá sempre indo, ajudar o próximo, sabe?! Não foi só nessa aqui, a gente já tivemos na beira da estrada, lá perto de Formosa. Já tivemos perto de estrada lá pra perto de Brazlândia, Ceilândia, sei lá, uma coisa pra lá. Muitos lugar! Lá no Rio do Ouro. Aí foi quando nós viemo pra aqui (ROSA DO DESERTO, 2021).¹¹⁹

Tanto a fala de Girassol quanto a de Rosa do Deserto mostram a importância de movimentos sociais como o MATR para assentar pessoas dentro do Distrito Federal. Esses movimentos, que começaram a surgir durante o processo de redemocratização do Brasil, após a ditadura militar, reivindicam direitos junto aos órgãos governamentais e

¹¹⁸ **Pergunta:** Depois que vocês saíram de lá [do acampamento 10 de Junho] cês foram pra onde? Resposta a partir do minuto 10:46, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

¹¹⁹ **Pergunta:** Então a senhora já tinha participado de outros acampamentos? Resposta a partir do minuto 45:12, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

protegem os participantes contra as forças hegemônicas, para as quais não interessa que se faça esse tipo de reforma agrária.

No caso do Distrito Federal, temos a presença de movimentos como o MST, FNL e MATR, todos mencionados por Girassol, quem mais participou de acampamentos de reforma agrária no Distrito Federal. O marido dela afirma que o MATR atua no DF e no entorno, mas “nasceu aqui [no DF], em 1997”¹²⁰. De acordo com Moura (2010, p. 61), os primeiros assentamentos do Distrito Federal surgiram antes do século XXI, mas só começaram a ser regularizados em seguida.

Portanto, a estrutura concentrada da terra e o alto número de trabalhadores rurais sem terra são elementos claros para a importância da reforma agrária no DF. Essa não é, entretanto, uma questão presente nos planos políticos dos governos locais. Apesar de existirem alguns assentamentos de reforma agrária na área do DF, todos são anteriores ao século XXI. Mesmo diante desta perversa realidade, movimentos sociais agrários possuem representações no DF, sendo que a maioria atua também nas cidades circunvizinhas ao Distrito Federal. Podem-se mencionar os movimentos nacionais MST e FETRAF (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), além do movimento de abrangência regional – o Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais (MATR) (MOURA, 2010, p. 61).

Pelas entrevistas, concluí que os dois projetos de assentamento estudados estão vinculados a algum desses movimentos sociais, como o FNL e o MATR, e receberam apoio de outras entidades ao longo dos processos de formação, que se estendeu por vários anos. Apesar de estarem localizados no Paranoá e terem sido criados pelo PRAT, os dois locais passaram por processos diferentes de implementação e atualmente não estão no mesmo nível de desenvolvimento, elementos que interferem na forma como as mulheres percebem suas experiências como trabalhadoras do campo hoje. Gostaria de apresentar, a seguir, o histórico de cada assentamento e sua atual situação, para que possamos verificar os pontos em comum e as divergências entre eles.

2.4.1. Histórico e atual situação do assentamento *Patrícia e Aparecida*

Patrícia e Aparecida foi duas camponesas conosco, no início. E a gente tava fechando a BR, e veio um cara louco de lá e matou as duas. E em homenagem a elas, aí nós colocamos “Patrícia e Aparecida”. Mas elas foi morta bem no início.

Margarida, maio de 2021

¹²⁰ **Pergunta: O movimento MATR... Ele é de Brasília? Ele é nacional?** Resposta a partir do minuto 26:23, da gravação de áudio registrada em 02 de julho de 2021.

Antes de iniciar a pesquisa de campo, eu já conhecia algo sobre a história do *Patrícia e Aparecida*. Como professora do CED PAD-DF, durante uma atividade sobre o histórico das comunidades rurais da região do Paranoá, uma aluna relatou que morava naquele assentamento e que a origem do nome era uma homenagem a duas mulheres participantes do processo de formação do lugar, atropeladas durante um protesto.

O relato da aluna chamou minha atenção para o local por dois motivos: primeiramente pela homenagem às mulheres que participaram ativamente da luta pela terra, tema que se relaciona ao recorte de gênero que proponho nesta pesquisa; e, em segundo lugar, pela constatação da violência e do preconceito em torno das pessoas que participam dos movimentos sociais do campo, pois, considerando o contexto, supus que a morte delas não havia sido um acidente. Essa hipótese foi confirmada por Margarida, por dizer que “veio um cara louco de lá e matou as duas”, e também por Caliandra, que apesar de ter chegado já na fase de criação do assentamento, conhece a história.

E o nome também daqui é uma homenagem a duas mulher, que se chamava... aqui se chama Patrícia e Aparecida. Aí, é uma homenagem a duas mulheres, que tava fazendo um protesto, pra ganhar a terra e tocaram fogo nuns pneu e veio um carro sem respeitar e atropelou as duas e as duas morreu [...] Aí, no dia em que a gente ganhou, reuniu todo mundo e colocou esse nome em homenagem as ‘sem terra’ que morreram, que morreram assim, lutando, né?! Pra ter um pedacinho de terra (CALIANDRA, 2021).¹²¹

Eu visitei pela primeira vez o *Patrícia e Aparecida* em abril de 2021, quando fui até a casa de Caliandra para coletar a entrevista e conhecer sua chácara. Antes disso, nós mantivemos contato por algumas semanas, via WhatsApp, para que eu pudesse conhecê-la um pouco melhor e explicar as intenções da pesquisa. Estava procurando o momento propício para realizar a visita, tendo em vista que a situação pandêmica da época dificultava os encontros presenciais. Quando cheguei a sua casa – que ela chamava de “barraco”, por causa dos materiais improvisados, comuns nos acampamentos –, ela me recebeu com entusiasmo e escolhemos a cozinha como o ambiente da entrevista.

Somente o fato de a casa ainda ser um “barraco”, como ela a considerava, já diz muito sobre as políticas de reforma agrária a que são submetidos os beneficiários, tendo

¹²¹ **Pergunta: Mas quando você chegou, já era um assentamento?** Resposta a partir do minuto 60:18, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

em vista que as regras do processo probatório dificultam o desenvolvimento material das famílias, ainda que, em regra, devam ser auxiliadas por entidades competentes que viabilizem sua permanência na terra. Pela lei de criação do PRAT, o sistema deve garantir ao trabalhador rural: acesso à terra; acesso à política de aplicação de crédito; assistência técnica; ações e orientações sobre os meios de preservação e conservação dos recursos naturais; dignidade e bem o estar social¹²².

A realidade atual do assentamento, pelo que observei em campo e pelos relatos das mulheres entrevistadas, contradiz o que está especificado como garantias aos assentados. Pretendo, então, apresentar o histórico do assentamento a partir das entrevistas, comparando as informações com outros documentos escritos, dentre os quais a legislação sobre o PRAT e os documentos do processo de implantação do assentamento, disponibilizado para consulta pela SEAGRI/DF¹²³.

O projeto de assentamento estadual *Patrícia e Aparecida* está localizado na área rural do Paranoá, há cerca de 53 km do centro de Brasília e foi criado pelo PRAT, mediante o Decreto Nº 37.932, de 30 de dezembro de 2016. De acordo com esse documento, as terras destinadas ao assentamento estão situadas no “imóvel chamado Quebrada dos Neres, em terras desapropriadas, pertencentes ao patrimônio da TERRACAP” (DECRETO Nº 37.932, 2016). O local possui uma área total de 377, 14 hectares, “com capacidade para instalação de 24 unidades agrícolas familiares”. O segundo artigo do referido decreto menciona a obrigação da SEAGRI/DF em coordenar o “processo de implantação e desenvolvimento do assentamento criado nesse Decreto, devendo ser observadas as etapas e responsabilidades dos diversos órgãos e entidades envolvidos no PRAT” (DECRETO Nº 37.932, 2016).

O documento em questão menciona a criação oficial do assentamento em 2016, no local estabelecido pela TERRACAP, contudo, de acordo com a Resolução CPA (Conselho de Política de Assentamentos), nº 16/2013 (SEAGRI/DF, 2022), a solicitação da área do assentamento foi realizada em 2013. Ambos os documentos mostram que os trabalhadores que pleiteavam a terra já estavam acampados na atual área do assentamento, contudo, pelo relato de Margarida, vemos que a mobilização teve início

¹²² Disponível em: <https://www.seagri.df.gov.br/programa-de-assentamento-de-trabalhadores-rurais-prat/>. Acesso em: 16 de julho de 2022.

¹²³ O processo em questão foi solicitado por ouvidoria à SEAGRI/DF e disponibilizado por esse órgão via Sei, tendo em vista que os documentos que trazem informações restritas aos interessados não estão disponibilizados para consulta livre nos sites governamentais competentes.

antes, pela ocupação de outras áreas próximas.

[...] Aí nós fomos pra uma fazenda, lá no Goiás ainda, em Luziânia, ficamos um período lá, aí de lá nós saímos e fomos pra 251 [rodovia que vai para São Sebastião], e lá não tinha como plantar, não tinha como nada porque a gente ficava na BR. A água era muito difícil, a gente arrumava carro emprestado pra buscar água pro pessoal, sabe?! Não tinha energia, então assim, não tinha nem um pouquinho de civilização a gente tinha. Aí a fiscalização rancou nós de lá, e mandaram nós pra outro canto e nós foi tudo pro Café sem Troco, ficamos dentro do Café sem Troco. Aí passamos um período lá e nós depois foi pra beira da estrada, mas já do Caruru e lá o acesso seria mais fácil de água e tudo mais, mas não tinha energia. Aí um dia, nós resolvemos entrar na fazenda, sabe?! E entramos, fizemos o acampamento, com a galera que já tava com nós desde uns três quatro anos já com a gente. Aí entramos, todo mundo fez um barraco lá e lá ficamos e nós já começamos a plantar, todo mundo tinha uma plantaçãozinha. Eu já vendi muita alface, eu já vendi muita galinha de lá, sabe... e assim começou nossa vida, que agora em julho, dia 17 de julho faz 7 anos que a gente tá, 8 anos que a gente já tá nessa lida já, sabe?! (MARGARIDA, 2021).¹²⁴

De todas as entrevistadas do *Patrícia e Aparecida*, Margarida é a única que esteve na gênese da formação do assentamento, considerando-se uma de suas pioneiras. Pela fala dela, vemos que as pessoas envolvidas ocuparam, de forma precária, outras terras na área rural do Paranoá e até mesmo em Goiás antes de adentrarem a fazenda depois pleiteada pela SEAGRI/DF e concedida pela TERRACAP, somando “8 anos que a gente já tá nessa lida já”.

Além da demora do processo, outro aspecto suscitado por sua fala é a questão da precariedade dos acampamentos de reforma agrária, o que torna a permanência dos acampados ainda mais penosa. Para sobreviver nessas condições, era preciso ter algum nível de organização e trabalho coletivo, situação marcante na experiência de Margarida com a ocupação, visto que alega ter sido uma das “cabeças do movimento”.

Então eu fui a única mulher assim, aí depois foi chegando as outras, mas assim eu que fazia os cadastros do pessoal, sabe?! Eu ficava olhando quem precisava de uma ajuda em alimentação, passava mal eu jogava num carrinho que eu tinha e corria pro hospital, então assim eu fiquei assim com elas lá e umas nós fazíamos comida comunitária e eu organizava tudo com elas, fui ensinando elas viver no campo com nós, aquelas hortas comunitárias, tudo mais, era tudo comigo também, entendeu?! (MARGARIDA, 2021).¹²⁵

Pela fala, podemos depreender que a participação dela e de outras mulheres foi

¹²⁴ Pergunta: E como foi que você foi lá pro assentamento, agora eu queria que você me contasse um pouco mais sobre essa história aí da formação do assentamento, que você viveu lá? Resposta a partir do minuto 6:27, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

¹²⁵ Pergunta: E como foi que você foi lá pro assentamento, agora eu queria que você me contasse um pouco mais sobre essa história aí da formação do assentamento, que você viveu lá? Resposta a partir do minuto 6:27, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

fundamental à organização improvisada do local, ainda assim, é possível perceber as distinções de gênero inerentes a esse processo, quando ela menciona a ocupação das mulheres com a organização da comida e da horta, atividades reprodutivas, historicamente associadas aos sujeitos femininos nas comunidades camponesas, como veremos no capítulo seguinte.

Não obstante a constatação desse tipo de distinção de gênero, o espaço do acampamento fomentava uma vivência comunitária, tendo em vista que todos lutavam por um bem comum. Margarida considera o período da luta pela terra como um aprendizado, porque “a gente se tornou uma família só, sabe?! Todo mundo ajudava todo mundo, se um precisasse de um arroz, todo mundo tava lá. Plantava, nós dividia todo mundo”¹²⁶. Nesse sentido, os espaços de luta pela terra conseguem reproduzir uma das características do *habitus* do campesinato já mencionado neste trabalho, que é a vivência de solidariedade do grupo que trabalha em prol da subsistência recíproca.

Alguns trabalhos que dissertam sobre os processos de ocupação de terras, concordam que os acampamentos são espaços mais fecundos para a reprodução de práticas comunitárias do que quando os assentamentos já estão constituídos, porque se trata de um espaço de provisoriedade daquela condição “sem terra”, enquanto que, já nos assentamentos, cada família se volta para a própria terra. Para Martins e Menasche (2011), o acampamento é um marco temporal, que sinaliza para a posse da terra que virá em seguida.

[...] os acampados representam uma comunidade à espera de um território, constituída virtualmente a partir de sua teia de relações parentais e de vizinhança. Dessa forma, o acampamento, embora se localize no espaço, é percebido como tempo: é um tempo localizado no espaço, demarcando a divisão entre um passado sem perspectivas e um futuro de possibilidades a partir da conquista da terra. Assim, temos que o acampamento representa um tempo de espera (MARTINS; MENASCHE, 2011, p. 75).

A ajuda comunitária faz com que o peso da precariedade das instalações seja mais suportável, considerando a incerteza com relação ao tempo de espera para a concessão das terras, resultado que muitas vezes não ocorre. No caso do *Patrícia e Aparecida*, apenas 24 famílias participaram da divisão da área conquistada, mas, de acordo com os documentos do processo de implantação, no início de 2014, haviam 87

¹²⁶ **Pergunta: Vocês mesmas tentavam falar, vocês mulheres?** Resposta a partir do minuto 14:03, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

famílias acampadas no local (SEAGRI/DF, 2014). Segundo Margarida “por baixo, deve ter passado umas 2 mil pessoas por nós”, sugerindo que, ao longo de todo o processo de luta pela terra, muitas pessoas desistiram em função da demora, mas outras foram simplesmente desqualificadas para receber a terra na fase de constituição do assentamento, como afirma no trecho seguinte.

É, nós éramos mais, na época da divisão. Mas, e os requisitos nossos eram... foi poucas pessoas que passou. Umas pessoas que teve que vim embora. Aí, as que ficaram só foram 24 porque tem muita área de preservação e eles preservaram essa área (MARGARIDA, 2021).¹²⁷

Na fala dela, aparece a questão dos critérios de seleção utilizados para conceder as terras aos assentados¹²⁸, que acabaram excluindo pessoas que participaram do processo de luta e admitindo outras, como é o caso de Caliandra, Dália e Orquídea, que chegaram ao assentamento perto da fase de implantação, já nas terras definidas. É certo que, a maioria das famílias acampadas tinham origem camponesa, sendo formadas por “ex-posseiros/meeiros e trabalhadores rurais assalariados de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social” (SEAGRI/DF, 2014), algo que já foi comentado a respeito das colaboradoras desta pesquisa, pela origem camponesa e também pela precariedade da vida na cidade antes de irem para o assentamento.

Quando observamos os números referentes à criação de assentamentos no DF e o histórico demorado de formação do *Patrícia e Aparecida* descrito por Margarida, percebemos que não há vontade do Estado em realizar os processos de reforma agrária de modo a promover uma real transformação social, ainda que existam previsões legais para amparar essa iniciativa. A política de reforma agrária do PRAT, por exemplo, demorou cerca de vinte anos para ter efeito: o órgão foi criado em 1997, em 2013 teve sua primeira regulamentação e só criou o primeiro assentamento no fim de 2016,

¹²⁷ **Pergunta: Ficou só 24 porque eles desistiram mesmo?** Resposta a partir do minuto 71:16, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

¹²⁸ Não tive acesso ao documento que definia os critérios de seleção do PRAT na época em que o assentamento foi constituído, mas, de acordo com a Portaria nº40, de 20 de julho de 2021, dentre os critérios para o beneficiamento pelo PRAT estão: comprovar residência no Distrito Federal nos últimos cinco anos; a renda mensal, proveniente de atividade não agrícola, deve ser igual ou inferior a três salários mínimos; não ser proprietário de imóvel no Distrito Federal. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/f12a0192f4cc47cd8160315e15a17d80/seagri_prt_40_2021.html. Acesso em: 11 de julho de 2022.

justamente o *Patrícia e Aparecida*¹²⁹. Antes da criação do assentamento, Margarida relata que os acampados fizeram vários protestos e ocupações na Esplanada, em Brasília, e em prédios de entidades como o Incra e a SEAGRI/DF.

Nós invadimos o Incra várias vezes, muitas vezes (risos). Quando era de madrugada quando eles menos esperava nós tava lá dentro mostrando querendo nossos direitos, sabe?! Porque teve um período que eles esqueceu de nós. Eles não se importava com a gente no sofrimento de nosso pessoal lá dentro. Aí a gente falava pera aí que vamos mostrar que a gente tá aqui, e a gente passava pra ir pra secretarias, de agricultura, nós fomos pro Incra, nós fomos pro meio ambiente [IBRAM], invadia mesmo e ficava lá dentro até sair uma solução, e sempre resolvia (MARGARIDA, 2021).¹³⁰

Ela conta que o *Patrícia e Aparecida* só saiu após criarem um documento em conjunto com outros assentamentos que já lutavam há muitos anos, “pedindo a melhoria, pedimo o assentamento, pedindo, sabe?! Pelo menos uma dignidade pra gente ir pras terra, aí foi a época que a gente conseguiu”¹³¹. O documento mencionado, que simboliza a pressão dos movimentos sociais contra o governo do DF em prol da reforma agrária, não consta no arquivo da SEAGRI sobre a formação do assentamento e Margarida afirma não saber o seu destino¹³². A ausência dele, por si só, pode significar a tentativa governamental de silenciar que os assentamentos são muito mais fruto da mobilização social do que da iniciativa do governo, que até então havia postergado a execução das políticas do PRAT.

Essa constatação demonstra a relevância das fontes orais nos estudos sobre o campesinato e os movimentos sociais do campo, visto que, além de lançarem luz sobre aspectos da vida cotidiana das classes subalternizadas (PORTELLI, 1996), podem conferir novos significados ao passado, contrapondo discursos hegemônicos. Quando ouvimos o depoimento de uma trabalhadora “sem terra”, participante direta do processo que levou à formação dos primeiros assentamentos estaduais do DF, conseguimos

¹²⁹ Sobre a criação do assentamento, lê-se a notícia no do site Agência Brasília. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/12/11/assentamento-no-paranoa-e-o-primeiro-processo-de-reforma-agraria-feito-totalmente-no-ambito-do-df/>. Acesso em 17 de julho de 2022.

¹³⁰ **Pergunta: Vocês então participaram de movimentos sociais na Esplanada, de luta pela terra. Você pode falar um pouco mais sobre isso?** Resposta a partir do minuto 13:00, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

¹³¹ **Pergunta: Isso foi antes de vocês serem assentados?** Resposta a partir do minuto 18:06, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

¹³² Encontrei apenas uma matéria online que acredito se referir ao mesmo documento mencionado por Margarida. Nela, é preciso corrigir que o assentamento *Estrela da Lua* faz parte da R.A do Paranoá, não de São Sebastião, como foi afirmado na notícia. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2015/10/01/programa-de-assentamento-atende-200-familias-no-df/>. Acesso em 17 de julho de 2022.

conferir um novo significado a essa trajetória, percebendo o quanto as massas, ainda que posicionadas subalternamente em relação ao poder dos representantes do Estado, detêm o protagonismo na aquisição de direitos e na transformação da sociedade.

Tanto a Resolução CPA nº 16/2013 (SEAGRI/DF, 2014) quanto o Relatório de Viabilidade Social e Ambiental do assentamento (SEAGRI/DF, 2014) mencionam que, na época da formação, as famílias acampadas eram ligadas ao MBST (Movimento Brasileiro de Sem Terra)¹³³. Quando perguntei a Margarida se na época faziam parte de algum movimento social, ela afirma que passaram “pelo MST, FNL e chegamos na ONG, que hoje é uma ONG mais avançada, falamos assim, que virou a CONAFER [Confederação Nacional da Agricultura Familiar]¹³⁴. Segundo ela, no atual momento, estão vinculados apenas a essa ONG, “tanto que, quando a gente precisa de advogados, a gente vai até ele [o representante da ONG] que ele arruma o advogado pra nós, entendeu?!”¹³⁵. Contudo, nas informações obtidas no assentamento *Estrela da Lua* sobre os movimentos sociais que atuam junto aos assentamentos na região, o marido de Girassol afirma serem os líderes da associação do *Patrícia e Aparecida* ainda filiados ao FNL.

As outras entrevistadas do *Patrícia e Aparecida* não mencionaram a participação em movimentos sociais e pareciam saber pouco sobre o envolvimento atual dos moradores com bandeiras como MST, FNL ou MATR. Caliandra chega a dizer que o local “começou com gente que realmente chama ‘sem terra’, que o pessoal fala, né?! [...] Eu vim pra cá, tanto que pra eu ganhar aqui, eu só fiquei dois anos, que eu fiquei no lugar de gente que já tava aqui há muito mais tempo”¹³⁶. Ela usa a expressão “sem terra” para se referir aos que participaram ativamente do processo de conquista, relacionando-os muito mais ao vínculo com os movimentos sociais do que à condição de trabalhadora proletária, que antes não tinha a própria terra para produzir. Esse ponto de vista aproxima-se da definição apresentada por Moura (2010), na qual os “sem terra” são

¹³³ De acordo com Girassol, esse movimento teria se convertido no FNL (Frente Nacional de Luta).

¹³⁴ De acordo com o site oficial da organização, ela foi fundada em 2011, “a partir da necessidade dos agricultores familiares do Brasil de ter voz autônoma em decisões referentes ao setor agrícola no país”. Disponível em: <https://conifer.org.br/sobre-a-conifer/>. Acesso em: 18 de julho de 2022.

¹³⁵ **Pergunta: Então vocês começaram no MST?** Resposta a partir de 22:52, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

¹³⁶ **Pergunta: Você pode me falar um pouquinho sobre a história do assentamento?** Resposta a partir do minuto 58:26, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

resultado da aglutinação organizada de camponeses tradicionais expulsos de suas terras, posseiros, trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos em torno de uma utopia estabelecida pelos movimentos sociais camponeses, e que buscam o acesso à terra e à produção (MOURA, 2010, p.38).

Não ficou claro se Caliandra busca se diferenciar dos “sem terra” por ter consciência da importância daqueles que lutavam há mais tempo pelo assentamento, ou se existe algum preconceito dela em relação aos movimentos sociais¹³⁷. Não obstante, ela também participou de uma parte do processo de formação, quando disse que chegou ao assentamento em 2015, tendo vivido em um local improvisado antes da repartição das terras entre as famílias contempladas.

Nós não morava aqui onde a gente ganhou, aqui chama parcela, né?! Então, eles moravam numa área ali que era reserva. [...] E morava muito mais gente, era um barraquin assim, tipo uma favelinha, muito barraco, muito pertim dos outro, era barraco mesmo assim, só levantado de lona, essas coisa assim. O piso era coberto com lona também, o chão, pra não matar que... tanto, se você for hoje lá, nem reconhece que tinha gente morando lá. Porque a gente não destruiu, tipo, a natureza, a gente... era lona, feito de lona, o chão era forrado de lona, né?! E levantava as parede, tipo essa lona aqui (aponta para as paredes), só que aqui tem um PVC, tem esse madeirite atrás, né?! Aí então, assim, era tipo só lona mesmo (CALIANDRA, 2021).¹³⁸

No relato acima, ela compara os “barracos” provisórios, construídos no espaço comunitário, com os materiais que revestem sua própria moradia hoje. Neste ponto, percebemos que, não obstante ela tenha conseguido a parcela de terra almejada durante o acampamento, ainda não obteve recursos para abandonar o tipo de moradia provisória que caracteriza os acampamentos de reforma agrária, construídos, geralmente, com lona e madeirite. A precariedade da moradia pode ser estendida a todos os demais espaços da sua unidade familiar (UF), visto que o assentamento ainda passa pela fase de implementação da licença ambiental exigida pelo PRAT, e emitida pelo Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), sem a qual não podem dispor dos recursos naturais do local, sobretudo da água. Essa dificuldade ocorre porque a área rural destinada ao *Patrícia e Aparecida* é considerada Zona Rural de Uso Controlado, inserida na área de interesse ecológico do Rio São Bartolomeu.

¹³⁷ Coloco esse questionamento tendo em vista que, em certo momento do relato de Rosa do Deserto, ela afirma que o local do assentamento *Estrela da Lua* antes não tinha “dono”, logo, os “sem terra” não precisaram invadir, o que transpareceu certo preconceito com os casos comuns nos quais os membros dos movimentos sociais do campo ocupam terras particulares improdutivas.

¹³⁸ **Pergunta: Mas quando você chegou, já era um assentamento?** Resposta a partir do minuto 60:18, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

Figura 5: Mapa do assentamento *Patrícia e Aparecida* com as áreas de preservação em destaque



Fonte: SEAGRI/DF, 2014.

De acordo com o Relatório de Viabilidade Social e Ambiental (RVSA), realizado em maio de 2014 (SEAGRI/DF, 2014), a área de preservação ambiental do assentamento ocupa 229,95 há, ou seja, cerca de dois terços da área total, restando apenas 117,76 há de área útil para a aplicação das atividades agropecuárias. O uso das terras, portanto, é determinado pela legislação que protege as áreas ambientais e, de acordo com o RVSA do assentamento, sujeita “às restrições e condicionantes impostas pela sua sensibilidade ambiental e pela sua importância no que toca à preservação e à proteção dos mananciais destinados à captação de água para abastecimento público” (LEI COMPLEMENTAR N° 803/ 2009 *apud* SEAGRI/DF, 2014, p. 77).

Em decorrência do problema com o licenciamento, os moradores ainda não conseguem permissão para captar a água do córrego mais próximo ou para construir poços artesianos nos lotes, tendo que fazer captações improvisadas e precárias ou depender da água da chuva, captada nas cisternas e nas caixas d’água recebidas em parceria com a EMATER/DF, órgão que, de acordo com Margarida, “nesse ponto, nos

ajudou muito”¹³⁹, oferecendo formações e alguns recursos materiais. Todavia, no período da seca, o acesso ao córrego é a única forma de conseguir água para uso pessoal ou agrícola.

As mulheres do assentamento reclamaram muito da falta de água para desenvolver as atividades agrícolas. Na época em que visitei o assentamento, Caliandra e Orquídea compartilhavam uma bomba d’água instalada na casa de Dália para captar a água do córrego próximo e abastecer as caixas d’água de cada lote. Elas disseram, contudo, que a bomba estava quebrada e, sendo assim, precisavam buscar a água diretamente no córrego¹⁴⁰. Com a falta de estrutura, Caliandra chegou a dizer que molhava suas plantas “no balde”.

Não temos água encanada, então sofremos muito por causa da água... Água, a gente tem um córrego que passa aqui [um pouco abaixo do lote dela], tem água aqui e ele seca, ele tem água só enquanto chove, quando não tá chovendo, seca logo imediatamente, aí ficamos sem água aí a gente pegamos água num córrego que passa mais adiante [...] Aí temos essa dificuldade com água, e sofremos muito na época da seca, porque temos a água do córrego não serve pra beber, serve pra lavar louça, dar água pras galinha, pros porco, pros animais que é os outros, né, a égua e as vaquinha, e molhar as planta, e pra beber a gente pega num amigo lá [no Café sem Troco, comunidade mais próxima] (CALIANDRA, 2021).¹⁴¹

Muitas vezes as áreas destinadas à reforma agrária dificultam as atividades agropecuárias justamente por serem próximas a reservas, como é o caso do *Patrícia e Aparecida*, ou por serem terras improdutivas. Muitos autores que estudam os assentamentos já criados no Brasil, denunciam a má qualidade das terras destinadas à reforma agrária. Ao analisar as áreas de assentamentos em Goiás (local que destinou terras ao DF), Gosch *et al.* (2017, p. 205) concluem que são solos degradados pelo uso agropecuário e justamente por isso ficaram improdutivos e foram destinados à desapropriação.

Tanto Caliandra, quanto Orquídea, mencionaram que a terra do assentamento é difícil de cultivar, por ser muito pedregosa. Elas dizem que, além da indisponibilidade de água, precisariam de um trator para conseguir arar a terra, instrumento que

¹³⁹ **Pergunta: Você disse que vocês chegaram a vender hortaliça, vender galinha... Vocês ainda conseguem fazer essa produção lá no assentamento?** Resposta a partir do minuto 27:41, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

¹⁴⁰ Recentemente Caliandra compartilhou uma vaquinha online para ajudar os moradores do assentamento a comprar uma bomba nova para a captação de água, tendo em vista que a anterior havia sido roubada.

¹⁴¹ **Pergunta: Fale sobre a sua vida antes de vir para o assentamento.** Resposta a partir do minuto 00:20, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

normalmente é alugado (por hora) ou concedido pela SEAGRI/DF, pois os assentados não dispõem de recursos para comprá-lo. Para Margarida, o que mais faz falta é um trator para que consiga desenvolver a agricultura em sua chácara.

Eu tenho hoje também a estufa, que já tá com um monte de mudas pronta pra instalar, pra plantar. Só que eu tô dependendo do trator. Aí meu marido tá fazendo o trator [improvisando um trator] pra gente fazer o... pra gente roçar e tudo mais, entendeu?! Porque fica muito caro. Lá, quando a gente tem dinheiro, não tem o pessoal pra fazer o arado. Lá o Café [sem Troco] anda muito pobre em trator. Hoje, se tivesse um trator ia nos ajudar muito, muito mesmo. É o que a gente tá mais precisando lá. Porque a água, é difícil? É. Mas a gente tem roda. A gente puxa lá do córrego. É, também nós ganhamos aquela cisterna que vem a captação da água da chuva, então, são 17 mil litros. A minha caixa não fica vazia. Então, a gente enche da chuva diariamente, chega transborda, sabe?! Aí quando não tem [chuva], nós joga do córrego lá dentro, já deixa reservado. Aí nós tamo também tentando fazer um poço artesiano pra ver se, ajuda. Mas hoje, no momento a gente precisava de um trator (MARGARIDA, 2021)¹⁴².

Além dos problemas estruturais relatados, a demora da tramitação da regulamentação ambiental entrava o reconhecimento das famílias também como assentadas pelo Incra. Em consulta à lista de beneficiários do instituto¹⁴³, ainda não consta o *Patrícia e Aparecida*, apenas o *Estrela da Lua*, e sem esse reconhecimento não é possível acessar alguns subsídios concedidos pelo Incra, dentre eles o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)¹⁴⁴, destinado à construção de moradias. O acesso a essas políticas públicas é uma das principais diferenças entre a situação dos dois assentamentos hoje e as mulheres do *Patrícia e Aparecida* esperam por elas para que consigam desenvolver a terra recebida. Para Caliandra, a pandemia atrapalhou o andamento do processo de reconhecimento pelo Incra.

[...] e tamos aqui esperando mesmo, assim o governo vim realmente [re]conhecer, somos só assentados, nós temos assentados, mas não somos reconhecidos ainda, principalmente pelo Incra. Que é o Incra que tem que liberar tal, tem a licença [licença ambiental], essas coisa e tal assim, aí tamos aí, aqui somos 24 famílias que foi assentada, né?! E... temos filho, estuda também nas área rural, os nossos filhos daqui e agora também com a

¹⁴² **Pergunta: Mas você diria que a terra já consegue suprir o seu sustento no momento?** Resposta a partir do minuto 29:58, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

¹⁴³ A consulta pode ser realizada no site do Incra, com o nome do beneficiário ou do assentamento. Disponível em:

<https://saladacidadania.incra.gov.br/Beneficiario/ConsultaPublica?AspxAutoDetectCookieSupport=1>.

Acesso em 13 de julho de 2022.

¹⁴⁴ De acordo com Buonfiglio (2022, p. 2), o programa surgiu de uma reivindicação dos movimentos sociais do campo e faz parte da “Lei nº 11.977/2009 que instituiu o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) dividiu-o em dois: o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)”.

pandemia parou tudo, né?! (CALIANDRA, 2021)¹⁴⁵.

Dália também tem conhecimento desse entrave burocrático, quando diz que “tem uns... crédito aí, que disse que é do, Incra. Mas, por enquanto, pra gente aqui ainda não saiu nada”¹⁴⁶. Ela afirma que precisaria dessa ajuda para conseguir desenvolver seus projetos e permanecer na terra, que “não é nem coisa de plantio, é mais de criação... Fazer uma granja e tá criando, criar... fazer tanque de peixe, a gente quer viver, fazer mais essas coisa”¹⁴⁷.

Assim como ela, as outras mulheres afirmaram que, não fosse a falta de recursos, conseguiriam tirar seu sustento da terra, realidade ainda alcançada, passados mais de cinco anos da criação oficial do assentamento. Segundo Orquídea, para se desenvolver precisaria “primeiro de tudo luz, água. Porque se tivesse água e a luz coisada, acho que ajudaria muito a gente. Porque a gente já começava a produzir as coisas da gente, não tinha época certa da gente produzir”. O plano dela e do marido é se dedicarem ao plantio de hortaliças, mas “aqui a gente não tem como fazer uma horta, porque vai muita água. Porque horta você tem que irrigar de manhã, meio dia e à tarde”¹⁴⁸. Por causa da falta de água, só é possível fazer culturas mais abundantes na época da chuva, como milho e feijão.

As demais colaboradoras também afirmaram que é possível plantar para o consumo da família, mas ainda não conseguem produzir excedentes, por falta de recursos tanto para o cultivo como para o escoamento dos produtos. Caliandra acredita que, quando sair o reconhecimento do Incra, vai conseguir vender suas mercadorias e também gerar empregos para outras pessoas em sua terra.

Então, eu creio que se a gente for reconhecido e realmente trabalhar nisso, a gente vai ter pra vender, pra poder doar também [...] É o que eu bato aqui na tecla... que nós já tem, tipo assim, se o governo reconhecesse, nós já tinha começado, de estar com empregados aí pra tá ajudando a gente. Então assim, eu não posso nem fazer compromisso de empregar alguém, porque, cê sabe

¹⁴⁵ Pergunta: Fale sobre a sua vida antes de vir para o assentamento. Resposta a partir do minuto 00:20, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

¹⁴⁶ Pergunta: Mas a senhora acha que teria que ser uma assistência do governo, um empréstimo, alguma coisa assim? Resposta a partir do minuto 25:51, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

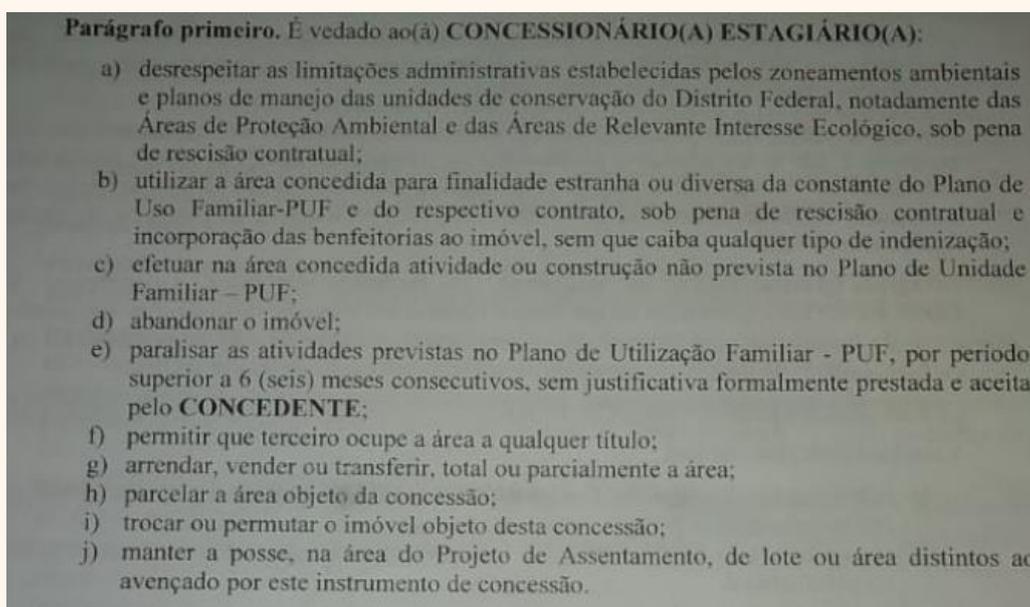
¹⁴⁷ Pergunta: A senhora acha que, se o assentamento começar a prosperar, a senhora pretende ficar aqui, pro resto da vida? Resposta a partir do minuto 14:26, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

¹⁴⁸ Pergunta: E o que você acha, assim, que precisa melhorar aqui no assentamento? Resposta a partir do minuto 19:55, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

como é as regras, né?! (CALIANDRA, 2021).¹⁴⁹

A precariedade em decorrência do problema com o licenciamento ambiental vem aliada às regras do estágio probatório, pelas quais os assentados não podem aferir sua renda fora da terra – com exceção dos benefícios assistenciais, como o Bolsa Família, que Caliandra e Orquídea afirmaram receber – e devem comprovar residência no assentamento. As regras do estágio probatório estão previstas no contrato de concessão assinado por cada assentada. Esse documento não estava disponível no processo disponibilizado pela SEAGRI/DF, mas recebi, via WhatsApp, algumas fotos do contrato da colaboradora Margarida.

Figura 6: Detalhe do Contrato de Concessão de Estágio Probatório



Fonte: Imagem capturada pela colaboradora Margarida e enviada via WhatsApp, em maio de 2021.

Mais uma vez, não fosse o contato com Margarida, não seria possível o acesso a informações como essas, que revelam aspectos das políticas de reforma agrária que tendem a dificultar a permanência dos assentados nas terras adquiridas. Por exemplo, o item “e” previsto no contrato acima menciona que é vedada a paralisação das atividades agrícolas por período superior a seis meses consecutivos, mas a realidade descrita pelas mulheres do assentamento mostra que a falta de recursos, que deveriam ser aferidos

¹⁴⁹ **Pergunta: Cês fazem cesta [de alimentos] pra vender?** Resposta a partir do minuto 11:18, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

mediante as políticas públicas, impede a execução dos planos iniciais.

O mesmo relevo das fontes orais, portanto, deve ser considerado quando se trata do tema da assistência que deveria ser dada pelo Estado aos beneficiários, após o estabelecimento do assentamento. A não concessão de políticas públicas voltadas à agricultura familiar provoca a precariedade do modo de vida de camponesas e camponeses assentados, algo que depois pode ser usado para endossar discursos contrários a esse tipo de reforma agrária, os quais criam imagens negativas sobre trabalhadoras e trabalhadores “sem terra” e alegam o fracasso do empreendimento social no campo.

A precariedade, portanto, é uma das principais características do *Patrícia e Aparecida*, tendo sido muito mencionada nas entrevistas. Essa é também a realidade de muitos outros assentamentos que passam pelo processo probatório, no qual os beneficiários precisam regularizar o uso das terras e ao mesmo tempo buscar formas de sobreviver com a insuficiência das instalações. Nesse interim, muitas famílias acabam desistindo do lote recebido ou precisam burlar as regras do estágio probatório, buscando serviços informais fora do assentamento. Dália, que de todas é a que parecia menos esperançosa com a situação do assentamento, acha que na cidade é mais fácil conseguir emprego e diz que “as mulher aqui [do assentamento] tudo trabalha mais como diarista”¹⁵⁰.

Para Moura (2010), a fase de desenvolvimento dos assentamentos, na qual a permanência na terra ainda não é garantida, os locais podem ser considerados “pré-assentamentos”, devido a existência do acesso à terra, mas sem a concessão das políticas públicas que possam garantir a sobrevivência nela. A situação apresentada pelo autor, pode ser aplicada às camponesas do *Patrícia e Aparecida*.

As famílias entram em uma situação de vácuo. A família se vê e é vista como assentada, devendo responder ao coletivo, à sociedade e aos aparelhos ideológicos do Estado como tal. No entanto, ao não acessar as políticas públicas, a família se encontra em uma situação de insegurança financeira, sempre dependendo do êxito completo da lavoura sazonal e da permanência na área (seja pela conquista definitiva, seja pela não realização de despejo) (MOURA, 2010, p. 39).

O exemplo trazido pelo autor, juntamente com as experiências relatadas pelas

¹⁵⁰ **Pergunta: A senhora trabalha como diarista?** Resposta a partir do minuto 14:49, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

mulheres do *Patrícia e Aparecida* mostram que, não obstante as previsões legais para a aplicação da reforma agrária, ela não existe de fato, considerando a parca quantidade de assentamentos criados e, sobretudo, devido à má qualidade das instalações desses espaços. A mesma mão que oferece a terra aos camponeses é a mão que inviabiliza sua sobrevivência em meio a um mar de latifúndios. Na outra ponta da equação, vemos o aumento da concentração de terras e o uso indiscriminado dos recursos naturais pelo agronegócio. O assentamento *Estrela da Lua* consegue apresentar ainda mais o contraste entre essas duas formas de ocupação da terra na área rural do Paranoá.

2.4.2 – Histórico e atual situação do assentamento *Estrela da Lua*

Conheci o projeto de assentamento *Estrela da Lua* pelo YouTube, através de uma reportagem sobre a produção da farinha de jatobá, realizada pelos assentados¹⁵¹. Me interessei pelo assentamento justamente pelo tipo de economia que estavam buscando construir, a partir da utilização sustentável dos frutos do cerrado. A feitura da farinha de jatobá foi confirmada pelas entrevistadas e Rosa do Deserto explicou como é feito o processo no assentamento.

Aqui, a gente tem as época do *jatobá*, cê sabe, né?! Então, tem que ser na época dele, a gente colhe, faz a farinha, né?! É tudo manual, porque a gente não tem aquele maquinário, né?! A gente colhe ele, né?! Quando tá maduro, e descasca, e leva pro ralo [ralador]. A gente ali rala ele na base da... força bruta, sabe?! (risos). E a gente tira aquele fubá, seca, né?! E a gente já fez aqui um bocado, e sai [vende] tudinho. Pra fazer bolo, torta, e ele é bom pra muita coisa, sabe?! E aqui tem muito *jatobá* (ROSA DO DESERTO, 2021).¹⁵²

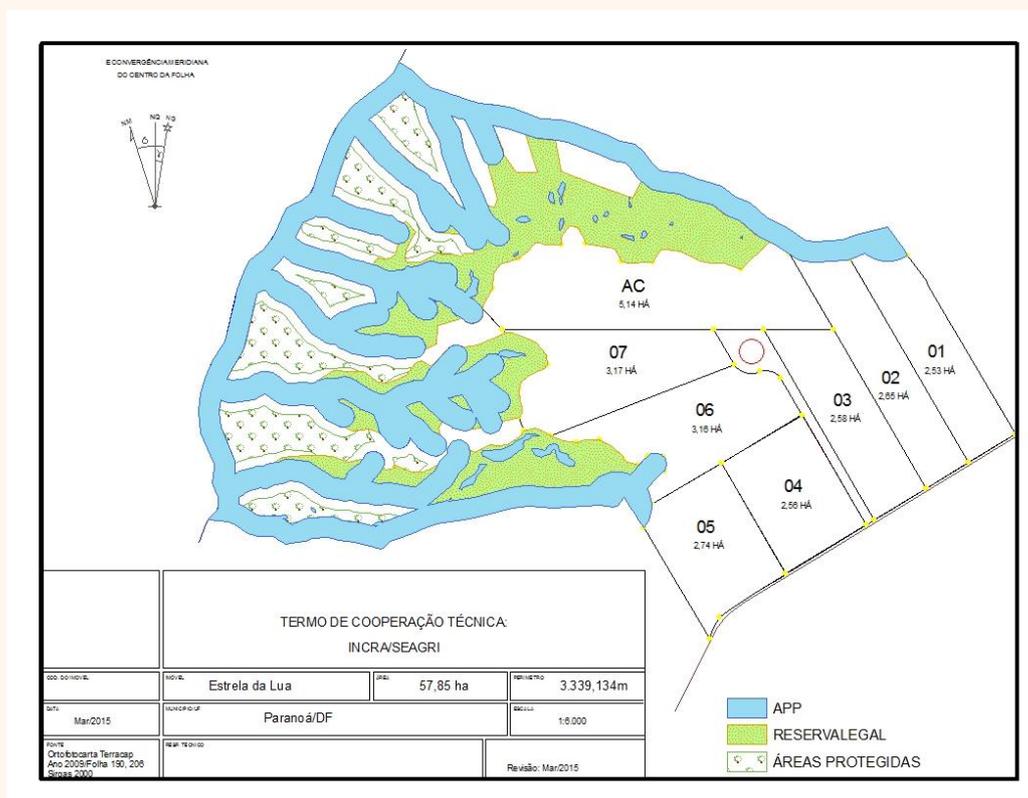
O fruto é nativo do cerrado e existe em abundância no local que abriga o assentamento, o qual é cercado por uma área de reserva, assim como ocorre no *Patrícia e Aparecida*. Todavia, o local é menor que o primeiro assentamento, ocupando um total de apenas 57,8 hectares, parcelados entre sete famílias. Cada lote possui, em média, 2,5 hectares. Considerando essas características do lugar, a área de cultivo à disposição dos assentados é ainda menor, algo mencionado pelo marido de Girassol quando diz que

¹⁵¹ Reportagem disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zENjK7p6yH8>. Acesso em: 22 de julho de 2022.

¹⁵² **Pergunta:** Mas eu não conhecia o assentamento Estrela da Lua. Aí eu vi um documentário que vocês... acho que é Tribuna Rural... tá no YouTube. Fala sobre a produção de uma farinha de jatobá daqui. Cês fazem essa produção? Cê pode me falar um pouquinho como é? **Resposta** a partir do minuto 54:43, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

“nós temos 57 hectares dentro do projeto de assentamento, nós só usamos 17. As outras deixamos para área de reserva legal e APP”¹⁵³.

Figura 7: Mapa do projeto de assentamento *Estrela da Lua*, com a área de preservação



Fonte: SEAGRI/DF, 2022.

O mapa acima mostra a área de reserva e também a distribuição dos lotes ocupados pelas famílias, sendo o lote 01 o de Girassol e o lote 02 de o Rosa do Deserto. Pelo mapa, temos a impressão de que os lotes são bem abertos, em contraste com a área de reserva, que seria coberta pela vegetação nativa. Na verdade, quando visitei o assentamento pela primeira vez, impressionei-me com a quantidade de vegetação preservada também dentro dos lotes, principalmente no de Girassol, o qual contém pés de pequi e jatobá. A mata fechada dos primeiros lotes desse assentamento contrasta com o cenário descampado visto no *Patrícia e Aparecida*.

Não só a vegetação é diferente, mas também o histórico da formação e o quadro de desenvolvimento relatado pelas entrevistadas. A precariedade que caracteriza o

¹⁵³ A fala é uma extensão da resposta à pergunta: **Vocês saíram de lá [do acampamento anterior, *Pôr do Sol*, em Sobradinho] por quê?** Resposta a partir do minuto 16:55, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

primeiro assentamento não foi vista com a mesma intensidade aqui, o que pode ser explicado pelo acesso a determinadas políticas públicas que os assentados do *Estrela da Lua* já tiveram desde que o assentamento foi constituído.

Para compreender a discrepância entre os dois locais, é preciso recorrer ao processo de formação do *Estrela da Lua*, criado também por iniciativa do PRAT, mas em colaboração com o Incra¹⁵⁴, o que pode ter facilitado o reconhecimento dos assentados pelo instituto, tendo em vista que a ação estava prevista no acordo de cooperação técnica entre as entidades (SEAGRI/DF, 2013). Como eu já havia dito, o reconhecimento pelo Incra significa o acesso a determinadas políticas públicas oferecidas somente pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

O Projeto de Assentamento Estadual *Estrela da Lua* foi oficialmente criado pelo Decreto N° 34.986, de 19 de dezembro de 2013, tendo beneficiado somente sete famílias. Contudo, de acordo com as entrevistas coletadas e com o parecer de caracterização das famílias, anexado no processo disponibilizado pela SEAGRI/DF¹⁵⁵, a ocupação do local do assentamento remonta à 2009.

Em janeiro de 2009, cerca de 20 famílias, ligadas ao Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais (MATR), ocuparam a área externa da Fazenda Riacho Fio, localizada na BR-251, Km-13 PAD-DF. Essas famílias são oriundas do acampamento *Renascer*, localizado na Fazenda Sálvia. Atualmente, 10 famílias estão acampadas em condições precárias na estrada em frente à entrada da fazenda, ocupando uma área de aproximadamente 69 hectares (SEAGRI/DF, 2013, grifo meu).

O documento também afirma que a maior parte das famílias assentadas é composta por ex-meeiros/posseiros trabalhadores rurais – assim como no *Patrícia e Aparecida* –, mas que, desde já, havia a pretensão dos acampados em desenvolver um projeto sustentável na área pleiteada, “baseado em práticas agroecológicas e na produção coletiva” (SEAGRI/DF, 2013), sendo este outro fator que pode ter favorecido a concessão do licenciamento ambiental, autorizado ainda em 2013¹⁵⁶.

¹⁵⁴ O primeiro projeto de assentamento criado totalmente no âmbito do Distrito Federal foi o *Patrícia e Aparecida*, em 2016.

¹⁵⁵ Gostaria de mencionar que não obtive acesso a todos os documentos do processo, que estava dividido em quatro partes, diferente do que foi disponibilizado sobre o *Patrícia e Aparecida*. Por exemplo, o RVA (Relatório de Viabilidade Ambiental) do *Estrela da Lua* não estava anexado nas partes autorizadas, apenas alguns documentos que faziam menção a ele.

¹⁵⁶ No mês seguinte à concessão do licenciamento ambiental pelo IBRAM, o Incra fez o reconhecimento do *Estrela da Lua*, de acordo com o OFÍCIO /INCRA/SR (28) /G/N° 1922, assinado em 17 de dezembro de 2013. De acordo com o documento, o instituto ‘considera-se coparticipante do projeto de criação e

A função agroecológica já era então prevista no processo de constituição do assentamento e o trabalho com frutos nativos, como o pequi e o jatobá, tornou-se uma solução econômica de baixo impacto ambiental utilizada pelos assentados, o que acabou caracterizando o *Estrela da Lua* em comparação ao *Patrícia e Aparecida*. Segundo Rosa do Deserto, toda a produção de farinha de jatobá feita “aquela época saiu tudo. A gente tem pedido pro próximo ano” e, além desse produto, também fazem farinha de mandioca, e diz que “o forte mesmo aqui é vender mandioca [...] A gente agora tá quase sem porque vendemo tudo, as que tem é novinha, mas mandioca é muito boa pra sair aqui. Tem gente que vem pegar aqui na roça”¹⁵⁷.

Para o marido de Girassol, o *Estrela da Lua* é um exemplo de como os projetos de reforma agrária conseguem fazer um tipo de agricultura sustentável, em comparação ao modelo hegemônico do agronegócio. Ele afirma que um dos fatores que dificultaram o acesso ao subsídio habitacional que deve ser garantido aos assentados reconhecidos pelo Incra, o PNHR, foi justamente o licenciamento ambiental do IBRAM, visto que não autorizava o desmatamento para a construção da moradia.

Nós provamos pra eles que nós somos produtores de baixo impacto ambiental. Somos pelo contrário, multiplicador de águas. É o que nós fazemos nos projetos de assentamento. Como o *Estrela da Lua* é um exemplo: nós temos 57 hectares dentro do projeto de assentamento, nós só usamos 17. As outras deixamos para área de reserva legal e APP. Então mostramos pra eles que dá pra se trabalhar na agricultura familiar, dá pra se trabalhar dentro da agrofloresta e ser autossustentável na gestão ambiental principalmente. E conseguimos mostrar que hoje a gente necessita da habitação. Então foi concedido pra gente construir uma casa de 60 metros², dentro do projeto do PNHR [Programa Nacional de Habitação Rural]. Com muita luta, muita perseverança. Ficamos dois anos enterrado aí, na autorização do IBRAM, pra que venha dar dignidade. E eu fico pensando as vezes, nós dos movimentos sociais, não podemos suprimir uma vegetação. Os grandes produtor não, eles metem trator, destroem nascentes, destroem córregos e nada foi feito, nenhuma penalidade (GIRASSOL, 2021).¹⁵⁸

O posicionamento dele define a agroecologia como algo que vem dando certo no assentamento, contudo, também demonstra que a alternativa sustentável é uma

reconhecerá os projetos de assentamento com finalidade de implantação de políticas públicas pelo PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária do MDA/JNCRA” (SEAGRI/DF, 2013).

¹⁵⁷ **Pergunta: Mas eu não conhecia o assentamento Estrela da Lua. Aí eu vi um documentário que vocês... acho que é Tribuna Rural... tá no YouTube. Fala sobre a produção de uma farinha de jatobá daqui. Cês fazem essa produção? Cê pode me falar um pouquinho como é?** Resposta a partir do minuto 54:43, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

¹⁵⁸ A fala é uma extensão da resposta à **pergunta: Vocês saíram de lá [do acampamento anterior, Pôr do Sol, em Sobradinho] por quê?** Resposta a partir do minuto 16:55, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

imposição governamental que cria impedimentos até mesmo para a construção de moradias, precarizando a situação dos assentados. Por outro lado, as mesmas restrições não são aplicadas aos grandes proprietários, cujo desmatamento e o uso dos recursos naturais parece desregrado. Para demonstrar esse contraste, na imagem abaixo, podemos ver o assentamento (em destaque) cercado pela reserva de um lado e por lavouras de monocultura de outro.

Figura 8: Imagem de satélite do assentamento *Estrela da Lua* (Paranoá-DF)



Fonte: earth.google.com. Acesso em: 11 de julho de 2022.

Não suficiente a desigualdade com relação ao acesso aos recursos, a degradação provocada pelo agronegócio também afeta diretamente o assentamento. De acordo com Girassol, o fazendeiro vizinho “desmatou tudin aqui e tampou uma mina [d’água] bem aqui no lago. Cansei de tomar banho [na mina], cansei de pegar água pra beber”¹⁵⁹. Além de secar a nascente, ela menciona o problema do uso de agrotóxicos, que afeta também o seu lote, pois “as plantas aqui que eu planto, em si morre... fica tudo amarela, porque a química dele vem pra cá. Eu fico ruim, eu fico com dor de cabeça, acho que, uns quinze dias direto, por causa da química vem todinha pra cá”¹⁶⁰.

A realidade descrita por Girassol pode ser aplicada a outras pequenas propriedades vizinhas de fazendas de monoculturas que tendem a monopolizar os

¹⁵⁹ Extensão da pergunta anterior.

¹⁶⁰ **Pergunta: O movimento MATR... Ele é de Brasília? Ele é nacional?** Resposta a partir do minuto 26:23, da gravação de áudio registrada em 02 de julho de 2021.

recursos naturais e utilizam defensivos agrícolas. De acordo com Gomes (2019), o aumento da concentração de terras nos últimos anos, bem como o crescimento das exportações de soja, milho e outras monoculturas confirmam a disposição de recursos aos grandes fazendeiros, sem falar no uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes e sementes geneticamente modificadas. Ao contrário do baixo impacto ambiental de assentamentos como o *Estrela da Lua*,

a expansão do agronegócio no Brasil se distancia de caminhos que visam à sustentabilidade dos recursos naturais, em função das suas atividades provocarem a degradação física e a contaminação do solo, por meio de manejos intensivos e uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes, que podem comprometer a qualidade das águas dos sistemas hídricos, incluindo mananciais, nascentes e as águas subterrâneas (GOMES, 2019, p 71).

Ao mesmo tempo em que há muitas terras disponíveis para o agronegócio, os assentados do *Estrela da Lua* têm dificuldade para desenvolver a agricultura até para o próprio sustento. O relato de Rosa do Deserto demonstrou como as restrições ambientais atrapalham o desenvolvimento da agricultura em seu lote. Segundo ela, já existem muitos gêneros alimentícios disponíveis, como a mandioca, o amendoim e os frutos de seu pomar, mas ela ainda precisa comprar alguns alimentos no supermercado, como o milho e arroz, cujas lavouras exigem mais espaço aberto.

Nós só tá precisando é de espaço. Porque aqui a gente quase não tem roça. Se a pessoa chegar aqui vai falar: - “Nossa! Esse povo é preguiçoso”. A gente tem um foquin de roça ali, tem um foquin ali, porque a gente não teve autorização ainda pra desmatar pra plantar, porque o cerrado é assim, quanto mais você preservar, o mato, melhor, né?! Mas a gente também precisa plantar, né?! [...] Ainda não temo aquela roooooça, que é o sonho da gente, né?! De plantar. Plantar um milho, plantar umas coisa assim que a gente mais necessita. Porque, se você tiver um porco, galinha, qualquer bicho, cê tem que ter coisa pra alimentar eles. E comprar, não vale a pena, tá muito caro (ROSA DO DESERTO, 2021).¹⁶¹

O relato de Rosa do Deserto mostra que o manejo sustentável dos frutos do cerrado pode não ser exatamente uma solução escolhida para resolver os problemas produtivos do assentamento, mas sim uma alternativa induzida pela questão ambiental. A distribuição e uso do espaço no *Estrela da Lua* remete novamente ao problema do padrão de terras disponibilizadas à reforma agrária. Muitas vezes, quando não são já degradadas e de difícil cultura, como é o caso do *Patrícia e Aparecida*, são áreas de

¹⁶¹ **Pergunta: Então vocês têm várias coisas que vocês conseguem comercializar, no assentamento?**
Resposta a partir do minuto 56:48, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

proteção ambiental, cujas restrições dificultam o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Ainda que existam esses problemas com relação ao uso da terra, o *Estrela da Lua* está mais desenvolvido em vários aspectos do que o *Patrícia e Aparecida*, tanto que as duas entrevistadas se mostraram menos insatisfeitas com o que já construíram até o momento do que as mulheres do assentamento anterior. O acesso às políticas públicas do PNRA e outras à nível distrital melhoraram a estrutura do assentamento, ainda que os assentados não participem atualmente de programas de fortalecimento da agricultura familiar, como o Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em 2020, os assentados foram contemplados com a instalação de um sistema de energia fotovoltaica¹⁶² para a produção de energia destinada à irrigação (figuras 9 e 10); e, em 2021, receberam a primeira parcela do PNHR, creditada precisamente no dia em que fui entrevistar Girassol. Segundo ela, o recurso demorou a ser creditado e só foi obtido pelas pressões feitas pelos assentados, amparados pelo MATR. Enquanto ela cuida da manutenção do lote, o marido cumpre a função de cobrar a execução das políticas públicas no assentamento.

Ele [o marido] não tem quase tempo nenhum, quem toca é eu [o assentamento]. O que eu dou conta eu toco. Então isso aí é muito bom, os dois tá junto, né?! Tem hora que eu reclamo com ele, mas... Tem hora que a cabeça falha, tem hora que ela cai na real, porque se ele não correr lá fora, quem vai correr?! Que nem esse dinheiro que caiu hoje aí, né?! Não vai cair do céu, tem que ter muita articulação, tem que ter muito conhecimento, e perseverança, se não, não vem não, porque não veio. Tem quantos anos que nós tamo aqui, amor? (pergunta ao marido) (GIRASSOL, 2021).¹⁶³

A resposta do marido à sua pergunta explica do que se trata o PNHR, creditado naquele dia, e também menciona a importância dos movimentos sociais para a consecução de direitos já garantidos.

Então, esse recurso na verdade, ele foi disponibilizado em 2014. E foi creditado lá na conta do Incra, um valor de 1 bi [bilhão], e de lá pra cá veio, né?! O retrocesso que nós tomamos aí, com o impeachment, por uma suposta

¹⁶² O projeto é derivado de uma emenda parlamentar da deputada distrital Arlete Sampaio (PT). A reportagem sobre a instalação está disponível em: <http://agrobrasil.com.br/noticia/sistema-de-irrigacao-com-energia-solar-comeca-a-ser-instalado-no-assentamento-estrela-da-lua>. Acesso em 23 de julho de 2022.

¹⁶³ A fala é uma extensão da resposta à pergunta: **Vocês saíram de lá [do acampamento anterior, *Pôr do Sol*, em Sobradinho] por quê?** Resposta a partir do minuto 16:55, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

pedalada fiscal que meses depois foi provado que era tudo balela e aí bloquearam os recursos. E aí nós descobrimos mais uma vez que tinha como canalizar e fomos pra cima [...] E aí conseguimos esse feito de, prazo de dois meses, liberar mais de 600 casas no Distrito Federal. Então, pra nós enquanto movimento social, foi resistência. E nós persistir na resistência, porque não é fácil nós viver numa área, ter as políticas públicas liberada e só simplesmente uma caneta e dizer que não porque o cara é de direita e não é de esquerda.

Pelo discurso dele, percebemos que se trata de uma pessoa que, devido ao contato direto com os movimentos sociais do campo, está ciente das políticas públicas que devem ser garantidas aos assentados e, por isso, consegue colaborar com a liberação de algumas delas no assentamento. A mesma iniciativa política não aparece nas falas das mulheres do *Patrícia e Aparecida*, tanto que nenhum desses recursos foi disponibilizado também nesse assentamento.

Figuras 9 e 10: Instalação de energia fotovoltaica no assentamento *Estrela da Lua*.



Fonte: Arquivo Pessoal. Registro feito por mim no dia da entrevista, em 02 de julho de 2021

Além do direcionamento agroecológico do assentamento, o qual aparentemente tem beneficiado os assentados desde a formação, há também a importância da ação coletiva entre os moradores e a presença ativa do MATR, representado pelo marido de Girassol. Tanto ela, quanto Rosa do Deserto confirmaram a importância dessa atividade para a aquisição de direitos já conquistados, mas segundo o marido de Girassol, “as

políticas públicas que é direito e dever do Estado, não se cumpre”¹⁶⁴ na atual conjuntura política do Brasil, tendo em vista que o atual governo federal criminaliza os movimentos sociais do campo e da floresta (BRAUN, 2020 *apud* SABOURIN, 2010, p. 5).

O desmonte de políticas públicas, de acordo com os pesquisadores Sérgio Pereira Leite e Erick Sabourin (2022), é um processo que vem ocorrendo desde o governo Temer e tem sido impulsionado por interesses políticos e econômicos de determinados grupos, dentre os quais os representantes do agronegócio. Sabourin (2021, p. 5), traz como exemplos desse desmonte “a desregulação das concessões de reforma agrária, das reservas ambientais e indígenas com vista a expulsão das comunidades e povos tradicionais e assim a consequente privatização e exploração dessas terras”.

Nesse cenário, os movimentos sociais do campo precisam atuar não só pela conquista de direitos, como pela pressão em favor da concessão do que já foi garantido. Girassol, tem consciência de que “o governo sabe da gente, mas ele não olha pra gente. [...] E se a gente tá conseguindo é porque a gente tá indo pra cima mesmo”¹⁶⁵. Assim como o marido, ela frequenta espaços de luta camponesa, ainda que esteja hoje mais a cargo do assentamento, sobretudo após o atentado que a fez perder um olho. Em relação ao trabalho rural, “ele [o marido] não tem quase tempo nenhum, quem toca é eu. O que eu dou conta eu toco”¹⁶⁶. No momento, ela se dedica à criação de animais e à produção de plantas ornamentais conhecidas como *suculentas*. No dia da entrevista de Rosa do Deserto, ambas estavam participando de um curso de construção e manutenção de estufas, oferecido pela Emater/DF.

Em resumo, podemos constatar que a celeridade na concessão do licenciamento ambiental e, por conseguinte, o acesso às políticas públicas deixaram a estrutura do assentamento *Estrela da Lua* mais propícia ao desenvolvimento da agricultura familiar do que as famílias do outro assentamento visitado, ainda que as restrições ambientais dificultem o cultivo de lavouras maiores. A participação ainda ativa dos assentados junto ao MATR contribuiu para a consecução de algumas políticas públicas já garantidas, porém postergadas pelos órgãos governamentais, como é o caso do PNHR.

¹⁶⁴ A fala é uma extensão da resposta à **pergunta: Vocês saíram de lá [do acampamento anterior, Pôr do Sol, em Sobradinho] por quê?** Resposta a partir do minuto 16:55, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

¹⁶⁵ Extensão da pergunta anterior.

¹⁶⁶ Extensão da pergunta anterior.

A participação ativa da família de Girassol nos movimentos sociais do campo teve reflexos não só na situação política e econômica atual do assentamento *Estrela da Lua*, mas também em sua trajetória pessoal enquanto mulher camponesa, podendo ela ser um exemplo do quanto esses espaços de luta modificam as percepções de homens e mulheres com relação aos papéis de gênero historicamente construídos entre camponesas e camponeses.

CAPITULO 3

AS RELAÇÕES DE GÊNERO CAMPONESAS A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES DOS ASSENTAMENTOS

PATRÍCIA E APARECIDA E ESTRELA DA LUA

Era uma tarde quente e seca no assentamento *Patrícia e Aparecida*. Nós duas estávamos sentadas do lado de fora da casa, no alpendre que abrigava o forno e o equipamento rudimentar de triturar a mandioca. Observo o entorno e crio em minha mente as imagens da feitura da farinha de mandioca, conforme Orquídea vai fazendo a descrição. Ela conta como aquele processo, o qual ela e o marido preservaram no assentamento, era feito em sua infância, na Bahia, na roça dos pais, mediante um trabalho de cooperação entre homens e mulheres.

As mulher ficava na casa de farinha rapando [descascando a mandioca] e os homem ia pra roça arrancar [...] Quando a mulher terminava de rapar, de tirar as cascas, o homem serrava, botava nesse coisa ae [apontou para o equipamento rudimentar de triturar a mandioca], serra nele [...] Aí lá na Bahia, até aqui também, tem o (trecho incompreensível) as mulher passa a massa, pra tirar o polvilho, aí o homem já fica com a parte de prensar de botar a massa no forno, de colocar pra fazer a farinha [...] Lá, [na Bahia] eles vão arrancando e tem tempo que a gente vai ajuntando, por exemplo, aqui na casa de farinha, quando meu marido tá arrancando ou o pai dele, eles lá tá arrancando aí a minha cunhada e a, a mãe dele vai para lá ajuntar e eu tô aqui começando fazer comida [...] Comida, nessas horas sempre sobra pra mulher (risos), não sei porque sobra, sempre sobra (ORQUÍDEA, 2021).

Deixei a casa de Orquídea, naquela tarde proveitosa, com o saco de goma que ganhei, lembrança de sua última produção de farinha de mandioca, e com a constatação de um mundo pautado pela fixação de papéis sociais aos homens e às mulheres, lembrança da infância de uma camponesa da Bahia e, ao mesmo tempo, do Distrito Federal. A farinha de mandioca me mostrou um mundo rural marcado pelo gênero.

3.1 Análise de gênero nos contextos camponeses

Tentei demonstrar até aqui o quanto as entrevistas podem suscitar reflexões sobre aspectos da vida camponesa constituída antes, na infância das colaboradoras, e depois, com elementos conservados e ressignificados nos assentamentos. Os mutirões de fazer farinha de mandioca, já mencionados nos capítulos anteriores como um

elemento fundamental da sociabilidade camponesa, figuram agora como uma demonstração de como ocorre a divisão de papéis entre homens e mulheres nesse tipo de sociedade rural. Portanto, podemos observar esse fenômeno social também a partir da categoria de *gênero*, que será sustentada a partir das contribuições teóricas de Joan Scott, Judith Butler, Tereza de Lauretis e outras pensadoras que percebem o gênero como formação histórica e cultural.

Para Antônio Cândido (2017), toda a vida social dos seres humanos, de alguma forma, organiza-se em função da obtenção de alimentos, logo, “os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das ‘reações culturais’ desenvolvidas por estímulo das ‘necessidades básicas’” (CÂNDIDO, 2017, p. 33). No caso das relações sociais constituídas por grupos camponeses, a proeminência dos esforços de uma unidade familiar ou de um grupo de vizinhos – como é o caso dos mutirões – em função da obtenção de alimentos para a subsistência, pode dissimular elementos de opressão reproduzidos durante o processo, como é o caso da subordinação de um gênero pelo outro.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado a outras situações, nas quais uma organização social a favor de determinado interesse mútuo, menospreza outras desigualdades que abalam o coletivo. Temos como exemplo a filosofia marxista, na qual a ontologia da luta de classes repelia o debate sobre outros problemas que afetavam a vida prática dos sujeitos. Monique Wittig (2019) afirma que, na lógica marxista, aqueles que se desviassem da causa proletária principal, a luta de classes, poderiam ser taxados de “burgueses” ou “individualistas”. No caso das desigualdades entre homens e mulheres, o fato de terem sido – e ainda serem em muitos círculos – consideradas consequências naturais da biologia dos corpos, dificultava sua aceitação como causa política, sobretudo entre os homens, a classe privilegiada da equação.

Para as mulheres, o marxismo teve dois resultados. Ele as impediu de perceberem que eram uma classe e, portanto, de se constituírem como classe durante muito tempo, deixando a relação “homens/mulheres” fora da ordem social, transformando-a em uma relação natural – sem dúvida para os marxistas, a única, junto com a relação entre mães e filhos, a ser vista dessa maneira – e ocultando o conflito de classe entre homens e mulheres atrás de uma divisão natural do trabalho (WITTIG, 2019, p. 90).

A categoria de gênero começou a ser usada pelas pensadoras feministas com o intuito de demonstrar que as distinções sociais entre homens e mulheres não são

naturais, mas históricas, e podem ser percebidas nos mais diversos espaços. Para Joan Scott (1990), recorrer ao gênero nas análises históricas deve ir além dos temas sobre sexualidade e feminismo; deve amparar estudos sobre os mais diversos assuntos, inclusive aqueles tradicionalmente masculinizados, como a política, a economia e a guerra, pois as realidades das quais os grupos humanos fazem parte podem estar ancoradas por no mínimo três indicadores de distinção: gênero, classe e raça. Segundo a autora, as duas últimas categorias já são recorrentemente utilizadas nos estudos históricos, mas o gênero ainda permanece vinculado aos estudos feministas.

Num certo sentido, a história política tem sido jogada no terreno do gênero. Trata-se de um terreno que parece fixo, mas cujo significado é contestado e está em fluxo. Se tratamos a oposição entre homem e mulher como problemática e não como conhecida, como algo que é contextualmente definido, repetidamente construído, então devemos constantemente perguntar não apenas o que está em jogo em proclamações ou debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também como compreensões implícitas de gênero estão sendo invocadas ou reinscritas (SCOTT, 1990, p. 93).

No caso dos mutirões de fazer farinha de mandioca, as mulheres camponesas, assim como os homens, participam do processo, mas cada qual com tarefas tradicionalmente definidas. Eu perguntei à Orquídea por que ela achava que o processo ocorria daquela forma. Primeiro, ela respondeu que seria “mesmo pro trabalho ir adiante, porque, se, por exemplo... se a mulher for pra roça e chegar na casa de farinha, e o homem ainda... e ir arrancar a mandioca, não vai dar tempo”¹⁶⁷. Eu refiz a pergunta, pois o intuito era que ela pensasse no porquê de só os homens fazerem determinadas tarefas, como arrancar a mandioca. Ela, então, disse que “não. Mas aqui [no assentamento] vai, porque aqui já é mais pouco, porque lá [na Bahia] eles tão rancando aí tem tempo que a gente vai ajuntando”¹⁶⁸. Aparentemente ela quis dizer que o serviço de arrancar a mandioca é mais pesado, como quando afirmou, em outro momento, que os irmãos homens ficavam com a parte de arar a terra na Bahia, porque “lá plantava, aí a mulher colhe”¹⁶⁹, ainda que hoje ela pense que o trabalho de plantar também possa ser feito por elas, “tem mulher que capina e tem outras que não capina, que não aguenta,

¹⁶⁷ Pergunta: Mas você acha que essa divisão de tarefas é porque, é só pra ajudar, pra otimizar o trabalho, ou porque tem umas coisas que o homem acha que tem que fazer e que a mulher tem que fazer? Resposta a partir do minuto 42:58, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

¹⁶⁸ Pergunta: Mas a mulher não faz o serviço de arrancar a mandioca? Resposta a partir do minuto 43:28, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

¹⁶⁹ Pergunta: Mas, assim... Tinha os irmãos, e as irmãs. Você acha que, quem trabalhava mais na terra, assim? Resposta a partir do minuto 08:51, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

né?!”¹⁷⁰. Por essa lógica, os homens arrancavam a mandioca ou aravam a terra porque eram operações que exigiam mais força; por outro lado, as mulheres ficavam com a parte de descascar a mandioca ou colher os alimentos, por serem atividades mais “leves”.

A linha de pensamento adotada por Orquídea nos leva a um ponto que, em uma sociedade de viés patriarcal, tende a justificar a divisão de papéis entre homens e mulheres: *a biologia*. A partir dela, grosso modo, conclui-se que os homens são fisicamente mais fortes do que as mulheres e, por isso, realizam atividades como a caça e o plantio. As mulheres, nessa divisão, ficariam responsáveis pelos trabalhos mais “leves” como a coleta e o preparo de alimentos, bem como o cuidado com os filhos, considerado um atributo “natural” delas em decorrência da concepção.

Se homens e mulheres como integrantes da cultura estão submetidos às mesmas convenções sociais, ainda que com papéis distintos, a mulher é por assim dizer capturada uma segunda vez na malha de uma suposta naturalidade. Na medida em que a família implica um ordenamento das funções sexuais e reprodutivas e uma divisão sexual do trabalho, o cuidado com a prole é sempre destinado às mulheres e este se situa para além do papel propriamente reprodutivo, mas ainda assim recebe uma carga simbólica de atributo pré-social da condição feminina (HEILBORN, 1992, p. 5).

As primeiras teorias feministas que passaram a contestar a desigualdade entre homens e mulheres nas sociedades burguesas, tendiam a se pautar pela associação entre biologia e diferença sexual, na qual os papéis sociais seriam uma extensão das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Linda Nicholson (2000) afirma que, entre as décadas de 1960 e 1970, a maioria das feministas acreditavam na existência de fenômenos biológicos universais que diferenciavam homens e mulheres em qualquer sociedade. Nessa perspectiva, o gênero figurava como “um constructo abstrato, um princípio de classificação que emerge da observação do real, isto é, da natureza: diferenciação sexual do reino animal e vegetal” (HEILBORN, 1992, p. 4), algo que, portanto, não mudaria de acordo com o contexto.

Joan Scott afirma que o termo gênero começou a ser utilizado pelas feministas norte-americanas para indicar “uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (1990, p.72). Nessa perspectiva

¹⁷⁰ **Pergunta: E por que você acha que tinha essa divisão?** Resposta a partir do minuto 10:04, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

inicial, o gênero aparece como uma “interpretação múltipla do sexo”, enquanto que o sexo permanece fixo e essencialmente binário (masculino ou feminino). Essa relação entre sexo e gênero foi contestada por feministas pós-estruturalistas, dentre as quais Judith Butler, mas é comum que a associação ainda seja feita pelo senso comum, pois a sociedade ocidental foi normatizada por esse padrão.

Levada em seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre os corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos (BUTLER, 2003, p. 24).

A resposta dada por Orquídea, sobre o porquê de a divisão nos mutirões ser feita sempre daquela forma, serve de exemplo da teoria defendida acima, que relaciona sexo e gênero, quando ela deduz que as mulheres devem fazer sempre as tarefas mais “leves”, pois geralmente elas não conseguiriam capinar ou arrancar a mandioca, “ainda que tem mulher que capina”. O desvio à regra admitido pela distinção entre sexo (elemento natural) e gênero (elemento cultural) não é inicialmente considerado em uma sociedade que tradicionalmente faz uso da divisão sexual de tarefas, considerando as necessidades coletivas do grupo e não as vontades ou capacidades subjetivas. Como veremos adiante, a relação entre sexo e gênero, numa perspectiva pós-estruturalista, deve considerar também a experiência subjetiva dos corpos.

Em seu trabalho com os caipiras paulistas, Antônio Cândido (2017) já havia registrado divisão sexual de trabalho semelhante à relatada por Orquídea, o que sugere semelhanças entre aspectos tradicionais do trabalho de camponeses na Bahia ou em São Paulo. O etnólogo confirma que as mulheres também participavam do trabalho agrícola, mas com restrições com relação ao tipo de atividade.

Assim é que elas manejam todos os instrumentos, mas não o arado, privativo dos homens. A limpa do milho é feita por homens e mulheres; a colheita, apenas por eles. No feijão, uns e outros plantam, limpam e colhem; mas a malhação é feita por eles. Uns e outros plantam, limpam e colhem o arroz; ainda aqui, porém, a malhação é tarefa masculina. No algodão, no café, na horta, no tratamento da criação, as tarefas são comuns. Nas roçadas, geralmente as mulheres só trabalham nas glebas fáceis (CÂNDIDO, 2017, p. 142).

No caso exposto acima, temos uma divisão motivada não só pela força, mas pelo manejo dos instrumentos. O arado, que não era utilizado pelas mulheres, foi descrito

pelo autor como um equipamento que nem todos os camponeses dispunham, tendo que pedir emprestado muitas vezes, por isso, “sua posse costuma denotar melhor situação econômica” (CÂNDIDO, 2017, p. 142). O manejo do arado, muito importante no trabalho e que envolve a utilização de animais de porte, como cavalos e bois, pode demonstrar a existência de uma hierarquia social entre os gêneros. Lembro-me de Caliandra mencionar que, na infância, ela e os irmãos eram “como se fosse os arado do meu pai”¹⁷¹, o que sugere a importância desse equipamento para os camponeses e, ao mesmo tempo o controle dele pelo pai. Margarida reforça a associação do equipamento à figura masculina ao dizer que, no assentamento, na ausência de um trator (equipamento moderno equivalente), o marido “tá fazendo o trator [improvisando um trator] pra gente fazer o... pra gente roçar e tudo mais”¹⁷².

O desvio da regra da força física para a exclusividade no manejo das ferramentas de trabalho invalida a justificativa biológica na atribuição dos papéis, pois simboliza a hierarquia na distribuição de papéis motivada muito mais pela relevância social de determinadas tarefas naquela sociedade, como o preparo da terra, responsabilidade dos homens; na outra ponta, o trabalho reprodutivo – que, muitas vezes, nem é reconhecido como trabalho –, sendo menos prestigiado socialmente, ficaria à cargo das mulheres¹⁷³.

Lógica semelhante aparece continuação da fala de Orquídea sobre a produção de farinha de mandioca. Conforme avança, ela menciona um outro serviço feito pelas mulheres: a de prensar a goma para obter o polvilho. Na divisão, essa tarefa era sempre das mulheres, logo, eu supus que se tratava também de um serviço “leve”, o que foi contraposto por ela.

Ah, minha irmã, né fácil não! Porque, eu aqui, a gente tira, tem vez que meu marido também tira o polvilho. Tem vez que [ele diz]: - “Não aguento mais não, dá dor nas costas”. Porque a gente bota no saco e torce ele, na mão. Não é fácil não, é difícil. Por exemplo, quando a gente vai fazer mesmo pro primeiro dia, o pulso abre. Dói muito, pra tirar o polvilho. Então não é fácil

¹⁷¹ Pergunta: **É só... fala uma coisa pra mim, você disse que você começou a trabalhar... desde criança você já trabalhava na roça, né?! E você... quais as atividades que você se lembra de fazer, desde criança?** Resposta a partir do minuto 15:11, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

¹⁷² Pergunta: **Mas você diria que a terra já consegue suprir o seu sustento no momento?** Resposta a partir do minuto 29:58, do áudio registrado em 03 de maio de 2021.

¹⁷³ Pelas entrevistas não foi possível perceber se a maternidade ou outras funções reprodutivas eram vistas como um fardo pelas mulheres entrevistadas, pois não foram feitas perguntas diretas a esse respeito. O que tento demonstrar com a análise é que determinadas atribuições de papéis de gênero eram naturalizadas no passado e ainda são, em larga medida, no presente.

não (risos) (ORQUÍDEA, 2021)¹⁷⁴.

O fato de essa ser também uma tarefa que exige força e comumente só as mulheres a realizam, demonstra que a percepção de papéis de gênero nessa sociedade justifica-se muito mais por uma questão de ordenamento social, do que simplesmente pela constatação das diferenças biológicas dos corpos. Quando perguntei às entrevistadas por que determinados papéis eram realizados sempre pelas mulheres, sobretudo o doméstico, elas simplesmente constataram “que não sabem” ou porque “sempre foi dessa forma”, o que revela uma continuidade de práticas entre as gerações. A repetição contínua desses papéis na sociedade patriarcal conferiu a eles uma noção de naturalidade (BUTLER, 2003), o que torna a justificação pela biologia ainda uma forma recorrente de pensamento.

Percebe-se, então, que não basta concluirmos a existência das diferenças de gênero, mas é preciso questionar como e por que elas ocorrem. A problematização colocada por pensadoras como Heilborn (1992) é importante até certo ponto, quando reconhecem que “por intermédio de certos mecanismos ideológicos, a função feminina, determinada pela especialização biológica dos corpos, tende a ser estendida a outros campos” (HEILBORN, 1992, p. 5). Contudo, essa perspectiva é problemática, pois, ao associar sexo e gênero pressupõe a existência de atributos universais de mulheres e homens, determinados simplesmente pela biologia dos corpos, tendência um tanto estática, pois, ainda que desnaturalize os atributos de gênero, não pressupõe sua desconstrução, visto que “o conceito de ‘sexo’ colaborou com a ideia da imutabilidade dessas diferenças e com a desesperança de certas tentativas de mudança” (NICHOLSON, 2000, p. 2). Pensadoras como Linda Nicholson e Judith Butler contestam essa premissa ao defenderem que o sexo, assim como o gênero, não deve ser colocado numa posição “pré-discursiva”, portanto,

não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (BUTLER, 2003, p. 25).

O ponto de vista trazido acima pressupõe que tanto o gênero quanto o sexo são

¹⁷⁴ **Pergunta: Mas é mais fácil o trabalho [de pensar a goma]?** Resposta a partir do minuto 49:23, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

inscritos cultural e historicamente nos corpos, não dados naturais. Para Butler (2003, p. 59), a identidade de gênero não é uma substância, mas “um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. A identidade de gênero – constituída pela relação entre sexo, gênero e sexualidade de forma subjetiva e histórica –, assim como outras formações identitárias, são fixadas por discursos hegemônicos reguladores que buscam conferir a elas a ilusão de naturalidade.

Em seus estudos sobre identidade, Tomaz Tadeu da Silva (2014) afirma que a identidade e a diferença são relações sociais, produzidas discursivamente pelos grupos que detêm o poder para representa-las e também para fixa-las. O processo de fixação é, deste modo, coercitivo, pois, ao normatizar (naturalizar) determinadas identidades, exclui outras possibilidades.

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser vistas de forma negativa. A identidade “normal” é natural, desejável, única (SILVA, 2014, p. 83).

Por outro lado, ao admitirmos que as identidades são formações discursivas e não dados naturais, abrimos caminho para sua desconstrução. Butler (2019), ao conceber as identidades de gênero muito mais como *atos performáticos*, que devem ser constantemente repetidos para que tenham eficácia, abre margem para que essa repetição seja questionada, “o que pode significar também a interrupção das identidades hegemônicas” (BUTLER, 1999 *apud* SILVA, 2014, p. 95).

Esse tipo de perspectiva sobre a formação cultural das identidades é muito influenciado pela filosofia de Michel Foucault (1996), que prevê as estruturas sociais não como dados objetivos, mas como formações discursivas entremeadas por relações de poder. Como os discursos são para ele formados por sistemas de classificação excludentes, logo, as categorias de identidade também o são, visto que não conseguem representar a diversidade de grupos e pessoas (MACLAREN, 2016, p. 156).

Assim como Butler, Tereza de Lauretis (2019) se vale do pensamento foucaultiano sobre a inscrição discursiva da sexualidade ao propor uma nova forma de perceber o gênero. Segundo a autora, a categoria de gênero deve ser concebida “não

apenas pela diferença sexual” ou “na experiência das relações de sexo, mas também nas de raça e de classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido” (LAURETIS, 2019, p. 123). Para Margaret A. MacLaren (2016), ainda que Foucault não pontue as distinções específicas de gênero em seus trabalhos, sua definição de que o corpo “não é simplesmente dado, mas culturalmente constituído como ‘o campo de inscrição de códigos sociossimbólicos’ presta-se particularmente bem para mostrar como as normas de gênero são corporificadas” (MACLAREN, 2016, p. 123).

Outro elemento fundamental do pensamento de Foucault que se vincula à forma de perceber o gênero sustentada por Butler e Lauretis é a negação dos essencialismos inerentes à tradição humanista europeia. O filósofo rejeita “o que chama de ‘universais antropológicos’, ou seja, alegações sobre o homem ou a natureza humana que sejam não históricas ou alegam universalidade” (MACLAREN, 2016, p. 35). A recolocação do gênero como uma construção histórica e subjetiva rompe com as noções ontológicas de “homem” e “mulher” e contraria os determinismos implicados nas primeiras teorias feministas, interessadas em criar um instrumento político a partir universalização da categoria de “mulher”, a qual prevê a definição arquetípica das mulheres a partir da mesma opressão patriarcal.

As pensadoras feministas ocidentais, ao pautarem-se pela crença na existência de um “patriarcado universal” não resolveram o problema da construção histórica das desigualdades de gênero e estavam ancoradas numa forma de pensar essencialista, aos moldes da mesma epistemologia ocidental que sustentava uma suposta proeminência dos homens sobre as mulheres¹⁷⁵. O apego à noção de “patriarcado universal” como condição essencial definidora da opressão de todas as mulheres, obscurecia a historicidade dessa construção teórica feminista, pautada na análise sociedade ocidental, burguesa.

A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos

¹⁷⁵ No ensaio *A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista*, Sandra Harding (2019) propõe uma discussão sobre o pensamento científico que formou a sociedade ocidental, forjado por homens brancos, cujos conceitos e métodos analíticos moldaram até mesmo as primeiras teorias feministas. Um dos questionamentos centrais do texto é se essa ciência pode ser modificada em prol de uma epistemologia neutra, que consiga abolir as discrepâncias de gênero ou se essa ciência é, em si mesma, um obstáculo à construção de saberes emancipados. No último caso, se faz necessária a busca por “ciências alternativas”, que inclusive vão de encontro aos anseios dos grupos não-ocidentais de estabelecerem novas formas de pensamento para analisar sua própria experiência.

recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe [...] A urgência do feminismo no sentido de conferir um status universal ao patriarcado, com vistas a fortalecer [a] aparência de representatividade das reivindicações do feminismo, motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres (BUTLER, 2003, pp. 20-21).

Essa perspectiva traz algumas inconsistências. A primeira, como já foi dito, é a pretensão de universalidade aos moldes do humanismo que prevê a existência de um homem universal. Da mesma forma, então, existiria um sujeito feminino universal, ontológico, definido pela opressão patriarcal. Esse essencialismo tem como consequência um segundo problema, o da não contextualização das experiências das mulheres. Butler (2003) considera que, a defesa da “coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto de mulheres” (BUTLER, 2003, pp. 34-35).

Mesmo que a insistência em uma categoria ontológica de “mulheres” possa ser vista como uma estratégia política feminista (BUTLER, 2019), a aplicação universalizante da categoria de mulheres, portanto, tende a reificar e naturalizar atributos de gênero construídos historicamente, fazendo com que outras desigualdades que afetam mulheres reais nas mais diversas circunstâncias sejam desconsideradas ou minimizadas. Judith Butler, preocupa-se com a reificação das diferenças entre os gêneros temendo que isso também mantenha “uma restrição binária das identidades de gênero e de um espectro implicitamente heterossexual para descrições de gêneros, identidades de gênero e sexualidades” (BUTLER, 2019, p. 228). Dentro da mesma perspectiva, para Wittig (2019), essa universalização política e ideológica, além de não representar as mais diversas possibilidades de “mulheres” serve para legitimar o padrão heteronormativo com relação ao gênero e à sexualidade. Seria preciso romper com essa forma de pensamento para conseguir representar os sujeitos femininos e as mais diversas expressões de gênero.

Gênero, portanto, não deve ser compreendido por sua associação com o corpo biológico, mas também pelas inscrições culturais que moldam os sujeitos nos mais diversos contextos. Nesse sentido, o gênero pode ser compreendido, de acordo com Lauretis (2019), como o produto de diferentes “tecnologias sociais”, não algo

naturalmente inerente aos corpos dos seres humanos. Por ser constituído socialmente, não representa um indivíduo, “mas sim uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe” (LAURETIS, 2019, p. 125). A noção de gênero como uma relação e não como uma substância da realidade, remete ao pensamento distintivo relacional de Pierre Bourdieu (2011), que prevê que as interações entre os sujeitos não podem ser presumidas fora da prática, sem considerar os aspectos contextuais.

A partir dessas perspectivas, para que uma teoria sobre o gênero possa ser representativa, precisa romper com a noção essencialista que aplica a mesma lógica de opressão e distinção entre homens e mulheres das sociedades europeias às mais diversas formas de organização humanas. É por isso que a análise de gênero não pode ser isolada, mas deve relacionar, como defende Scott (1990), as demais classificações sociais que contribuem para definir as identidades dos sujeitos, como classe, etnia, geração e etc. A perspectiva relacional é fundamentada pela constatação das *diferenças* que moldam as identidades dos sujeitos. Não há como definir as mulheres somente pela suposta opressão de gênero imposta por um patriarcado universal, visto que as particularidades de cada contexto condicionam as relações entre homens e mulheres. Esse tipo de análise de gênero é a principal reivindicação das feministas não brancas, por não se sentirem representadas pelo feminismo ocidental.

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões (BRAH, 2006, p. 341).

A socióloga feminista Avtar Brah, nascida na Índia, mas radicada na Inglaterra, propõe que os movimentos feministas precisam admitir que as condições sociais criam diferenças entre as mulheres em cada localidade, logo, não há como sustentar, na prática, uma noção unitária da categoria (2006, p. 341). Se aplicarmos essa lógica à formação da sociedade brasileira, fruto da dominação colonial europeia, seria preciso colocar em pauta, em primeiro lugar, às diferenças entre mulheres brancas e não brancas (negras e indígenas), sendo que as primeiras não sofrem com a mesma opressão racial

das últimas. De acordo com Brah (2006, p. 342), ainda que as mulheres formem uma mesma classe, esta “se articula com outros eixos de diferenciação como o racismo, o heterossexismo ou a casta no delineamento de formas variáveis de oportunidades de vida para categorias específicas de mulheres”.

As pensadoras feministas Audre Lorde (2019) e Sueli Carneiro (2019), ao apontarem as diferenças históricas entre mulheres brancas e negras ocidentais – a primeira nos Estados Unidos e a segunda no Brasil –, chamam a atenção para o fato de que os movimentos feministas brancos parecem ignorar que a desigualdade racial imposta às mulheres negras cria uma experiência de gênero diferenciada.

A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2019, p. 315).

Considerando essa hierarquia de gênero determinada pelo eixo racial, Lorde (2019, p. 243) também pontua que, “em um sistema de poder patriarcal, onde o privilégio de ter pele branca é uma escora importante, as armadilhas usadas para neutralizar mulheres negras e mulheres brancas não são as mesmas”. Enquanto as mulheres brancas podem tentar negociar as diferenças de gênero com seus parceiros de pele branca, as mulheres negras precisam antes se preocupar com a segurança e sobrevivência delas e de seus parceiros de pele negra, visto que compartilham a opressão racista infligida por homens e mulheres brancas. As mulheres negras precisam, muitas vezes, aguentar caladas a opressão de gênero/raça, indissociáveis em sua experiência.

No caso das mulheres que contribuíram com esta pesquisa, ainda que possam ser definidas como camponesas assentadas, possuem traços distintivos que determinam sua experiência de gênero, que pode ser atravessada por outras desigualdades estruturais. Uma pequena frase da entrevista de Caliandra ativa o debate sobre o que é ser uma mulher negra, com pouca escolaridade, migrante nordestina, que chegou em Brasília aos 17 anos para trabalhar como empregada doméstica em bairros de classe média alta da capital. Ao refletir, no presente, sobre os abusos que sofreu nas residências onde trabalhou, ela diz “eu não sei como eu conseguia me reservar, mas eu fazia tudo

isso”¹⁷⁶, referindo-se ao fato de ter suportado em silêncio a opressão que dos patrões brancos. Nos dois trechos abaixo, conseguimos visualizar o exemplo de uma trabalhadora pobre oprimida ao mesmo tempo pelo gênero, pela classe, pela naturalidade, pela idade e pela pouca instrução.

[...] aí eu saí de lá [do primeiro emprego] porque eles começou a esquecer de me pagar. Assim, aí eu fiz um protesto, pra você ver como é as coisa, eu esqueci de passar as roupas deles (riso sem graça). Pode falar na entrevista? [...] Aí então, assim, tipo, foi meu jeito de protestar. E como ele [o patrão] trabalhava, ele trabalhava, assim, na Caixa Econômica, né?! Ele e ela. Aí, então, eles não ficava assim lá [na casa], então, eles esqueceu de me pagar, é... abusar dos horário, essas coisa assim. Então, assim, como eu não tinha entendimento e vim [pra Brasília] com 17 ano, e naquela época aqui em Brasília tinha muito preconceito. A gente era muito assim... aquilo ali atingia a gente, só que a gente nem sabia (CALIANDRA, 2021)¹⁷⁷.

Eu já trabalhei aqui de cozinheira, em casa de ministro, fiquei lá sete meses e quinze dias. Não fiquei lá mais porque eles queria me fazer de escrava [...] Começou me pagar, ia me pagar um salário e depois não ia pagar mais e daí ficou aquela coisa, né?! E a filha dele [dos patrões] me maltratava muito e eu não sabia que ali não era... Ali não era nem uma coisa, era preconceito, né?! Ao negro e tal, a filha dela tinha muito esse negócio de, ao mesmo tempo de eu tá lá, ela me beliscava, ela me maltratava, a filha dela, né?! Então, eu guentei ali por sete meses (CALIANDRA, 2021)¹⁷⁸.

Os relatos mostram a relação desigual entre patrões brancos, com relativo poder aquisitivo, que se valiam desses privilégios para explorar uma empregada doméstica negra, pobre, nordestina, cuja pouca experiência dificultava até mesmo a consciência da gravidade dos abusos, que foram de assédio moral a agressões físicas. A memória dela, impressa pela passagem do tempo, consegue hoje justificar os abusos pelo preconceito contra pessoas negras e pobres, racismo que, aparentemente ela ainda não conseguia perceber na época, quando diz que “aquilo ali atingia a gente, só que a gente nem sabia”.

Ainda que na época não pudesse discernir a gravidade dos abusos, ela encontrou, dentro da situação de opressão, estratégias para resistir a ela, ao relatar que protestou contra o não pagamento dos salários quando “esqueceu” de não passar as roupas dos patrões. De modo semelhante, diz que decidiu deixar o segundo emprego por não aguentar mais os maus tratos sofridos. A resistência dela foi sendo construída aos

¹⁷⁶ **Pergunta:** Esse lugar é aonde [a primeira casa onde trabalhou], que você tá falando? Resposta a partir do minuto 31:33, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

¹⁷⁷ Continuação da resposta da pergunta anterior.

¹⁷⁸ **Pergunta:** O trabalho doméstico, que você falou que cês se revezavam, quando um ia pra roça alguém ficava pra cozinhar? Resposta a partir do minuto 28:43, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

poucos, desde que percebeu que os patrões, ainda que posicionados de forma privilegiada em relação a ela, tinham algum nível de dependência dos serviços prestados, podendo ser, de alguma forma, afetados pelo trabalho não prestado ou pelo pedido de demissão.

Caliandra, ao se “reservar” diante dos abusos sofridos, ao mesmo tempo em que buscava estratégias para subvertê-los, conseguiu transformar o silêncio em uma forma de resistência comum entre as mulheres negras na mesma situação de opressão articulada entre raça, gênero e classe. Patrícia Hill Collins (2019) observou que as mulheres negras norte-americanas criaram uma consciência coletiva dessa subalternidade, na qual o silêncio se configurou não em uma forma de submissão, mas de liberdade disponível diante da opressão combinada.

Intelectuais negras dos Estados Unidos exploraram por muito tempo esse espaço privado e oculto da consciência da mulher negra, das ideias “interiores” que permitem às mulheres negras aguentar e, em muitos casos, transcender o confinamento das opressões de raça, classe, gênero e sexualidade que se interseccionam (COLLINS, 2019, p. 273).

No caso de Caliandra, a transcendência do “confinamento das opressões” consistiu no ato de “pedir contas” do trabalho e ter contato com outros patrões considerados mais humanos do que os primeiros, os quais até chegaram a apontar os abusos que ela sofreu ao longo de sua experiência como empregada doméstica. Com o tempo, ela foi encontrando outros mecanismos para discernir e tentar combater os abusos, como quando diz que “de certa forma, eu fui aprendendo com o que ia passando na televisão [...] Eu tinha vergonha de falar, às vezes, de falar o que eu tava sentindo, passando, né?! Então, assim, eu fui aprendendo muito, vendo as reportagem”¹⁷⁹. O fato de querer voltar a viver no campo, para fugir da precariedade experimentada na cidade, também pode ser interpretada como uma forma de resistência encontrada por ela, pois se trata de um espaço no qual os sujeitos podem ter mais autonomia em relação ao trabalho e, no caso dela, também pode evitar os abusos de uma sociedade racista.

Os relatos de Caliandra demonstram o desamparo das mulheres negras em uma sociedade patriarcal e racista, que sofrem abusos inclusive por parte de outras mulheres – brancas. Lembro-me da observação feita por Sueli Carneiro (2019, p. 314), de que as reivindicações das feministas brancas com relação à participação no mundo do trabalho,

¹⁷⁹ **Pergunta: Esse lugar é aonde [a primeira casa onde trabalhou], que você tá falando?** Resposta a partir do minuto 31:33, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

contra a ideia de fragilidade feminina, não podem ser aplicadas às mulheres negras, visto que desde sempre trabalharam fora de casa para sustentar a família – muitas delas na posição de mães solteiras, como já foi a realidade de Caliandra e de Girassol, antes de conhecerem os atuais companheiros.

Os exemplos das mulheres camponesas que, desde a infância, já participavam do trabalho na roça conduzido pela família e ainda tomavam conta das atividades reprodutivas da casa, serve também para contrariar a noção de fragilidade como característica feminina, mostrando o quanto as experiências de mulheres subalternizadas se diferenciam das de mulheres que participam de classes privilegiadas. Diante disso, reduzir esses sujeitos femininos à simples constatação da existência da opressão patriarcal, além de criar uma análise incompleta das distinções de gênero, minimiza sua subjetividade, colocando-as como meros objetos à serviço de uma ciência superior, que formula teorias sem conhecer a vida prática.

Tendo por base essa teorização de gênero relacional, que articula outras estruturas sociais como determinantes para a formação de sujeitos femininos nas comunidades camponesas, gostaria de analisar, nos tópicos seguintes, as distinções de gênero no que tange à participação das mulheres no trabalho e na luta por direitos, considerando as formas de opressão ainda presentes nesses espaços e, ao mesmo tempo, o quanto é possível resistir a elas.

3.2 “Comida nessas hora sempre sobra pra mulher”: as relações de gênero estruturais no trabalho camponês

A divisão de papéis de gênero será verificada a partir da participação das mulheres entrevistadas nas várias formas de trabalho que já realizaram, a começar pelas tarefas feitas na roça, durante a infância, as quais dividiam-se entre o trabalho agrícola familiar, para a obtenção de alimentos, e o trabalho reprodutivo, que englobam os cuidados com a casa e com os demais membros da família.

Antes de iniciar a pesquisa de campo, eu tinha uma noção do que esperar das falas de minhas colaboradoras sobre as tarefas que elas e os membros da família realizavam no tempo da infância, tendo em vista que meu trabalho anterior de especialização com camponesas idosas já tinha me oferecido exemplos de como a

divisão de papéis de gênero ocorria no espaço rural algumas gerações atrás. No caso dos mutirões de roça – as “treições”, como a senhora Enedina as denomina –, fica evidente o direcionamento das mulheres às atividades reprodutivas da família.

Tinha o *muxirão* das mulher fiar. Fiava o dia inteirinho, ali sentada fiando, quando – e os homem pra roça – quando era de tarde juntava tudo. Quando era *traição*, eu falava, vamos dar uma *traição* em fulano, aí eu chamo o povo, mas calado – era *traição* mesmo – aí quando é a noite junta aquela “homaiada”, aquela “muezada” tudo com as suas roda na cacunda e vai pra sua casa, lá eles canta na porta da sua casa, à noite, n/é... às base da meia noite ali, o povo canta na porta, n/é... e a *traição* dá em você, você num tá sabendo, aí você acorda assustada, aí quando éno outro dia cedo os homem vai pra roça, as mulher senta na... vai fiar. Por exemplo, eu levo o que comer, porque você não tá esperando, não arruma, n/é... as vezes a gente leva carne, leva um algodão arrumado, leva coisa, biscoito... tudo as mulher arruma. Os homem, os homem tá na roça, não tá nem sabendo se tem *traição*. Quando chega a “pionagem” lá, mas tá tudo arrumado, pro povo, n/é? Era bom demais. De primeiro era, agora não tem divertimento, até festa de agora não é que nem as festa de primeiro, n/é... tem prazer de o povo ir não (ENEDINA, 2018 *apud* RIBEIRO; SOUZA, 2019, p. 141, grifo meu).

No exemplo acima, dona Enedina, goiana de nascimento, fala de um mutirão antecedido por uma “traição”, prática na qual os companheiros surpreendiam o dono da roça para ajuda-lo em algum trabalho e, em troca, recebiam uma festa ao fim do dia. De acordo com o relato, enquanto os homens iam para a roça, as mulheres ficavam próximas à casa, inicialmente com o trabalho de fiar e depois com o preparo da comida para os homens que voltariam da lida. Carlos Rodrigues Brandão (1985) afirma que os mutirões das fiandeiras em Goiás ocorriam sempre da mesma forma, com os homens trabalhando na lavoura do algodão, no que chama de “atividades do domínio masculino” (1985, p. 9), enquanto as mulheres cuidavam de transformar a matéria-prima em tecidos de algodão. De acordo com o autor, esse tipo de mutirão em Goiás, ainda que tradicional do trabalho camponês, já teve outras finalidades, como durante a ditadura militar, o qual chegou a ser realizado para a confecção e venda de tecidos, sendo o dinheiro “destinado a ajudar as famílias com marido preso. Assim, o próprio tradicional mutirão de fiandeiras ganhou novos usos e sentidos” (BRANDÃO, 1985, p. 10).

Ao comparar as descrições feitas por Brandão sobre os mutirões de fiandeiras em Goiás com os mutirões relatados por dona Enedina e por Orquídea, tem-se a impressão de que as mulheres ficavam em casa para servir os homens que trabalhavam na roça. Nos casos em que o trabalho comunitário terminava em festa, Brandão

menciona danças, cantorias, bebedeira e rodas de truco nas quais só os homens aparecem, como se esses momentos – preparados durante o dia pelas mulheres – também fossem “atividades de domínio masculino”.

O momento do final do “dia do serviço” no mutirão e o retorno à casa do “dono”, costumava ser ritualizados de forma jocosa. Ao final do trabalho os homens do mutirão primeiro cantavam trovas anunciando a hora da volta à “casa do dono”. Algumas vezes os “treichoêros” formavam um “quadro”, um quadrado com quatro enxadas ou foices seguradas por quatro componentes do mutirão. Dentro dele seguia, caminho afora, o dono do serviço.. Algumas outras trovas, cantadas também à capela, costumavam então ser entoadas pelos traioeiros.. De modo geral elas falam de um “patrão preso”, que somente será solto depois de distribuir entre todos uma generosa oferta da “boa pinga”. Eis um momento de um “cantorio de entrega”, quando se considera que o dia de trabalho coletivo está “cumprido” (BRANDÃO, 1985, p. 19).

Minha colaboradora idosa – hoje já falecida –, ao relatar o mutirão de fiar, rememorou o tempo em que era moça, há algumas gerações antes do mutirão de fazer farinha narrado por Orquídea na introdução deste capítulo. Em ambos os casos, os relatos mencionam que o trabalho reprodutivo sempre ficava à cargo das mulheres, ainda que elas também se encarregassem de parte do serviço do mutirão. A frase de Orquídea de que “comida, nessas horas sempre sobra pra mulher”, demonstra que “naturalmente” esperava-se que aquele tipo de serviço fosse realizado por elas.

Encontrei poucos trabalhos acadêmicos que retratam essa divisão de gênero precisamente no espaço rural brasileiro, para que eu pudesse compará-los com as falas das entrevistadas em relação ao passado que elas relembram nas entrevistas. O sistema de colonato empregado no Brasil após a abolição da escravidão, por exemplo, demonstra que a função das mulheres não se restringiu ao espaço doméstico, e elas, desde a infância atuavam nos trabalhos agrícolas ao lado dos homens. Nesse modelo, as mulheres ajudavam no cafezal e “eram também encarregadas da lavoura de subsistência localizada em área definida pelos proprietários”, além de se ocuparem da criação de animais e da produção de itens diversos de subsistência (MATOS; BORELLI, 2018, p. 140). Seu trabalho era indispensável para o sustento e a coesão familiar, contudo, elas estavam subordinadas à autoridade do homem mais velho da casa.

As mulheres exerciam um papel muito importante no sistema de colonato. Seu sucesso dependia da capacidade das mulheres de aproveitarem ao máximo as vantagens desse regime de trabalho, que lhes permitia conjugar o trabalho da casa com o da roça e do cafezal. Mas, apesar de desempenharem tarefas dentro de casa, na roça de subsistência e no cafezal, as mulheres não

existiam enquanto trabalhadoras individualizadas, porque seus trabalhos eram englobados no trabalho familiar controlado diretamente pelo pai-marido (SILVA, 2004, p. 466).

De acordo com Matos e Borelli (2018, p. 140), partir da década de 1960, a modernização da agricultura, que foi acompanhada pela concentração de propriedade e pelas alterações das relações sociais e de trabalho, fez com que um novo tipo de trabalhador surgisse: o “boia-fria”. Tanto homens, quanto mulheres se sujeitavam a esse regime de trabalho sazonal, precário e mal remunerado. Além disso, não havia mais o espaço para manterem a cultura de subsistência como ocorria no colonato. Como boias-frias, as mulheres, consideradas menos produtivas, recebiam menos que os homens e ainda estavam sujeitas a todo tipo de assédio – realidade vivenciada pelas mulheres não só no campo, mas também na cidade.

Não obstante as novas dinâmicas de trabalho impostas pelo campo moderno, nas pequenas propriedades de agricultura familiar, o padrão de funções desempenhado pelas mulheres continuou semelhante ao do colonato, envolvendo a conciliação do trabalho reprodutivo e o trabalho agrícola, sendo que as primeiras funções continuaram diretamente associadas a elas.

Elas atuam inseridas em unidades familiares, ou seja, participam do esforço coletivo da família para manter a propriedade e cultivá-la. Em diversas regiões do país esse trabalho adquire características distintas e cumpre diferentes objetivos, que vão da manutenção da sobrevivência à ampliação da propriedade e aquisição de muitos outros bens (MATOS; BORELLI, 2018, p. 141).

Se a atribuição de papéis de gênero no campo moderno permanece semelhante ao do início do século passado, podemos supor que a herança patriarcal ainda é muito presente nos espaços rurais, tendo em vista que neles as mudanças podem se processar mais lentamente. No caso de Goiás do século XIX, Santa Cruz (2019) afirma que o pensamento conservador imperou ali por muito tempo, onde as transformações podiam ser consideradas incômodas ou suspeitas (SANTA CRUZ, 2019, p. 65). Na mesma direção, em pesquisa com grupos familiares de lavradores do interior de São Paulo, na década de 1940, Antônio Cândido conclui que “neles encontramos mais persistência dos comportamentos tradicionais do que em famílias abastadas e urbanizadas, nas quais atua com maior vigor a mudança social e cultural” (2017, p. 263), algo que, segundo ele, era verificado desde a passagem dos viajantes do século XIX.

Em sua viagem à província de Goiás, Saint-Hilaire (2020, pp 9-10) constatou que

“nas regiões escassamente povoadas as coisas mudam com extrema lentidão”. O viajante fez alguns comentários sobre o comportamento das mulheres – muitos deles ofensivos – que conseguem demonstrar a presença da dominação patriarcal entre os costumes, como quando menciona o zelo que um de seus anfitriões tinha com relação às filhas mulheres, visto que “os costumes da região exigem que uma mulher que se preze permaneça afastada do convívio de homens estranhos” (SAINT-HILAIRE, 2020, p. 36).

Nesse tipo de sociedade rural conservadora, prevaleciam os valores patriarcais que remontam ao período colonial do Brasil. Na família, a autoridade era exercida pelo homem mais velho da casa, sendo que “a mulher deveria obedecer a pai e marido, passando da autoridade de um para o outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel” (SCOTT, 2018, p. 16). Para exemplificar essa dominação Borges *et tal* (2020), em um estudo sobre a sociodiversidade sertaneja em Goiás, definiram a estrutura social de uma família camponesa goiana da seguinte forma:

A própria necessidade do trabalho intenso para suprir as necessidades do dia a dia exige um homem forte e destemido dos perigos da natureza; uma mulher disposta a enfrentar a lida pesada e a discriminação de uma sociedade patriarcalista e machista; um filho e uma filha obedientes, que seguem os comandos do pai e da mãe, o que garante a reprodução da divisão social do trabalho (BORGES *et tal*, 2020, p. 255).

As referências acima sugerem que a preponderância do poder patriarcal existia até poucas décadas atrás em espaços rurais de Goiás e São Paulo. Em um estudo que realizou sobre os “caipiras” de São Paulo, da década de 1980 – os herdeiros dos sertanejos paulistas do passado –, Carlos Rodrigues Brandão (1983) confirma a subordinação das mulheres à autoridade do pai, posto que ele é considerado o proprietário da terra e, ao mesmo tempo, responsável pelo serviço agrícola e, “não raro, um lavrador caipira diz que ele trabalha e os familiares apenas ajudam” (BRANDÃO, 1983, p. 32).

Nas entrevistas desta pesquisa, as colaboradoras fizeram muitas menções ao pai ou o avô sempre que se referiam à iniciativa do trabalho da roça. Dália diz que o “pai plantava mandioca. O meu avô mexia com mandioca, mexia com cacau”¹⁸⁰. No caso de Margarida, o “pai era um dos maiores criadores de porcos do Corumbá. Pai plantava as

¹⁸⁰ Pergunta: A senhora, então, desde pequena trabalhava assim com a terra. A senhora pode falar um pouquinho sobre isso? Resposta a partir do minuto 02:32.

fazendas, sabe?!¹⁸¹ e seu estímulo para realizar o trabalho no campo, desde a infância, provinha dele. Da mesma forma, Caliandra afirma que era o pai quem determinava como os filhos iriam ajudar no trabalho familiar.

A gente, de criança meu pai ensinava a gente a capinar, ele (suspira)... preparava a terra, plantava milho, arroz, feijão, e tinha nós éramos nove irmão e nós era como fosse os arado do meu pai (riso sem graça). Então ele assim... daqui pra cá assim, daqui pra cá (gesticula) era tanto assim, da onde tá minha filha (aponta) e eu aqui, eu não sei como metro, ele sabia exatamente a quantidade que a gente tinha. Ele me dava essa quantidade pra eu arar de manhã pra meio dia. A tarde era outro tanto. Então assim, a gente ara... aí ele, arava com os boi, que era boi, na época não tinha esse negócio de trator (CALIANDRA, 2021).¹⁸²

Além de responsável pelo trabalho agrícola, o pai era visto por elas como o proprietário ou arrendatário das terras ocupadas. Rosa do Deserto contou que “a terra era do meu pai”¹⁸³, assim como Caliandra e Margarida disseram que o pai era o meeiro. Na família de Dália, o “pai comercializava farinha [de mandioca], fazia, ele levava pra feira pra vender, aí da venda da farinha comprava os alimentos pra gente”¹⁸⁴. Eram, portanto, os pais os responsáveis pelos intercâmbios da família, algo que vinha das gerações anteriores, por se referirem também ao avô, tal como afirma Brandão (1983), quando diz que o comércio e os lugares afastados da área familiar “são os espaços sociais do homem, logo, o domínio do marido. E raro que uma mulher caipira vá a um destes lugares sozinha e por conta própria” (BRANDÃO, 1983, p. 32).

Ainda que o pai figure como quem coordenava as atividades agrícolas da família, quase todas elas confirmaram a participação da mãe e dos/as irmãos/irmãs no trabalho da roça. Caliandra disse que a mãe “trabalhava na roça também. Nós ia juntos e voltava juntos”¹⁸⁵. No caso dela, toda a família estava envolvida com o trabalho agrícola, sendo que irmãs e irmãos recebiam as mesmas tarefas, exceto com relação ao trabalho doméstico, no qual, aparentemente, quem cuidava era a mãe, com a ajuda das

¹⁸¹ Pergunta: Você me disse que você trabalhava antes na prefeitura, então você não tinha trabalhado no campo antes... a sua família, é do campo? Cê tem algum histórico com o campo? Resposta a partir do minuto 02:16,

¹⁸² Pergunta: É só... fala uma coisa pra mim, você disse que você começou a trabalhar... desde criança você já trabalhava na roça, né?! E você... quais as atividades que você se lembra de fazer, desde criança? Resposta a partir do minuto 15:11, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

¹⁸³ Pergunta: Mas eles, é, nessa terra onde eles moraram, trabalharam e criaram os filhos, essa terra era deles, como é que era? Resposta a partir do minuto 6:26,

¹⁸⁴ Pergunta: Essa prática de fazer a farinha, a senhora já tinha isso lá da Bahia? Resposta a partir do minuto 09:20,

¹⁸⁵ Pergunta: A sua mãe trabalhava na roça também? Ou ficava mais no serviço de casa? Resposta a partir do minuto 24:09, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

filhas que se revezavam na roça para ajudá-la em casa.

Um ficava pra fazer comida, trocava, as moça são, é três homem, nós somos três homem, seis mulheres, as mulheres era a maioria, né?! E não tinha só o serviço da roça, tinha muito serviço em casa, tinha de nós cozinhar na lenha, mas as panela ser impecável, o espelho da casa era nossas panela (falou com emoção), porque minha mãe ó, era fogo no ovo, não ficava uma panela assim sem “ariar” (CALIANDRA, 2021).¹⁸⁶

A fala acima mostra que, enquanto a organização do trabalho agrícola era responsabilidade do pai, a mãe cuidava da casa, sendo as panelas consideradas seus instrumentos de trabalho. Dália confirma que depois que chegavam da roça, “a gente ia cuidar da casa... ou levantava cedo, fazia uma parte, chegava, terminava o restante”¹⁸⁷, contudo, “os homens não queriam mexer com o trabalho de casa não, só as mulher”¹⁸⁸. No caso de Rosa do Deserto, a mãe não trabalhava na roça, para conseguir cuidar de todos os filhos, pois “era menino demais, criança demais, filho demais da conta, era um pequeninho no chão, um no bucho, um no braço (risos)”¹⁸⁹. Como ela teve mais irmãs mulheres, não havia problemas para realizar o trabalho doméstico, responsabilidade só delas.

Serviço faltava, porque era gente demais, mulher demais. Era 4 homem e o resto era tudo mulher [de 18 filhos]. Era mulher demais, então, a minha mãe ficava mais é pra cuidar de alimentação, das criança, né?! Nós também olhava muito as criança quando nós não tava trabalhando, era... eu mesmo gostava da roça! Nunca gostei de serviço de casa. Eu faço porque a gente é mulher, tem que cuidar, né?! Mas o meu forte mesmo era trabalhar na roça mesmo (ROSA DO DESERTO, 2021).

A fala acima sugere novamente a associação “natural” das mulheres ao serviço reprodutivo. Para elas, os homens simplesmente não queriam “mexer com trabalho de casa, não” como se essa fosse uma opção para eles, mas não para elas. Brandão (1983) demonstra que, no tipo de sociedade caipira tradicional, existia um direcionamento das filhas mulheres às atividades domésticas, enquanto que os filhos homens permaneceriam no trabalho agrícola. E ainda que uma menina tivesse mais interesse no trabalho da roça – como é o caso de Rosa do Deserto, que nunca gostou de “serviço de

¹⁸⁶ Continuação da resposta da pergunta anterior.

¹⁸⁷ **Pergunta: E o trabalho de casa, que fazia?** Resposta a partir do minuto 03:32, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

¹⁸⁸ **Pergunta: Os irmãos homens também ajudavam no trabalho de casa ou só as meninas?** Resposta a partir do minuto 03:50, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

¹⁸⁹ **Pergunta: A senhora disse que os irmãos, todo mundo trabalhava igual na roça. E a sua mãe, ela trabalhava também na roça?** Resposta a partir do minuto 12:52, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

casa” e gostava mesmo era da roça —, ela seria estimulada a exercer as funções domésticas.

As diferenças de aplicação da força de trabalho estabelecem o solo das desigualdades familiares. Mesmo quando uma mulher é uma exímia lavradora — o que não é nada raro — ela nunca é pessoa “de lavoura”, mas “de casa”. Por outro lado, enquanto o menino aprende desde cedo com o pai para ser não só um seu companheiro eficiente de equipe mas um futuro profissional do ramo, as meninas aprendem assuntos do lavrar “pro gasto”, assim como aprendem profissionalmente os assuntos “de mulher”, distribuídos entre a casa e o terreiro (BRANDÃO, 1983, p. 33).

As experiências das colaboradoras confirmam a perpetuação geracional dessas atribuições de papéis de gênero, visto que o trabalho doméstico era passado de avó para mãe, de mãe para filhas, enquanto o mesmo processo geracional ocorria com os homens em relação ao trabalho agrícola. Caliandra aprendeu com a mãe a cozinhar e a “ariar as panelas, que eram o espelho da casa” e pretendia passar essa função à filha mulher, pois não menciona se passará também aos filhos homens. Essa constatação corrobora com as afirmações de Butler (2019) sobre as fixações dos papéis de gênero, cuja manutenção depende da sua constante reprodução.

As memórias sobre o início da vida adulta das colaboradoras demonstram que o aprendizado do trabalho doméstico em casa não ficou restrito ao espaço familiar, sendo direcionado ao mercado de trabalho quando elas migraram para a cidade. Das seis entrevistadas, com exceção de Margarida, todas disseram ter trabalhado como arrumadeiras ou cozinheiras ao se retirarem do espaço familiar original. Caliandra, ao chegar em Brasília, veio “preparada, porque eu sabia cozinhar, e o que que rico gosta aqui quando a gente vai trabalhar?! Comida!”¹⁹⁰. Rosa do Deserto diz que trabalhou por muito tempo como costureira em Brasília, ofício que aprendeu com a mãe ainda na infância e que aperfeiçoou na vida adulta.

A minha mãe costurava pra gente, né?! A gente fiava, tecia, a gente tinha tear. A gente plantava o algodão, colhia, guardava, e fazia a linha na roda de fiar e tinha o tear e ela fazia, a gente fazia muita coisinha, sabe?! Então era roupa, era feita em casa, sabe?! É, tecido de linha. Aí ela costurava. Então eu gostava demais de ver aquilo. E ela fez uma bonequinha pra mim de pano, e ela ficava fazendo as roupa de nós e eu fazendo a roupinha da bonequinha. E aquilo eu tomei um gosto pra costura, e eu falava: - quando eu crescer eu vou

¹⁹⁰ Pergunta: O trabalho doméstico, que você falou que cês se revezavam, quando um ia pra roça alguém ficava pra cozinhar? Resposta a partir do minuto 28:43, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

ser costureira (ROSA DO DESERTO, 2021).¹⁹¹

Em uma economia de subsistência, era comum as mulheres camponesas confeccionarem as roupas da família (como vimos no início do tópico, a respeito dos mutirões). Matos e Boreli (2018) mencionam a costura, também no espaço urbano, como um tipo comum de ofício aprendido em casa que depois serviu de emprego para as mulheres quando passaram a vender sua força de trabalho no mercado, ainda que o serviço continuasse sendo feito por elas em casa. Para as autoras, que denominam esse tipo de função como “trabalhos de agulha”, a mão-de-obra qualificava-se na prática, “através do processo de socialização e da educação, ou seja, as mulheres utilizavam no trabalho habilidades aprendidas com outras mulheres ao longo de suas vidas” (MATOS; BORELLI, 2018, p. 141).

Ainda hoje, algumas das colaboradoras utilizam esse tipo de trabalho fora de casa como complemento da renda da família. No caso de Caliandra, ela faz faxina duas vezes por semana no centro de Brasília, enquanto se dedica às atividades do assentamento nos outros dias. E ainda que só ela trabalhe fora, diz que “o meu aqui [o marido]... gosta mais lá de fora [do trabalho da roça]. Como se diz, serviço assim de casa ele mesmo não reconhece, não”¹⁹². Ela confirma que a maioria das mulheres do assentamento sustentam mais a casa do que os homens, com o trabalho fora, mas abaixa o tom de voz ao responder, como se fosse algo vergonhoso de se admitir.

A maioria das daqui é (abaixa o tom da voz) [...] A maioria. Eu mesmo me sinto assim, tem hora que eu sinto assim muito sobrecarregada, porque eu trabalho fora e ainda trabalho aqui. Mas, é por causa do conhecimento também, por causa dos benefícios que não vieram ainda. Porque tem um benefício que vai ajudar, tanto pra mim quanto pra ele também, né?! Que é igual eu falei, vai ser bom, porque é um projeto que é pra gerar emprego. Então tá sendo cansativo agora, mas depois eu creio que melhora (CALIANDRA, 2021).¹⁹³

Sua hesitação em confirmar que se via como o arrimo da casa ao invés do marido, demonstra um conflito entre sua própria experiência de mulher líder da casa contra a mentalidade patriarcal que ainda assombra o cotidiano dos espaços rurais,

¹⁹¹ **Pergunta: E o serviço de costureira, a senhora aprendeu com quem?** Resposta a partir do minuto 35:30, do áudio registrado em 20 de julho de 2021.

¹⁹² **Pergunta: E as atividades que são mais voltadas assim para casa, pro espaço doméstico, cê acha que são mais as mulheres que acabam fazendo?** Resposta a partir do minuto 93:22, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

¹⁹³ **Pergunta: Entendi... Tem mulheres aqui, que moram aqui no assentamento que elas só são as chefes da família?** Resposta a partir do minuto 94:05, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

sinalizando que os homens não gostariam de ser representados como dependentes das esposas. Esse tipo de representação das relações de gênero no presente, que confere às mulheres uma posição ativa e independente, que por muito tempo não foi reconhecida pelos discursos hegemônicos, “é muito assustadora para o sistema patriarcal, pois quebra a naturalização das relações de força e dominação estabelecida pelo masculino” (NAVARRO-SWAN, 2014, p. 613).

Caliandra justifica a sobrecarga com o trabalho dentro e fora do assentamento não pela constatação da desigualdade de gênero, mas pela questão da precariedade econômica da família ao dizer que “é por causa do conhecimento também, por causa dos benefícios que não vieram ainda”. Essa relação familiar, ainda permeada por valores patriarcais, nos quais as mulheres são subordinadas aos homens, fazem com que Caliandra, ao invés de reconhecer que trabalha muito mais e que por isso sustenta a casa, ao contrário, sinta-se desconfortável com a situação de dependência do companheiro. Tal constatação foi feita a partir da maneira como ela expôs sua posição de provedora da família, mas não foi possível constatar se há algum impedimento para que o marido, assim como ela, busque emprego na cidade.

O importante é que o relato de Caliandra exemplifica a situação atual de camponesas que, assentadas de forma precária, se veem sobrecarregadas ao lidarem com uma jornada tripla, somando as tarefas domésticas e agrícolas no assentamento ao trabalho pouco remunerado fora de casa, mas que, no fim das contas, não conseguem se posicionar como autoridades em casa, como se estivessem ocupando um lugar reservado ao homem. Para Deere e León (2001 *apud* SCHWENDLER, 2015, p. 100), o empoderamento das mulheres “precisa ser induzido através de um processo de conscientização da discriminação de gênero; implica em modificar a baixa autoestima e a crença das mulheres em relação às suas capacidades e direitos”.

No caso das outras colaboradoras, algumas afirmaram que os maridos ajudam nos trabalhos domésticos, acreditando que hoje em dia essa divisão de tarefas ocorre de maneira mais igualitária. Orquídea, apesar de não saber responder por que determinadas divisões de tarefas, como as dos mutirões, se processavam daquela forma, tem consciência de que o serviço doméstico no passado ficava à cargo das mulheres em decorrência do machismo da sociedade.

Só que no tempo assim antigamente, que o povo lá falava na Bahia, que

antigamente a mulher só era pra cozinhar, lavar e fazer alguma coisa. Agora já o marido, dentro de casa não podia fazer nada. É igual, porque é obrigação da mulher. É igual hoje eu falo sempre pro meu menino, tem 11 anos, eu falo pra ele: - Dentro de casa não é obrigação só da mulher. Do homem também. Não é porque aqui, por exemplo, tá uma pilha de louça suja. A obrigação é só da mulher? Não é! (ORQUÍDEA, 2021).¹⁹⁴

Ela confirma que, tanto o marido, como os filhos (dois homens) auxiliam no trabalho doméstico porque ela teria rompido a norma de que só as mulheres são obrigadas a realizar esse tipo de função. Contudo, pela análise de sua vida atual, é provável que ela ainda fique mais a cargo das funções reprodutivas do que o marido, visto que passa mais tempo em casa do que ele, que atualmente faz “bicos” na cidade para complementar a renda familiar. Ao que tudo indica, é o marido quem fica responsável por resolver as questões fora do assentamento, quando ela diz que não frequenta a missa, “porque aqui o marido só tem uma moto, aí não dá pra gente ir. Porque pra ir tem que levar a família, né?!”¹⁹⁵. Do mesmo modo, Caliandra disse que não sabe dirigir “quando eu queria ir [à igreja], ele [o marido] me levava lá”¹⁹⁶.

Todas essas questões cotidianas indicam uma menor liberdade de locomoção das mulheres camponesas em relação aos homens, que faz com que elas fiquem mais condicionadas ao espaço doméstico e, por conseguinte, mais direcionadas às atividades reprodutivas. Ainda que em menor escala, percebemos a permanência da distinção de espaços femininos e masculinos como ocorria há muitas gerações atrás nas famílias camponesas, como foi demonstrado por Brandão (1985), ao dizer que as mulheres raramente se locomoviam para fora do sítio, sendo que eram os homens quem estabeleciam transações fora do espaço familiar.

Mesmo a experiência de Girassol, que representa um contraponto às de Orquídea e de Caliandra, porque não participaram ativamente do processo de luta pela terra no assentamento como a primeira, confirma ainda essa distribuição desigual de tarefas no espaço doméstico. Ela diz que o envolvimento do marido com as questões políticas faz com que o serviço do assentamento fique mais a cargo dela e da filha.

Aqui em casa é eu. Eu e minha filha. [...] Porque esse aqui (aponta o marido)

¹⁹⁴ **Pergunta: Cê já viu isso [diferença] em outros lugares?** Resposta a partir do minuto 31:18, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

¹⁹⁵ **Pergunta: Cê conhece as festas católicas que tem aqui nessa região?** Resposta a partir do minuto 29:19, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

¹⁹⁶ **Pergunta: Mas você ia pro Café sem Troco?** Resposta a partir do minuto 79:31, do áudio registrado em 19 de abril de 2021.

é uma preguiça, nas coisas de fazer de casa. Ele prefere ficar aqui no *zap zap* [WhatsApp]... (o marido ri, sem graça), mas também o celular dele é o escritório dele. Se ele perder esse celular, pronto! O mundo cai. Aí fica 80% escritório e o resto é lazer (risada) (GIRASSOL, 2021).¹⁹⁷

Esperava-se que o histórico dela e do marido nos movimentos sociais do campo pudesse ter subvertido essa desigualdade, sobretudo porque ele, em vários momentos da entrevista, falou sobre a importância do empoderamento das mulheres camponesas na luta pela terra, mostrando que também os homens do movimento estão cientes das pautas de gênero. Contudo, seu discurso foi, em certos aspectos, contrariado pelo relato posterior da companheira, que assume que o companheiro não ajuda nas tarefas domésticas, o que demonstra um descompasso entre o discurso apresentado pelos líderes dos movimentos sociais, pelo menos dos homens, e a prática cotidiana das famílias assentadas, que revela ainda desigualdades de gênero dentro de casa, mesmo entre famílias que tiveram mais contato com movimentos políticos.

Não obstante essa constatação acerca da desigualdade de distribuição das tarefas reprodutivas, penso que apenas o fato de o marido de Girassol assumir o debate de gênero nos movimentos sociais e a importância da ação das mulheres nas reivindicações por direitos que interessam a toda a classe, já sinaliza para a fecundidade desse espaço em termos de transformação da mentalidade camponesa tradicional, que tem vestígios de uma cultura patriarcal. Nesse sentido, no tópico seguinte, gostaria de debater a representação das mulheres como sujeitos ativos nos processos históricos, tendo por base algumas falas de minhas colaboradoras sobre sua participação em movimentos sociais de luta pela terra, os quais podem estimular o empoderamento das camponesas e viabilizar mudanças nas formas de perceber as relações entre homens e mulheres nos espaços camponeses.

3.3. “Você sabe o que é frente de massa?”: luta pela terra e empoderamento de mulheres camponesas

Nas sociedades ocidentais, historicamente, construiu-se uma regra dominante nas relações entre homens e mulheres: um gênero, dentro do binário

¹⁹⁷ **Pergunta: Sobre o trabalho doméstico, você acha, assim, quem... é sempre a mulher que faz?**
Resposta a partir do minuto 84:08 do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

masculino/feminino, se sobrepõe ao outro, logo, a relação entre eles é desigual. Contudo, concordando com as perspectivas de pensadoras como Butler (2003) e Scott (1990), na qual as identidades de gênero são determinadas cultural e historicamente e não elementos fixos e naturais, é preciso relacionar todas as estruturas que, além dessa dominação masculina pressuposta, contribuem para definir os sujeitos a partir de sua identidade de gênero.

A ótica foucaultiana da formação das identidades, de modo geral, as define como constructos discursivos cultural e historicamente moldadas por relações de poder (MACLAREN, 2016), lógica que pode ser aplicada também à formação das identidades de gênero. Se para Foucault (2014) essas relações de poder não ocorrem unilateralmente, mas dependem das possibilidades de cada convívio social, podemos admitir que, ainda que haja uma projeção discursiva hegemônica, que deseja a reprodução do padrão heteronormativo das identidades de gênero, a capilaridade das relações de poder cria brechas para subverter o que foi normatizado.

Se o gênero é fixado por discursos hegemônicos, que tem como consequência a exclusão de outros discursos, é possível buscar o que ficou de fora para confrontar as versões oficiais. Nesse sentido, Foucault (1999) exorta que junto aos saberes institucionalizados, que definem o que é a verdade, precisamos construir um método que valorize os saberes subjugados, deixados à margem dos discursos hegemônicos. Para McLaren (2016), a perspectiva genealógica de Foucault possibilita o questionamento de saberes dominantes e é neste ponto que podemos construir outras possibilidades de perceber o gênero. Pensadoras feministas pós-estruturalistas, ancoradas no pensamento foucaultiano sobre a produção discursiva, se colocam contra a pretensão universal de ciência e buscam demonstrar a associação entre o conhecimento produzido e quem produz esse conhecimento.

A concepção tradicional de masculinidade faz esse sujeito escolher certos temas como mais importantes, deixando muitas vezes os temas privados como menos importantes diante das intenções da produção humana. Para o feminismo a crítica de Foucault importa bastante por concordar que o saber deve ser colocado em seu lugar de produção e pensado historicamente a partir das práticas sociais que o produziram, ou seja, de um saber perspectivo. O sujeito também é produzido de forma parcial através das relações de poder e subjetividades, então, além disso, o próprio sujeito do conhecimento deve mostrar de onde fala, pois ele também não é universal (VERONA, 2021, p. 191).

Essa crítica deve ser direcionada à produção do saber histórico, saber

institucionalizado, que por muito tempo se pretendeu neutro e totalizante, quando era, na verdade, um terreno androcêntrico e racista, no qual homens brancos escreviam sobre homens brancos. Nesse processo de superestimação da imagem masculina, ancorada em uma lógica de dominação patriarcal, o protagonismo das mulheres, assim como de outros grupos minoritários, foi abnegado e a elas foi relegado o confinamento ao espaço doméstico, associadas às funções reprodutivas. Esperar encontrá-las somente na esfera doméstica seria mais uma armadilha da história positivista masculinizada, visto que “para contarem sua história, os homens precisaram reduzir as mulheres, oposto sem o qual não existiriam enquanto tal, a duas funções: a maternidade e a disponibilidade de seus corpos em toda ocasião” (NAVARRO-SWAIN, 2014, p. 614).

Não basta exigir que as mulheres apareçam nas narrativas, mas é preciso subverter o pensamento patriarcal que as representou como sujeitos passivos nos processos históricos. Por isso, uma análise de gênero, que considera também outras formas de opressão interseccionadas, deve ser considerada, buscando demonstrar que também os discursos históricos são condicionados pela exclusão de determinados sujeitos. Como demonstra Scott (1990, p. 73), as pensadoras feministas tentaram desde o início demonstrar que “o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente”.

Uma das premissas do trabalho científico dos historiadores é o vínculo com categorias de pensamento universais que corroboram com explicações reducionistas de causa e efeito, como a simples constatação de que as mulheres são oprimidas por um poder hegemônico patriarcal, que não resolve o problema da formação dessa desigualdade, tampouco apresenta uma solução menos radical do que a destruição direta da opressão. A maneira de perceber o poder, tal qual sugere Foucault (2014), pode sinalizar que a partir da própria opressão, são encontradas formas de resistência. De acordo com Maclaren (2016), para Foucault a noção de liberdade não está além das relações de poder, mas pode aparecer como formas de resistir a elas, visto que

a liberdade não é uma norma universal, ou um estado final realizável e pensar dessa forma pode nos impedir de ver novas instituições e práticas resultarem em novas formas de dominação. Entretanto, a dominação não é total, porque nem todo o poder é um poder normalizador, disciplinar. O poder, em si, não é bom ou ruim; ele está igualmente implicado na resistência e na dominação (MCLAREN, 2016, p. 53).

Posso usar como exemplo do quanto uma determinada forma de opressão pode ser convertida em resistência, os estudos de Thompsom (1998), sobre a economia moral da multidão inglesa, durante o século XVIII, que representaram as mulheres como sujeitos ativos em protestos contra o preço ou à escassez de grãos em um mercado que passava a adotar normas capitalistas. A multidão a que ele se refere era engrossada sobretudo por elas: “Quem começava os motins era, com bastante frequência, as mulheres” e os homens estavam na retaguarda para protegê-las de qualquer abuso (THOMPSON, 1998, p. 183).

O processo relatado por ele pode nos levar a duas associações: primeiramente, as mulheres participavam deste tipo de protesto por comida porque eram frequentadoras assíduas de espaços como feiras e mercados, pois eram responsabilizadas pelas questões reprodutivas da família – eram elas quem cuidavam da alimentação dos filhos, por exemplo. O reconhecimento dessa relação conferia a elas o direito de estar nesses espaços e, por conseguinte, de liderar os protestos, algo também reconhecido e valorizado por seus companheiros homens, posto que se beneficiavam do fato de que as mulheres eram muitas vezes poupadas das retaliações das autoridades, em função da ideia de fragilidade feminina.

Isto posto, percebemos o quanto elementos que tendiam a restringir a liberdade de atuação das mulheres, como a vinculação às atividades reprodutivas e a noção de fragilidade biológica em relação aos homens, passam a ser convertidos por elas em armas contra opressões que envolvem sua classe econômica e, cuja atuação delas era determinante para o alcance dos resultados almejados pela classe. Esse tipo de resistência aparece no discurso de Margarida, quando comentou a atuação das mulheres durante os protestos pela criação do assentamento *Patrícia e Aparecida*.

[...] Aí a gente falava pera aí que vamos mostrar que a gente tá aqui, e a gente passava pra ir pra secretarias, de agricultura, nós fomos pro Incra, nós fomos pro meio ambiente, invadia mesmo e ficava lá dentro até sair uma solução, e sempre resolvia, principalmente as mulheres e as crianças eram muito respeitadas. Então os homens ficavam atrás [aponta para trás] e as mulher tomava a frente. Os homem só prestava pra abrir a porta, e as mulher abria (risos), ele abria e as mulher entrava e tomava conta e ali ia assumia e sempre saia do jeito que a gente queria [...] e chegava um policial querendo ir se impor, nós não deixava não, nós botava a frente e nós mesmo ficava, entendeu? Pros nossos maridos, pros companheiro não apanhar, que eles não encostava em mulheres, então a gente tinha que assumir essa parte, e eu sempre era a cabe-

ça da situação, até na hora de gritar “cooorre” (risos) (MARGARIDA, 2021).¹⁹⁸

O exemplo dado por ela mostra que a noção de fragilidade feminina era utilizada para proteger os companheiros homens de prováveis agressões da polícia, pois “eles não encostava em mulheres”, tornando imprescindível a iniciativa delas nos protestos. Conseguimos perceber também que há um fator de desigualdade entre os homens camponeses perante os policiais, elemento indicativo de classe que se intersecciona com o protagonismo das mulheres nessa situação. O mesmo tipo de ação política feminina em prol da luta pela terra foi demonstrado por Girassol que, de todas as mulheres entrevistadas, é a que mais teve engajamento político nos movimentos sociais, frequentando até hoje espaços de luta camponesa. Nesse sentido, ela diz que, no movimento do qual ela o marido fazem parte, o MATR, pessoas com a mentalidade machista precisam mudar se quiserem permanecer, pois

a gente deixa bem articulado que as mulheres também têm voz, que as mulheres têm que falar e têm que agir também [...] Você sabe o que é “frente de massa”? É a que dá a cara, na primeira ocupação, pra tiro, pra bala, pra porrada, o que vier, é a frente de massa. Aí eu também era a frente de massa, do MBST, e passei a ser do MATR, entendeu?! É a que tá ali, guardando as famílias, lá atrás (GIRASSOL, 2021)¹⁹⁹.

Por sua fala, depreendemos que as mulheres tomavam a frente de muitas manifestações, sendo o que ela chama de “frente de massa”, assim como foi atestado no relato de Margarida. O marido dela diz ainda que, muitas vezes, a presença das mulheres era imprescindível ao sucesso de uma manifestação, pois, “se tiver um maior número de homens, eu abordo esse ato, eu não vou, porque a maioria desses homens vão beber, vão sair com prostituição e não vai acontecer o ato”²⁰⁰. Sua fala sugere novamente o vínculo das mulheres com as atividades reprodutivas que garantem a subsistência de uma família ou, em larga escala, de um grupo maior de pessoas, enquanto que os homens não teriam a mesma responsabilidade, podendo subverter os

¹⁹⁸ **Pergunta: Vocês então participaram de movimentos sociais na Esplanada, de luta pela terra. Você pode falar um pouco mais sobre isso?** Resposta a partir do minuto 13:00, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

¹⁹⁹ **Pergunta: e você acha assim que tem conflito de gênero dentro desses movimentos hoje? Os homens, eles aceitam bem essas lideranças?** Resposta a partir do minuto 29:10, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

²⁰⁰ **Pergunta: Me fala agora sobre esse assentamento?** Resposta a partir do minuto 32:13, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

interesses coletivos. Assim como ocorre entre as mulheres representadas nos estudos de Thompson (1998), a vinculação delas às atividades reprodutivas da casa legitima sua presença nos espaços políticos de reivindicação de direitos básicos, como se fossem as principais interessadas nessas questões.

A participação ativa das mulheres do povo foi demonstrada por Arlette Farge (2017), na análise de arquivos judiciais franceses do século XVIII. Os documentos mostram espaços políticos que mesmo não sendo de direito das mulheres, não passavam um instante sem tê-las por perto (FARGE, 2017, p. 43). Elas eram ativas e podiam até incitar sublevações, mas a autora adverte que não devemos confundir essa participação com a emancipação delas nesses contextos, visto que a mulher era obrigada a “assumir responsabilidades econômicas, e mesmo políticas, apesar de ser privada de poderes reais” (FARGE, 2017, p. 45). Nesse sentido, não é suficiente constatar a presença e iniciativa delas nos espaços de reivindicação de direitos, a “frente de massa”, como aponta Girassol, se elas ainda tiverem que lidar com opressões de gênero dentro e fora da própria classe da qual fazem parte.

Que as mulheres frequentavam espaços públicos e lideravam também manifestações de interesse coletivo, rompendo com as representações delas como sujeitos passivos nos processos históricos, isso as historiadoras feministas já conseguiram demonstrar. Ocorre que, no presente, ainda que mulheres assumam posições de liderança e frequentem espaços antes restringidos aos homens, algumas desigualdades ainda se apresentam como estruturais, o que torna necessária uma relação mais apurada das experiências buscando justificar, em que medida, outros eixos sociais corroboram para a reprodução ou desconstrução das desigualdades de gênero em cada contexto.

Me incomoda, por exemplo, a constatação feita no tópico anterior, sobre a participação de mulheres e homens nos trabalhos do campo, nos quais elas continuam sendo mais responsabilizadas pelas atividades reprodutivas da casa e, ao mesmo tempo, por precisarem trabalhar fora, encontram-se sobrecarregadas. Essa é a realidade de Caliandra e de muitas outras mulheres, no campo ou na cidade. A associação, ainda no presente, das mulheres com o trabalho reprodutivo, como se fosse um atributo natural, pode dificultar a subversão da imagem delas como sujeitos passivos e não atuantes nos espaços públicos. Ressalto que foi possível perceber que algumas dessas mulheres

sentem-se sobrecarregas com o trabalho doméstico, contudo, não consegui medir se essa naturalização de atribuições de gênero, que eu considero desigual, é vista da mesma forma em suas comunidades. Com exceção de Girassol, que tem contato com movimentos de mulheres camponesas, a percepção delas do que seriam desigualdades de gênero não aparece diretamente em suas falas.

Quando lidamos com mulheres reais, consideradas a partir de cada microcontexto – pois é preciso utilizar essa lente diminutiva para compreender o quanto a especificidade pode alterar a norma – percebemos como é difícil determinar a medida da opressão de gênero no presente. Fatores como a associação aos movimentos sociais ou as crenças religiosas tendem a determinar o nível de condescendência de mulheres em relação à opressão de gênero, ainda assim, a análise das experiências pode nos surpreender, como quando mencionei que a conversão de Margarida a uma religião evangélica foi um ato de resistência contra o casamento abusivo, então legitimado pela Igreja Católica.

Para tentar compreender o quanto as demais estruturas sociais influenciam no nível da opressão de gênero que ainda define as experiências das mulheres, tentarei construir um esquema comparativo, com base na abordagem relacional de Bourdieu (2011), pela qual o *habitus* de classe figura como o ponto inicial de ligação entre elas, além da distinção de gênero. Neste caso, as posicionarei não pela origem camponesa da família, mas pela atual condição de mulheres assentadas. Em seguida, vou separá-las de acordo com outras variáveis, sendo que, a primeira que considerarei como mais determinante é o engajamento político nos movimentos sociais de luta pela terra.

Sem engajamento	Com engajamento
Caliandra Dália Orquídea	Margarida Girassol
Rosa do Deserto	

Considerando as experiências relatadas nas entrevistas, a disposição das colaboradoras foi feita dessa forma, visto que as únicas que afirmaram participar ativamente dos movimentos sociais, assumindo posições de liderança nos

acampamentos, foram Margarida e Girassol. A meio caminho, Rosa do Deserto não demonstrou liderança nesse tipo de movimento, mas afirmou ter frequentado outros acampamentos de reforma agrária do MATR para ajudar pessoas ainda “sem terra”. Posicionadas no outro extremo, Caliandra, Dália e Orquídea não relataram engajamento político nos processos de luta pela terra, nem mesmo durante a constituição do assentamento *Patrícia e Aparecida*.

Propus essa divisão como determinante nas percepções de papéis de gênero entre elas no presente, visto que, estudos sobre a participação de mulheres nos movimentos sociais de luta pela terra demonstram que esse é um espaço fecundo para a contestação da opressão dos homens sobre as mulheres no meio rural, do qual provêm a maior parte dos envolvidos. Para Schwendler (2015), o envolvimento das mulheres nesses espaços, ampliou sua atuação para além do domínio privado e, mais importante, contribuiu para o questionamento das relações tradicionais de gênero no campo.

Girassol acredita que a participação das mulheres nesses movimentos contribuiu para o empoderamento e para a aquisição de direitos das mulheres trabalhadoras do campo. Sobre sua participação na Marcha das Margaridas, movimento de mulheres camponesas que adquiriu grande proeminência no Brasil, ela afirma que:

A Marcha das Margaridas tem importância muito grande pra gente, nós mulheres, tanto que ela é feita só pra mulheres mas, porém tem muitos homens, muitos companheiros que vai junto com a gente, né, porque também acha bonito essa atitude, muito bonito esse... esse movimento, que é a mulher dar voz, a mulher tá na frente, não só o homem, que a mulher pode falar com o presidente, que a mulher pode falar com os órgãos, que a mulher pode falar com um juiz, a mulher pode... responder por si própria, entendeu? A Marcha da Margarida mudou muito a minha mente, sobre isso, porque a mulher ela tem medo de polícia, a mulher tem medo de órgãos, a mulher tem medo de ir no Incra, a mulher tem medo de ir na Secretaria [de Agricultura], e não, a Marcha da Margarida fala, é um movimento que empodera a gente e coloca a gente a onde a gente tem que colocar, em qualquer lugar que nós quisermos (GIRASSOL, 2021)²⁰¹.

É importante pontuar que, para que o debate sobre as relações desiguais de gênero fosse colocado em pauta nos movimentos camponeses, foi preciso a criação de

²⁰¹ **Pergunta: Se você puder fazer uma fala, assim, tentando dizer se a sua cabeça mudou durante a sua participação nesses movimentos. Se a sua cabeça foi aberta pra essas questões do machismo. Se você puder fazer uma fala nesse sentido, né?! Da importância desses movimentos para a mulher camponesa, seria muito legal pra gente encerrar a entrevista.** Tanto a pergunta, quanto a resposta fazem parte do diálogo posterior que tivemos via WhatsApp, no qual ela aprofundou questões mais voltadas às diferenças de gênero. Os áudios (tanto perguntas, quanto respostas) somam um total de 13:12 minutos e foram respondidos entre os dias 02 e 03 de agosto de 2021.

organizações autônomas pelas mulheres. Carmen Deere (2004, p. 186) chama a atenção para o fato de os próprios movimentos sociais do campo omitirem a relevância das mulheres em seus processos de luta, porque elas são ativas nas ocupações de terras, porém, “uma vez que os acampamentos estão constituídos, poucas mulheres participam tão ativamente e, até recentemente, havia poucas mulheres em sua liderança ou na do MST”.

Como foi mencionado anteriormente, determinadas organizações sociais, guiadas por interesses de classe, nem sempre colocam em pauta outras desigualdades presentes entre seus membros, por considerarem que isso é um desvio da causa principal ou simplesmente porque determinadas mudanças não interessam a todos. No caso dos movimentos do campo, a causa econômica principal era o acesso à terra pela família camponesa; contudo, não se problematizava o fato de que as relações de gênero desiguais inviabilizavam a titularidade das terras pelas mulheres, norma que determinava diretamente sua condição de subordinação ao homem. Se a terra é o bem fundamental para a subsistência desse tipo de sociedade, sua titularidade significava autonomia; por isso, a principal reivindicação dos movimentos autônomos de camponesas passou a ser a titularidade das terras também em nome das mulheres.

De acordo com Deere (2004, p. 183), a Constituição Federal de 1988 já determinava que a titularidade das terras *poderia* estar em nome das mulheres, assim como previa outros ganhos, como “o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social”. Contudo, essa normatização não foi suficiente para minimizar a desigualdade de gênero, visto que a sociedade de viés patriarcal continuou priorizando os homens como chefes das famílias e, por conseguinte, como titulares das terras. Foi preciso que as mulheres lutassem pela *obrigatoriedade* da titularidade conjunta para que a norma constitucional passasse a ter efeito.

Em agosto de 2000, a reivindicação de título de propriedade conjunta para casais de terra sob reforma agrária finalmente apareceu de forma proeminente na maior manifestação nacional de mulheres rurais já feita. Essa marcha em Brasília, conhecida como Marcha das Margaridas, foi coordenada pela Comissão de Mulheres da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – em aliança com uma das organizações regionais de mulheres rurais autônomas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e com outros grupos. Como em outros países latino-americanos, uma vez organizadas, as mulheres começaram a reivindicar o direito à terra e, consistentemente, confrontaram o

Estado nessa questão, forçando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a revisar seus regulamentos. (DEERE, 2004, p. 176).

A tomada de consciência das mulheres que participam dos movimentos sociais do campo fez com que passassem a lutar contra a opressão de gênero e também cobrar direitos que envolvem diretamente seu bem estar social e empoderamento, pressionando os órgãos governamentais a implementar medidas que minimizem as desigualdades entre homens e mulheres. A norma sobre a titularidade das terras que vigora atualmente, garantida tanto pelo Incra como pelo PRAT²⁰², interpreta que as terras adquiridas via reforma agrária estejam prioritariamente em nome das mulheres, por serem elas as guardiãs dos filhos, tanto que todas as entrevistadas desta pesquisa confirmaram que o lote foi registrado em seu nome. Margarida, ao falar sobre a violência de gênero que presenciou nos acampamentos, demonstra a importância desse direito para o empoderamento das mulheres assentadas.

Hoje, como as mulheres que comanda o assentamento porque, é, um ou dois (homens) que têm as terra no nome, o resto é só mulheres, sabe?! E tem isso e ainda tem, porque igual eu falo assim “uai, a terra é nossa (bate no peito), foi conquista nossa também, tanto que tá no nosso nome, sem nós vocês não consegue nada, realmente” (risos). É isso, mas eu não vou falar [pra eles], né?! (risos). Mas, e tem... tem muito homem ruim, e no assentamento não é diferente não, por isso que tinha que ter regras... por isso que teve muita gente que foi expulso de lá, entendeu?! (MARGARIDA, 2021)²⁰³.

A adoção dessa regra pelo Estado é uma forma não só de minimizar as desigualdades de gênero nas famílias camponesas com relação à subordinação das mulheres aos homens, mas também de garantir a segurança material da mulher e dos filhos mediante conflitos familiares, pois, normalmente, em caso de separação, as mulheres ficam responsáveis pelos filhos. Tal como menciona Girassol, no cenário anterior de ausência de direitos para as camponesas, “os homens tavam vendendo [a terra], pegando o dinheiro e ó (estala os dedos) [...] Deixava a mulher na roça, sem eira

²⁰² De acordo com a Portaria nº 981 de 02/10/2003, o Incra passou a adotar a titularidade conjunta pelos beneficiários do PNRA, na qual passou a ser obrigatório que as terras estivessem também em nome das mulheres, se houvesse casamento ou união estável na família. Em caso de separação, já é determinado que as terras fiquem em nome das mulheres, caso a guarda dos filhos seja comprovada. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200>. Acesso em 27 de agosto de 2022.

²⁰³ **Pergunta: E você acha que tinha essa coisa do machismo, com as esposas lá [no acampamento].** Resposta a partir do minuto 38:42, da gravação de vídeo registrada em 03 de maio de 2021.

e nem beira, com os filho nas costa”²⁰⁴. As duas falas anteriores, de Margarida e de Girassol, são as únicas que tratam mais diretamente sobre violência de gênero, a primeira assumindo que existiam “homens ruins” no assentamento e a outra, por dizer que os companheiros traíam e abandonavam as esposas com os filhos, à própria sorte²⁰⁵.

O marido de Girassol reconhece o protagonismo dos movimentos autônomos de mulheres ao admitir que durante a Marcha das Margaridas “foi pedido que a terra saísse do poder do homem e que viesse pro poder da mulher [...] Porque a mulher tem uma persuasão melhor, sabe administrar melhor”²⁰⁶. Sua afirmação contraria as noções patriarcais que predominavam antes do estabelecimento desses direitos, nas quais as mulheres (não só no campo) eram vistas como incapazes de administrar os bens da família e, por isso, precisariam ser tuteladas por um homem mais velho. Deere (2004, p. 184) afirma que o preconceito existente contra as mulheres era compartilhado também pelos órgãos de reforma agrária, ao verificar que “os funcionários do INCRA tomaram por certo que mulheres sem marido ou companheiro eram incapazes de administrar uma gleba, a menos que elas tivessem um filho maior”. Para a autora, os direitos das mulheres do campo só passaram a ser efetivados pelo Estado em decorrência da justificativa reprodutiva, que admite que as mulheres devem ser as beneficiárias diretas das políticas públicas por serem elas as responsáveis pela segurança da família (DEERE, 2004).

Esse tipo de iniciativa é semelhante aos casos em que os benefícios assistenciais – como o Bolsa Família –, são entregues diretamente às mulheres, para evitar que o dinheiro seja desviado para outro fim que não o bem-estar da família, tal como confirma o marido de Girassol, ao dizer que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), passou a ser direcionado à mulher da família porque, “até chegar na parcela, as vezes o homem desviava o caminho e deixava a mulher sofrendo na terra”²⁰⁷. Essas medidas estatais atuam para minimizar, ainda que

²⁰⁴ Desdobramento da **pergunta: Depois que vocês saíram de lá [do acampamento 10 de Junho] cês foram pra onde?** Resposta a partir do minuto 10:56, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

²⁰⁵ Acredito que a violência de gênero, se vivenciada diretamente por elas nesses espaços, pode ser uma experiência constrangedora e difícil de se mencionar. Mesmo se tivessem aparecido nas falas, por motivos éticos, eu teria receio em tratar do assunto, pois o anonimato conferido pela não utilização dos nomes originais pode não ser suficiente para resguardar a identidade das colaboradoras da pesquisa, algo exigido pelo Comitê de Ética da UNB e que deve ser ponderado por quem lida com depoimentos orais do presente.

²⁰⁶ Continuação da resposta à pergunta anterior.

²⁰⁷ Continuação da resposta à pergunta anterior.

materialmente, a precariedade das condições das mulheres nas sociedades camponesas, mas, antes de mais nada, devem ser compreendidas, como conquistas dos movimentos autônomos de mulheres do campo.

Por outro lado, é preciso questionar se essa ação do Estado ocorre para emancipar as mulheres de fato ou apenas para continuar perpetuando sua responsabilidade reprodutiva na sociedade? Não deveria haver, junto a essas ações que supostamente atuam para empoderar as mulheres, um questionamento dos papéis sociais de homens e mulheres no campo, dentre os quais a distribuição desigual das funções reprodutivas da família? Aparentemente, quando as mulheres do campo começam a frequentar outros espaços, ao invés de se emanciparem de fato, elas apenas acumulam mais trabalho. De acordo com Cristina Carrasco (1999 *apud* SILIPRANDI, 2004, pp. 47-48), no caso das atividades reprodutivas, “o Estado e a sociedade seguem contando com a família (mulheres) como instituição básica para a atenção e a segurança das pessoas”. Nesse sentido, a aquisição desses direitos pelas mulheres representa um paradoxo, visto que o reconhecimento de que as mulheres realizam mais as atividades reprodutivas pode contribuir menos para sua libertação do que para a contínua reprodução de relações de gênero fixas e desiguais. Ainda assim, a conquista desses direitos é um passo significativo para a garantia de dignidade para as mulheres e crianças do campo.

Gostaria de pontuar que a não problematização e não desnaturalização de determinados papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres pode justificar por que, ainda que já existam debates sobre as desigualdades entre homens e mulheres nos movimentos sociais do campo, elas continuem sobrecarregadas com as atividades domésticas e, na divisão de tarefas, seus parceiros tendam a continuar frequentando mais os espaços políticos. Ademais, tanto Deere (2004) quanto Schwendler (2015), concordam que o espaço do assentamento pode voltar a reproduzir as antigas desigualdades que haviam sido suspensas durante o processo de luta pela terra e até mesmo na vivência coletiva de caráter provisório dos acampamentos, os quais possibilitavam aos homens e às mulheres participação política semelhante. Nos assentamentos,

o fato de o trabalho produtivo ainda ser concebido como território masculino tem impactado negativamente na condição de participação das mulheres nas decisões sobre a organização da unidade produtiva e na sua autonomia

econômica. Além disto, a divisão sexual do trabalho, a naturalização da responsabilidade da mulher pelo chamado trabalho reprodutivo, a forma de organização da produção e o isolamento espacial das famílias assentadas têm contribuído para um relativo retrocesso na fase do assentamento em termos da participação política da mulher camponesa (SCHWENDLER, 2015, p. 96).

Essa constatação nos faz pensar que, seria preciso a continuidade do envolvimento das mulheres nas questões políticas relacionadas a sua classe e, por conseguinte, ao seu gênero, para que o processo de subversão de desigualdades não esmoreça. Por outro lado, Schwendler (2015) reconhece que nem sempre a consciência política das desigualdades de gênero ocorre de forma linear, ao concluir que “esta reorganização dos papéis de gênero é mais visível e contínua com mulheres que assumem posições de liderança e têm acesso a experiências práticas e análises teóricas” (2015, p. 95). Para Girassol, a maioria das mulheres se empodera quando participa dos movimentos sociais, mas ainda existem algumas que não aceitam a mudança.

Se algumas mulheres vêm lá de antigamente, né?! Lá do tempo do pedra, né?! Que o marido é o cabeça, ele que faz e tem que obedecer que nem cachorro, sim, a mulher sai totalmente diferente, ela se arruma, ela tem voz, ela tem posição e ela tem querer e vontade. Muda sim. Se for desses termos aí ela muda, totalmente. E ela ganha o mundo, ela ganha espaço. Se ela não quiser. Porque tem mulher que não quer mesmo, tem mulher que ficou ali, é ali. Que nem, ele [o marido] me jogou pro “sem terra”, porque eu já era do “sem terra”, mas no MATR eu fui mais jogada, né?! Que eu conheci Mato Grosso, é, Nova Roma, Flores [...] Que nem, ele vai só, eu vou só. Se fosse de antigamente: - “Ah, só vai se for comigo. Se não for comigo você não vai!”. Não tem dessa, ou ele vai junto, ou eu deixo ele ir sozinho, como já foi com várias companheiras. Ele tem que me respeitar e eu respeitar ele (GIRASSOL, 2021).²⁰⁸

A fala dela traz outros elementos que podem influenciar a mudança de perspectiva sobre as relações de gênero, dentre os quais a geração e o engajamento dos membros do movimento social do qual fazem parte também com as questões de gênero. No caso dela, o próprio companheiro parece estimular seu envolvimento nos movimentos de mulheres. Nesse sentido, para além do engajamento político ou não com os movimentos sociais, é preciso considerar os fatores mais específicos das experiências de cada mulher como condicionantes de seu empoderamento, dentre os quais a geração, a questão racial, a religião ou o nível de escolaridade.

²⁰⁸ Pergunta: Mas, assim, essa questão de as mulheres ocuparem espaços, de as mulheres do campo... quando a gente fala de feminismo, porque o campo, eu tô falando de um campo tradicional, que muitas vezes é muito machista, né?! E, assim, você acha que o envolvimento nos movimentos sociais muda a cabeça das pessoas nesse sentido? Resposta a partir do minuto 50:53, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

O elemento geracional, por exemplo, é visível em vários momentos das entrevistas quando as colaboradoras reconhecem o machismo vivenciado na infância. No caso de Orquídea, ainda que tenda a justificar a divisão de algumas tarefas de sua infância por atributos biológicos de homens e mulheres, reconhece o machismo implícito na distribuição das tarefas domésticas, acreditando que hoje as coisas são diferentes, pelo menos em sua casa, onde ensina aos filhos que “dentro de casa não é obrigação só da mulher”²⁰⁹. De maneira semelhante, Girassol diz que o filho também faz comida, pois “comigo não tem dessa não, fia! Meus filhos, meu menino, ele faz comida, faz tudo. E não é só o meu não, é geral. No movimento [MATR] é geral”²¹⁰; por outro lado, ela admite que o marido não ajuda no serviço doméstico.

Com base na classificação geracional de Mannheim (1993, p. 540 *apud* WELLER, 2010), as duas mulheres participam de uma geração intermediária, pois, ao mesmo tempo em que convivem com a relutância dos companheiros – que seriam da mesma geração – em participar igualmente das atividades domésticas, tentam quebrar esse padrão no presente, mostrando aos filhos, de ambos os sexos, que o serviço doméstico não deve ser feito só pelas mulheres. Esse traço seria um elemento tradicional do passado camponês que, de acordo com a percepção sustentada por ambas, precisa ser atualizado para as próximas gerações.

Ainda que o fator de classe tenha dificultado o acesso dessas mulheres à educação formal – suas mães eram analfabetas e parte delas não concluiu o ensino médio –, algo que tende a emancipar os sujeitos em vários sentidos, o contato delas com outros espaços públicos e até mesmo com as mídias atuais que possibilitam o acesso à informação, possibilitou uma mudança de mentalidade com relação às opressões que vivenciam. Caliandra, por exemplo, disse que veio conhecer a televisão quando chegou em Brasília, de tão isolados que ela e a família viviam na infância e que, “de certa forma, eu fui aprendendo com o que ia passando na televisão”, mostrando a ela preconceitos que a afetavam, como o racismo. Um instrumento considerado massificador, como é o caso da televisão, representou para ela a ampliação do espaço de experiência adquirido até o momento, marcado pela rusticidade da vida na roça.

²⁰⁹ **Pergunta: Cê já viu isso em outros lugares?** Resposta a partir do minuto 31:18, do áudio registrado em 15 de maio de 2021.

²¹⁰ **Pergunta: o menino ajudava nos afazeres de casa?** Resposta a partir do minuto 85:42, do áudio registrado em 02 de julho de 2021.

As experiências relatadas acima corroboram com a noção foucaultiana de poder ao demonstrarem que as mulheres em contextos reais, se valem das mais diversas estratégias disponíveis para atualizar valores de uma herança patriarcal que ainda reproduz desigualdades entre os sujeitos, no caso de Caliandra, ao criar estratégias para resistir ao racismo imbricado ao sexismo. Ainda que, em determinados casos, exista o reconhecimento das desigualdades de gênero por parte dos membros da família, é visível a permanência do discurso no qual, em uma divisão de papéis, as mulheres necessariamente precisariam ficar vinculadas ao espaço doméstico enquanto que os homens se responsabilizariam pelo domínio público.

Para que a subversão do pensamento ocorra, não basta reconhecer as desigualdades, mas é preciso que, tanto mulheres quanto homens rompam com os estereótipos de gênero, algo que nessas comunidades camponesas ocorre quando as mães tentam ensinar aos filhos homens que também devem atuar nos serviços domésticos. Como demonstra Oliveira (2006), é preciso demonstrar o empoderamento das mulheres, não só em discurso, mas também na prática.

O empoderamento da mulher desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e certamente leva à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado. Isso porque o empoderamento ocorre quando houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade. Pode-se observar quando as decisões unilaterais não são mais a norma dentro da família. Entretanto, sob outro ponto de vista, o empoderamento da mulher libera e empodera o homem, por exemplo, quando a mulher começa a dividir responsabilidades anteriormente exclusivas do homem para o sustento da família. E quando o homem é liberado de estereótipos de gênero, novas experiências emocionais lhe são possibilitadas (OLIVEIRA, 2006, p. 23).

No sentido descrito acima, o homem também precisa se ver empoderado pelo empoderamento da mulher, diferente do que ocorreu no exemplo de Caliandra, ao se sentir constrangida por assumir que sustentava a casa, temendo que aquilo ofenderia o padrão de masculinidade ainda vigente no imaginário social da família. As experiências que moldaram sua identidade enquanto mulher, articulada a outras desigualdades como de classe, por ser uma camponesa subalternizada – ainda “sem terra”, visto que sua atual condição de assentada não lhe oferece garantias de permanência –, e de etnia, por ser negra e nordestina, em um país onde o racismo e a xenofobia são estruturais e contribuem para maximizar a opressão de gênero, não necessariamente pelo companheiro em casa, mas pela sociedade de modo geral. Na verdade, o espaço do

assentamento representaria para ela – e também para as outras mulheres, em escalas diferentes – uma possibilidade de fugir das opressões que sofrera quando estava condicionada à vida na cidade.

De todas as mulheres camponesas apresentadas aqui, eu diria que o exemplo de Caliandra, quando relacionamos todas essas estruturas de opressão, oferece uma possibilidade menor de empoderamento. Ainda assim, ela se mostra proativa e disposta a buscar alternativas para sua sobrevivência, e justamente por isso concedeu essa entrevista. Ela e tantas outras mulheres camponesas, muitas das quais podem desconhecer as referências acadêmicas ao feminismo – visto que esse diálogo não aparece explicitamente nas entrevistas, exceto em alguns momentos da experiência de Girassol²¹¹ –, convertem a própria precariedade em instrumento de luta; nesse ponto, mesmo sem participar diretamente dos movimentos sociais camponeses, elas conseguem representar a resistência concreta e cotidiana das trabalhadoras do campo.

²¹¹ Como deixei as entrevistas correrem livremente, conduzindo conforme as respostas dadas pelas mulheres, não cheguei a indagá-las diretamente sobre a noção de feminismo. Em alguns casos, como no de Girassol, por saber de sua participação nos movimentos sociais do campo, consegui abordar temas voltados ao empoderamento das mulheres do campo; com Margarida, por sua atuação na formação do assentamento, foi possível falar sobre a participação das mulheres nas aquisições de direitos; com as demais, ora não houve abertura para essas questões ou simplesmente precisei refazer algumas perguntas sobre as divisões de tarefas entre mulheres e homens para facilitar seu entendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de ir a campo realizar as entrevistas que nortearam esta pesquisa, eu carregava comigo (e ainda carrego, em certa medida) uma porção de receios de alguém com pouca experiência no trabalho com história oral. Trata-se de um trabalho difícil, realizado em várias etapas, mas cuja sensibilidade transparecida nas fontes orais, compensa cada insegurança.

O primeiro receio que eu tinha era em relação à quantidade de entrevistas que deveria realizar. Após ler alguns manuais de história oral, tive a impressão de que seria preciso reunir um número considerável de relatos orais para obter informações suficientes sobre o assunto investigado – algo que, na época, foi dificultado pelo contexto pandêmico, no qual os contatos presenciais estavam limitados. Diante disso, pensei em desistir das entrevistas e buscar outras fontes, visto que, para mim, o encontro presencial era algo imprescindível. Quando consegui entrevistar a primeira mulher, Caliandra, tive a certeza do valor inestimável de estar cara a cara com a pessoa entrevistada e conhecer o lugar onde ela vive. Ali, naquele “barraco” de madeirite (cuja simplicidade em si já é repleta de significados), ao ouvir o relato de vida de uma mulher migrante, de origem camponesa, que luta dia após dia para permanecer no campo, contra todas as pressões que desfavorecem o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária em um mundo rural predominantemente capitalista, percebi que não precisaria de muitos relatos para tentar construir um trabalho representativo sobre mulheres camponesas.

Sem querer idealizar os discursos dela e das entrevistadas subsequentes, é preciso dizer que, cada um deles, em menor ou maior proporção, conseguiu fornecer reflexões substanciais não só sobre as relações de gênero, mas sobre outros aspectos dos modos de vida camponeses do passado e do presente. A partir desses relatos, consegui perceber, na prática, o que Alessandro Portelli (1997) afirmou sobre a história oral ser indispensável para a construção de narrativas sobre as classes subalternizadas, pois os documentos escritos podem até fornecer *informações objetivas* sobre a realidade na qual vivem as pessoas, mas não conseguem mensurar aspectos sensíveis e psicológicos que podem ser determinantes para compreender as *percepções subjetivas* que elas constroem sobre sua própria realidade.

Por várias vezes eu li ou ouvi que a subjetividade atrapalhava a consecução de um conhecimento histórico digno de credibilidade. A história oral nos mostra que, ao contrário, sem levar em conta a subjetividade não há como construir *histórias possíveis* sobre as pessoas.

No caso das sociedades camponesas contemporâneas, como seria possível medir o impacto da aplicação ou não de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar se não fosse pelo diálogo com os sujeitos diretamente afetados por elas? Ainda que os poucos dados disponibilizados pelos institutos de reforma agrária e por outras entidades governamentais relacionadas consigam, por si só, demonstrar que não há uma ação efetiva do Estado brasileiro em benefício dos trabalhadores e trabalhadoras “sem terra”, é somente quando escutamos as vozes de pessoas reais, cuja vida diária é afetada por esse abandono, que conseguimos compreender como se efetivam determinadas desigualdades.

O recorte realizado com os assentamentos *Patrícia e Aparecida* e *Estrela da Lua* conseguiu demonstrar a discrepância entre dois modelos de agricultura que coexistem no Distrito Federal: de um lado, os pequenos assentamentos, nos quais a burocracia governamental tem inviabilizado o acesso aos recursos naturais e materiais fundamentais ao desenvolvimento das famílias; de outro, o agronegócio, que tem à sua disposição uma rede de proteção capitalista que garante o enriquecimento dos grandes fazendeiros, ao mesmo tempo em que causa a degradação de recursos naturais – muitas vezes irrecuperáveis. Nos vemos diante da grande contradição do campo capitalista moderno impedir que um camponês assentado desmate alguns metros quadrados para construir a residência em que vai viver com a família, enquanto o vizinho monocultor transforma o cerrado em deserto e seca nascentes. Sem falar que os dados de institutos oficiais sobre ocupação de terras agrícolas mostram o crescente predomínio do grande latifúndio em contraposição às pequenas propriedades, as quais concentram o grosso da população que vive no campo.

Percebemos com isso, que o histórico de precariedade das classes camponesas do Brasil ainda se repete no presente, tempo em que o pequeno agricultor continua tendo seu acesso a terra limitado pelo grande latifúndio capitalista, como sempre denunciaram os estudiosos do campesinato. Ao escutar as mulheres do *Patrícia e Aparecida* e *Estrela da Lua*, percebe-se que, não obstante estarem assentadas, a

permanência na terra, a longo prazo, ainda não está garantida; não pela falta de vontade de trabalhar, como afirmou Rosa do Deserto, mas porque as condições materiais disponíveis são desfavoráveis ao seu desenvolvimento. No *Patrícia e Aparecida* não há sequer um sistema de captação de água e a energia elétrica foi “puxada” de forma ilegal, sendo que, em alguns lotes, como é o caso da sogra de Orquídea, existem famílias que vivem no escuro, tal qual ocorria nas áreas rurais muitas décadas atrás.

Eu constatei o tom de denúncia expresso em alguns relatos: Caliandra esperava obter ajuda para a situação precária do assentamento ao conceder a entrevista; o marido de Girassol, em suas interferências no depoimento da companheira, esperava que eu, enquanto pesquisadora, pudesse contar a história de luta dos movimentos sociais do campo no Distrito Federal. Em meio a um universo de possibilidades, me defrontei justamente com as histórias de vida de dois camponeses atuantes nos processos de luta pela terra e que, por essa atuação, quase morreram. O choro de Girassol, ao relatar a ausência do olho quando se vê no espelho, não pode ser escutado quando lemos os dados irrisórios do Incra ou do PRAT sobre a criação de assentamentos, pois estes só trazem os números e não os sentimentos das pessoas implicadas nos processos que levaram a esse resultado.

Os documentos escritos pecam ao não relatarem devidamente os processos que antecederam a criação dos assentamentos, fase caracterizada pela organização de trabalhadores precarizados do campo ou da cidade, a maioria deles camponeses expropriados no passado, hoje unidos pela esperança da obtenção de um pedaço de terra que possa lhes garantir a dignidade não oferecida pela cidade. Como vimos, grande parte das pessoas que participam da luta não conseguem atingir o objetivo: umas desistem em função da demora e da precariedade dos acampamentos; outras simplesmente são excluídas do processo em decorrência da burocracia e da insuficiência de terras para todos; algumas perdem um olho ou até mesmo a vida durante o processo e sequer encontramos registros que mencionem essa tragédia social, a não ser, é claro, pela história oral.

A *forma* das fontes orais cumpre a função essencial de subjetivar a história das pessoas comuns e seu *conteúdo* cumpre a função urgente de mostrar que essas pessoas existem e que são ativas nos processos que lhe garantem a subsistência. Muitas das informações obtidas pelas entrevistas não aparecem nos documentos oficiais

disponibilizados pelas instituições competentes, o que inviabiliza uma compreensão segura sobre determinados assuntos. No que tange à legislação do PRAT, por exemplo, não fosse pelas informações obtidas com Margarida, eu não conseguiria compreender a dimensão das imposições feitas aos beneficiários que passam pelo estágio probatório, normas que, ao invés de garantirem seu estabelecimento na condição de agricultores familiares, ao contrário, inviabilizam sua permanência no campo.

Por tantas vezes eu ouvi do senso comum que a organização de trabalhadores “sem terra” era criminosa, que invadia propriedades privadas e que buscava a terra não para trabalhar, mas para a obtenção de lucro fácil. O contato com trabalhadoras “sem terra” reais me mostrou que, ao contrário, as pessoas que participam dos movimentos sociais do campo buscam na terra uma via de subsistência segura para a família, não obtida no tempo em que trabalhavam precariamente na cidade; que as terras concedidas pelo Estado aos beneficiários não são as melhores e que, ao longo do processo de adaptação, as famílias sofrem com uma série de restrições ambientais que impedem o seu desenvolvimento; ademais, o processo probatório contribui para inviabilizar a permanência dos assentados nas terras, o que faz com que muitos desistam da concessão. No fim das contas, a falta de informações seguras sobre todo o processo contribui para a construção de representações preconceituosas sobre as pessoas que lutam pela terra no Brasil.

As representações estereotipadas sobre os sujeitos do campo circulavam no passado, construídas pelos discursos de viajantes de mentalidade eurocêntrica, e circulam ainda no presente, fazendo com que, mesmo os beneficiários dos movimentos sociais de luta pela terra queiram demonstrar que não “invadiram” terra de ninguém para obter o próprio lote ou simplesmente não queiram assumir que também são “sem terra”. Essa percepção corrobora contra o reconhecimento da legitimidade da luta dessa categoria, que une homens e mulheres em função da desigualdade econômica que as afeta tanto no campo como na cidade.

Ademais, a organização de trabalhadoras e trabalhadores “sem terra” em função da luta pela terra, viabiliza o protagonismo de mulheres camponesas em espaços majoritariamente masculinos, colocando em pauta, por elas, as desigualdades de gênero que estruturam a relação com seus companheiros. Considerarei esse eixo como determinante para a mudança de percepção das mulheres em relação às práticas

elementares dos modos de vida camponeses, no entanto, as experiências individuais delas, distintamente interseccionadas com outros eixos sociais, como a raça, a geração e até mesmo a religiosidade, demonstraram a possibilidade de questionamento da opressão de gênero para além do engajamento político nos movimentos sociais do campo.

A percepção das especificidades das experiências de gênero das colaboradoras desta pesquisa, defendida pelas teóricas que guiaram minha análise, dentre elas Butler (2019), Brah (2006) e Carneiro (2019), fez com que eu abandonasse qualquer pretensão inicial de generalizar mulheres camponesas em função de sua situação de classe. Quando concluí ser impossível representar toda uma classe de mulheres, tentei construir um trabalho que pudesse demonstrar o potencial simbólico dos relatos de seis mulheres assentadas do Distrito Federal, os quais contribuíram para a compreensão de aspectos sociais relevantes sobre o passado, presente e também as percepções de futuro que as pessoas de sua classe podem sustentar.

Confesso que a ideia de representar mulheres camponesas, de modo geral, acaba se tornando um ideal, tendo em vista que ainda há muitas lacunas a respeito delas nas narrativas históricas. Os historiadores do passado, quase todos homens, letrados, cientificistas, quando não ignoraram suas existências, simplesmente criaram uma imagem passiva sobre elas. Das mulheres de Goiás, por exemplo, ficaram os registros preconceituosos de homens como Saint-Hilaire que as descreveu como broncas e desinteressantes. Esses mesmos registros, mais tarde, tornaram-se fontes importantes para aqueles que buscaram compreender o interior e seus habitantes. Das próprias memórias dessas mulheres objetificadas, de suas próprias visões sobre o mundo, não fizeram registros.

O quanto eu aprendi com as experiências dessas seis mulheres? Muito. Coisas tantas que certamente não foram todas problematizadas neste trabalho, mas que existem nas entrelinhas, nas brechas, nos silêncios. A infinidade de reflexões que esses relatos orais podem produzir é, portanto, inestimável, bem como sua relevância histórica; ainda que parte dessas mulheres possa acreditar que suas experiências não são tão valiosas para quem queira estudá-las – tive essa impressão quando Rosa do Deserto considerou determinados trechos de sua entrevista como não dignos de se relatar, ou quando uma de minhas colaboradoras do trabalho de especialização indagou o porquê de sua história

ser relevante para mim.

Nesse sentido, um dos receios que estiveram comigo ao longo desse processo gira em torno da possibilidade de representação dessas mulheres. Me pergunto se a análise feita por mim, a partir do arcabouço teórico conhecido em minha formação acadêmica, conseguirá proporcionar nelas alguma identificação? Será que essas mulheres, ao lerem este texto, poderiam se reconhecer nele? Trata-se de interpelações sobre minha posição enquanto pesquisadora, sobre a complexa relação sujeito/objeto implicada na colocação dessas mulheres nesta pesquisa, pois, ainda que eu queira percebê-las como sujeitos, quando atribuo significados externos às suas experiências, acabo por reificá-las.

Mas o que são elas, se não um produto do próprio meio? Assim como eu mesma sou. Nossas individualidades se confundem com o mundo em que habitamos. Nesse sentido, não há, portanto, separação entre sujeito e objeto, como sinaliza a fenomenologia.

Todos os fenômenos do mundo social convergem para construir as identidades de cada sujeito feminino implicado nesta pesquisa. Ainda que eu traga comigo uma suposição inicial que tende a definir essas mulheres, não há como tecer afirmações antes de conhecê-las de fato. A partir de suas experiências de gênero, percebi, por exemplo, a persistência de uma herança patriarcal nos assentamentos, ao verificar uma desigualdade na distribuição das atividades reprodutivas entre mulheres e homens, as quais algumas colaboradoras mostraram-se incomodadas quando afirmam que se sentem sobrecarregadas ou que querem ensinar um modelo diferente aos filhos. Ainda assim, é possível compreender os assentamentos como lugares de resistência contra as opressões interseccionadas, que podem ser vivenciadas por trabalhadoras subalternizadas nos espaços urbanos.

Mesmo diante da dificuldade de escrever sobre sujeitos que vivem em espaços diferentes do nosso, enquanto pensadoras, acadêmicas, feministas, precisamos utilizar os exemplos dessas mulheres camponesas, subalternizadas, latino-americanas, como ponto de partida para a construção de teorias de gênero representativas, que se desvinculem do padrão científico eurocêntrico. Talvez esse seja um caminho possível para repensar o tipo de história androcêntrica contestada no início deste trabalho, no sentido de elevar as experiências das pessoas comuns como o cerne da compreensão das

relações em sociedade e, quem sabe, com isso, diminuir o fosso entre os saberes institucionais e os saberes localizados, como instruiu Foucault (1999); mas, que esses saberes sejam também reconhecidos e apropriados pelas pessoas que nós investigamos. Isto posto, eu gostaria que essas mulheres camponesas pudessem, em algum nível, reconhecer suas vozes em minhas palavras.

FONTES:

RIBEIRO, Isabella Ferreira Viana. **Entrevista realizada com Caliandra** (pseudônimo), para o projeto “Ser camponesa em Goiás/Distrito Federal: história e memória nos discursos de mulheres na constituição de práticas sociais camponesas”. Brasília, 19/04/21, áudio MP3, 97 min.

RIBEIRO, Isabella Ferreira Viana. **Entrevista realizada com Margarida** (pseudônimo), para o projeto “Ser camponesa em Goiás/Distrito Federal: história e memória nos discursos de mulheres na constituição de práticas sociais camponesas”. Formosa/Brasília, 03/05/21, vídeo MP4 (via Google Meet), 78 min.

RIBEIRO, Isabella Ferreira Viana. **Entrevista realizada com Dália** (pseudônimo), para o projeto “Ser camponesa em Goiás/Distrito Federal: história e memória nos discursos de mulheres na constituição de práticas sociais camponesas”. Brasília, 15/05/21, áudio MP3, 28 min.

RIBEIRO, Isabella Ferreira Viana. **Entrevista realizada com Orquídea** (pseudônimo), para o projeto “Ser camponesa em Goiás/Distrito Federal: história e memória nos discursos de mulheres na constituição de práticas sociais camponesas”. Brasília, 15/05/21, áudio MP3, 51 min.

RIBEIRO, Isabella Ferreira Viana. **Entrevista realizada com Girassol** (pseudônimo), para o projeto “Ser camponesa em Goiás/Distrito Federal: história e memória nos discursos de mulheres na constituição de práticas sociais camponesas”. Brasília, 02/07/21, áudio MP3, 131 min.

RIBEIRO, Isabella Ferreira Viana. **Entrevista realizada com Rosa do Deserto** (pseudônimo), para o projeto “Ser camponesa em Goiás/Distrito Federal: história e memória nos discursos de mulheres na constituição de práticas sociais camponesas”. Brasília, 20/07/21, áudio MP3, 75 min.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Assentamento do Paranoá é o primeiro processo de reforma agrária feito totalmente no âmbito do DF**. 11 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/12/11/assentamento-no-paranoa-e-o-primeiro-processo-de-reforma-agraria-feito-totalmente-no-ambito-do-df/>. Acesso em: 14 de julho de 2022.

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Programa de assentamento atende 200 famílias no DF**. 01 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2015/10/01/programa-de-assentamento-atende-200-familias-no-df/>. Acesso em 17 de julho de 2022.

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Proposta para demarcar nove áreas do DF recebe sugestões da população**. 11 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/05/11/proposta-para-demarcar-nove-areas-do-df-recebe-sugestoes-da-populacao/>. Acesso em 17 de julho de 2022.

AGRO-BRASÍLIA. **A feira**. Disponível em: <https://agrobrasil.com.br/aagrobrasil/#agrobrasil>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

AGRO-BRASÍLIA. **Sistema de irrigação com energia solar começa a ser instalado no assentamento Estrela da Lua**. 20 de janeiro de 2021. Disponível em: <http://agrobrasil.com.br/noticia/sistema-de-irrigacao-com-energia-solar-comeca-a-ser-instalado-no-assentamento-estrela-da-lua>. Acesso em 23 de julho de 2022.

AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **Revista História**. São Paulo, Ed. UNESP, V 14, 1995.

AMARAL, Lucas Oliveira Menditi do; CIPOLLONE, Murilo Amadio. Luta por terras e concentração fundiária no Brasil: a forma estatal e a repressão dos movimentos de trabalhadores rurais. **Revista Da Faculdade De Direito**, Universidade De São Paulo, 2021,116(2).

ANDRADE, Liza Maria Souza de; LOUREIRO, Vânia Raquel Teles; SILVA, Caio Frederico; MACHADO, Luiz Felipe. “Da realidade ao sonho”: uma tentativa de planejamento participativo do parcelamento do solo para a Ecoagrovila Renascer desenvolvido pelo EMAU/CASAS/FAU/UnB. **Paranoá 17: Habitat no Campo nas Águas e nas Florestas**, 2017, 17(17).

ASSIS, Frederico Oliveira Alfaix. **BRASÍLIA TAMBÉM É GOIÁS**: Memórias Entrelaçadas entre dois Brasis Regionais (Goiânia-Brasília). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. A experiência humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 33, p. 293-305, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **O canto das fiandeiras**: escritos sobre o trabalho solidário. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo Pereira. **Campesinato Goiano**: três estudos sobre o trabalho com a terra em Goiás. Goiânia, Editora UFG, 1986.

BENICÁ, Mainara da Costa; OLIVEIRA, Raquel Maria de. **Práticas produtivas camponesas e percepção de natureza**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza”. In: BARRENTO, João (Org.). **O anjo da história**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERTOLINI, Valéria Andrade. **Para onde vai o rural no DF?** Análise de processos sócio espaciais ocorridos nas áreas rurais do Distrito Federal - de 1960 à 2000. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNB, Brasília, 2015.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central**: Eco-História do Distrito Federal - Do Indígena ao Colonizador-, Solo Editores, Brasília D.F., 2011.

BICCA, Paulo. **Brasília**: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo. (org.). **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985.

BORGES, Bárbara Loureiro. **Reforma agrária e abastecimento alimentar**: a agricultura camponesa do Distrito Federal construindo a segurança e soberania alimentar. 2018. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Faculdade UNB, Planaltina, 2018.

BORGES, Júlio César Pereira; CHAVEIRO, Eguimar Felício; MARQUES, Ana Carolina de Oliveira. A Sociabilidade Sertaneja de Goiás: Vislumbres da Leitura do Sujeito. **OKARA : GEOGRAFIA EM DEBATE (UFPB)**, v. 14, p. 250-264, 2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. – 11ª ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2011.

_____. **Sociologia Geral, Vol. 1**: Lutas de classificação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. – 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BRAGA, Maria Lúcia de S. As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região dos cerrados. In: BRAGA, Maria Lúcia de S.; DUARTE, Laura Maria G. (Org.). **Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.

BRAUN, Júlio Cesar. A criminalização dos movimentos sociais do campo e o papel da mídia na manutenção dos interesses capitais. **Brazilian Journal of Development** .v. 6, n. 7, p. 47425 - 47443, jul. 2020.

BUONFIGLIO, Leda. PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR): FRONTEIRA DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL. **GEOgraphia**, 2022, 24(52).

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**/ Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BUTLER, Judith. “Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista”. In: **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Heloisa Buarque de Hollanda (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Larissa Santiago Siqueira; CORTES, Mayara Santos Rocha; CASTRO, Maína Ribeiro Pereira. **A influência da globalização no conhecimento e consumo de frutas e de hortaliças regionais no Distrito Federal**. Uniceub. Monografia. Brasília, 2019.

CAPELLATO, Elder Carlos. A formação da propriedade no Distrito Federal e a necessidade do acerto fundiário visando a regularização de imóveis rurais da TERRACAP. UNICEUB (Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD). Monografia (Pós-Graduação). Brasília, 2014.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. São Paulo: Anita Garibaldi com a Fundação Maurício Grabois, 2014.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Heloisa Buarque de Hollanda (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta (orgs.). **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

CATALÃO, Igor. **Brasília, metropolização e espaço vivido**: práticas especiais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. **Memórias, tramas e espaços**: a história de Brasília construída pela fala dos moradores de Sobradinho-DF. Universidade Estadual de Campinas (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Tese de Doutorado. Campinas, 2014.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 2002.

CODEPLAN. Atlas do Distrito Federal – 2017. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2022.

COLLINS, Patrícia Hill. “Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição”. In: **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Heloisa Buarque de Hollanda (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. “Utopia e realidade na luta camponesa de Formoso e Trombas”. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela (orgs.). **Utopias Agrárias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 34.986, 19 de dezembro de 2013. Diário Oficial do Distrito Federal, 2013.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 37.583, 30 de agosto de 2016. Diário Oficial do Distrito Federal, 2016.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 37.932, 30 de dezembro 2016. Diário Oficial do Distrito Federal, 2016.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. 2004. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

DISTRITO FEDERAL. **Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasília, 2019.

DUARTE, Élio Garcia. Manifestações camponesas em Goiás. Perspectivas para uma pesquisa. **História cultural. Revista Goiânia**, vol. 6 jan./jun., 2001. p. 113-134.

FARIAS, Darcy Dornelas de. **Terras no Distrito Federal**: experiências com desapropriações em Goiás (1955-1958). Dissertação de mestrado em História – Universidade de Brasília, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HARDING, Sandra. “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista”. In: **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Heloisa Buarque de Hollanda (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HEILBORN, Maria Luiza. “Usos e Abusos da Categoria de Gênero” In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.) **Y Nosotras latinoamericanas? Estudos sobre Gênero e raça**. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 1992

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações (Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades)**, Londrina, V. 20 N. 2, P. 97-128, JUL./DEZ. 2015.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

GARCIA, Ledonias Franco. **Goyas**: uma província do sertão. Goiânia: Cãnone Editorial/ Editora PUC-Goiás, 2010.

GOMES, Ana Lucia de Abreu. **Brasília**: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956 – 1960). 2008. 351 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GOMES, Cecília Siman. **IMPACTOS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS**. Cadernos Do Leste, 2019, 19(19).

GOSCH, Marcelo Scolari. A Criação dos Assentamentos Rurais no Brasil e seus Desafios: algumas Considerações sobre Cerrado Goiano. **RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, [S. l.], 2020.

GOSCH, Marcelo Scolari, PARENTE, L. L., FERREIRA, N. C. ., OLIVEIRA, A. R. de O., & FERREIRA, L. G. Pastagens degradadas, uma herança dos imóveis rurais desapropriados para os assentamentos rurais do Cerrado goiano. **Revista Campo-Território**, 2020, 15(35 Abr.).

GRAEBIN, Gerusa de Souza. **A fala de Formosa/Go**: a pronúncia das vogais médias pretônicas. Dissertação de mestrado em linguística – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

HUNT, Lynn. “Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas do espaço rural brasileiro. Rio de Janeiro, IBGE. 2017.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. (2018). Assentamentos: informações gerais. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>. Acesso em: 23 de julho de 2022.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Soc. estado**. [online]. 2009, vol.24, n.3.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

LAURETIS, Teresa de. “A Tecnologia do Gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). In: **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Heloisa Buarque de Hollanda (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LAVERDI, Robson. Raymond Williams e história oral. Aproximações sócio constitutivas. In. LAVERDI, Robson; MASTRÁNGELO, Mariana. (Org.). **Desde las profundidades de la historia oral**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

LEITE, Sergio Pereira; SABOURIN, Eric. Introdução à seção temática: Entre continuidades e discontinuidades das políticas públicas para a agricultura brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, out.2021.

LEMCKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social**: notas do que os viajantes não viram em Goiás. c. 1770 – c. 1847. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

LORDE, Audre. “Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença”. In: **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Heloisa Buarque de Hollanda (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOZANO, José Eduardo Alves. “Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea”. In: **Usos & Abusos da História Oral/** Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). – 8. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MAESTRI, Mário. “A Aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira”. In: STEDILE, João Pedro (Org.) **A Questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960 – 1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MAGALHÃES, Luiz Ricardo. **Sertão Planaltino: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950 – 1964)**. Tese de doutorado em História – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MALRAUX, André. “Brasília, capital da esperança”. In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio Roberto (Orgs.). **Brasília: Antologia Crítica**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

MACLAREN, Margareth. **Foucault, feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MARTINS, Fátima de Macedo. **Saint-Hilaire em Goiás: ciência, viagem e missão civilizatória**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Martins, V. S., & Menasche, R. Trajetórias do Lugar de Viver em Terra de Reforma Agrária. **Retratos De Assentamentos**, 2011, 14(1), 69-92.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. “História oral como fonte: problemas e métodos”. **Historiae, Periódicos FURG**: Rio Grande/RS, 2011.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. “Espaço feminino no mercado produtivo”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.) **Nova História das Mulheres no Brasil**–1. ed. – São Paulo: Contexto, 2018.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. “A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território”. **Geo UERJ** - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011.

MEDEIROS, Silvana A. F. de. Agricultura moderna e demandas ambientais: o caso da sustentabilidade da soja nos cerrados. In: BRAGA, Maria Lúcia de S.; DUARTE, Laura Maria G. (Org.). **Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

MOURA, L. H. G. **Questão agrária e hegemonia**: o pré-assentamento como campo de batalha entre a alienação e a emancipação. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. “O Refrão da Nação/Civilização e uma Dupla Sertaneja: viajantes estrangeiros e o interior do Brasil Oitocentista”. In: MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SENA, Ernesto Cerveira (Orgs.). **Nação, Civilização e História**: leituras sertanejas. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

NAVARRO-SWAIN, Tania. “Histórias feministas, história do possível”. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Estudos Feministas e de Gênero**: articulações e perspectivas. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC, v.8, n.2, p.9-41, 2000.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento de Reforma Agrária**: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2006.

PAPARELLI, A.; HENKES, J.A. Devastação da cobertura vegetal nativa no bioma cerrado do distrito federal caracterizando a extinção de espécies da flora. **Revista da Gestão da Sustentabilidade Ambiental**, v.1, n.2, p.241-256, 2013.

PASTORE, José; ROCHA, Fernando A. S., WILKENING, Eugene A. Madison. **A agricultura e o homem no Distrito Federal, Brasil**: relatório preliminar de uma investigação sociológica. Madison, WI: Land Tenure Center: University of Wisconsin, 1968.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e a arte da agricultura**. São Paulo/Porto Alegre: Editora Unesp/Editora UFRGS, 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo. **Revista do Departamento de História da UFF**. Rio de Janeiro: UFF, v.1, n.2, 1996.

_____. O que faz a história oral diferente. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 14, 1997.

_____. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Projeto História: **Revista de Estudos do Programa de Pós-graduados em história do departamento da PUC-SP**. SP, Brasil, 1981, dez, 93.

REIS JÚNIOR, R. L. **Cidade, trabalho e memória**: os trabalhadores da construção de Brasília (1956-1960). 2008. 110p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.

RIBEIRO, Isabella Ferreira Viana; SOUZA, Francilane Eeulália de. Memória e identidade camponesa das mulheres do núcleo rural Capão Seco (DF). **Revista Campo-Território**, 14, 2019 (32 Abr.).

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**, tomo 3. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SABOURIN, Eric. Desmonte de políticas públicas de agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil e no Mercosul. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL E JORNADA TERRITÓRIOS RURAIS, SISTEMAS ALIMENTARES, AGENDA 2030**, 2., 2021. Anais eletrônicos [...]. Brasília: UNB, 2021.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à província de Goiás**. - 2. ed. - Belo Horizonte - MG: Garnier, 2020.

_____. **Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

SANTA CRUZ, Fábio S. **Província imensa e distante**: Goiás de 1821 a 1889 – 1. ed. – Jundiá-SP: Paco Editorial, 2019.

SANTANA, E. B.; SILVA, J. O. Política fundiária: uma análise sobre a criação de novos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: **Anais da VIII Semana de Economia, Políticas Públicas para o Desenvolvimento**. Ilhéus: UESC, 2018.

SEAGRI/DF. **Processo de implantação do projeto de assentamento *Estrela da Lua***. Distrito Federal, 2013.

SEAGRI/DF. **Processo de implantação do projeto de assentamento *Patrícia e Aparecida***. Distrito Federal, 2014.

SEAGRI/DF. **Painel de assentamentos do PRAT** (Disponibilizado via Sei). Distrito Federal, 2022.

SEAGRI/DF. **Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT**. 22 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.seagri.df.gov.br/programa-de-assentamento-de-trabalhadores-rurais-prat/>. Acesso em 14 de julho de 2022.

SETTON, Maria das Graças Jacinto. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, 2002.

SCHWENDLER, Fátima. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista**, 55(1), 87-109, 2015.

SCOTT, Ana Sílvia. “O caleidoscópio dos arranjos familiares”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil** –1. ed. – São Paulo: Contexto, 2018.

SCOTT, Joan. “A história das mulheres”. In: **A escrita da história: novas perspectivas**/ Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SILVA, Hélio de A. Problemas Fundiários do Distrito Federal. *Mundo Jurídico*, São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=856. Acesso em: 08 de janeiro de 2019.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **A Construção de Brasília**: Modernidade e Periferia. Goiânia: editora da UFG, 1997.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. “De colona a boia fria”. In: PRIORI, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILIPRANDI, Emma. “Políticas de segurança alimentar e relações de gênero”. In: FARIA, N; NOBRE, M. (Orgs.). **A produção do Viver**. São Paulo, 2004.

TAVARES, Breitner Luiz. Método documentário e a análise das orientações geracionais da juventude. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 587-600, Set./Dez. 2012.

TILLEY, Chris. Do corpo ao lugar à paisagem: uma perspectiva fenomenológica. *Belo Horizonte: Vestígios*, n 8, vol 1. jan-jun, 2014.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. - São Paulo: DIFEL, 1983.

VANDERLINDE, T. Camponeses: uma enigmática categoria que resiste. **Perspectiva Geográfica**, v. 3, p. 29-42, 2007.

VERONA, Stéfani Oliveira. Aproximações entre Michel Foucault e o feminismo pós-estruturalista de Donna Haraway, Judith Butler e Margaret McLaren sobre a sexualidade e a produção do conhecimento. **História e Cultura**. v.10, n. 1, jul/2021.

VINHAS, Moisés. “Problemas agrário-camponeses do Brasil – 1968”. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VOLDMAN, Danièle. “Definições e usos”. In: **Usos & Abusos da História Oral**/ Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). – 8. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010.

WILLIAMS, Raymond. **A cultura é algo comum**. Recursos da esperança. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. **Marxismo y literatura**. Barcelona. Península, v. 198, 1980.

WITTIG, Monique. “Não se nasce mulher”. In: **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Heloisa Buarque de Hollanda (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

WOORTMANN, E. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: MENEZES, M. A de; GODOI, E. P. de. (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Vol.2. São Paulo: UNESP e NEAD, 2009.